Carlos Alberto Dias Ferreira e Silva

Organização do trabalho em espaços rurais -
os sombreireiros do concelho da Feira (1755-1815)

Faculdade de Letras do Porto
Curso de História 2002

Carlos Alberto Dias Ferreira e Silva

Organização do trabalho em espaços rurais - os sombreireiros do concelho da Feira (1755-1815)

Faculdade de Letras do Porto
Curso de História 2002

Dissertação de Mestrado apresentada
à Faculdade de Letras do Porto
na área de História Moderna

À Rosa, ao Ricardo
à família

ESTRUTURA DO TRABALHO

Introdução

I PARTE

Capítulo I - Delimitação do Espaço

1. Enquadramento Político-Administrativo
2. As Freguesias da Vila e termo da Feira
3. Caracterização geo-morfológica
4. Sectores de actividade

Capítulo II - O poder municipal e a organização dos ofícios mecânicos

1. A intervenção Municipal
2. O regimento
3. O juiz de ofício

Capítulo III - O Panorama profissional do concelho

1. Estrutura e situação profissional do concelho
2. A Evolução Profissional
3. Distribuição geográfica dos ofícios
4. Dinâmica demográfica e profissional
5. Sazonalidade das inscrições nos ofícios
6. Mobilidade Profissional

II PARTE

Capítulo IV - Sombreireiros e tecedeiras no concelho Feira

1. O peso dos sombreireiros no contexto profissional do concelho
2. Evolução dos sombreireiros
3. Distribuição e concentração geográfica
4. Dinâmica profissional e demográfica
5. Mobilidade profissional
6. O trabalho feminino: as tecedeiras
7. Relação sombreireiros / tecedeiras

Capítulo V- O Processo produtivo dos sombreireiros

1.As matérias-primas

2.As unidades de produção

Capítulo VI- A comercialização dos chapéus

1. Tipos e preços dos chapéus

2. Comércio interno: Mercados e Feiras

3. Comércio externo: O mercado Brasileiro

4. Agentes de comercialização

Conclusão

Fontes e Bibliografia

Anexos

Índice

Critérios de edição de texto, siglas e abreviaturas

No que respeita à transcrição de extractos de documentos que utilizamos para ilustrar as nossas afirmações ao longo do trabalho, seguimos as propostas do padre Avelino da Costa[1]

No âmbito das citações bibliográficas, optámos por utilizar notas de roda pé no final da página, de modo a facilitar a leitura do trabalho, tornando-o mais inteligível, seguindo os critérios enunciados por alguns autores[2]. Após uma primeira referência bibliográfica de determinada obra em nota de rodapé, as restantes citações foram abreviadas mantendo os elementos essenciais para se manterem identificadas.

No âmbito das fontes e bibliografia, entendemos por fontes impressas aquelas que serviram de suporte (fonte documental) ao presente trabalho. As referências bibliográficas não se limitaram às obras citadas no texto, abrangendo outras que foram consultadas e consideradas.

Finalmente, no que respeita ao índice de ilustrações e extratextos, optámos por fazer a ordenação dos seus vários elementos por capítulo, no sentido de facilitar a apreensão dos mesmos.

As siglas e abreviaturas utilizadas no trabalho foram as seguintes:

(segue-se o quadro)

---

[1] Costa, Padre Avelino Jesus – Normas Gerais de transcrições e publicações de documentos e textos medievais e modernos, 3.ª edição, Coimbra, 1993.

[2] Azevedo, Carlos A Moreira; Azevedo, Ana Gonçalves de – Metodologia científica: contributos prácticos para a elaboração de trabalhos académicos, 3.ª edição, Porto, 1996.

siglas	abreviaturas
A.D.A.	Arquivo Distrital de Aveiro
A.D.P.	Arquivo Distrital do Porto
A.H.M.O.P.	Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento Social (Antigo arquivo Histórico do Ministério das obras Públicas), Transportes e Comunicações.
A.H.M.P.	Arquivo Histórico da Câmara Municipal
A.M.P.	Arquivo Municipal do Porto
A.M.S.M.F.	Arquivo Municipal de Santa Mª Feira
A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
ADA	Revista "O Arquivo do Distrito de Aveiro"
agricult	agricultura
alf	alfaiate
B.M.P.	Biblioteca Municipal do Porto
can	canastreiro
cap.	capitulo
carp	carpinteiro
Cf	Conferir
const.	construção
coord.	coordenação
cord	cordoeiro
Cx	Caixa
cx.	caixa
dir.	direcção
ed.	edição
fer	ferreiro
fl(s)	folio(s)
m.	Maço
M.P.	Memórias Paroquiais
mç.	maço
nº	Número
Ord.Fil.	Ordenações Filipinas
p.	Página
p.p.	Páginas
pedr	pedreiro
s.g	Seguinte
sap	sapateiro
ser	serrador

serralh	serralheiro
somb	sombreireiro
t.	Tomo
taman	tamanqueiro
tanoe	tanoeiro
tec	tecedeira
v.	Verso
vd.	Vide
vest.	vestuário
vol.	Volume

Nota de abertura

A realização do presente trabalho defrontou-se com diversas dificuldades que só foram possíveis ultrapassar com o auxílio de diversas pessoas, que estiveram directa ou indirectamente ligadas ao trabalho, a quem nos cabe agradecer.

No entanto, como nos é difícil enumerar a todas , apenas citaremos aquelas que estiveram mais directamente ligadas ao trabalho.

À nossa orientadora de tese Doutora Inês Amorim que acompanhou o trabalho a par e passo, impôs rigor científico, corrigiu, aconselhou, criticou, apontou metodologias e que teve sempre uma palavra de encorajamento nos momentos de maior desânimo.

Ao Dr. Miguel Nogueira pela realização dos elementos imprescindíveis da cartografia e pela disponibilidade sempre demonstrada.

À família que durante todo o tempo se viu privada de convívio e parceria que lhe era devida.

A todos o nosso obrigado.

Introdução

1. Objectivos

O presente trabalho resulta da investigação conduzida no âmbito do mestrado em História Moderna, e da frequência do Seminário "Estruturas Sócio-Profissionais na Época Moderna".

Para este projecto moveu-nos a paixão pela história, pela possibilidade de poder contribuir para a reconstituição da nossa memória colectiva e concretamente das forças vivas que labutaram em prol da sua terra. Pretende ser a homenagem de um Feirense a todos os Feirenses que seguramente, ajudaram a construir os alicerces do desenvolvimento actual do concelho.

A ideia de uma área do mundo do trabalho nasceu durante o seminário, por sugestão da Professora Doutora Inês Amorim, tendo-se escolhido o tema "Organização do trabalho em espaços rurais- os sombreireiros do concelho da Feira (1755-1815)".

O mundo do trabalho significa principalmente cultura do trabalho e dos trabalhadores, constituindo uma área de difícil abordagem devido sobretudo à "*mudez das fontes históricas perante determinados grupos sociais...*"[1]. Apesar disso o trabalho tem sido, recentemente, alvo de um interesse progressivo por parte da historiografia Europeia, pois o mesmo ocupa "*el papel central de elemento configurador de los colectivos sociales, de los grupos que los conformam y las relaciones que se estabelecen entre ellos, el estudio del mundo del trabajo pone atención tanto a los aspectos técnicos del mismo como a la acción de sus grupos protagonistas, el capital y el trabajo, y a las relaciones entre ambos*" [2].

Nessa linha de actuação, têm surgido investigações incidindo principalmente sobre as representações do trabalho, a linguagem do trabalho, o trabalho e a vida quotidiana, o trabalho e a identidade individual e colectiva, a influência do trabalho na organização social e política, as relações entre o trabalho e as organizações sociais e culturais e ainda sobre os trabalhadores no seu papel directo de produtores culturais[3].

---

[1] Silva, Álvaro Ferreira da - *Família e trabalho doméstico no hiterland de Lisboa: Oeiras 1763- 1810.* "Análise Social" 3ª série, Vol. XXIII, nº 97, 1987, p. 532.

[2] Barahona, Victoria López; Nieto Sánches, José A. - *El trabajo en la encrucijada: Artesanos urbanos en la europa de la edad Moderna*, Madrid, 1996, los livros de la catarata, 1996, p.10. Nesta obra poderemos abordar o tema do trabalho em vários países europeus, nomeadamente em Espanha, Itália e França.

[3] Amelang; James S. - Las Culturas del Trabajo, in El trabajo a través de la historia, UGT – Centro de Estudios Históricos, Asociación de Historia Social, 1996, pp.153,154.

Também o trabalho feminino tem sido objecto de particular atenção por parte dos estudiosos, pois *"el interés por el género ha desempenhado um papel fundamental en la redefinición del programa y la temática de la historia de la classe obrera"*[4]. Por isso, não espanta que a mulher do Antigo Regime seja de cada vez mais vista como um elemento social dinâmico, ligado à vida activa e à produção, principalmente nas unidades familiares e não como um ser tradicionalmente destinado apenas à vida doméstica e à criação dos filhos.

Na generalidade esses trabalhos privilegiam a *"adopción de la microhistoria como forma de análisis histórico... la aplicación de la técnica microhistórica...está probando su idoneidad para el estudio de los grupos de trabajadores"*[5]. Efectivamente nestas investigações, o social e o cultural juntam-se ao aspecto económico ultrapassando assim alguns aspectos da historiografia tradicional. Um exemplo sugestivo é o que refere Shephard no estudo das unidades domésticas dos mestres de Dijon, onde demonstrou que o colectivo gremial dessa cidade de província soube responder à realidade social e económica da sua época, contradizendo a ideia dos grémios como organizações fechadas que evitavam a mestria aos aprendizes e oficiais[6]. Acrescente-se no entanto, que as abordagens indicadas debruçam-se principalmente sobre o trabalho urbano, só muito superficialmente referem o trabalho rural.

Em Portugal, tem havido um esforço no sentido de seguir o caminho trilhado pela historiografia europeia, muito embora existam grandes lacunas de acessibilidade documental. As investigações que possuímos sobre o trabalho, relativas à segunda metade do séc. XVIII, são abordagens que nos dão uma interpretação de caracter geral sobre o mesmo, nomeadamente trabalhos de Borges de Macedo[7], Nuno Luís Madureira[8], Jorge Pedreira[9],

---

[4] Idem, Ibidem, pp.156-157.

[5] Barahona, Victoria López; Nieto Sánches, José A. - *El trabajo en la encrucijada: Artesanos urbanos en la europa de la edad Moderna*, Madrid, 1996, p.16. Esta obra inclui vários trabalhos de investigação dos quais destacamos: *Movilidad Social y Geográfica del artesanado en el siglo XVIII: estudio de la admisión a los gremios de Dijon, 1700-1790* da autoria de Edward J. Shephard; *Estrategias de Grupo y Estrategias de oficio: el gremio de sastres de Turin a finales del siglo XVII y principios del XVIII*, de Simona Cerutti; Gremio Familia y cambio económico. Pelaires y tejedores en Igualada, 1695-1765, de Jaume Torras Elias; *La crisis gremial y la organización de la producción y del trabajo en la sedería Valenciana. (finales del siglo XVIII y principios del siglo XIX)*, autor Fernando Diez; *Insolentes y independientes: los oficiales y sus "ritos" en el taller del Antiguo Régimen*, da autoria de Cynthia M. Truant.

[6] Idem, Ibidem, pp.37-69.

[7] Macedo, Jorge Borges de - *Problemas de história da indústria Portuguesa no século XVIII,* Lisboa, 1963, (2ª edição-1982).

[8] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios. A indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, 1997.

[9] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e o Brasil(*1870-1830), Lisboa, 1994.

Amado Mendes[10] entre outros. Todavia, merece algum relevo o trabalho de Fernando Correia Pina[11], o qual utilizando como fontes o registo das Companhias de Ordenanças e os registos de examinação, estuda os ofícios mecânicos e traça a partir dos mesmos, o panorama evolutivo da produção da referida localidade, constituindo dessa forma uma importante iniciativa no âmbito da organização do trabalho rural, numa perspectiva de análise micro.

Ora, o presente trabalho, tendo em conta o panorama exposto, procurará, partindo de uma fonte fundamental- "Os Registos dos ofícios mecânicos", conhecer a organização do trabalho num espaço de cariz rural, tentando especificamente aprofundar esse conhecimento num grupo sócio-profissional de grande prestígio- os sombreireiros- uma profissão que segundo Inês Amorim[12] atingiu manchas densas no concelho da Feira, durante o século XVIII. Porém, torna-se evidente que um trabalho em espaço rural terá quase obrigatoriamente que ter em consideração os atributos historiográficos que elegeram o termo protoindustrialização[13]. A organização do trabalho do concelho da Feira não foi certamente indiferente a esse sistema de produção, de modo que tentaremos detectar no trabalho Feirense algumas dessas características, principalmente as que se referem aos sombreireiros, os quais, num contexto de ruralidade, puderam trabalhar para mercados supra regionais. Repare-se que "*proto-industrialization can be defined as the development of rural regions in which a large part of of the population lived entirely or to a considerable extent from industrial mass production for inter- regional and international markets*"[14].

O presente estudo tentará situar-se nestes percursos historiográficos, constituindo-se num projecto de história local, que recorre a técnicas de micro-história, mas sempre dentro de uma óptica de integração no espaço nacional, ou seja abordando afinidades e contrastes que as estruturas locais e nacionais mantêm entre si.

O espaço histórico sobre o qual incidiremos, é formado pela freguesia da Feira (sede do concelho) e pelas freguesias dependentes, constituindo, no seu todo, o concelho da Feira, (vd.

---

[10] Mendes, José Amado - *A história da indústria em Portugal*, Coimbra, 1997.

[11] Pina, Fernando Correia - *Os Ofícios Mecânicos em Fronteira ao tempo de Pombal*, Biblioteca Municipal de Fronteira, "Revista Cidade".

[12] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814) : Estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra, 1997, pp. 410-414.

[13] Ogilvie, Sheilagh C. ; Cerman, Markus - *European Proto industrialization*, Cambridge, 1996, p. 1. Os autores apresentam a seguinte definição bastante geral deste conceito : "Proto industria lization" is the name given to the expansion of domestic industries producing goods for non local markets wich took place in many parts of Europe between the sixteenth and de nineteenth centuries.

[14] Idem, Ibidem, p.3. Trata-se de definição retirada de texto de Peter kriedte, Hans Medick and Schlumbohm 1981.

mapa 1 e anexo1 do cap I). Este inseria-se na comarca do mesmo nome e pertencia à provedoria de Aveiro[15]. Trata-se de um espaço administrativamente coerente, base de análise do percurso dos homens e mulheres que pediram autorização para exercerem o seu trabalho.

O presente estudo desdobra-se em duas partes. Na primeira, analisaremos o espaço concelhio na sua vertente geo-morfológica e político- administrativa; a intervenção do poder municipal na organização dos ofícios mecânicos; a relação entre os diversos grupos profissionais e a distribuição espacial das diferentes profissões; as características da evolução das profissões ao longo da 2ª metade do século XVIII.

Na segunda parte abordaremos, especificamente, o grupo profissional dos sombreireiros, relativamente aos quais tentaremos: justificar a sua concentração e distribuição geográfica; reconhecer a sua importância no contexto profissional local e regional; conhecer a forma de transmissão do ofício; compreender a sua representatividade, integrando-a na conjuntura do comércio colonial da segunda metade do século; conhecer o seu processo produtivo e os seus mercados de escoamento, nomeadamente o mercado interno e o brasileiro. Tentaremos, em suma, responder a três questões que nos parecem fundamentais: como se organizava o trabalho mecânico na Vila da Feira, durante a segunda metade do século XVIII, de que forma se afirmaram os sombreireiros ao ponto de atingirem mercados supra nacionais e qual foi a responsabilidade dos sombreireiros no incremento da indústria da chapelaria que eclodiu nos princípios do século XIX, em S. João da Madeira e principalmente no Porto[16].

Tornou-se óbvio o interesse pelo período relativo à segunda metade do século XVIII, mais concretamente entre 1755 e 1815. Tratou-se de uma época de forte intervenção estatal na esfera económica, nomeadamente na indústria[17], o que criou probabilidades de se encontrar reflexos dessa intervenção na produção artesanal Feirense; época de surto demográfico europeu com o consequente aumento da mão de obra e dos mercados consumidores - época

---

[15] Amorim, Inês - *Descrição da Comarca da Feira, 1801*, "Revista da Faculdade de Letras- História", Porto, 2.ª Série, vol. 11, p. 232.

[16] Mónica, Maria Filomena - *A Formação da Classe Operária Portuguesa*, p. 27. A autora refere que a chapelaria a penas se concentrou em S. João da Madeira nos inícios do século XX, na tentativa de encontrar mão de obra barata Ora, as várias fábricas de chapéus de lã, que apuramos nos princípios do século XIX em S. João da Madeira criadas por sombreireiros de famílias com tradição nessa produção, obriga-nos a repensar tal ideia e a apostar mais forte no papel dos sombreireiros no nascimento da chapelaria nesta freguesia. No caso do Porto, o "*Mappa das Fábricas de toda a natureza que existem na Comarca do Porto" relativo ao ano de 1813*, permite-nos verificar a importância dos sombreireiros da Feira no desenvolvimento da chapelaria Portuense. A propósito desta matéria, Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814),. Estudo económico de um espaço Histórico*, Porto, 1996, p. 414, refere que se tratou antes de um retorno.

[17] Macedo, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal*, Lisboa, 1951, pp. 178/179

de proto-industrialização europeia[18], o que pode constituir uma pista para verificar se a Feira se insere nessa realidade. Tempo em que as ideias iluministas de liberdade de mercados vão ganhando novos espaços e novos sectores, podendo influenciar o nosso espaço rural. Período de grande dinamismo comercial colonial e de assinalável participação da produção nacional no mesmo, principalmente no último quartel do Século[19], o que nos levará a colocar hipóteses sobre os mercados inter-regionais e até internacionais que alimentassem a produção dos sombreireiros. Por último e em contramaré, é tempo das invasões Francesas, dos tratados comerciais de 1810[20] e do fim do exclusivo colonial, factos que permitem apreciar a reacção da produção artesanal em geral e do quadro espacial específico em particular.

Os fenómenos de desarranjo provocados pelas invasões ou outros factores, poderão ter influência na mobilidade e saída de mão-de-obra, principalmente dos sombreireiros para as fábricas de chapelaria do Porto, como alguns defendem[21]. Tal facto, remete-nos, por um lado, para as questões de mobilidade profissional e por outro, para a dinâmica continuidade/ruptura das unidades de produção dos sombreireiros da Vila da Feira.

Uma apresentação mais detalhada do nosso trabalho pressupõe que descriminemos o conteúdo das diferentes partes.

A **1.ª** será constituída pelos capítulos I e II e III. No **cap. I** faremos a delimitação do espaço a estudar, ou seja analisaremos o enquadramento político-administrativo, reconhecendo o espaço e funcionamento administrativos e faremos o enquadramento geo-morfológico, analisando as características do relevo, clima, vegetação, redes fluvial e terrestre. Abordaremos ainda os sectores de actividade. Neste capítulo inserem-se quadros sistematizadores da informação e cartografia específica que evidencie a ocupação do espaço. No **cap. II,** analisaremos a relação entre o poder municipal a organização dos ofícios mecânicos, reconhecendo a intervenção, o papel do juiz de ofício, a importância dos regimentos e finalmente a forma de participação do povo no governo concelhio no que dizia respeito à estruturação dos ofícios.

No cap. III, procuraremos avaliar a evolução das actividades ditas mecânicas no panorama sócio-profissional e a distribuição geográfica dos ofícios pelas várias freguesias. Estudaremos ainda a evolução dos registos de licenças ao longo da segunda metade do século

[18] Ogilvie, Sheilagh C. e Cerman, Markus - *European Industrialization*, Cambridge University Press, 1996, p.3.
[19] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial e mercado colonial*,... ,p.280.
[20] Idem, Ibidem, pp.327-328.
[21] Ramada, José António Real Pereira - *A indústria da chapelaria Portuense entre 1750 e 1852*, Porto, 1997, p. 312.

XVIII e tentaremos reconhecer a relação entre essa dinâmica evolutiva profissional e a dinâmica demográfica. Seguidamente, referir-nos-emos à sazonalidade dos ofícios e finalmente trataremos da eventual mobilidade geográfica e profissional.

A **2.ª parte,** composta pelos capítulos IV, V e VI, será totalmente dedicada a uma análise mais fina da postura dos sombreireiros.

No **capítulo IV, c**onheceremos a distribuição e concentração geográfica deste ofício, procurando justificar essa mesma concentração e verificaremos o seu peso no contexto profissional das freguesias em que se estabelecem. Seguidamente, traçaremos a sua evolução, em termos de registo, tentando ter como referência o contexto económico nacional, nomeadamente a legislação relativa à indústria e ao comércio colonial e tentaremos identificar o tipo de relação que se estabelece entre o crescimento de inscrições no ofício e a dinâmica demográfica. Abordaremos também a forma de transmissão do ofício, ou seja a sua coesão e dispersão, a relação que os sombreireiros mantêm com as tecedeiras, outra profissão que emerge e se destaca a par dos sombreireiros.

O **capítulo V** tratará do processo produtivo utilizado pelos sombreireiros. Procuraremos conhecer, por um lado, as matérias primas utilizadas, o seu abastecimento, por outro, tentaremos localizar instalações e equipamento técnico, conhecer processo de fabrico, mão-de-obra, divisão de tarefas e ainda reconhecer capitais e rendimentos destes profissionais.

O comércio dos chapéus será o assunto do **capítulo VI**. Neste, tentaremos identificar tipos e preços de chapéus, mercados internos, externos e respectivos agentes. Daremos especial atenção aos mercados externos, tentando perseguir as rotas do Brasil.

Enfim, como referimos atrás, propomo-nos conhecer o mundo do trabalho mecânico, característico dos núcleos urbanos, num meio rural, sem paralelo noutros estudos ou localidades[22] durante a 2ª metade do século XVIII e a forma como um dos seus grupos sócio profissionais- os sombreireiros, conseguiu atingir mercados supra nacionais e eventualmente serviu de suporte à industrialização do Porto e S.João da Madeira, verificada nos princípios do século XIX.

[22] Além dos autores e respectivos trabalhos referidos anteriormente , podemos acrescentar os trabalhos de Nazareth, J. Manuel e Sousa, Fernando de - *Aspectos sócio demográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII*, "Análise Social", vol. XVII, (66), 1981 e *A Demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime-aspectos sócio demográficos de Coruche,* in Cadernos "Revista de História Económico Social", n.º 4, 1983. Nestes trabalhos, os autores apresentam-nos uma estrutura profissional própria de um meio rural, mas utilizando estatísticas globais. O nosso trabalho pretende, partindo de um caso concreto, fazer uma análise dinâmica o mais global possível às estruturas sócio profissionais ao longo da Segunda metade do século XVIII.

2. As Fontes

Para atingir a realidade da produção artesanal do concelho da Feira e os objectivos descritos anteriormente, socorremo-nos de um leque diversificado de fontes inseridas em vários arquivos, que passamos a analisar, indicando oportunamente as dificuldades e potencialidades inerentes às mesmas.

2.1 Livros de Registo dos Ofícios

Sob esta designação, englobamos registos que eram da responsabilidade da câmara (vd Cartas de examinação). Consultamos três livros depositados no Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira, relativos ao período de 1755-1771 e 1783-17815:

- Livro dos " *Registos das cartas dos ofícios*" para o período entre 1755-1771.
- Livro dos "*Registos das cartas de ofícios e suas desistências*" Para o período entre 1783 e 1794.
- Livro do "*Registo das cartas de ofícios e seus dezistementos*" para o período entre 1795 e 1834. Este foi utilizado, apenas até 1815, data do *terminus* cronológico do trabalho.

Os livros apresentam uma estrutura similar, assente basicamente no registo de ofícios e paralelamente, no registo de desistências. São, como a lei previa, da responsabilidade das autoridades camarárias, sendo normalmente abertos e encerrados por um vereador ou pelo juiz de fora, os quais, além disso, numeram e rubricam todas as folhas no canto superior direito, como se observa no exemplo seguinte:

"Serve este livro para o registo das cartas de ofícios e seus dezistementos e vai por mim numerado e rubricado".

Feira, 26 de Setembro de 1794

José Jacinto da Costa Reis"[23]

O principal obstáculo com que nos deparamos foi a falta de inscrições para o período entre 1772 e 1782 inclusivé, possivelmente pelo desaparecimento de um ou mais livros de registos. Acrescente-se a ilegibilidade de alguma página, a falta de elementos em alguns registos de ofícios, como seja a omissão de lugar e filiação do destinatário e a falta de registos após 1799 em algumas freguesias[24].

[23] AMSMF, "Registo das cartas de ofícios e seus dezistementos1795-1834", fl. 1.

[24] Com a reforma administrativa de 1799, que cria o concelho de Oliveira de Azeméis deixou de haver inscrições nas 20 freguesias que passaram a fazer parte do novo concelho, como se referirá no capítulo I.

Antes de passarmos à análise detalhada destes livros vejamos as suas potencialidades globais. Através deles poderemos conhecer os diversos grupos sócio profissionais, pois todo o indivíduo que se quisesse tornar profissional de uma arte deveria submeter-se a um exame controlado pela Câmara. Após o dito exame, em caso de aprovação, era-lhe passada uma carta de examinação que o escrivão camarário registava. Na época, competia às autoridades camarárias controlar o imposto que pagavam os profissionais dos vários ofícios, assim como zelar pela qualidade da produção, ou seja defender o consumidor.

Além dos já referidos registos de inscrições e de desistências, surgem esporadicamente outros elementos complementares, como um regimento de pisoeiro de 1794[25], processos de cartas de examinação[26], além das nomeações e juramentos de eleitos[27].

Vejamos, então, especificamente os vários elementos incluídos nos diversos livros:

Cartas de examinação

Não abundam exemplos de cartas de examinação. Encontrámos no livro dos "*Registos das cartas de ofícios e seus deziztementos*"- 1795-1834 onze processos de cartas de examinação formados, na generalidade, por duas folhas cada um, contendo a segunda uma certidão passada pelo juiz de ofício e a primeira a petição da carta de examinação ao Senado. São todos da década de 1820[28] com excepção de uma carta de 1787.

Encontrámos ainda, relativas à década de 1730, 21 certidões de examinação escritas em pequenos bilhetes soltos que se encontram dentro de um envelope num dos livros de registo de ofícios. Nos Livros de "*Registo de Provisões*", que abordaremos especificamente mais à frente, temos acesso a algumas cartas de examinação tiradas fora do concelho (vd. anexo1), apresentadas por indivíduos que queriam trabalhar no concelho da Feira e como tal foram obrigados, como mandava a lei, a apresentarem-se ao senado camarário (vd. Cap. II). Estas cartas permitem-nos, por um lado, saber qual a atitude da Câmara da Feira perante os

[25] AMSMF, "Livro dos Registos das cartas dos ofícios e suas desistências, 1783-1795", fl. 149.

[26] AMSMF, "Registo das cartas de ofícios e seus dezistementos1795-1834", As cartas de examinação pertencem todas às primeiras três décadas do século XIX , com excepção da carta e regimento de ferreiro que são de 1787, encontrando-se em processos soltos no livro indicado. Esta temática será abordada no capítulo III, relativo à organização do trabalho.

[27] AMSMF, "Livro de registos das cartas de ofícios 1755- 177"1. Estes juramentos encontram-se a partir da folha 88 até ao fim do livro.

[28] Utilizamos estes processos de cartas de examinação referentes a um tempo imediatamente posterior ao términus cronológico do presente trabalho, pois trata- se dos únicos exemplares que encontramos nas referidas fontes. Além disso, verificamos que os juizes examinadores são os mesmos que examinavam durante a primeira década de 1800, por isso podemos aceitar como provável que os processos das cartas se elaboravam de forma semelhante.

profissionais examinados fora do concelho e por outro, elaborar uma caracterização mais completa das cartas de examinação.

A carta de examinação era um documento passado pelo escrivão camarário a um oficial que tinha realizado um exame, perante o juiz do respectivo ofício. Era este documento que validava o exame e permitia ao oficial "*usar o ofício em loja separada*"[29].

Os livros de registos de ofícios apresentam-nos os registos das cartas passadas aos examinados, sendo esses registos o último passo de um processo longo, burocrático e difícil, que o oficial mecânico tinha que suportar.

A fim de reconstituir o processo de candidatura e aprovação do profissional, associamos os dados dos processos das cartas do livro dos *"Registos das cartas de ofícios e seus dezistementos" 1795-1834 e* das certidões de exame passadas na década de 1730, com os elementos da carta passada pelo Senado da Câmara da Vila da Feira em 1787, contida no mesmo livro. Depois, confrontamos todos estes dados, com os das cartas de examinação dos *"Livros de registo das Provisões"*, duas delas tiradas no Porto. Algumas experiências descritas em trabalhos afins esclarecem os mecanismos processuais. O dito processo iniciava-se com a solicitação do exame ao juiz do ofício, através de uma certidão onde deveria constar que o aprendiz tinha concluído o tempo de aprendizagem. A Vila da Feira é omissa quanto a essa matéria, mas seria prática habitual, como acontecia no Porto [30].

Combinada a data e o local, este geralmente em casa do juiz examinador, fazia-se o exame.

O Exame

Era uma necessidade e exigência para os ofícios mecânicos, condicionante da entrada legal na profissão. Com ele, os oficiais podiam abrir oficina e trabalhar por conta própria. Ascendendo a mestres, chegavam ao topo da carreira profissional, podendo ser nomeados juizes de ofício, tal como consta da certidão de exame que passa José Francisco de Pinho Novo, onde o mesmo refere *"Digo eu...juiz de canastreiro examinado como consta da minha carta"*[31].

O exame era essencialmente prático, sendo raras vezes teórico. Era formado por uma listagem de peças a construir, com indicação dos materiais a usar, dos tamanhos exigidos e

[29] Langhans, Frans-Paul - *As corporações dos ofícios mecânicos*, Lisboa, 1943, vol.I, p. XXX.
[30] Morais, Maria José - *O ensino profissional no século XVIII. O caso do Porto*, Porto, 1994, p. 170.
[31] AMSMF, "Livro de registos das cartas de examinação e seus dezistementos 1795-1834". Processos das cartas de examinação.

das formas e enfeites respectivos[32]. Nas cartas de examinação da Feira a referência ao programa do exame é bastante generalizada. Num exame de carpinteiro, o juiz António Alves de Oliveira refere: *"por se achar pronto para puder trabalhar e usar do mesmo ofício e toda a qualidade de obra";* noutro o mesmo juiz já escreve: *"está examinado para poder usar do ofício de carpinteiro tanto de obra branca como de fazer carros"*[33].

Na década de 1730, as referências ao programa de exame simplesmente não existem, referindo-se praticamente em todas as certidões *"por o achar apto (capas) e suficiente"*. Numa certidão de exame de tecedeira, nem sequer essa referência existe, escrevendo-se: *"Eu Rosa Maria enxeminadora das tecedeiras he verdade que examinei a Maria de João Borges do lugar de Água Levada do concelho de Vila da Feira He verdade que eu examinei foi a sete de Dezembro de 1734".*

No Porto, o exame do mesmo ofício era muito mais detalhado, havendo clara distinção, por exemplo entre carpinteiro de casas e carpinteiro de carros. O exame do primeiro consistia em saber traçar a planta de uma casa com medidas dadas pelo juiz, devendo constar da mesma a armação da casa, uma porta almofadada com indicação da altura etc. O carpinteiro de carros tinha que saber fazer a planta de um carro e responder às perguntas do juiz[34].

No exame de tamanqueiro da Feira refere-se: *"e porem o achar capas de usar o dito ofício"*, enquanto no Porto se especificava que o oficial era obrigado a fabricar dois pares de socos, sendo um para homem e outro para mulher de acordo com a moda e como os juizes mandassem[35]. No ofício de alfaiate refere-se: *"pelo achar capas de exercer o dito ofício tanto de talhar como de obramento".* No Porto, já antes da admissão a exame, o juiz deveria saber junto do mestre se o candidato sabia "cozer, cazear e perspontar", depois era-lhe feito um exame teórico e prático[36].

Relativamente ao pedreiro refere-se: *"por estar pronto"*[37].

A parte teórica era mais rara, no entanto também fazia parte do exame, como se comprova na certidão de exame de canastreiro passada pelo juiz José Francisco de Pinho

[32] Morais, Maria José - *O ensino Profissional* ..., p. 178.
[33] "Obra branca" refere-se a trabalho de carpintaria de casa, nomeadamente em material de pinho.
[34] Morais, Maria José - *O ensino Profissional* ..., p. 178.
[35] Idem, Ibidem, p.195.
[36] Idem, Ibidem, p.194.
[37] AMSMF, "Livro dos Registos das cartas dos ofícios e seus dezistementos". Trata-se da certidão de examinação do oficial de pedreiro, natural de Argoncilhe, passada pelo juiz António José Caetano em 1829.

Novo a Domingos José de Oliveira, onde o dito juiz refere: "*e como é certo em me responder as minhas perguntas*"[38].

Como se verifica, o exame era indispensável, sendo de fundamental importância para a ascensão na carreira, para justificar a carta no sentido de poder "*trabalhar para fora*", como acontecia com as tecedeiras que desistiam quando tal não acontecesse, ou ainda para a obtenção de cargos, nomeadamente de juiz de ofício ou ainda para ter oficina aberta e empregados. Caso não tirassem carta eram multados.

Depois de examinado e aprovado, o juiz passava-lhe uma certidão de exame que devia ser entregue no Senado da Câmara. Reparemos que ao contrário do Porto, onde era o escrivão do ofício que passava a certidão, aqui era o juiz do ofício, ou outra pessoa no caso de o mesmo não saber escrever, que a passava. Na certidão de examinação que o juiz José Francisco de Pinho Novo, passa ao canastreiro Domingos José de Oliveira, refere- se: "*por isso pedi a Bernardo José Pais Ferreira mestre escola desta freguesia que esta por mim fizesse*"[39].

Certidão de exame

A certidão ou atestado era entregue no Senado da Câmara, com o intuito de requerer carta.

Nas certidões referenciavam-se normalmente os seguintes elementos: nome do juiz examinador de determinado ofício e respectiva residência (nem sempre); nome do destinatário, filiação e naturalidade, finalmente a identificação do ofício a examinar, as componentes do exame (nem sempre), a finalidade da certidão, o local e a data. Ao confrontarmos as certidões passadas na década de 1730 com as da década de 1820, verificamos que as segundas são mais elaboradas. No entanto, em ambos os casos apresentam uma estrutura básica semelhante às certidões de examinação passadas pelo Porto, na década de 1770[40] . No Porto, a certidão também se chamava carta, a qual o oficial examinado devia entregar no Senado para ser vista e confirmada. Então, era-lhe passada a verdadeira carta, que

[38] AMSMF, "Livro dos Registos das cartas dos ofícios e seus dezistementos". Processo de Domingos José de Oliveira.

[39] AMSMF, "Livro dos Registos das cartas dos ofícios e seus dezistementos". Processo de Domingos José Oliveira.

[40] Inserem-se nos processos de examinação, que são apresentados na Câmara da Vila da Feira, por indivíduos que tiraram carta no Porto e que pretendem trabalhar na dita Vila. Citamos por exemplo o oficial de ferrador João gomes Leite de S. João da Madeira. Encontram-se no AMSMF, nos Livros de Registo de Provisões.

o mesmo teria que levar no prazo máximo de 30 dias ao escrivão do ofício para a registar em livro próprio.

Repare-se neste exemplar: "*Digo eu João Ferreira morador na freguesia de Travanca juiz do ofício de ferreiro qu hé verdade que eu examinei a Domingos Ferreira Brandão, filho de Manuel de Crasto da freguesia de Paços de Brandão e por o achar apto e suficiente para ele sobredito usar o dito ofício de ferreiro em toda a parte que se achar...o pode usar sem que lhe faça em prejuízo algum e por assim ser verdade lhe passei esta certidão para que se lhe passasse sua carta de examinação hoje em Travanca vinte e nove de Dezembro de mil e setecentos e trinta e seis*

Em que me assinei eu João Francisco.

Com esta certidão, o oficial dirigia-se à Câmara, num prazo que poderia oscilar entre dias ou meses[41]. Aí requeria ou fazia uma petição ao senado, a qual era passada pelo escrivão da Câmara.

Petição

Em seguimento da certidão, a petição feita ao senado e registada seguia normalmente este modelo: "*Diz Manuel do Nascimento da cidade do Porto e de presente assistente na freguesia de S. Martinho de Argoncilhe que ele pela carta junto do juiz do ofício de alfaiate desta vila e seu termo se mostra examinado pronto e apto para exercer o dito ofício de alfaiate tanto de talhar como em obras e por isso pretende se lhe mande passar sua carta de examinação do dito ofício na forma do estilo*

P. a V.ª se dignem mandar-lhe passar a dita carta em atenção à certidão de examinação feita.

E.R.M."[42]

A maioria das certidões que analisámos seguem esta estrutura, repetindo a identificação e naturalidade do suplicante, o ofício em que foi examinado, o tipo de habilitação que passa a ter no exercício do ofício e finalmente a solicitação da carta.

Posteriormente o Senado despachava.

---

[41] Nos vários processos estudados, verificamos que o tempo de apresentação na Câmara para solicitar a carta de examinação é variável. Assim, temos um caso em que o juiz passa certidão em Janeiro e o oficial apenas pede carta em Julho; contrariamente, temos um caso em que o oficial recebe certidão num dia e faz petição ao Senado no dia seguinte. Contudo, normalmente apresentavam-se na Câmara num prazo inferior a um mês.

[42] AMSMF, "Livro dos Registos das cartas dos ofícios e seus dezistementos" 1795-1834,. Trata-se do processo de examinação do oficial de alfaiate, inserido no envelope das cartas de examinação.

Despacho

Aparece no canto superior esquerdo da folha do termo do senado sob esta forma: "*Passe carta na forma do estilo* -" Segue-se a indicação da localidade e data, e ainda as assinaturas de três vereadores.

Finalmente, após o despacho, o escrivão passava a carta de examinação, podendo a mesma ser registada posteriormente.

A estrutura de uma carta de examinação era a seguinte:

"Carta de examinação do ofício de ferreiro de: Manuel José Vilas Boas de Rio Meão o doutor João Marques Araújo da Fonseca, juiz de fora do geral com alçada nesta Vila da Feira e seu termo por sua alteza real, que Deus guarde, e os vereadores do Senado da Câmara abaixo assinados; fazemos saber a todos os senhores doutores corregedores, provedores, ouvidores, Julgadores, Juizes, Justiças, oficiais e mais pessoas dela, deste reino e senhorios de Portugal, àqueles a quem, aonde e perante quem e a cada um dos quais em suas jurisdições, em como sendo nesta Vila da Feira em feito de Câmara, foi apresentada uma certidão proferida pelo juiz de ofício de ferreiro pela qual constava que ele tinha examinado e aprovado do dito ofício a Manuel José Vilas Boas da freguesia de Rio Meão, o qual nos pedia que lhe mandássemos dar e passar sua carta de examinação do dito ofício, a qual lhe mandamos dar e passar que se apresenta pelo teor. Da qual pedimos a todas as senhoras justiças a quem o conhecimento desta pertencer que sendo-lhe ela apresentada e indo por nós assinada e selada com o selo do nosso presidente a cumpram e guardem e deixem usar do dito ofício ao requerente por ter já cá sido examinado e aprovado.

Feira 12 de Dezembro de 1787 anos"[43]

Como referimos, só encontramos este exemplar nos livros de registos de ofícios, mas pelo confronto com as cartas passadas principalmente no Porto[44] e em Braga[45] (anexo 1), verificamos que a estrutura era semelhante.

Estas cartas acompanhavam os oficiais examinados, para que as pudessem apresentar, quando as autoridades concelhias fizessem correição.

---

[43] AMSMF, "Livro de Registos das cartas de ofício e seus dezistementos- 1795-1834" Encontra-se no envelope das cartas de examinação, tendo em anexo o respectivo regimento.

[44] AMSMF, "Livro de Registo das Provisões", carta de ferrador de João Gomes Leite, ano de 1774, fl. 246-246v.

[45] AMOP, JC 8, processo de licenciamento de António José Ferreira- sombreireiro. A carta está incluída no processo deste sombreireiro e é do ano 1802.

Antes de a carta ser entregue ao novo examinado era feito o registo da mesma, sendo principalmente esses registos que formam o conteúdo desses livros.

O registo do ofício

Era o último passo do longo processo burocrático de aquisição de carta de examinação, executado pelo escrivão camarário após despacho do Senado.

A estrutura de um registo de ofício era a seguinte:

"Em 9 de Janeiro de 1755 registada carta de tecedeira de Maria filha de Joaquim Lopes de Fornos,

José Soares Ferraz da Silva mesmo o fez"[46]

Partindo deste exemplo, construímos um quadro que nos permite verificar os elementos constituintes de um registo (vd. anexo 2).

Notemos que nem sempre existe indicação da filiação e do lugar de residência do oficial, facto que nos criará dificuldades quando pretendemos fazer trabalho de transmissão de profissão, através do confronto das listas nominais. O elemento identificativo de mãe surge muito raramente e quando tal acontece será porque se tratava de cabeça de casal.

Alternando com os registos de inscrições aparecem os registos de desistências. Estes eram termos ou certidões passadas pelo escrivão camarário aos profissionais que pretendiam ou eram "obrigados" a deixar determinada profissão. Ao longo dos anos, os termos vão sendo de cada vez mais cuidadosos na pormenorização dos vários elementos. Todavia, no seu conjunto, a estrutura básica era a seguinte:

"Pigeiros

Dezistemento

Em 29 de Janeiro de 1768 desistiu do ofício de canastreiro por se achar incapaz de o exercer, por Ter outras ocupações António Ferreira do lugar de Cavadas da freguesia de Pigeiros e assinou, Alexandre Caetano Correia de Sá o escrevi"[47].

A partir deste documento também pudemos construir um quadro contendo os vários elementos do registo das desistências (vd. anexo 2):

A obtenção do termo de desistência por parte do trabalhador, obedecia também a um processo burocrático. Em primeiro lugar, o interessado solicitava à Câmara, através de um requerimento/petição, contendo as justificações, autorização para desistir. Nesse

[46] AMSMF, 2Livro dos Registos das cartas de ofícios, 1755- 1771", fl. 2.
[47] AMSMF, "Livro de Registo das cartas de Ofícios, 1755-1771", fl. 63v.

requerimento, expunha as razões e esperava o despacho. Depois, em conferência, o juiz de fora, decidia e despachava. Finalmente, o escrivão registava e passava o respectivo termo, dentro deste modelo:

"Nogueira da Regedoura

Em 4 de Janeiro de 1787 anos nesta Vila da Feira em o meu escritório apareceu Maria Solteira filha de Ana da Silva viúva do lugar de Pousadela da freguesia de Nogueira da Regedoura e por ela foi dito que fazia termo de desistência do ofício de tecedeira por não usar já dele na forma de uma sua petição que me apresentou para o dito fim com despacho do doutor juiz de fora e assinou a seu rogo por não saber escrever António Rodrigues Carvalho de Grijó. Domingos José Correia da Sá o escrevi e declaro"[48].

Assinavam o documento o interessado, ou um representante sempre que se tratava de uma mulher, explicitando-se "*por não saber escrever*" e finalmente, o escrivão.

O registo das desistências significa que as autoridades continuavam apostadas no controlo do trabalho. Este documento dá-nos informações preciosas sobre a mobilidade profissional (entradas e saídas na profissão) e principalmente sobre as várias vertentes do trabalho feminino.

2. 2 Livros de Registo de Provisões

Analisemos o livro dos *Registos de Provisões*- 1750-1760, o livro de *Registo de Provisões* 1767- 1778 e o livro de *Registo de Provisões* 1778-1793.

Estes livros eram abertos, encerrados, numerados e rubricados por um vereador camarário. Continham ordens de governança, registos de cargos públicos, alvarás reais sobre matéria diversificada e registos de cartas de examinação, principalmente de ofícios não mecânicos, como cirurgião. Todavia, aí encontramos algumas cartas de examinação de ofícios mecânicos, já referidas.

Interessou-nos sobretudo o livro de *Registo de Provisões* 1767-1778, pois o mesmo contem uma carta de ferrador[49] e uma de ferrador e alveitar[50]. A análise destas cartas permitiram-nos verificar a forma como a Câmara da Feira actuava perante os profissionais, que tendo tirado cartas fora, pretendiam trabalhar por sua conta na Vila da Feira. Permitem-

[48] AMSMF, "Livro de Registos da Cartas de Ofícios e suas desistências, 1783-1785", fl. 61v.
[49] AMSMF, "Livro de Registo de Provisões 1767- 1778", fl.246.
[50] AMSMF, "Livro de Registo de Provisões 1767- 1778", fls. 321-322.

nos ainda estabelecer comparação com a cidade do Porto, o núcleo urbano mais próximo do concelho.

Por norma, a Câmara da Feira confirmava os documentos apresentados e despachava favoravelmente, não necessitando o suplicante de repetir exame, consoante se verifica pelo despacho da Câmara da Feira ao pedido de João Gomes Leite, morador na Vila da Feira, para que se lhe registasse a sua carta de ferrador, tirada no Porto: "*cumpra-se e registe-se Feira em Câmara de Novembro dezanove de mil setecentos e setenta e quatro= pinho=Pereira Cabral=Pires e não continha mais a dita petição despacho carta e certidão de examinação que aqui bem e fielmente tresladei dos originais papéis que tornei a entregar ao dito João Gomes...*"[51]. Também Domingos da Mota, oficial de sapateiro da freguesia de Esmoriz, "*apresentou uma carta passada pela Câmara do Porto do mesmo ofício e com ela fez petição à Câmara desta Vila requerendo -para com ela poder usar neste concelho e que se lhe registasse e prontamente se lhe atendesse (...)*"[52]

Esta postura contrasta com a cidade do Porto que sob pretexto da defesa da qualidade do ensino e por um controlo mais eficaz sobre a actividade profissional, exigia que os exames tirados fora do concelho não tivessem validade, devendo os interessados ser novamente examinados[53]. Contudo, como indicam os estatutos, aos sombreireiros de fora da cidade, desde que apresentassem carta de exame de corporação semelhante ao juiz em serviço e este a considerasse válida, podia estabelecer-se com loja aberta[54].

2. 3 Livros dos Acórdãos

Estes livros eram geralmente abertos, encerrados, rubricados e numerados por um juiz vereador. São 5 livros em bastante mau estado, principalmente por haver folhas deterioradas que impedem leitura correcta, ou porque lhes faltam mesmo algumas, os quais contêm os acórdãos, ou seja as deliberações camarárias feitas pela "*Gente da Governança*" com a participação do povo no sentido mais lato e relativas aos mais variados aspectos da vida pública.

---

[51] AMSMF, "Livro de Registo de Provisões 1767- 1778", fl.246.

[52] AMSMF, "Livro de Registos da Cartas de Ofícios e suas desistências", 1783-1794, fl. 14 v- 15.

[53] Morais, Maria José - *O ensino profissional...*, p. 199. Segundo os estatutos dos tamanqueiros, latoeiros, etc. os indivíduos examinados fora da cidade, que quisessem exercer na cidade ou comarca tinham que repetir o exame, pois o que tinham não era válido.

[54] BPMP, Compromisso dos Sombreireiros, manuscr. 1575, cap. 8.º.

Socorremo-nos sobretudo do livro de *Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com gente da governança e povo desta vila, concelho, e coutos na Camera della- Anno de 1713,* embora os acórdãos tenham sido elaborados em 1723.

Salientam-se neste livro, os acórdãos de regimento dos ofícios de sombreireiro, pedreiro, alvenaria, canastreiro e ferreiro[55] (vd. anexo 1 do cap II). Cada ofício tinha o seu regimento ou regulamento, o qual pautava o exercício da profissão, nomeadamente a nível da examinação, das taxas e dos arruamentos, estes nos centros urbanos. Assim, "*as taxas faziam em regra parte do regimento de cada ofício e constituíam o que em linguagem de hoje podemos chamar o tabelamento de produtos e salários*"[56]. Ora, os "Rigimentos dos officios" da Feira referem-se precisamente às taxas, descrevendo-nos minuciosamente as obras e ingredientes de cada profissão e dando-nos a conhecer os salários/preços que os trabalhadores cobravam pelo trabalho relativo a cada artigo (vd. ponto 2 cap.II). Não contêm os estatutos, ou seja, o "corpo" de normas que orientavam a prática dos ofícios, ao contrário do que acontecia no Porto[57] e outras cidades.

Os acórdãos irão prevalecer ao longo do século XVIII, como se pode constatar pelo regimento de ferreiro, atrás referenciado, do qual se faz cópia em 1787 nestes termos: "*...não continha mais o dito regimento do qual dito e que aqui fiz copiar do proprio livro. dele e a que me reporto , Feira, 12 de Dezembro de 1787*[58]. Daqui deduzimos uma estabilidade determinante entre 1723, data do 1.º regimento e 1787.

Os regimentos, além do que referimos anteriormente, continham outras disposições regulamentares, nomeadamente: a eleição dos corpos gerentes, como os juizes; as condições de exercício da indústria, como a abertura dos estabelecimentos, as condições de exploração, as condições de trabalho dos examinadores, as matérias do exame, graduação e categorias, sanções de carácter monetário, penal e impeditivos de exercício de direitos[59].

No caso da Vila da Feira, os regimentos reduziam-se ao estabelecimento das taxas dos produtos dos ofícios. As taxas remontam a tempos anteriores à criação das Casas dos 24 e

---

[55] AMSMF, "Livro de Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com a gente da Governança e povo desta Vila, Concelho e Coutos na Camera della – anno de 1713", fls. 74v. e seguintes.

[56] Loureiro, J. Pinto - *A Casa dos 24*, Coimbra, p. 11.

[57] Os estatutos do regimento dos sombreireiros contêm as normas de funcionamento do ofício.

[58] AMSMF, "Livro de registo das cartas de ofício e seus dezistementos, 1795- 1834". Trata- se de um dos processos de cartas de examinação já referidos atrás.

[59] Correia, Vergílio - *Regimetos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sepre leal cidade de Lixboa(1572)*, Coimbra, 1926, p. XV.

"*protegiam o consumidor e davam justo galardão aos ofícios mecânicos*"[60]. Em Lisboa[61] e no Porto[62] ainda antes da formação das respectivas Casas, eram as autoridades municipais que criavam medidas para impor a elaboração de taxas das obras. Após a criação da Casa dos 24, com o aumento da influência dos ofícios mecânicos junto da governação municipal, tornou-se obrigatória a presença dos juizes do ofício na elaboração das taxas juntamente com as autoridades, mediante directrizes régias. Efectivamente, em 1487, uma Carta Régia de D. João II determinava "*que se devia proceder anualmente, em todo o reino à elaboração de novas taxas*"[63] Ora, na prática tal não acontecia, de maneira que só quando os preços se tornavam excessivos e havia necessidade de os mesmos serem acomodados é que se elaboravam novas taxas. No Porto, em 1612, o procurador da cidade foi mandado ao porteiro para que lançasse pregões pelas ruas públicas "*para os juizes de ofício acudirem de pronto à Câmara e com eles se acordarem as taxas*"[64].

No concelho da Feira, os referidos acórdãos de 1723 foram feitos em acto de vereação com a presença do juiz de fora, dois vereadores e o procurador do concelho. Juntamente com estas autoridades, assinavam o juiz ou juizes do respectivo ofício, facto revelador de que também havia participação dos ofícios mecânicos na elaboração das taxas.

Globalmente, podemos referir que existe muito pouca legislação camarária sobre ofícios mecânicos, comparativamente a outros centros, como o Porto, facto que podemos associar mais do que à modéstia da actividade profissional artesanal ou à falta de controlo, à possibilidade de o concelho da Feira assumir regulamentos daquela cidade. Nesse sentido, o facto de encontramos o regimento do pão do Porto registado no livro dos acórdãos da Feira[65], pode significar que o mesmo pudesse acontecer com outros ofícios e relativamente a outras áreas do mundo do trabalho. Aliás, não era raro que se aplicasse a uma cidade o regimento de outra[66].

---

[60] Idem, Ibidem, p. XV.
[61] Langhans, Franz-Paul - *As antigas corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa*, Lisboa, p. 3.
[62] Cruz, António - *Os mesteres do Porto...*, o, c. p. LXV.
[63] Idem, Ibidem, p. LXXXIX.
[64] Idem, Ibidem, p. CXXVI.
[65] AMSMF,"Livro dos Acórdãos, 1833", fls. 2-20. É do ano de 1696 e terá sido adoptado na Feira após 1744. Observe- se a petição feita pelo procurador da Vila da Feira às autoridades portuenses: "*Diz o procurador do concelho da Vila da Feira que para bem de sua justiça e do povo daquele concelho lhe é necessário por certidão o regimento do pão de broa que se dá deste juizo às padeiras para o cozerem nesta cidade- pede a vossas mercês sejam servidas mandar que o escrivão deste juízo passe ao suplicante o dito regimento por certidão em forma jurídica e receberá mercê*".
[66] Loureiro, Pinto - *A casa dos 24 de Coimbra*, Coimbra, . Nesta cidade , no século XVI, chegou-se a aplicar regimento da cidade de Lisboa, p. 22.

O livro contém ainda outros elementos relevantes, nomeadamente as posturas sobre os ofícios mecânicos, as quais eram deliberações camarárias que pautavam o governo do concelho.

O outro livro dos *Acórdãos* 1733-1738, servia fundamentalmente para o registo das multas aplicadas aos prevaricadores das deliberações camarárias expressas nas posturas nomeadamente àqueles que não cumpriam com os trâmites da qualidade exigida às peças. Apesar de se referir a tempos anteriores ao âmbito cronológico do nosso trabalho, pensamos que as multas aplicadas pelas correições continuaram a ser realidade ao longo de todo o século XVIII, dado o facto dos regimentos se manterem em finais do mesmo século.

A sua estrutura era a seguinte:

"D. o mesmo a Teodósia solteira filha de Bernardo Almeida de Fafião de Romariz pela pena de não ter carta de examinação de tecedeira de que usa por isso citada apregoada não apareceu condenada em trezentos réis"[67]. Estas multas eram aplicadas em conferência de Câmara, no seguimento de vistorias e correições feitas pelos oficiais camarários. Faziam-se com períodos variáveis de intervalo de tempo, que no entanto seriam superiores aos da cidade do Porto[68], em virtude da maior dispersão da indústria e das dificuldades de acesso.

Nas correições do Porto, o juiz de ofício era acompanhado pelo escrivão, sendo as multas registadas e apresentadas à Câmara, variando a periodicidade vistorias de acordo com os regimentos[69]. Os juizes de carpinteiro desta cidade faziam-nas *"de dous em dous meses nos dias que bem lhes parecer e farão todas mais vezes, que intenderem ser precisa"*[70].

Voltando à Feira, verificamos que as correições se faziam por itinerários prévios dada a dispersão geográfica. Daí encontrarmos várias multas lançadas no mesmo dia e relativas `a mesma freguesia, como acontece em Romariz[71] , Pigeiros[72] Lobão[73], etc.

O livro dos *Acórdãos - ano de 1833* apresenta duas datas de abertura diferentes: a primeira refere "*Este livro há-de servir para todos os acordãos da camera desta vila. Tem cento e vinte e duas meias folhas que todas vão rubricadas com o meu sobrenome...e vai seu*

---

[67] AMSMF," Livro dos Acórdãos 1733- 1738", fl. 53. Este registo refere-se à correição feita em 10 de Julho de 1734.

[68] No Porto, faziam-se de acordo com os regimentos. Por exemplo, os juizes de sombreireiro faziam-nas mensalmente.

[69] Morais, Maria José - *O ensino profissional...*, p. 124.

[70] Cruz, António - *Os mesteres do Porto, subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos*, Porto, 1943, p. CXXVII.

[71] AMSMF,"Livro dos Acórdãos 1733- 1738", fls. 53- 55.

[72] AMSMF,"Livro dos Acórdãos 1733- 1738", fls. 61- 62v.

[73] AMSMF, "Livro dos Acórdãos 1733- 1738", fls. 68- 69.

encerramento no fim, Feira 23 de Março de 1733. Na segunda podemos ler: "*Há- de servir agora para se lançarem o regimento do pão vindo da Camera do Porto para a desta vila. Vai numerado e rubricado com a minha firma...e leva seu encerramento, Feira 12 de Maio de 1744*[74]. Os seus conteúdos são formados principalmente por cópias de acórdãos anteriores, pelo regimento do pão das padeiras da cidade do Porto, pelo requerimento que indicava o dia de eleição dos 24 com a respectiva composição e funcionamento[75] e ainda pela eleição dos 24 do ano de 1771[76].

Estes manuscritos permitirão analisar a relação entre o poder municipal e os ofícios mecânicos no concelho, assim como estabelecer comparação com modelos estabelecidos na cidade do Porto. Neste sentido, também analisamos na Biblioteca Pública Municipal do Porto, o compromisso dos sombreireiros[77] dessa a cidade, o qual nos esclareceu sobre diversas matérias, nomeadamente a forma como entre os sombreireiros se elegiam os seus dirigentes, a abertura da loja, a aquisição de matérias primas, o preço do exame, as multas a pagar de acordo com o regulamento, etc.

Também o Livro dos *Acórdãos do ano de 1771* se revelou interessante . A este livro faltam as primeiras três folhas, estando a quarta muito danificada de tal forma que foi necessário recorrer à folha n.º 5 onde se lê: "*O que tudo assim fiz copiar do próprio que fica no livro que o antecedente deste seria a que me reporto eu. Alexandre Correia de Sá o fiz e escrevi*".

Normalmente, copiavam- se os acórdãos em vigor, que estavam em livros velhos.

Deste livro servimo-nos fundamentalmente dos acórdãos n.º: 34[78], sobre a necessidade de as profissões se examinarem; 73[79] e 75[80], sobre a abolição da Casa dos 24 (vd. Cap. II, ponto 3).

2.4 Livros dos Impostos

Estes livros referem-se principalmente às décimas, as quais formaram até 1790, a mais importante fonte de consulta para o estudo das estruturas sócio-profissionais. Surgiram em 1641 num contexto de guerra e afirmação política , interna e externa de um novo poder, tendo

[74] AMSMF,"Livro dos Acórdãos 1733- 17382, fl.1.
[75] AMSMF, "Livro dos Acórdãos 1833", fls. 100-101
[76] AMSMF, "Livro dos Acórdãos 1733- 1738", fl. 103
[77] BMP, Man. N.º 1575- Compromisso dos Sombreireiros.
[78] "Livro dos Acórdãos ano de 1771", acórdão 34, fl. 40.
[79] "Livro dos Acórdãos ano de 1771", acórdão 73, fl. 79.
[80] "Livro dos Acórdãos ano de 1771", acórdão 75, fl. 81.

como objectivo a criação de um imposto de tipo capitação pois descreviam "*as unidades fiscais como unidades compostas por um fogo chefiado pelo cabeça de casal, a mulher e os filhos maiores de 7 anos, assim como os criados ou outros dependentes, pagando-se uma taxa por cabeça*"[81]. As categorias apresentadas baseavam-se nas complexas categorias ocupacionais profissionais da cidade de Lisboa, por isso surgiram problemas de adaptação no resto do reino, onde não existiam muitas dessas categorias sócio profissionais. Assim, o Estado reformula-as em 1654 na tentativa de aceder mais facilmente aos valores reais dos rendimentos sobre os quais pudesse exercer a sua fiscalidade.

Os lançamentos deste imposto eram feitos casa a casa, lugar a lugar, por freguesia e de acordo com o espaço onde se situavam os bens, não interessando tanto a freguesia onde viviam os proprietários. Era importante, que nas casas, os lançadores reconhecessem aqueles que eram produtores de rendimentos ou responsáveis pelos mesmos para que todos os bens fossem avaliados de forma exaustiva. Os róis de confessados cedidos pela Igreja eram o ponto de partida para as averiguações feitas pelos lançadores na tentativa de tornar a cobertura espacial o mais eficaz possível. Contudo, as omissões existiam, contando-se as que eram causadas por ausências prolongadas das freguesias, por actividades que obrigavam a mobilidade continuada, ou os comportamentos à margem da sociedade. Ou seja, "*aqueles que vivem fora das células definidas por laços biológicos ou económicos, sem residência própria, sem laços que os liguem de forma alguma a uma determinada comunidade escapam, não só à tributação, mas ao próprio registo*" [82].

Posteriormente, em 1762, Pombal faz nova reformulação "*no sentido de alcançar novos meios financeiros para enfrentar a crise económica geral que se processava*"[83]. Dessa forma, anularam-se todas as isenções anteriores no sentido de evitar fugas e alteraram-se as avaliações, cujos critérios se tinham alterado ao longo dos anos.

Relativamente à Feira, sobre esta matéria, analisamos vários livros repartidos pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo[84] e pelo Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira[85].

---

[81] Esperança, Rui; Polónia, Amélia ; Osswald Helena - *As décimas do século XVII. Classificação ocupacional e produção da informação*," in Estudos 32 - *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*, (coord. Inês Amorim), Ministério da Segurança social e do Trabalho, 2002, p. 273.

[82] Idem, Ibidem, p. 275.

[83] Macedo, Jorge Borges - de, *A situação económica no tempo de Pombal*, Lisboa, 1982, 2.ª edição, p. 78.

[84] ANTT, "Impostos, Feira, 1762" Livros n.º: 2264, 2265 A e 2270. Existem outros livros, no entanto interessaram-nos estes em virtude de se referirem a algumas freguesias representativas do espaço geográfico dos sombreireiros.

[85] AMSMF, "Avanca- Decimas de 1772 a 1786".

No primeiro arquivo, estudamos as décimas de maneio, de juros e de imóveis, relativas às freguesias de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Arrifana no ano de 1762, as quais nos mereceram especial atenção, lamentando não se encontrar para as restantes freguesias. Vejamos algumas das suas características gerais antes de analisarmos individualmente cada um dos três livros que escolhemos.

O imposto era lançado por lugar (somente nas décimas da fazenda) e sobre todas as pessoas sem excepção. Mesmo quando se dava a isenção do pagamento do imposto, por razões de pobreza ou ausência de bens tributáveis, os indivíduos são referenciados nos livros. Notamos uma procura exaustiva de indivíduos com rendimentos, à qual não escapam moços e criados, tributados através de seus amos, de acordo com as soldadas que recebiam. Nestas fontes não têm lugar os aprendizes dos ofícios mecânicos, o que demonstra que os mestres não lhes pagavam qualquer salário pelo trabalho durante a aprendizagem. Todavia, haveria indivíduos que escapavam aos impostos, pelos motivos apontados atrás, ou outros, como acontece com o sombreireiro de Oliveira de Azeméis, Félix Correia que surge tributado nas décimas dos juros, não estando incluído nas listas dos maneios e dos prédios.

Tributava-se tudo o que fosse fonte de rendimento, devendo o fisco fazer a reconversão sempre que as rendas fossem feitas em géneros, como acontecia habitualmente.

Os lançadores recorriam à profissão como indicador preferencial dos indivíduos a tributar. No caso que mais nos interessa, dos ofícios mecânicos, verificamos que os mesmos são subdivididos pelas suas tarefas ou funções, de tal modo que podemos observar os vários ofícios em actividade em 1762. Notamos ainda que os lançadores pareciam sensíveis à situação económica específica do trabalhador dentro da sua profissão, ou seja, diminuíam a tributação em caso de menor rentabilidade do trabalho (quadro 1).

Quadro1 - Distribuição dos valores de tributação por grupos profissionais Freguesias: Arrifana, Ol.Azeméis e S.J.da Madeira- 1762					
	Total	Tributação em Reis			
Ofícios	**Ofícios**	**Mínimos**		**Máximos**	
		Oficiais	**Mestres**	**Oficiais**	**Mestres**
Sombreireiro	102	150*	400*	300	800
Tecedeira	34			60	
Alfaiate	20			300	
Sapateiro	10	100*		300	
Carpinteiro	9			300	800
Ferreiro	8			300	
Canastreiro	6			300	
Pedreiro	6			300	
Tanoeiro	4	75*		300	
Ferrador	4			300	
Serrador	3			300	
Serralheiro	2			300	
Tamanqueiro	1			300	

Fonte:ANTT, impostos, livro dos maneios,nº2270

Nota: No ofício de sombreireiro há 4 mestres: 2 pagam 800 reis e 2 pagam 400;

No ofício de carpinteiro há 1 mestre que paga800 reis

* Pagam esta quantia "por trabalharem pouco"

Este procedimento remete-nos para a questão das hierarquias dentro do ofício, ou seja, consoante é maior o valor tributativo mais importante é a posição do trabalhador na hierarquia do ofício. Assim:

- os mestres, no topo, pagavam 800 e 400 réis, de acordo com a rentabilidade;

- os oficiais da generalidade dos ofícios mecânicos pagavam 300 réis, no entanto podiam pagar menos, como se constata no quadro;

- as tecedeiras pagavam, por norma, 60 réis. Os 120 réis que surgem num registo, referem-se a duas mulheres da unidade familiar, (mãe e filha ou irmãs).

Contudo, se por um lado, aceitamos essa sensibilidade dos lançadores, por outro, espanta-nos o facto de em três freguesias com um total de 208 trabalhadores só terem identificado 5 mestres, o que pode apontar um tipo de organização de trabalho que abordaremos mais à frente. Analisemos os referidos livros, individualmente:

O livro dos maneios

Contém as décimas dos maneios e arruamentos da Feira e algumas das freguesias da superintendência do juiz de fora[86]. Trata principalmente das actividades profissionais das seguintes freguesias do concelho da Feira: Feira, S. Fins, Arrifana, Escapães, Oliveira de

[86] ANTT, "Impostos, Feira 1762". Trata- se do livro n.º 2270, o qual contemplava o imposto lançado sobre todos os indivíduos que auferiam rendimento pelo seu trabalho.

Azeméis, Guisande, Argoncilhe e S. João da Madeira. Refere-se também aos arruamentos em Oliveira de Azeméis e Arrifana, pois só estas duas freguesias tinham casas arruadas, ou seja, casas que se estendiam ao longo da Rua, já calcetada, incidindo a décima sobre o valor do prédio.

Seleccionamos para a nossa pesquisa as freguesias de Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira em virtude de serem, no conjunto, as únicas pertencentes à área geográfica dos sombreireiros e pelo facto de existirem livros que contêm informações sobre as mesmas.

O juiz de fora superintendia estes impostos, convocando os louvados e informadores das várias freguesias para prestarem juramento de que sob consciência lançariam a " *décima aos tratos e maneios das pessoas das ditas freguesias*"[87]. O livro não está numerado nem rubricado, talvez porque se trata de uma cópia feita em 1767, como se constata no encerramento escrito pelo escrivão camarário. Os lançamentos eram numerados, feitos por pessoa e freguesia e seguiam geralmente este exemplo: "*João Moutinho oficial serrador trezentos réis 300*" [88].

Era este o modelo:

N.º--

Nome----------lugar(raramente)------Ofício---------

Valor a pagar--------

Na sequência do registo anterior surge relativamente às habitações ocupadas pelos que exerciam o trabalho, os chamados registos de arruamentos: temos este exemplo: "*Huas casas de sobrado com suas lojas de João da Silva Dias em que ele vive que os louvados avaliaram em mil e seis centos réis de que vem a décima de cento e quarenta e quatro réis*"[89]

Portanto, o modelo era o seguinte:

N.º_____

Casa (espaços)--------Nome (inquilino)----------

Avaliação----------Tributação sobre o valor atribuído----------

[87] ANTT, "Impostos, Feira 1762", livro n.º 2270. Encontra-se no termo de juramento feito aos louvados e informadores que se encontra na Segunda folha deste livro.

[88] ANTT, "Impostos, Feira 1762", livro n.º 2270, Maneios de S. João da Madeira, lançamento n.º 4

[89] ANTT, "Impostos Feira 1762", livro, n.º 2270- Arruamentos de Oliveira de Azeméis, lançamento n.º 20.

As décimas de maneios foram de grande utilidade para o conhecimento dos sombreireiros, nomeadamente a nível de categorias profissionais, transmissão do ofício, capitais e rendimentos num determinado ano. Tal como provou Borges de Macedo, permitem maior segurança e eficácia de rigorosa informação.

O livro dos prédios

Trata das décimas dos prédios ou fazendas da Vila da Feira e suas freguesias referidas no livro anterior, como se observa no exemplo seguinte sempre que havia sido já feita uma avaliação das moradas no livro dos maneios (relativamente aos arruamentos).

O juiz de fora, no termo de juramento, solicitava aos louvados e informadores que declarassem "*todas as pessoas, seus bens, tratos e maneios que houvessem nas ditas freguesias e dessem sua avaliação para lhes ser lançada a décima*"[90]. Os lançamentos faziam-se por pessoa, lugar e freguesia, levando o mesmo número dos maneios. Vejamos este exemplo: "*José António de Azevedo tem casas térreas que os louvados avaliaram em trezentos réis possui uma leira de terra aí sita que costuma produzir por ano comum vinte e quatro alqueires de segunda de que vem décima de duzentos e trinta e quatro réis 234*

E vai nos maneios"[91].

Do mesmo, retiramos este modelo:

N.°_____
Nome_____ Prédio urbano (identificação)_____
Prédio rústico(se existe)_____ Valorização_____
Tributação sobre esse valor_____

Normalmente, o contribuinte aparece em ambos os livros com o mesmo número: no livro dos maneios, caso não tivesse rendimento do trabalho, escrevia-se "*não tem maneios*"; no livro dos prédios, caso tivesse rendimentos do trabalho, escrevia- se "*e vai nos maneios*" .

O livro dos prédios foi utilizado principalmente para o estudo dos capitais e rendimentos dos sombreireiros e tecedeiras, para a análise da relação trabalho artesanal e actividade agrícola dos mesmos grupos profissionais, para o conhecimento da habitação dos sombreireiros e possivelmente do local onde produziam os chapéus. Serviu-nos ainda para analisarmos com maior cuidado se os sombreireiros exerciam um ofício que lhes assegurasse

[90] ANTT, "Impostos, Feira 1762", livro n.° 2264. Termo de juramento, segunda folha.
[91] ANTT, "Impostos, Feira 1762" livro n.° 2264, Décimas de prédios da Arrifana, lançamento n.° 33.

perfeitamente a subsistência e ainda para conhecer o perfil das tecedeiras de Oliveira de Azeméis que apresentavam níveis de sustentação.

O livro dos juros

Refere os manifestos dos juros[92], ou seja as décimas que incidiam sobre as pessoas utilizadoras de dinheiro a juro, nas três freguesias já mencionadas.

O juiz de fora, contrariamente ao que sucedia nos livros dos prédios e dos maneios, assina e rubrica todas as folhas. Os lançamentos continuam a fazer-se por pessoa e freguesia, mas não são numerados e raramente indicam o lugar. Eis um exemplo:

"*António Fernandes e seu filho José Solteiro de S. João da Madeira tem a juro pela lei de António Nunes Gomes, daí, por escrito de dezoito de Fevereiro de setecentos e cinquenta e nove, onze mil e duzentos de que vem a décima de cinquenta e seis réis*"[93].

O modelo era este:

Devedor----------Lugar(às vezes)----------Credor----------
Data de escritura----------quantia----------tributação

Através da utilização do dinheiro a juro, quer como devedores, quer como credores, procuramos avaliar a dinâmica económica imposta pelos sombreireiros.

No AMSMF, analisamos: o livro "*Avanca décimas de 1772 a 1786*". Este estava sob a alçada do superintendente da décima do subsídio militar, neste caso o juiz de fora, o qual era nomeado pela Junta da Cabeça da comarca da cidade de Aveiro, sendo numerado e rubricado pelo escrivão. Contém os lançamentos das décimas dos prédios do ramo de Avanca e os lançamentos das décimas de maneio da mesma freguesia. Estes lançamentos eram numerados e lançados tal como este exemplo: "*Isidoro João oficial carpinteiro- 300 réis*"[94]. O número era colocado do lado esquerdo do registo, indicando a ordem de lançamento. No fim de cada ano era feito o respectivo encerramento, seguindo o modelo deste exemplar do ano de 1773: "*Nesta forma se fez este lançamento na presença do doutor superintendente pela informação que deram os louvados Francisco Aguiar e Manuel da Silva dos Anjos que com ele aqui*

[92] ANTT, "Impostos Feira, 1762", livro n.º 2265 A

[93] ANTT, "Impostos, Feira 1762", livro n.º 2265 A, dos Juros, fl. 128.

[94] AMSMF, "Avanca décimas de 1772 a 1786"- maneios do ramo de Avanca de 1772 1773 e 1774, fl.18.

assinaram"[95]. Os louvados eram nomeados pela Câmara e faziam juramento, estando encarregados de informar sobre todas as pessoas, fazendas, tratos e maneios dessa freguesia. Através deste livro pudemos constatar a complementaridade do trabalho agrícola com o artesanal; livro das *Décimas do ano de 1809,* também da responsabilidade do superintendente da décima de subsídio militar, cargo que é agora exercido por um vereador o qual rubrica e numera o livro. Contém os lançamentos da décimas dos prédios e maneios das freguesias de Fornos, Mosteiro e Souto; livro das *Décimas do ano de 1814,* idêntico ao livro anterior.

Impostos de Braga

A fim de procedermos a comparações com um núcleo produtor significativo, consultamos o livro n.º1130, relativo a Braga, o qual contém o imposto pago pelos proprietários, administradores e mestres das fábricas ou lojas, referentes ao ano de 1803[96]. Era da responsabilidade do juiz de fora do crime e órfãos. Os produtores deviam, sob juramento, prestar declaração sobre quantidades de chapéus produzidos e preços de venda efectuados. Seguiam, normalmente, este modelo: "*O sombreireiro Domingos Lopes declara que tinha fabricado neste ano na sua loja quarenta chapéus, sendo vinte a preço de quatro centos para cima dos quais importa novo imposto de mil réis e os outros vinte a preço de 240 o que importa 600 réis o imposto*"[97].

Esta fonte pôde ser utilizada para se fazer estimativa aproximada relativamente a quantidades de chapéus produzidos e preços dos mesmos, na Feira.

2.5 Contribuição de defesa

A contribuição da defesa[98] teve origem nas despesas provocadas pelas invasões francesas, tendo sido lançada à classe comerciante da Comarca da Feira, sob a superintendência do provedor e corregedor de Aveiro. Esta fonte contém os tendeiros e comerciantes da comarca da Feira, relativa ao ano de 1810, onde pudemos encontrar os comissários de lã e principalmente de chapéus de Oliveira de Azeméis, os quais utilizaremos na análise do comércio interno e externo de chapéus.

---

[95] AMSMF, "Avanca, décimas de 1772 a 1786"- maneios do ramo de Avanca de 1772 1773 e 1774, fl. 33v.
[96] ANTT, "Impostos Braga, 1803", livro n.º 1130.
[97] ANTT, "Impostos Braga, 1803", livro n.º 113.
[98] ANTT, JC, Mç. 12-14, Contribuição de defesa.

2.6 Providências gerais acerca das fábricas

Encontram-se no AHMOP[99]. Referem as deliberações da JC sobre variados aspectos relacionados com o trabalho, nomeadamente, os impostos, a regulamentação do tempo de serviço dos aprendizes, privilégios dados às fábricas etc.

Interessou-nos a resolução de 5 de Outubro de 1789 em que a Rainha D. Maria I adverte contra os mestres que desencaminham os aprendizes antes de estes terminarem o seu tempo de aprendizagem; o parágrafo 12 dos Estatutos da Real Fábrica das Sedas, em que se adverte também os mestres que aceitem aprendizes vindos de outro mestre sem ter terminado o seu tempo de aprendizagem de 5 anos[100] e ainda as providências acerca da fábrica de chapéus de Pombal de 1759 em cujos estatutos se refere que o tempo de aprendizagem do aprendiz é de 5 anos atestados pelo mestre.

Todavia, revestiu-se de grande importância para nós, o requerimento dos mestres sombreireiros de Braga relativo às sisas[101], porque permitiu retirar informações indirectas sobre o comércio dos chapéus da Feira e sobre as dificuldades por que passava um ramo de produção desta natureza. Nesse documento, os sombreireiros apresentam as razões da sua decadência, destacando o pagamento das sisas que outras terras, como a Vila da Feira e Torres Vedras, não pagavam. Em anexo, entregam duas declarações que confirmam tal facto.

Fazem à Feira a seguinte petição:

"*Diz Manuel António Alves Chaves morador na cidade de Lisboa que para bem de sua justiça ou de seus constituintes se lhe faz preciso uma certidão do que nessa Vila da Feira e seu termo se costuma praticar com os chapéus aí fabricados, se os mestres sombreireiros depois de terem pago a sisa das lãs se também a pagam nessa terra dos chapéus depois de feitos e se os seus chapéus vindos para esta alfândega grande de Lisboa vêm pagar os direitos portanto.*

Para v. Mercê S..r doutor juiz das sisas lhe faça –e mandar passar a dita certidão na forma que requer do que a este requisito constar e de forma que faça" [102]

A resposta foi a seguinte:

---

[99] AHMOP, JC 7- chapéus (1759-1830).

[100] AHMOP, JC 7, Procedimentos gerais acerca das fábricas, fl.1.

[101] AHMOP, JC 7, Procedimentos gerais acerca das fábricas. Este requerimento foi emitido em 22 de Agosto de 1791 e inclui-se num processo que vai até 15-07 de 1793 (fls. 1-43).

[102] AHMOP, JC 7, Providências gerais acerca das fábricas, requerimento dos sombreireiros de Braga, fl. 9.

"S. Juiz pela ordenança

Até presente não tem havido no meu cartório execução alguma por cisas de lãs nem de chapéus nem neste concelho se manifestam as cisa correntes suposto que tenho emolumentos pelos mesmos manifestos porém o povo por não quer dar nem manifestar nem---- cisas e por isso a respeito desta cobrança não posso certificar coisa alguma V.Ex.ª mandará o que for servido. Feira 30 de Outubro de 1791

João Crisóstomo Lemos Vasconcelos"[103]

Com o detalhe, pudemos recolher informações sobre comércio da lã e dos chapéus na Vila da Feira. Depois da apreciação dos documentos e de conhecer o parecer do corregedor da Comarca de Guimarães a rainha despachou favoravelmente aos sombreireiros de Braga.

2.7 Processos de licenciamento das fábricas

Estavam sob a jurisdição da Junta de Comércio, sendo organizados por ordem alfabética.

Normalmente, contêm várias folhas das quais constam o requerimento com a identificação do interessado, as razões da petição de licenciamento, o auto de averiguação por parte das autoridades e finalmente o despacho da Junta[104]. Os produtores, pretendendo elevar as suas oficinas ao grau de fábrica, para a concessão de alvarás e provisões, fazem a respectiva petição de licenciamento à Junta de Comércio, a qual analisa, decide e emite o parecer que achar mais conveniente.

Analisamos os processos: de José António da Cunha Sotto Mayor, de 1802, que pretende licença para fábrica de chapéus oleados, do qual faz parte um regimento de sombreireiros de Lisboa (vd.anexo1, cap.VI); de António José Ferreira, mestre sombreireiro de chapéus grossos de Braga, que contém uma carta de examinação tirada em Braga em 1802 (vd. anexo1).

Esta fonte serviu directamente para um melhor conhecimento do comércio dos chapéus da Feira e permitiu retirar informações da realidade Bracarense no que respeita a preços, equipamento técnico, mão de obra, instalações, poder económico dos mestres e outras informações dispersas, as quais serviram para um melhor conhecimento da produção de chapéus da Vila da Feira.

---

[103] AHMOP, JC 7, Providências gerais acerca das fábricas, requerimento dos sombreireiros de Braga, fl. 9v.
[104] AMOP, JC 8, Processos de licenciamento de fábricas e matrículas de servidores- chapéus.

2.8 Mapa das fábricas

Encontra-se no ANTT e contém o "*Mappa das Fábricas de toda a natureza que existem na Comarca do Porto, 1813*" mandado fazer pela coroa e expedido pela Junta do Comércio, está ao encargo do desembargador da Casa da suplicação, superintendente dos Tabacos e Alfândega da cidade do Porto[105].

As fábricas são de chapéus finos, entre finos e grossos e apresentam, na generalidade os seguintes elementos: nome do proprietário, localização da fábrica, tipos de chapéus produzidos, número e categoria profissional dos trabalhadores, naturalidade, filiação estado civil e tempo de serviço dos mesmos (vd. anexo 3, cap. IV).

Através do seu estudo procuramos apurar a provável mobilidade geográfica dos sombreireiros do concelho para outros destinos e particularmente para a cidade do Porto, na viragem do século XVIII para o XIX.

2.9 Balanças de Comércio

As Balanças eram da competência do Contador Geral, o qual estava sob a dependência da Junta de Comércio. Referiam o comércio feito pelas alfândegas de Lisboa e Porto, com os domínios ultramarinos e países estrangeiros.

Analisamos a fonte, procurando o comércio dos chapéus do concelho da Feira, tendo em conta o local de partida, local de destino, tipo de chapéu, quantidade e preço por unidade.

Estudando as Balanças relativas aos anos de 1776, 1777 e 1798[106] procuramos verificar a evolução das quantidades e dos preços dos chapéus, principalmente saídos do Porto entre 1776 e 1798. Servimo-nos destas Balanças no sentido de uma mais correcta aproximação ao preço dos chapéus produzidos na Feira.

2.10 Registos paroquiais

Optámos pelos registos paroquiais da freguesia de Carregosa[107] entre 1755 e 1800, por ser uma das mais representativas dos sombreireiros. Era ao Meirinho-Geral Desembargador da justiça eclesiástica que pertencia fazer abertura, encerramento dos livros e numerar e rubricar as folhas, tarefa executada, normalmente por comissão, pelo meirinho de visitação.

Os assentos de baptismo seguiam normalmente a seguinte estrutura:

---

[105] ANTT," Mappa das fábricas de toda a natureza que existem na Comarca do Porto, 1813".
[106] AHMOP, "Balanças de Comércio", 1776, 1777 e 1798.
[107] ADA, "Registos Paroquiais" da freguesia de Carregosa, entre 1755 e 1800.

"*Vacaria, onze de Janeiro de mil setecentos e setenta e cinco*

Maria filha de João Brandão e de Antónia João; neta pelo lado paterno de Manuel Brandão e mulher Catarina Fernandes e pelo materno de Manuel Duarte e mulher Maria João da Freguesia de Chaves Bispado de Lamego; padrinho- António Brandão de Currais; madinha-Maria Ferreira da Vacaria; testemunhas- Manuel Fernandes da Vacaria e João Soares de Teamonde"[108].

A partir deste exemplo, construímos um quadro com os principais elementos de um assento de baptismo (vd. anexo 3).

Os casamentos ou recebimentos seguiam a estrutura deste exemplo:

"*Termo de recebimento*

Em os catorze de Agosto de mil setecentos e cinquenta e seis receberam em minha presença na forma do sagrado Concílio Tridentino Constituição do Bispado, Angélica Gomes de Silvares, filha legítima de Manuel Gomes e de Rosa de Oliveira do lugar das Fontaínhas com António da Silva e de Mariana da Silva da lugar da Estrada- Valga Bispado do Porto, foram testemunhas Manuel Caetano de Almeida da Arrifaninha e António Bernardo de Almeida: de que fiz este termo"[109]. A partir deste recebimento construímos um quadro com os principais elementos de um registo de casamento (vd. anexo 3).

Os registos de óbito seguiam a estrutura base deste exemplo: "*Em os vinte dias do mês de Fevereiro de mil setecentos e sessenta e três anos faleceu Brísida solteira filha de António de Almeida de Ínsua desta freguesia com todos os sacramentos não fez testamento, está sepultada nesta igreja de que fiz este termo*"[110].

A partir destes elementos construímos o quadro n.º 7 (vd. anexo 3).

Através de algumas sondagens, procuramos encontrar referências cruzadas a sombreireiros que nos surgiam noutras fontes. Os elementos recolhidos revelam a escassez dos dados profissionais, mas permitiram, através de uma identificação nominativa, estabelecer parentescos. Assim fizemos a confrontação entre os nomes dos registos de ofícios e os nomes dos registos dos baptismos a fim de apurarmos a idade média com que os aprendizes de sombreireiro realizavam o seu exame. (vd. ponto 2.2, cap. V).

[107] ADA, "Registos Paroquiais" da freguesia de Carregosa, entre 1755 e 1800.
[108] ADA, "Registos Paroquiais", livro nº5, 1754-1783.
[109] ADA, "Registos Paroquiais2, livro nº5, 1754-1783, fl. 233.
[110] ADA, "Registos Paroquiais", livro n.º 4, fl. 274.

2.11 Registos Notariais

Cabia aos tabeliães escrever todas as notas dos contratos que faziam, as quais depois de escritas, eram lidas às partes que assinavam juntamente com as testemunhas que deviam ser pelo menos duas. Assim, os acordos eram bem firmados, assinados e testemunhados. As Ordenações Filipinas eram bem claras a este respeito, pois proibiam os tabeliães de fazer contratos em que as partes se obrigavam por juramento ou boa fé[111].

Em caso de contrato de bem de raiz ou qualquer situação que envolvesse sisa era necessário que as partes, apresentassem ao tabelião certidão do juiz de sisa do lugar desse bem em como tinham pago a mesma. Esta devia ser incluída no registo para que o contrato fosse considerado válido. Nos contratos em que interviesse dar ou receber dinheiro, este devia ser em moeda actualizada e corrente no reino. Além destes aspectos, as escrituras continham outros elementos indispensáveis e obrigatórios, tais como: declaração do dia, mês e ano em que foi feita; indicação da cidade, lugar ou casa onde foi lavrada; necessidade do tabelião conhecer as partes que queriam fazer contrato, pois caso isso não acontecesse a(s) parte(s) em causa deveriam apresentar duas testemunhas conhecidas do tabelião e dissessem que conheciam a dita parte; cópia de procuração, caso o contrato fosse feito por procuração; lançamento da escritura em livro de notas e não em papel avulso.

Estes registos constituem uma fonte de enorme importância para os historiadores, pois a informação que transportam é numerosa, diversificada e rica, permitindo-lhes "hiérarchiser, non plus seulement des fortunes ou des qualités, mais tout un ensemble de pratiques culturelles et de maniéres de vivre. Le Notaria a permis alors de constituer d'autres séries: l'alphabétization a eté déduit du comptage des signatures..."[112] . Com essa informação, inserida em grande variedade tipológica de escrituras nomeadamente, doações, obrigações e confissões de dívida, paga e quitação, sociedades, dinheiro a juro, compra de bem de raiz, procurações, etc. pudemos enriquecer a nossa visão sobre a vida económica e social dos sombreireiros.

Decidimos, precisamente, fazer pesquisa no grupo profissional dos sombreireiros, entre 1755 e 1815. Contudo, como deparamos com enorme massa volumétrica documental impossível de estudar com o rigor necessário, optámos por efectuar cortes cronológicos.

---

[111] Ordenações Filipinas, livro I, título LXXVIII, p. 182.
[112] Fontaine, Laurence, *L'activité Notariale*, in Annales, ESC, n.º 2, 1993, p. 475.

Assim utilizámos o período de 1755-70, no sentido de encontrarmos mestres ou oficiais sombreireiros constantes das décimas de 1762 e o período de 1790-1805, na tentativa de encontrar comissários constantes das listas da contribuição de defesa de 1810 e também oficiais sombreireiros dos "Registos". O objectivo principal era cruzar nomes e completar informações. Todavia, as dificuldades foram surgindo, pois normalmente as escrituras não apresentavam a profissão dos outorgantes.

Vejamos sumariamente algumas características das escrituras que referem explícita ou implicitamente a actividade dos sombreireiros, as quais se mostraram ricas na perspectiva de reconstituição de percursos de sombreireiros e outros protagonistas no âmbito do nosso trabalho:

- obrigação e confissão de dívida: um dos outorgantes confessava-se devedor de certa quantia e obrigava-se ao seu pagamento, além do juro de 5%, em determinado prazo acordado entre as partes. Geralmente o devedor hipotecava os seus bens móveis e de raiz como garantia ao credor. Estipulava-se que em caso de morte do devedor a obrigação de pagamento passava para os herdeiros designados;
- escritura de dinheiro a juro: um outorgante solicitava determinada quantia a um outro, obrigando-se ao seu pagamento, acrescido do juro, em determinado prazo, por isso confundia-se com a confissão de dívida. Sempre que se procedesse à amortização das dívidas, fazia-se nova escritura pela qual o credor dava paga e quitação do montante liquidado. Ao liquidar total ou parcialmente a dívida, a escritura de obrigação anteriormente feita dava-se por distratada, sendo a sua amortização normalmente feita em "*moeda corrente do reino*"[113], ou às vezes em géneros;
- carta de compra e venda: uma das partes vende a outra um bem geralmente de raiz: casa, campo, mato, etc., porque "*precisão de dinheiro para remirem suas dívidas e vexações*"[114]. O comprador apresentava no notário uma certidão de sisa em como tinha comprado determinado bem ao vendedor, cujo conteúdo era transcrito para a mesma escritura. Portanto, o negócio tinha já sido fechado entre as partes, agora tratava-se de uma simples formalização;
- procuração: um indivíduo delegava noutro todos os poderes para que em seu nome resolvesse situações e problemas variados. Tornando-se seu procurador este devia representá-

[113] ADA,"Registos Notariais". Praticamente todas as escrituras que envolvem montantes de dinheiro referem esta expressão.
[114] ADA, "Registos Notariais".

lo em matérias diversas que podiam relacionar-se com o trabalho e a profissão, com o pagamento de dívidas, com a administração de património, etc. ;

- sociedade. Dois sócios (no caso que encontramos) formalizam em notário um acordo sobre o exercício de uma actividade, onde apresentam as condições de funcionamento da sociedade, nomeadamente no que respeita a capital inicial, contabilidade dos rendimentos, tarefas de cada um, deveres, etc.

Como referimos atrás, normalmente os registos notariais não indicam a profissão dos outorgantes, pelo que decidimos agrupar apenas as escrituras que indicam, explicitamente que se trata de sombreireiros ou actividades ligadas aos mesmos. Optámos por não incluir casos de indivíduos que pelo nome e lugar podiam eventualmente ser sombreireiros. O quadro 2 sintetiza o tipo de escrituras encontradas.

Quadro 2-Tipologia de Escrituras Notariais dos Sombreireiros

Tipo de Documento	1755-70	1790-1805	total
Compra e Venda	5	11	16
Obrigação de Dívida		7	7
Quitação de Dívida	1	1	2
Sociedade	1		1
Procuração	2		2
total	9	19	28

Fonte:ADA, Registos Notariais, Vila da Feira

3. Metodologia

O presente trabalho pretende analisar as estruturas sócio profissionais do concelho da Feira entre 1755 e 1815. Desafio lançado a partir das fontes mais directamente vocacionadas para o seu estudo- *"Livros de Registo dos Ofícios"*. Contudo a sua realização esteve sempre condicionada pelas características das fontes disponíveis, pelas suas potencialidades e pelas suas lacunas. Todavia, uma única fonte dificilmente forneceria um quadro exacto de determinada estrutura[115], por conseguinte, foi necessário cruzar com as fontes que acabamos de descrever. Por um lado, a diversidade e especificidade das fontes e por outro as sugestões bibliográficas obrigaram a metodologias diferentes.

[115] Rowland, Robert, Âncora e Montaria, 1827 - Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças, in Studium Generale, n.º2/3, Porto, 1981, p.199.

Acima de tudo comparar e cruzar informações, no sentido de construir séries que permitissem responder ao percurso delineado. Depois da recolha da informação, seguiu-se a tarefa de *"criticar e construir em seguida"*[116] ou seja, filtrar fontes, confirmar as hipóteses colocadas, construir modelos de interpretação. Para levantamento das fontes que implicavam registo sistemático, foram elaboradas fichas de forma a que os elementos que iam sendo recolhidos estivessem devidamente organizados e nos possibilitassem um eficaz tratamento dos mesmos.

O recurso à informática básica (Excel e Word) foi o tratamento dado à informação, o que nos permitiu organizar, cruzar e filtrar a mesma.

Foram ainda utilizadas técnicas de análise nominativa, que consistiram no cruzamento das diferentes fontes[117], e na comparação de listas nominais[118], as quais nos permitiram comparar a evolução profissional em espaços diferentes.

Na primeira parte do trabalho, o capítulo relativo à delimitação do espaço mereceu-nos um cuidado ponderado no sentido de nos fornecer um conjunto de elementos de fácil apreensão. Daí a cartografia ter um peso expressivo, não só a cartografia histórica existente, mas também a reconstituição de espaços que os elementos de índole administrativa e física[119] nos permitiram desenhar.

A análise da relação entre o poder municipal e a organização dos ofícios mecânicos, (cap. II), foi feita principalmente a partir da consulta "*Livros dos Acordãos*", onde recolhemos informações que procuramos completar com outras dos "*Livros dos Registos dos Ofícios*". A pesquisa sobre cartas de examinação obrigou-nos, em grande parte, a incidir sobre documentos das décadas de 1730 e 1820, pois tínhamos apenas uma carta de examinação de 1787 tirada na Feira e duas tiradas no Porto e apresentadas à Câmara da mesma Vila. Decidimos, assim, avançar com a consulta das referidas cartas, principalmente das da década de 1820, por nos parecer que eram idênticas às tiradas anteriormente. Basta reparar que o juiz de ofício examinador era o mesmo, antes e depois de 1815. Como se nos depararam lacunas em outras áreas, tivemos que recorrer ao confronto com outros centros de produção artesanal, nomeadamente ao Porto, pela sua proximidade geográfica e possível influência

[116] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII...*, p. 25.
[117] Confronto por exemplo de nomes dos registos de ofício com nomes dos registos paroquiais, ou das décimas entre si e com as cartas de registo de ofício.
[118] Confronto de listas de inscrições de ofícios em duas freguesias diferentes.
[119] Amorim, Inês - *Descrição da Comarca da Feira... e Aveiro e a sua Provedoria...*, Estas duas obras serviram de principal referência na construção dos mapas.

administrativa, no sentido de colmatar essas lacunas, lançando algumas hipóteses de aproximação de comportamento (vd. cap. II)

Acerca do panorama profissional do concelho, cap. III, ganha relevo ao lado dos *Registos dos ofícios*, a *Descrição da Comarca da Feira* pelo confronto que nos vai permitir fazer com outros locais de produção. Entretanto, foram feitas várias opções. Em primeiro lugar, desenharemos, a partir dos registos, mapas que nos permitam ver imediatamente a situação, distribuição e evolução dos ofícios. Tentaremos ainda integrar a evolução dos ofícios na evolução global da indústria Portuguesa ao longo da segunda metade do século XVIII[120]. Impunha-se ainda um balanço da representatividade dos profissionais no universo demográfico, o que procuramos estabelecer confrontando as informações retiradas das Memórias Paroquiais e cruzando-as com os dados das profissões.

A segunda parte do trabalho, capítulos IV, V e VI, será totalmente dedicada à actividade dos sombreireiros, apesar de ser obrigatória alguma ênfase às tecedeiras por serem, a par dos mesmos, a maior força profissional do concelho. A elaboração destes capítulos obrigará ao cruzamento de várias fontes, nomeadamente dos registos dos ofícios, processos de licenciamento de fábricas, registos notariais e sobretudo das *Décimas de 1762*. A partir daqui, tentaremos encontrar um fio condutor que nos possa fornecer elementos acerca da forma como se organizavam os sombreireiros, como mantinham o ofício no seio da família, como era feito o abastecimento de matérias primas, qual o processo produtivo, quais as hierarquias do ofício, quais os locais de venda etc. Finalmente tentaremos, através do *Mapa de todas as Fábricas que existem na Comarca do Porto- 1813,* conhecer o papel dos trabalhadores da Feira no arranque industrial do Porto, na época, e integrar esse movimento migratório no movimento geral dos trabalhadores rurais para as cidades, na viragem do século XVIII para o XIX[121].

Sobre o processo produtivo dos sombreireiros, (cap. V) como existiam lacunas de informação acerca de abastecimento e mercados de matérias-primas, de equipamento técnico e processo produtivo, tivemos que usar, cautelosamente, informações relativas a outros espaços na mesma época[122]

---

[120] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial...,* Nesta obra o autor traça uma panorâmica da produção artesanal e da indústria manufactureira, procurando ao mesmo tempo fazer a sua ligação ao mercado colonial.

[121] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios...,* O autor aborda especificamente a ida dos trabalhadores rurais para a cidade entre as páginas 245 e 259.

[122] Oliveira, Aurélio de - *Indústria em Braga entre 1750 – 1820,* in Brácara Augusta, XLI, n.º 91/92, 1988/89.

e aos mesmos espaços, mas relativas ao século XIX[123], tanto mais tecnologicamente não houve grandes evoluções até finais do mesmo século[124] .Finalmente, abordaremos o cap. VI relativo aos eixos de comercialização no âmbito local, regional, supra regional e internacional, construindo redes de feiras desde espaços mais próximos (Provedoria de Aveiro) até áreas mais afastadas, como o Alentejo e Lisboa.

A perspectiva de inserir a produção do concelho da Feira no "boom" do comércio colonial com o Brasil, na viragem do século foi o passo seguinte.

Em conclusão, tentaremos sempre " *cruzar fontes, colmatar falhas documentais, criticar e depois construir, mas nunca avançar para lá daquilo que elas não dize*m"[125] .

[123] Justino, David - *A formação...*, p. 128.

[124] A opinião de Agostinho Roxo, autor do Inquérito, é que os produtos (chapéus) estavam no mercado tal naquela altura, tal como há séculos, cit. in Mónica, Maria Filomena, Artesãos e operários, p. 27.

[125] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII...* p. 27.

Primeira Parte

Capítulo I

Delimitação do Espaço

1. Enquadramento Político-Administrativo

O espaço que temos em consideração, corresponde ao espaço histórico do concelho da Feira anterior aos desmembramentos dos finais do século XIX.

Com efeito, ao longo do século XVII, o concelho da Feira fazia parte do Condado da Feira o qual integrava "*o núcleo das freguesias que actualmente compõem o Concelho de Santa Maria da Feira. Faziam ainda parte dele as vinte freguesias que em 1799 foram desmembradas para constituir o Concelho de Oliveira de Azeméis e posteriormente o de S. João da Madeira. Incluía ainda os Coutos de Cucujães, Lever, Crestuma, Sandim e Cortegaça. Ia até ao mar, Através das Freguesias dos actuais concelhos de Espinho e Ovar. Prolongava-se até à margem esquerda do Douro não só pela freguesia de Canedo, como hoje, mas também pelas freguesias de Lever e Crestuma e parte de Olival, cujo porto de Arnelas lhe pertencia. Entrava ainda em cunha pelo actual concelho de Arouca , através das freguesias de Escariz e Mansores. E incluía ainda a chamada terra de Cambra (Macieira de Cambra, hoje Concelho de Vale de Cambra)*[1] .

Em 1700, pela morte do último conde D. Fernando Forjaz Pereira, que não tinha descendência, o Condado passou para a coroa e foi integrada na Casa do Infantado em 10 de Fevereiro de 1708, designado por ouvidoria ou comarca da Feira[2].

Em meados do século XVIII, a Comarca da Feira era formada por 5 Vilas[3], ocupando a Vila da Feira uma posição central, pois a *"Villa da Feira he a capital da Comarca que fica central a todas as villas e coutos de que se compõem as quaes lhe estão em boa proporção a excepção de Castanheira que dista nove légoas entrexassadas na Comarca de Aveiro e Vizeu,*

[1] Silva, Francisco Ribeiro - *Estrutura Administrativa do Condado da Feira no século XVII*, in Revista de Ciências Históricas, Vol. IV, Porto, Universidade Portucalense, 1989, pp. 259-260.
[2] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814)- Estudo económico de um espaço histórico, Porto*, 1996, p. 36.
[3] Ferro, João Pedro - *A população Portuguesa nos finais do Antigo Regime, 1750- 1815*, p. 123.

confina esta Comarca pelo Nascente com o Porto e Rio Douro, Norte com Lamego, Sul Aveiro e Poente o Mar."[4]

Durante o século XVII até à sua inserção no Infantado, o Condado da Feira era administrado a três níveis: "*Coroa, Condes da Feira e Nobreza Local*"[5]. A Coroa intervinha sobretudo através do Corregedor e do Provedor, cabendo ao primeiro funções judiciais e administrativas e ao segunde funções de fiscalização e de controlo da vida concelhia. O ouvidor fazia a ligação entre a administração concelhia e os condes, cabendo-lhe acompanhar a acção governativa. A nobreza local exercia o governo, após a eleição convocada pelo ouvidor, sendo o mesmo exercido de forma colegial por dois juizes, três vereadores e um procurador do concelho[6].

Depois da passagem do condado para a casa do Infantado, caberá ao Corregedor, com assento na Vila da Feira, administrar todo este espaço. A administração da Casa do Infantado provia o concelho de juizes de fora, recebendo Cortegaça juizes ordinários. Os coutos de Crestuma, Sandim e Cucujães eram providos de juizes ordinários pelos respectivos senhorios religiosos, que no entanto, se serviam dos oficiais de justiça e da fazenda da Vila da Feira e Oliveira de Azeméis, neste último caso desde o desmembramento[7].

O cargo de vereador e procurador do concelho era de nomeação do Corregedor, após as eleições trienais que aí se realizavam. O mesmo, nomeava ainda oficiais de justiça e fazenda com excepção dos oficiais de sisa e Alfândega. Provia os postos de capitão-mor, sargento-mor, capitão, alferes e ajudante[8].

2. As Freguesias da Vila e termo da Feira

Em 1801, fazia-se a seguinte referência acerca da Vila da Feira "*pertencião ao termo desta Villa cincoenta e oito freguezias e oje pela separação que se fez de vinte para Oliveira de Azeméis lhe ficaram somente trinta e oito*"[9].

Efectivamente, constituíam a Vila da Feira, até 1799, 58 freguesias (vd. mapa1 e anexo1), sendo algumas meeiras de outros concelhos (vd. mapa 2 e anexo 2).

---

[4] Amorim, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...1801*, p. 265.
[5] Silva, Francisco Ribeiro - *Estrutura Administrativa do Condado da Feira...*, p. 256.
[6] Idem, ibidem, p. 260.
[7] Amorim, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...*, p. 280-282.
[8] Idem, ibidem, p.45.
[9] Idem, ibidem, p.267.

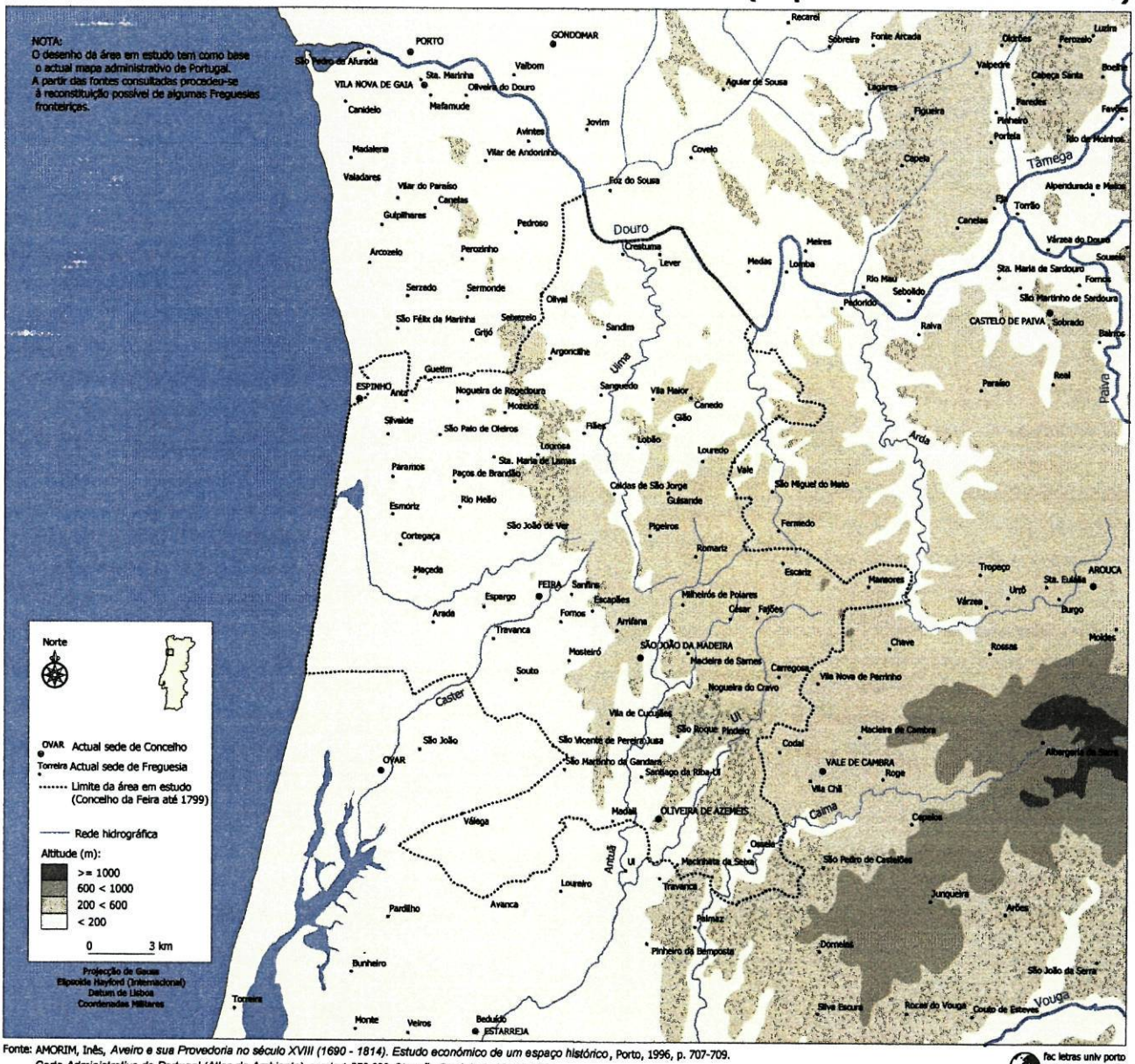
Como podemos observar o concelho da Feira tinha algumas freguesias com alguns lugares pertencentes a freguesias de outros concelhos, ou seja eram meeiras. No sentido de indicar que os dados com que vamos trabalhar podem enfermar do facto de apenas alguns lugares dessas freguesias estarem contemplados, colocamos símbolos apropriados (vd. mapa 2) com base nas memórias paroquiais[10]. Assim:

- Avanca pertencia simultaneamente ao termo da Vila de Estarreja[11], Comarca de Aveiro, e ao termo da Vila da Feira (depois de Oliveira de Azeméis);
- Escariz e Romariz inseriam- se quer no concelho de Fermedo, da Comarca de Aveiro, quer na Comarca da Feira[12], estando Romariz no termo da Vila da Feira e Escariz igualmente no mesmo termo, que a partir de 1799 formou o concelho de Oliveira de Azeméis;
- Santa Maria do Vale era também do concelho de Fermedo e da Vila da Feira[13];
- a Vila de Pereira de Jusã, de limites imprecisos, abrangia partes das freguesias de Válega e S. Vicente Pereira[14];
- Olival, dividia-se entre o termo da Feira e coutos de Crestuma e Sandim[15];
- Mansores, que repartia espaço com Fermedo[16].

[10] Este trabalho foi desenvolvido por Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, pp. 42-43.
[11] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 707. Pertenciam à Vila de Estarreja cerca de 2/3 da freguesia de Avanca.
[12] Idem, Ibidem, p. 707-708. As MP de Escariz indicam como pertencentes ao Concelho da Feira os seguintes lugares: "*Lameyros, Inha de Sima, Inha de Baixo, Lomdrual, Outeyro, Poças, Leyra, Lameyro, Alvite de Baixo, Alvite de Sima, Gestosa, Navais, Bal de Lameyro, Velide*"; as MP de Fermedo referem para o concelho de Fermedo os seguintes lugares da mesma freguesia: "*Ver, Vila Cham, Val quente*"; as mesmas indicam que além desses lugares, pertenciam a Fermedo parte de Belide. Relativamente a Romariz, as MP referem que todos os lugares eram da jurisdição da Vila da Feira, contudo a *Descrição da Comarca da Feira* refere que havia lugares desta freguesia que se dividiam pelos termos de Fermedo e Vila da Feira; as MP de Fermedo indicam os seguintes lugares de Romariz: Oliveira, Carvalhal, Nogueira, Arilhe e Reguenga.
[13] Idem, ibidem, p. 708-709. A MP do Vale indica que todos os lugares pertenciam ao termo da Feira; a MP de Fermedo indica os seguintes lugares do Vale, Cedofeita, Ponte, Torre, Quinta e Paradela. Azevedo, A G: Moreira, D. A, - *Fermedo...*, p. 7, referem os lugares de Arilhe, Reguenga e Oliveira meeiros à freguesia do Vale e ainda Paradela, Quinta, Cedofeita e Ponte.
[14] Idem, ibidem, p. 708. MP de Válega referem que metade dos lugares, os situados a sul do rio, pertenciam ao termo da Feira; quanto a S. V. Pereira, as MP não referem partilha, contudo, a *Descrição da Comarca da Feira...1801*, indica que alguns lugares pertenciam ao termo de Vila Pereira de Jusã.
[15] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 708. Ao termo da Feira pertenciam os lugares de Lavadorinhos e Gondezende.
[16] Idem, Ibidem, p. 708. Azevedo, Alfredo G; Moreira, Domingos A, *Fermedo...*, p. 7, referem que pertenciam ao termo de Fermedo três casais da freguesia de Mansores.

Mapa 1

O Concelho da Feira em 1799 (enquadramento administrativo)

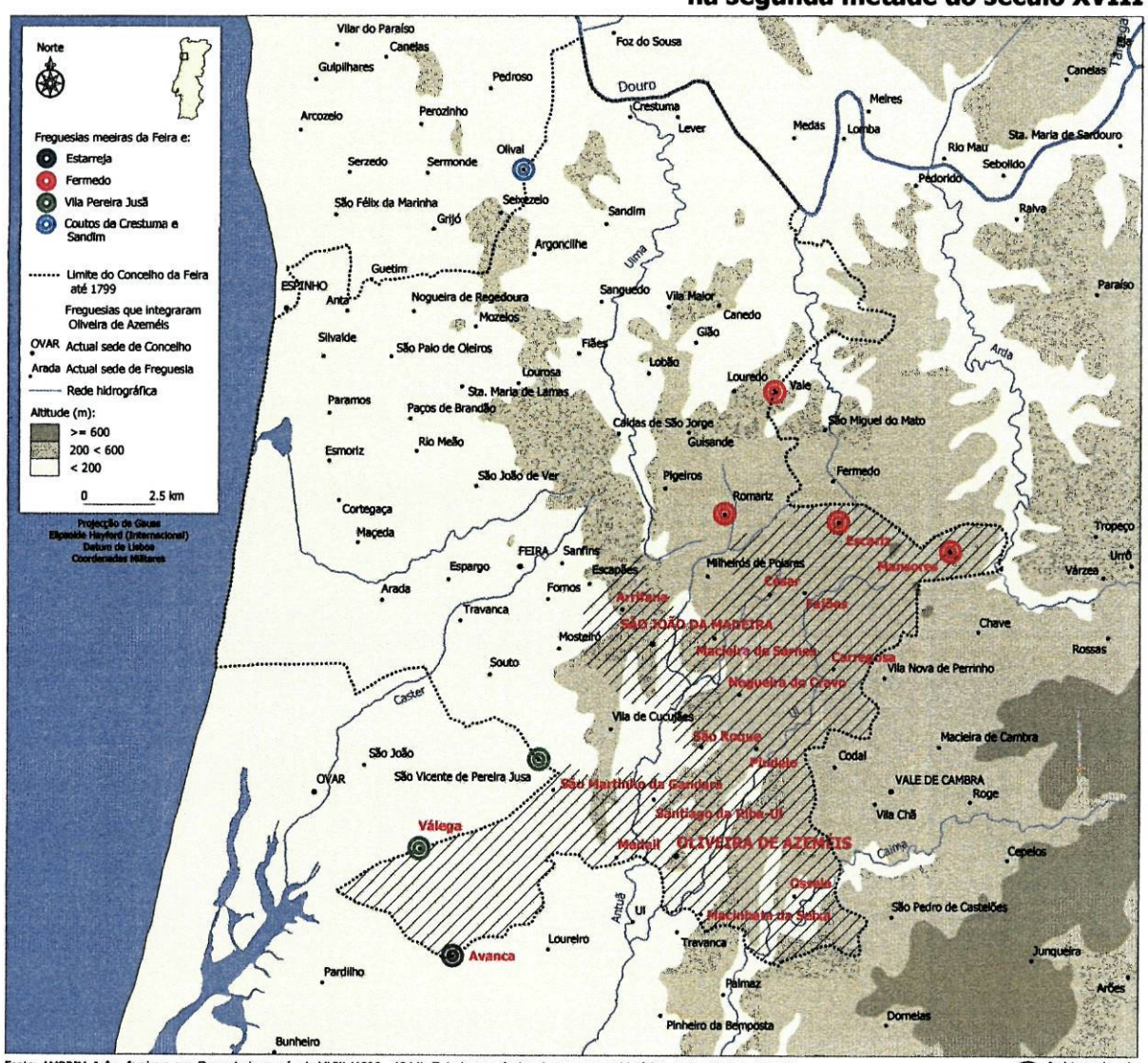


Fonte: AMORIM, Inês, *Aveiro e sua Provedoria no século XVIII (1690 - 1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Porto, 1996, p. 707-709.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Hipsométrica (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

Mapa 2

Evolução do quadro administrativo do Concelho da Feira, na segunda metade do século XVIII



Fonte: AMORIM, Inês, *Aveiro e sua Provedoria no século XVIII (1690 - 1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Porto, 1996, p. 707-709.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Hipsométrica (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

Com a reforma administrativa de 1799[17] surge a Vila de Oliveira de Azeméis reunindo 20 freguesias que faziam parte do antigo termo da Vila da Feira, mas que continuamos a considerar como espaço de análise. O mapa 2 e o anexo 2 permitem-nos observar essas freguesias que saíram do Concelho da Feira para formarem o concelho de Oliveira de Azeméis, correspondendo ao espaço que estudamos.

3. Caracterização geo-morfológica

A geografia física comanda, em parte, as estruturas sócio económicas, no entanto este "determinismo geofísico" não existe se não for mediatizado pela relação do homem com a natureza, ou seja, "o *comportamento do homem depende de imensas variáveis, entre elas, das riquezas e penúrias que o meio lhe pode oferecer, e das possibilidades de reacção perante esta "ditadura" do meio*"[18]. Ora, o quadro natural que pretendemos traçar demonstra que as características geo morfológicas foram úteis ao elemento humano e afectaram concretamente o seu quotidiano, ou seja, o seu trabalho. Digamos que se produz uma complementaridade económica e física bem patente por exemplo nas condições de clima e morfologia favoráveis à produção de linho para a actividade das tecedeiras, ou das características do solo, rede hidrográfica, cintura montanhosa, etc. como poderemos apurar.

3.1 Relevo, clima e vegetação

O concelho encontrava-se dividido em dois blocos geo-morfológicos bem delimitados (vd. mapa 3 - enquadramento natural):

- um, abarcando a área centro-leste a caminho da serra, com altitudes entre 200 e 600 metros. Trata-se de uma área de relevo acidentado, constituído por granito e algum xisto, onde se elevam planaltos de média altitude expostos aos ventos marítimos e algumas serranias[19]. Pindelo é uma freguesia essencialmente montanhosa com encosta virada ao poente, por isso, o pároco ao informar sobre a serra, refere que a mesma "*tem*

[17] Columbano de Castro apresenta esta data na *Descrição da Comarca da Feira de 1801*, todavia Inês Amorim informa- nos que na Memória do ANTT- Casa do Infantado, n. 294 se refere a elevação a Vila em 31 de Março de 1800.
[18] Amorim, Inês - *O Mosteiro de Grijó- Senhorio e Propriedade: 1560-1720 (Formação, estrutura e exploração do seu domínio)*, Porto, Fac. Letras, 1986, p. 28.
[19] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 88-89.

de comprimento duzentas braças e de altura cem braças, principia na pedra má e acaba no lugar de Pinham"[20]. Vilar, lugar de Oliveira de Azeméis, é uma área alta com encosta abrigada, por onde correm vários regatos de água que vão desaguar ao Antuã, um rio que "*vai tripando às brenhas de Vilar*"[21]. Azagães fica a nascente do rio Pedra Má[22], existindo ao cimo desse lugar nascentes de água, que depois descem para irrigar as terras.

As áreas de maior altitude da zona Leste do concelho confinam com a elevação da serra da Freita, estendendo-se para sul e para norte em direcção a Escariz e Vale. O solo é propício à criação de gado bovino e ovino.

Concluindo, tratava-se de um espaço com áreas bastante acidentadas, viradas a poente, com água corrente, sol e vento, ou seja, áreas com condições naturais propícias à produção de actividades transformadoras;

- outro, abrangendo todo o oeste, constitui uma região plana de composição variada de calcários, argilas, etc., mais favorável à actividade agrícola e comercial.

O clima da Comarca da Feira, na qual se incluía a Vila e seu termo, "*he benigno, o ar temperado, e não he fria nem quente com excesso, com excepção das terras que ficam nas serras donde he mais aspera a habitação em ambas as estações*"[23]. Com certeza que o clima áspero afectava principalmente as terras situadas junto às altas serranias, integradas numa zona de transição para o clima continental, nomeadamente Pindelo, Carregosa, Mansores, Escariz, Fajões, etc., . Sobre esta última freguesia, as MP referem que "*a qualidade do seu temperamento he muito frio*"[24].

Do ponto de vista da precipitação, a parte oeste do concelho é fortemente marcada pela proximidade do Atlântico de onde recebe ventos marítimos originadores de chuvas abundantes, a parte leste, sendo de transição para o clima continental moderado, era menos húmida.

---

[20] MP da freguesia de St.ª Maria de Pindelo relativas ao inquérito de 1758, cit. por Oliveira, Samuel de Bastos ..., in Memórias Setecentistas ..., p. 131.
[21] MP da freguesia de Oliveira de Azeméis..., in *Memórias Setecentistas...*, p. 115.
[22] MP da freguesia de St.ª Maria de Pindelo..., in *Memórias Setecentistas...*, p. 131. O pároco desta freguesia refere erradamente que o rio Pedra Má nasce em Azagães. Efectivamente, nesse lugar ainda é um braço do dito rio, que se junta ao outro braço em Chão da Silva, formando um único caudal seguindo por Pindelo.
[23] Amorim, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...1801*, p. 265.
[24] MP da freguesia de Fajões, cit. in *Memórias Setecentistas...*, p. 68.

Relativamente à vegetação, a Comarca da Feira era toda ela "*marcada por abundantes pinhais, que já no século XVI justificavam um tráfico de madeiras para o Porto*"[25]. Nos inícios do século XIX as características são as mesmas "*muitas lenhas e devesas de castanho que vendem com muita reputação para arcos de pipas*"[26].

A acção do Oceano, que atenua a secura estival e determina uma forte pluviosidade, fez proliferar algumas espécies vegetais, tais como o castanheiro, carvalho e pinheiro. A freguesia de Olival apresentava "*abundância de pinhais de que continuamente se fabricam madeiras que pelo Douro se conduzem para o Porto, mas apenas do pinheiro bravo, porque proibido o manso*"[27]; Nogueira do Cravo tem "*muitas árvores silvestres, carvalhos, sobreiros, e pinheiros e castanheiros*"[28].

Enfim, tratava-se de um concelho com vegetação abundante, constituída principalmente por pinhais, facto que se liga à proximidade do mar e à influência dos ventos temperados marítimos.

3.2 Vias Fluviais

Os rios Douro, Arda e Antuã (vd. mapa 3 - rede hidrográfica) limitavam o espaço do concelho a norte, Leste e Sul; a ocidente era o Atlântico. Vários cursos de água, pequenos e médios, percorriam o concelho, destacando- se os seguintes:

- rio Antuã que "*nasce na freguesia de Escariz, Arouca (na "Serra Grande" ou "Montes Nabales"(hoje lugar de Nabais), na designação medieval): o braço mais extenso nasce no actual lugar da Venda da Serra(Escariz), desce por Vacaria, Carregosa de Cima, Silvares, Chão da Silva, juntando-se, aí ao outro braço (caudal) que nasce no lugar das Alagoas (Escariz), desce por Seixeira (Fajões), Pisão, Retorta, Lavandeira, Torre, Ribeira de Fajões, Azagães de Carregosa, Silvares, limite sul do lugar de Chão da Silva e daí em diante num só caudal segue por Pindelo, Covo, Oliveira de Azeméis, Macinhata da Seixa, "Ponte dos dois Rios",, no lugar de Adães freguesia de Ul (aqui recebendo o afluente Ul), cerca de três Km depois passa sob a ponte da Minhoteira (Pinheiro da Bemposta), Estarreja, Salreu, Ria de Aveiro*".

---

[25] Amorim Inês - *Os Senhores da Feira e propriedade da terra no século XVI: maninhos e águas*. "Revista de História", Porto, V.11, 1991, p. 134.
[26] Amorim, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...1801*, p. 267.
[27] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 94.
[28] Oliveira, Samuel de Bastos - *Memórias Setecentistas ...*, p. 102.

- o rio Ul "*nasce nuns lameiros no lugar de S. Mamede da freguesia de Fajões, desce pelo lugar de Monte Calvo de Romariz, Vila Nova, segue por Milheirós de Poiáres, S. João da Madeira, Monte da Pica, Faria de Cima, e Margonça, - Cicujães, S. Roque, S. Tiago de Riba Ul, Oliveira de Azeméis, Madail e entrega as suas águas ao rio Antuã (de que é afluente na margem direira) junto da vulgarmente chamada "Ponte dos dois Rios", que liga o lugar de Adães da freguesia de Ul ao lugar de Damonde da freguesia de Travanca*"[29].
- o rio Caster passa pela Vila da Feira, seguindo em direcção a Ovar para desaguar na Ria de Aveiro.
- o Uíma, tem o seguinte percurso descrito pelas MP de Pigeiros "*nasce o rio Milde na freguesia de Duas Igrejas, ao passar pela freguesia de Nadias na freguesia de Escapães, faz mover 3 moinhos e 2 azenhas, juntam- se- lhes mais águas e em Pigeiros move 10 moinhos, em S. Jorge 11, Lobão 6, Sanguedo 3, Vila Maior 5 e 1 pisão, Sandim e Crestuma terão mais de 20, de Lobão para o Douro se chama Uíma*"[30].
- finalmente, os rios Caima e Arda atravessavam respectivamente as freguesias de Ossela e Mansores.

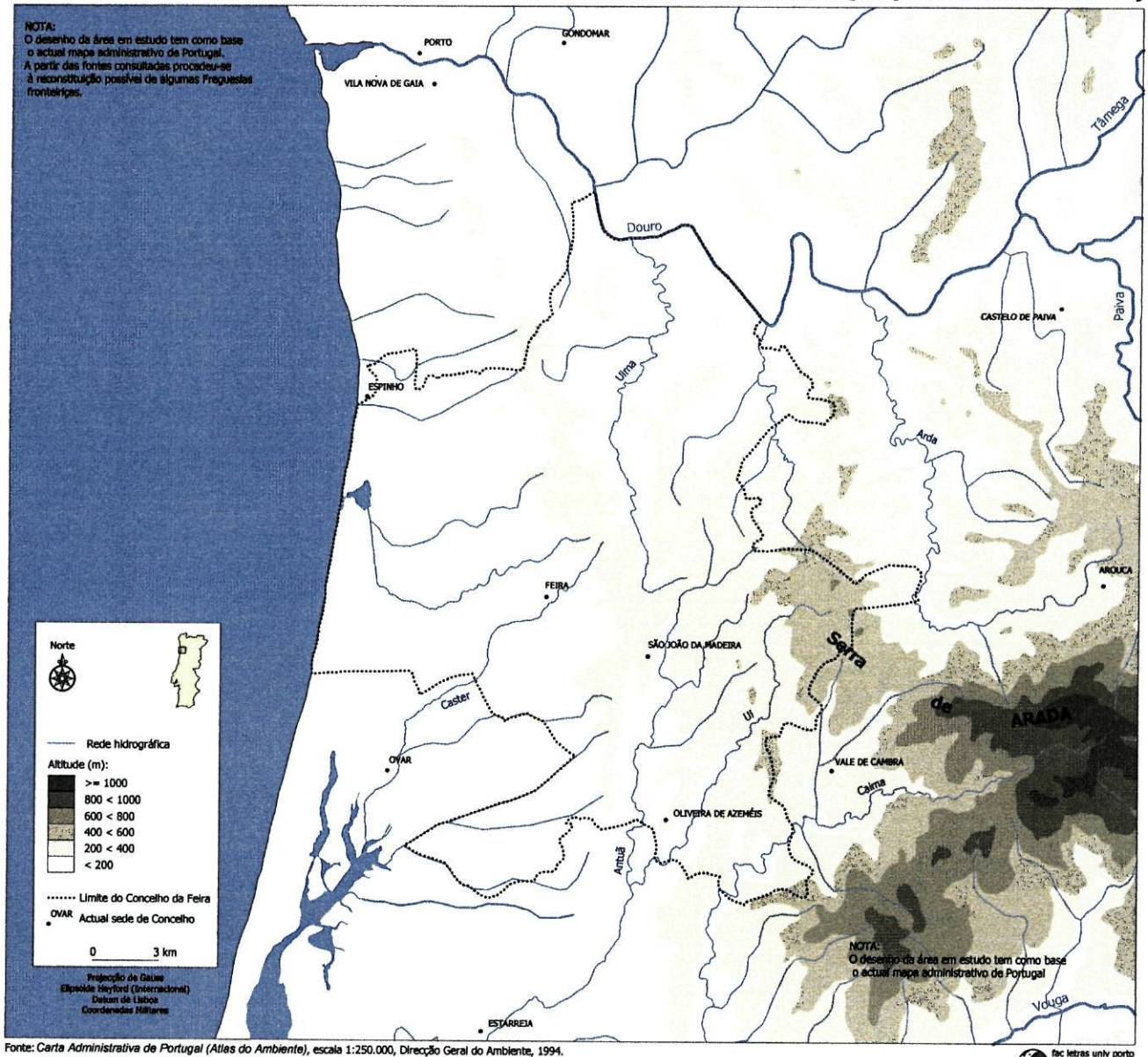
Observemos agora o percurso de alguns rios no espaço Leste do concelho:

- por Oliveira de Azeméis, a oriente, passa o rio Vilar, que arrasta consigo os ribeiros de Cidacos e Lavandeira e a Ocidente o rio Ul;
- Ossela é atravessada pelo rio Caima, para o qual correm os regatos do Chouzal e da Ribeira;
- por Pindelo corre o rio Pedra Má (Antuã);
- por vários lugares de Carregosa (já referidos) correm os dois braços do rio Antuã, antes de formarem um único caudal;
- em Fajões nasce o rio Ul e por aí passa o braço mais extenso do rio Antuã;
- Nogueira do Cravo, "o que tem de notavel e celebre esta freguezia he um rego de agoa copioza que no tempo do estio fertiliza os campos correndo em continuado giro todo o ambito da freguesia de sorte que nunca pára por estar repartido pelos moradores o giro della; tem nascimento em hu outeiro da mesma freguesia à parte do norte"[31];

[29] Idem, Ibidem ..., p.183
[30] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 424.
[31] ANTT, MP da freguesia de Nogueira do Cravo, resposta ao inquérito de 1758, cit. por Oliveira, Samuel de Bastos, in *Memórias Setecentistas do Concelho de Oliveira de Azeméis*, Oliveira de Azeméis, 2001, p. 102.

Mapa 3

O Concelho da Feira em 1799 (enquadramento natural)



Fonte: *Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente)*, escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Hipsométrica (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

- por S. João da Madeira corre o rio Ul.

Não temos conhecimento sobre a navegabilidade destes cursos de água, no entanto os mesmos juntamente com os afluentes e subafluentes tiveram uma importância extraordinária na vida económica e social das populações. Assim: favoreceram a agricultura, através da irrigação das terras de modo a possibilitar o cultivo do milho, linho etc.; incentivaram a produção artesanal na medida em que favoreceram o aparecimento de moinhos, quer para cereais, quer para cascas de carvalho utilizadas na curtição de peles, de pisões e de azenhas[32].

3.3 Eixos terrestres

A marcar o espaço geográfico da Vila e seu termo estava a Estrada Real (mapa 4) que a dividia em duas partes: a parte mais alta "estrada acima" e a parte mais baixa "estrada abaixo"[33]. Noutros locais, servia de referência na delimitação dos pontos cardeais, como em Grijó, onde numa alusão ao Mosteiro se refere: "*Este Mosteiro de Grijó está situado no seu couto, Comarca da cidade do Porto, distante dele trez legoas para a parte do sul e ao Poente da Estrada Rea*"...ou ainda à organização do seu património "*casais e freguesias da Estrada de Baixo, ou seja para oeste e os da Estrada de Cima, em direcção a sul e Este*" [34].

A Estrada real dividia longitudinalmente o concelho. Vinda de Albergaria entrava por Oliveira de Azeméis, Souto Redondo (freguesia de S.Jorge), Grijó, Carvalhos, seguindo depois em direcção ao Porto.[35]

No entanto, o concelho era atravessado por outros percursos terrestres secundários, nomeadamente três que partiam de Aveiro em direcção ao Porto. Eram eles:

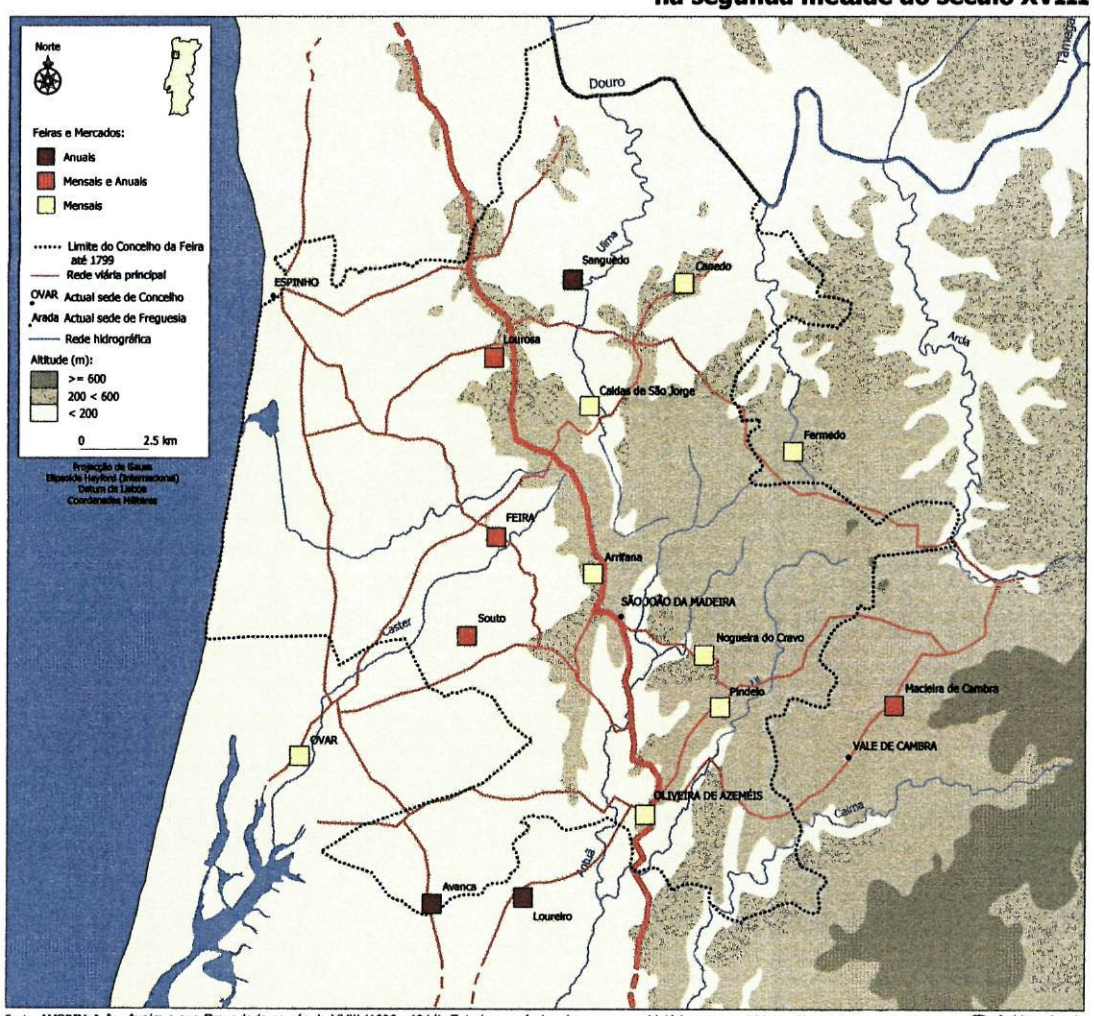
- de barco , pela Ria, até Ovar, continuando por Cortegaça Paramos e Anta.
- de Aveiro em direcção a Angeja, Salreu, Avanca, Ovar, Arada, Cortegaça e Porto.
- Saindo de Esgueira, por Cacia, Angeja, Fermelã, Canelas, Salreu, Estarreja, Santo Amaro, Alumieira, S. Martinho da Gândara, Vila da Feira, Grijó Carvalhos e Porto[36].

---

[32] ANTT, MP da freguesia de Nogueira do Cravo, resposta ao inquérito de 1758, cit. por Oliveira, Samuel de Bastos, in *Memórias Setecentistas do Concelho de Oliveira de Azeméis*, Oliveira de Azeméis, 2001, p. 425. Na confluência dos rios Ul e Antuã em Ul existiam vários engenhos para moer casca de carvalho para a tinturaria.
[33] AMSMF, Livro dos Acórdãos- 1833, fl. 100. Neste caso a conotação era política, ou seja, indicava o número de pessoas eleitas para os "24", da parte de baixo da Estrada e o mesmo número, da parte alta. Portanto, a base morfológica e geográfica servia de suporte à vertente administrativa.
[34] Amorim, Inês - *O Mosteiro de Grijó- Senhorio e Propriedade: 1560- 1720 (Formação, estrutura e exploração do seu domínio)*, Porto, Fac. Letras, 1986, pp. 28 e 54-55.
[35] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria..., p. 98.*
[36] Idem, Ibidem, p. 99.

Mapa 4

Mercados e infra-estruturas viárias no Concelho da Feira (e arredores), na segunda metade do século XVIII



Fonte: AMORIM, Inês, *Aveiro e sua Provedoria no século XVIII (1690 - 1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Porto, 1996, p. 600.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Hipsométrica (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

A partir de Oliveira de Azeméis, cortada pela Estrada Real, desenhava-se um nó fundamental de eixos viários: um para Oeste em direcção a Ovar, passando por Couto de Cucujães e Souto; para Este dois ramais: um passando por Pinhão e Macieira de Cambra, seguia para Nordeste; outro, partindo de Oliveira de Azeméis, passava por Carregosa, encontrando o outro e seguindo ambos por V. Cova do Porrinho, direccionados a Arouca e outras terras para nascente[37].

Enfim, a Estrada real parece organizar toda a vida do concelho: servia de referência espacial para organização de actividades como se referiu atrás, por ela circulavam as matérias primas e as mercadorias necessárias à actividade artesanal e era a partir dela que se servia o correio à maioria das freguesias[38].

4. Sectores de actividade

No sentido de conhecermos a distribuição da população activa do concelho da Feira, recorremos ao *Mapa Geral de toda a população da Comarca da Feira*[39], a partir do qual construímos um quadro da população activa por ofício e sector nas áreas que, até 1799, faziam parte do concelho da Feira (vd. em anexo 3). Depois, a partir do mesmo, elaboramos outro quadro relativo à distribuição da população activa somente por sectores de actividade (vd. quadro1). Mantivemos a divisão clássica dos sectores, em virtude de ser essa a metodologia adoptada por outros trabalhos com os quais poderíamos estabelecer comparação.

Quadro 1 - Distribuição da População Activa por Sectores no concelho da Feira em 1801

Sectores	Quantidades	Percentagem
Primário	4026	52%
Secundário	2395	31%
Terciário	1346	17%
População Activa	7767	17%
População Total	46989	100%

Fonte: Descrição da Comarca da Feira... 1801

[37] Idem, Ibidem, p. 99.
[38] ANTT, MP, resposta ao inquérito de 1758, cit. por Oliveira, Samuel de Bastos, in *Memórias Setecentistas do Concelho de Oliveira de Azeméis*, Oliveira de Azeméis, 2001.
[39] Amorim, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...*1801.

Constatamos a clara superioridade do sector primário e dentro do mesmo, a predominância quase absoluta dos lavradores. Distanciado deste sector, surge o secundário no qual se destacam os sombreireiros. Finalmente no sector terciário, os criados e criadas dominam o panorama.

O quadro 1 permite-nos verificar os valores percentuais da população activa do concelho, por sector. Vejamos as conclusões retiradas da sua análise:

- em primeiro lugar, o sector primário, reunindo uma percentagem esmagadora de ocupação, que ultrapassa os 50%, aproximam-se dos valores de Salvaterra de Magos (59,4%)[40], Coruche (65,2%)[41]e Trás-os-Montes (66%)[42];
- em segundo lugar, o sector secundário com 32%, valores muito acima dos conhecidos para Trás-os-Montes (9,2%)[43], Coruche (16,8)[44] e Salvaterra de Magos (20,6)[45];
- o sector terciário conta com um efectivo de 1265 indivíduos (16%) da população activa, valores abaixo dos níveis de Trás-os-Montes, Coruche e Salvaterra de Magos.

Como apreciação global diremos que o concelho da Feira era, como seria de esperar, essencialmente agrícola, tal como as localidades confrontadas, apesar de apresentar já uma actividade transformadora bastante assinalável.

Tentemos agora confirmar alguns desses aspectos de ruralidade do concelho.

As condições naturais descritas atrás, beneficiavam a actividade agrícola, por isso o corregedor da Comarca da Feira refere que "*A agricultura está muito aumentada em todas as sementeiras, e cresce com grande excesso, o que tem procedido dos muitos montados que se tem roteado pela felicidade de ter o Príncipe Regente Nosso Senhor facultado aos povos desta Comarca a distribuição dos montes que os reduziram a cultura, o que tem adiantado este principal ramo*"[46].

---

[40] Nazareth, J. Manuel, Sousa, Fernando de - , *Aspectos Sócio- demográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII*, in Análise Social, Vol. XVII (66), 1981, p. 370.
[41] Nazareth, J. Manuel, Sousa, Fernando de - *A demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime- aspectos sócio- demográficos de Coruche*, in *Cadernos da Revista de História Económico Social*, n.º 4, 1983, p. 62.
[42] Serrão, Joel, et allii - *População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII,* in Análise Social, Vol. XII (47), 1976, p. 754.
[43] Idem, ibidem, p. 754.
[44] Nazareth, J. Manuel, Sousa, Fernando de - *A demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime...*, p. 62.
[45] Nazareth, J. Manuel; Sousa, Fernando de - *Aspectos Sócio- demográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII*, in Análise Social, Vol. XVII (66), 1981, p. 370.
[46] Amorim, Inês, *Descrição da Comarca da Feira ...* 1801, p. 265.

Referindo-se especificamente ao concelho da Feira o mesmo corregedor escreve: "A produção desta Vila e povos do seu termo consiste em toda a qualidade pão em que hé muito abundante, algum vinho..."[47].

Praticava-se a policultura, abundavam os prados verdejantes, a criação de gado, sobretudo vacum, bovino e algum lanígero, o milho de regadio[48], trigo, centeio, linho e horticultura.

Quer os rios, quer as condições climáticas, estimulavam o cultivo dos cereais e a respectiva moagem, praticamente em todo o concelho. Estimulavam também o cultivo do linho e a consequente actividade artesanal, como se depreende: "Mas um pouco por toda a parte as MP indicam a disseminação do seu cultivo e a ocupação artesanal que lhe está associada; a linguagem escrita refere a expressão "bastante" em Avanca e Canedo, "excelente" em N. da Regedoura, "algum" nas freguesias da Feira, Lobão, Paços de Brandão e Pigeiros, "onde põem suas teias de linho, donde muito se remedeiam"[49].

Muitas vezes, o linho era cultivado juntamente com o milho, por isso a Feira e termo, em 1769, pagava de foro ao Infantado quantidades assinaláveis de linho em rama e fiado[50].

Toda esta produção exigia mão-de-obra numerosa ao ponto de se justificar a contagem em finais do séc.XVIII, em que trabalhavam na agricultura cerca de 3619 lavradores e 407 jornaleiros (ver anexo 3).

Intimamente ligada à actividade agrícola estava a moagem dos cereais, praticamente em todo o concelho. Todavia, sobressaíam duas áreas intensas dessa actividade: uma à volta de Lever, Crestuma e Canedo, outra em redor dos rios Ul e Ínsua[51]. Também o linho depois do seu cultivo era sujeito a uma intensa actividade artesanal, pois a palha era pisoada (esmagada) em engenhos (pisões) movidos pela água ou pela força animal. A pisoaria, apesar de termos um só pisoeiro nos registos de ofício, devia ser uma actividade importante no concelho, pois existia regimento do respectivo ofício datado de 1794. A freguesia de Sandim, que segundo as MP tinha três pisões, era terra natal do juiz de ofício de pisoeiro como se

[47] Idem, Ibidem, p. 267.
[48] Idem, Ibidem, p. 223. As MP das freguesias de Escapães, Vila da Feira, Nogueira da Regedoura e Sanguedo referem as regras de utilização da água para irrigação dos milhos, nas zonas onde a mesma não abundava.
[49] Idem, ibidem, p. 225.
[50] ANTT- AHMF- VI/E/21- *Almoxarifado da Feira*, in Inês Amorim, *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 220.
[51] Idem, Ibidem, p. 426.

verifica: "Acordarão com o mestre juiz de ofício destas fábricas Eusébio Francisco do lugar e freguesia de Sandim que todos os oficiais tivessem este regimento..."[52].

Concluindo, podemos afirmar que o concelho da Feira foi durante a segunda metade do século XVIII, uma área essencialmente rural, em virtude da prática, não só de actividades directamente agrícolas, mas também de actividades transformadoras associadas à agricultura, mas que ultrapassam essa realidade, denotando percentagens muito acima das verificadas noutros espaços.

Como referimos, o sector terciário apresentava valores baixos quer em relação aos outros sectores, quer em confronto com outras localidades. No entanto, era no concelho da Feira que se situavam a maior parte das feiras existentes na comarca (vd. quadro 2), acelerando o encontro entre mercadorias e gentes.

Quadro 2- Feiras existentes na Comarca da Feira em 1801

Dia	De Mês	De Ano
4	Arrifana	
7	Canedo	
9	Cambra	
10	Lourosa	
11	Oliveira	
		S. Luzia em Cucujães, 13 Dezembro
17	Souto Redondo	
20	Villa da Feira	
		Vila da Feira dia de S. Sebastião
23	Pindelo	
25	Morado	Moselos
		Vila da Feira no Castelo
27	Nogueira do Cravo	
29	Ovar	
		Lourosa 29 de Setembro

Fonte: "Descrição da Comarca da Feira..., 1801"

Observando o quadro verifica-se ainda que os comerciantes e as pessoas em geral tinham acesso quase diário a um local de compra e venda (feira), facto que condicionava de certa forma a produção e o abastecimento do concelho.

Temos, assim, definido o espaço económico onde se desenvolvem as actividades em análise. De momento, afirma-se uma forte componente artesanal, que exige uma mais profunda abordagem.

[52] AMSMF, Livro de Registo dos ofícios e suas desistências 1783-1794, regimento de pisoeiro, fl. 149.

CAPÍTULO II

O poder municipal e a organização dos ofícios mecânicos

1. A intervenção Municipal

Era, principalmente, aos municípios, que competia o controlo da vida económica dentro dos seus limites, saindo das suas vereações os acórdãos e posturas relativas a essa matéria.

Desde o princípio da nacionalidade o rei concedeu aos municípios o privilégio da almotaçaria, ou seja, as Câmaras podiam taxar preços das obras, fixar salários e conceder licenças. Desta forma, fiscalizavam-se as actividades económicas e conciliavam-se interesses do bem comum com interesses económicos concelhios[1].

Com o tempo, foi-se alargando a acção de influência da Câmara nos ofícios deixando de ser simplesmente polícia no campo económico para influenciar a própria estrutura do ofício. A reforma dos regimentos feita por Duarte Nunes Leão em 1572 mostra-nos que a intervenção municipal se fazia praticamente em todas as áreas da vida profissional dos trabalhadores[2].

O controlo Camarário era sempre uma evidência, quer os ofícios estivessem integrados em corporações, quer agissem individualmente. No primeiro, caso davam-lhes certa autonomia, ou seja, "*cada profissão formava no concelho uma unidade orgânica, regida por leis próprias aplicadas por autoridades também próprias sob a fiscalização e superintendência das autoridades municipais*"[3]; no segundo, chamavam a si todas as iniciativas, ou seja cabia à Câmara organizar e controlar directamente toda a actividade profissional.

Na Vila da Feira e seu termo, a Câmara responsabilizava-se pela feitura dos regimentos, principalmente das taxas, as quais tinham grande impacto na vida pública por condicionarem os salários dos trabalhadores, os preços dos produtos e as matérias primas utilizadas na

---

[1] Langhans, Franz-Paul - *A Casa dos 24 de Lisboa,* Lisboa, 1948, p. 3.
[2] Idem, Ibidem, , p. 7.
[3] Langhans, Franz-Paul - *As corporações dos ofícios mecânicos*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1943, vol.I, p. XII.

produção. Pertencia-lhe a nomeação dos juizes que por sua vez examinavam os oficiais e eram co-responsáveis na elaboração dos regimentos.

Parece certo que a intervenção da Câmara de Vila da Feira correspondia assim a uma postura, conforme detectamos na pesquisa que efectuamos aos *Livros de registo dos ofícios*, aos *Livros dos Acórdãos* e aos *Livros dos registos da Provisões*. Veja-se esta postura camarária: "*Acordaram que todos os ofícios de alfaiate sapateiro ou tecedeira que não tiverem carta de examinação do juiz do seu ofício, passada pelo escrivão desta Câmara pagarão dois mil réis; porém as tecedeiras pagam somente mil réis aplicados na dita forma*"[4]. Nestes casos, todos os que desejavam ser profissionais, deviam realizar um exame perante um juiz nomeado pela Câmara, sendo-lhe depois passada uma carta de examinação pela mesma instituição.

Tendo em conta este controlo, considera-se que existia, no século XVIII em Portugal, um forte imobilismo dos oficiais mecânicos em nome da defesa e do controlo do mercado e dos consumidores em especial. Com efeito, os profissionais vindos de outros concelhos para trabalhar no concelho da Feira eram obrigados a apresentar na Câmara a sua carta, para que a mesma fosse confirmada e registada. Era, contudo, uma actuação menos controladora do que acontecia noutras localidades, caso do Porto, onde a maioria dos compromissos impunha medidas que passavam pela obrigação de aquisição de novas cartas, que seriam posteriormente confirmadas pelo Senado[5]. A situação era ainda mais extrema em Guimarães, onde carta tirada noutra cidade não tinha qualquer valor[6].

Controlava-se ainda o abandono do ofício, exigindo-se, mediante petição às autoridades, que o profissional apresentasse as razões, para depois se lhe passar carta de desistência. Não temos conhecimento de qualquer caso em que as autoridades camarárias não tenham aceite a petição de desistência, ao contrário do que se passava, na primeira metade do século XVIII em Guimarães, por exemplo, onde a Câmara colocava sérias dificuldades aos que desejavam sair do mester[7].

---

[4] AMSMF, *Livro dos acordãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com gente da governança e povo desta vila, concelho e Camera da casa della- ano de 1713,* acórdão n.º 15, fl. 27v.

[5] Morais, Maria José - *O ensino profissional no século XVIII- o exemplo do Porto,* 1994, p. 211.

[6] Carvalho, A, L - *Os Mesteres de Guimarães,* oficinas gráficas Pax, Braga, 1944, vol. I, p. 86.

[7] Idem, ibidem, p. 35. Nesta cidade, a concessão de licença para mudar de ofício ou de terra, estava dependente das autoridades locais, que deviam proceder a prévia informação. Por exemplo, relativamente à primeira metade do século XVIII, o autor refere "*Carniceiros, vendedores e outros, eram obrigados por compromisso anual e ajuramentado em Câmara a abastecer o público e dizia a lei: "querendo sair do mester, devem ir declarar o seu propósito no dia de S. João, perante juizes e almotacés", aliás, não lhes admitiam escusa até ao fim do ano*".

Os oficiais Camarários executavam as correições pelas freguesias do concelho, no sentido de verificarem o cumprimento das posturas, nomeadamente as que diziam respeito à obrigatoriedade de ter carta de examinação. Eram numerosas as multas aplicadas aos oficiais que não tivessem a respectiva carta, apesar dos trezentos reis que custavam as mesmas[8]. Tal facto podia dever-se ao elevado preço dos exames, ao elevado grau de dificuldade dos mesmos, ou até à dispersão geográfica que eventualmente podia dificultar os vários passos burocráticos para aquisição da carta.

Em suma, toda a actividade artesanal confluía na Câmara, onde em livros próprios, eram registados todos os pormenores relativos à actividade. Os livros eram numerados e rubricados pelas autoridades, sendo escritos pelo escrivão camarário em repartição específica da Câmara, como se depreende dos registos das desistências, onde normalmente o escrivão referia: " *apareceu no meu escritório...* ".

No Porto, o livro era também o meio de regular a vida do ofício, evitar o suborno e provar a verdade. Havia livros próprios do Senado, que eram assinados pelo juiz de ofício depois da eleição e livro próprio do ofício que era entregue ao mesmo depois da sua tomada de posse[9].

Na Vila da Feira, existem outros aspectos relativos a condicionalismos de intervenção camarária, sobre os quais as fontes analisadas não nos dão qualquer informação. Referimo-nos concretamente à possibilidade de o juiz poder examinar parentes ou familiares, à aprendizagem necessária para se poder tirar carta, ao preço do exame, entre outras. Noutras localidades, como em Lisboa, os juizes não podiam examinar familiares ou criados, devendo neste caso apelar-se ao juiz do ano transacto[10].

2. O regimento

A matéria do regimento de ofício era constituída pelas normas privativas de determinada profissão, nomeadamente: o exercício da técnica, moral social e disciplina interna do seu desempenho, exame dos candidatos a mestres, instituição de autoridades e

[8] As multas lançadas pelas correições aos oficiais que não apresentassem carta de examinação era de trezentos reis. Repare-se neste exemplo: "O mesmo a António João de Nogueira do Cravo pela pena de não Ter carta de examinação do ofício de que usa, cisado por se ver condenado por fe de João Silvestre, apregoado não apareceu condenado em trezentos reis", in AMSMF, Livro dos Acórdãos 1733-1738, fl. 82. Vejamos que 300 réis de multa correspondiam nesta época a dia e meio de salário de um trabalhador de alvenaria (vd. ponto 2, cap. II).

[9] Morais, Maria José - *O ensino profissional no século XVIII-O exemplo do Porto*, Porto, 1994, p. 122.

[10] Langhans, Franz-Paul, *A casa dos 24 de Lisboa*, Lisboa, 1948, p. 5.

discriminação dos seus deveres[11]. Sempre que não havia estatuto próprio recorria-se ao costume, aos actos régios e às posturas municipais[12].

As taxas, em regra, faziam parte dos regimentos de cada ofício, sendo obrigatória a sua posse por parte dos mestres. No Porto, depois da vereação de 27 de junho de 1613 *"foram distribuídos aos ofícios os respectivos regimentos das taxas e os mesmos apregoados em voz alta pelas ruas da cidade"*[13] . Na Vila da Feira, referia-se no fim de cada regimento *"E acordaram que todos os (....*indicação dos profissionais*) tenham este regimento e se governem por ele, sob pena de... "*[14].As taxas revelavam e continuavam a vocação municipal de proteger o consumidor e o produtor, recaindo sobre preços dos alimentos, dos produtos artesanais e dos salários dos artesãos. Por isso mereceram, no concelho da Feira, especial atenção por parte das autoridades, em contraste com outros aspectos da organização geral dos ofícios menos divulgados.

Quadro 1 - Obra de Pedreiro

Util.	Tipo de Obra	Características	Preço(reis)
A	Portal de esquadria	Oito palmos de altura e cinco de largo dando o dono da obra as achegas →	4.000
A	Portal	Dez palmos de alto e seis em vão de largo de boa esquadria → Chegando o dono da obra a pedra e o mestre quebrá-la e lavrá-la e o assentar por conta do dono da obra.	4.800
A	Portal para portas fronhas	De onze palmos de alto e nove de largo em vão de boa esquadria, dando o dono da obra as achegas e o mestre quebrá-la e lavrá-la. E o assentador por conta do dono da obra. →	7.000
B	Portal para portas fronhas	Com quartões, cruz e pirâmide → Dando o dono as achegas e por sua conta o assentar e lavrá-la e quebrá-la o mestre.	14.000
B	Janela de esquadria	Cinco palmos de altura do peitoril para cima e quatro palmos e meio de largo → Dando o dono as achegas na forma acima	2.400
B	Janela de sacada	Nove palmos de altura e quatro e meio de largo em vão → Dando o dono as achegas na forma acima.	8.000
B	Cantareira de esquadria	Repartimento de três palmos de altura cada e de largo quatro palmos e meio → Dando o seu dono as achegas.	2.000
B	Escada	De oito palmos de largo boa esquadria , por cada degrau → E quanto ao corrimão levarão conforme a moda que o mandarem fazer.	300
C	Cruzeiro	Treze até quinze palmos de altura com três vias de degraus fora a pianha de boa esquadria dando o dono da obra as achegas na forma acima E terá a travessa sete palmos e às vezes menos conforme pedir a altura. →	20.000
C	Cruzes para via-sacra	Oito palmos de altura e a travessa quatro palmos ou quatro palmos e meio, tendo só a pianha e não tenha degraus → Dando-se-lhe as achegas na forma acima.	2.500

Fonte: AMSMF, "livro de Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com a gente da Governança e povo desta Vila, Concelho, e Couttos na Camera della- Anno de 1713" A- Casa Agrícola/ entrada e saída de carro de bois B- Habitação de elaboração mais complexa C- Construção de simbologia religiosa Util.- Utilidade.

[11] Langhans, Franz-Paul, *As corporações...*, p. XII.
[12] Idem, ibidem, p. XIV.
[13] Cruz, António - *Os Mesteres do Porto , subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos*, Porto, 1943, vol. I, p. CXXVI.
[14] AMSMF, Livro dos Acordãos novos e de outros reformados..., fls. 74v. e seguintes.

Os "Rigimentos dos ofícios" de 1723[15] (ver anexo 1), foram executados pelas autoridades concelhias e pelo juiz do respectivo ofício, transcritos nos acórdãos dos regimentos.

O seu conteúdo sistematizado (tipo de produto, suas características e o preço do trabalho a pagar ao trabalhador), pode-nos permitir entrar nas características do trabalho (tarefas desempenhadas, tipo de produto, materiais empregues, variantes, tamanho e usos, preços respectivos, etc.). Vejamos as características do regimento de pedreiro:

Neste, os pedreiros são avaliados pela obra desenvolvida, que se revela ser destinada a diferentes aplicações. Uma das obras era o portal para portas fronhas com quartões, cruz e pirâmide, que se distinguia dos portais simples numa clara demonstração de nobreza da obra ou pelo menos de maior poder económico daqueles que a podiam adquirir. Realizavam também trabalhos com finalidade religiosa, como acontecia com os cruzeiros e as cruzes de via sacra, destacando-se o elevado preço dos primeiros, que teriam, certamente, a Igreja ou a comunidade, como suportes.

Quadro 2 - Obra de Alvenaria

Util.	Tipo obra	Características	Preço
A	Braça de parede	Dez palmos de comprimento e dez de altura e três palmos e meio de largo até ao sobrado →	600 reis
		E das traves para cima →	800 reis
		Dando o dono da obra a cal e saibro ou barro preparado e quem o acarrete à parede.	
B	Braça de parede para casa térrea	Três palmos em largura dando o dono da obra o barro ou a cal e saibro posto na parede →	480 reis
C	Jornal por dia	De comer em obra de esquadria como de alvenaria →	100 reis
		Sendo a seco →	200 reis
C	Jornal por dia	Na pedreira a quebrar pedra sendo a comer →	150 reis
		A seco →	250 reis

Fonte: AMSMF, "livro de Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com a gente da Governança e povo desta Vila, Concelho, e Couttos na Camera della- Anno de 1713"

A- Habitação com sobrado B - Habitação térrea C - Salário diário Util.- Utilidade

Pelo regimento de alvenaria, verificamos se o alvener é pago por obra acabada, de modo que o salário diário de um trabalhador em obra de esquadria e a quebrar pedra era respectivamente 100 e 150 réis, sendo portanto, mais caro o difícil trabalho das pedreiras. Em caso de incluir alimentação, esse jornal passava para 150 e 250, donde concluímos que o preço da alimentação correspondia a 50% do salário do trabalhador. Certamente, seria o alto

[15] AMSMF, *Livro dos Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com gente da Governança e povo desta Villa, concelho e coutos na Camera della- anno de 1713.*

preço do trigo a gerir o custo do trabalho e alimentação, pois para adquirir um alqueire de trigo, que custaria na Vila da Feira em 1723 cerca de 600 réis[16], um trabalhador das pedreiras tinha que trabalhar 4 dias. Por outro lado, o mesmo trabalhador podia apenas comprar 6 refeições, ou seja apenas comprava refeições para dois dias pelo preço de um alqueire de trigo.

A obra de canastreiro apresenta-nos uma enorme variedade de objectos/instrumentos e a respectiva utilidade (quadro 3). Vejamos:

Quadro 3 - Obra de Canastreiro

	Tipo	Características	Preço (reis)
A	Cesto para esterco	Sendo bem afouto →	60
		Não sendo bem afouto →	50
A	Cesta para estrume	De 2 aros afouta que leve alqueire e meio de milho	60
A	Canastra para a eira	Que leve 5 alqueires de milho e de boas latas e bem afouta e com um aro. →	150
A	Cofinhos	Para bois	30
A	Canistrel	Que leve um alqueire de correa mais grossa →	50
		De meio alqueire →	30
		De Quarta	20
B	Canastra	Para jumentos abertas	50
B	Canastra	Para cargas de bestas maiores	60
B	Canastra	Para jumentos cobertas	70
B	Canastra	Para cargas de bestas maiores cobertas	90
B	Canastra grandes	Para carro	200
		Sendo cobertas	240
C	Canastras	Para curar meadas e para a roupa	60
C	Maço de canastras	Muito brochadas para fechar com cadeado e para Incourar que são três canastras e terá de levar a Primeira seis alqueires de pão e cobertas. →	900
C	Canastra fechada	De correia mais grossa que leve cinco alqueires de pão	200
C	Canastra fechada	De três alqueires	120
C	Maço de cestos	Cestos redondos de correia miúda que são três cestos Metidos uns nos outros e o primeiro há-de levar alqueire e →	100
		meio de milho →	80
		O segundo →	60
		O terceiro	
C	Berço	De meninos de correia miúda →	240
		De correia grossa →	120
C	Balaios de mesa	De correa grossa e meio alqueire	120

Fonte: AMSMF, "livro de Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com a gente da Governança e povo desta Vila, Concelho, e Couttos na Camera della- Anno de 1713"

A- Agricultura B- Transporte C- Habitação

- cestos para esterco e estrume, cujo tamanho tinha como referência as medidas dos cereais;
- canastras para cereais nas eiras, para transporte dos mesmos, em animais e em carros de bois;
- canastras para a tecelagem (curar meadas e guardar roupa);

[16] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua provedoria...*, pp. 789-800. Este preço corresponde a uma previsão feita a partir dos 600 réis que custa um alqueire de trigo em Argoncilhe e Porto no ano de 1723. Para a Vila da Feira só temos preços a partir de 1761, custando então 550 réis. Nesse mesmo ano, em Argoncilhe e Porto o alqueire ficava por 500 réis, logo um pouco mais barato que na Vila da Feira. Reparemos que neste concelho o preço do trigo é quase sempre mais caro.

- canastras de guardar pão; canistrel para as vindimas;
- berços de crianças e ainda cestos para o pão de mesa.

Quadro 4 - Obra de Ferreiro

Utilidade	Tipo	Características	Preço (reis)
A	Enxada	Cinco arráteis de ferro, calçada de aço	500
A	Machado	De cinco arráteis e bem calçado	500
A	Machado	Seis arráteis	600
A	Fouce	Ruçadoura e bem calçada	240
A	Fouce	De poda	160
A	Fouce	De cortar devesas	480
A	Poda	Bem feita e calçada	180
A	Sacho	Por calçar	60
A	Sacho	Calçado	80
A	Arado	Seis arráteis	400
A	Arado de mão	Sendo bom	200
A	Foucinha	Calçada	60
A	Gancho	Cada arrátel	80
A	Sega	Cada arrátel	70
A	Assuco		160
B	Certã	De doze arráteis	960
B	Certã	De seis arráteis	480
B	Espeto	De quatro arráteis	300
B	Trempes	Cada arrátel	80
B	Colheres de ferro	Cada arrátel	70
B	Testos de ferro	Cada arrátel	70
C	Alvião	Calçado	100
C	Pregos	Caibrares cada cento	240
C	Pregos	Tabuares cada cento	150
C	Pregos	Ripares cada cento	100
C	Taxas de cabeça	Cada cento	60
C	Taxas arquitrave	Cada cento	80
D	Temperar enxada	Temperar enxada	20
D	Calçar enxada	Calçar enxada	120
D	Chapear e calçar	Enxada	300
D	Meia chapa e calçar	Enxada	200
D	Meia chapa e calçar	Meias enxadas	250
D	Engonços	Para caixas	20

Fonte: AMSMF, "Livro de Acórdãos novos e de outros reformados... 1713"
A- Actividades Agro-Florestais B-Confecção e serviço de alimentação C- Obra de ferreiro para apoio à carpintaria e pedreiro
D- Obra de ferreiro de apoio à agricultura

Na generalidade, o trabalho destes profissionais ligava-se directamente à agricultura, ou a actividades relacionadas com a mesma, caso dos transportes de cereais.

Tal como o regimento anterior, também o dos ferreiros (quadro 4) se desdobra em produzir tipologias de usos e suporte a múltiplas actividades ligadas sobretudo à agricultura. No entanto abarcavam outros domínios, nomeadamente a carpintaria (pregos, taxas arquitrave etc.), a cozinha (sertã, trempes, testos etc.) e fabricavam ainda instrumentos para outras profissões, como seja alviões para pedreiros.

Da análise destes regimentos, os únicos que temos (o dos sombreireiros será analisado especificamente no capítulo VI), retiramos as seguintes conclusões:

- a actividade artesanal interligava-se fortemente com a agricultura, constituindo esta um mercado importante para aquela, dada a especificidade com que se definem tarefas;
- nos regimentos de pedreiro, os preços fornecidos referem apenas o custo do trabalho do artesão;
- existem algumas variantes no preço atribuído, percebendo-se que a uns exigia-se loja enquanto outros, caso dos pedreiros e alvener, movimentavam-se para os locais de trabalho;
- nos regimentos de canastreiro e ferreiro o preço tinha em conta a natureza das matérias primas, com reflexo no preço do trabalho.

A diferenciação apontada pode estar relacionada com o tipo de material utilizado e ainda com a capacidade de aquisição e transporte do mesmo. Por um lado, seria mais difícil para o oficial ou mestre ter um *stock* de pedra do que ter ferro ou madeira miúda para obra de ferreiro ou canastreiro; por outro lado, essa diferenciação pode significar a existência de hierarquias entre os profissionais, baseadas principalmente no poder económico e na consequente capacidade aquisitiva de matérias primas. São sugestivos estes dois registos de décima de maneio: "*António André oficial de carpinteiro de que pouco usa por ser pobre e trazer seus filhos a pedir*"[17], e "*João Alves oficial canastreiro, por declararem os louvados o não usar senão cousa de meio ano por ser pobre e não Ter dinheiro para comprar madeira somente se lhe lançou cento e cinquenta réis*"[18].

Há, claramente, oficiais com menor poder económico, facto que condiciona a sua actividade profissional, criando-nos expectativas relativamente a diferenças no seio de cada categoria profissional.

Os regimentos continham geralmente as normas relativas à aprendizagem do respectivo ofício. Contudo como referimos atrás, os acórdãos de regimento da Vila da Feira de 1723 não se lhe referem.

A aprendizagem podia ser um dos momentos de duração mais ou menos longa, consoante o ofício dado que cada indivíduo acumulava um conjunto de etapas sequenciais. Era o tempo necessário para aprender a arte, sendo o mesmo definido por cada profissão de acordo com as suas especificidades.

[17] AMSMF, "Avanca décimas de 72 a 86, maneios do ramo de Avanca de 1772, 1773 e 1774", fl. 8.
[18] AMSMF, "Avanca décimas de 72 a 86, maneios do ramo de Avanca de 1772, 1773 e 1774, fl. 35.

Quadro 5 - Tempo de estágio para aprendiz e oficial no Porto séc.XVIII			
Ofício	**Aprendiz**	**Oficial**	**Total**
Ferrador Alveitar	4-5 anos	-	4-5 anos
Carpinteiro	2 anos	4 anos	6 anos
Tamanqueiro	3 anos	3 anos	6 anos
Alfaiate	5 anos	-	5 anos
Fonte: Mª José Morais, "O ensino profissional no sécXVIII- O exemplo do Porto"			
Sombreireiro	5 anos	-	-

Fonte: AHMOP, JC7, Providências Gerais acerca das Fábricas- Chapéus, artº5 dos Estatutos da Real Fábrica de Pombal

No Porto, podia variar entre os 4 e os dez anos (vd. quadro 5) e caso se iniciasse aos 10-12 anos só estava concluída pelos 16-18 anos. Mas, a idade de início de aprendizagem podia ser aos 14-15 anos ou até mais tarde. Em muitos compromissos, estagiava-se como aprendiz e ainda algum tempo como oficial[19]. Nesta cidade, para se realizar o exame era obrigatório a apresentação de uma declaração comprovativa do tempo de aprendizagem, passada pelo mestre que a examinara. Para evitar as declarações falsas fazia-se o registo do aprendiz em livro próprio, o qual era consultado pelo juiz na altura do exame, podendo então constatar o tempo efectivo de aprendizagem[20].

Relativamente ao preço dos exames na cidade do Porto, verificamos que houve evolução dos mesmos ao longo do século XVIII (vd. quadro 6). Repare-se no exemplo do preço de um exame de alfaiate entre 1787 e 1806, o qual passa 7200 réis para 15600, o que equivale a mais do dobro, acompanhando a subida geral dos preços verificada na época[21]. As despesas dos exames asseguravam o pagamento do salário do juiz e do escrivão[22]. No entanto, havia outras despesas. Por exemplo, um exame de carpinteiro custava 9.200 réis distribuídos da seguinte forma: 4.800 para a confraria, pois esta implicava despesa que devia ser paga, em culto, assistência na viuvez, invalidez e orfandade, 1.600 para os juizes, 800 para o escrivão e 2.400 para despesas do ofício[23].

[19] Morais, Maria José - *O Ensino Profissional...*, p. 142.
[20] Idem, Ibidem, pp. 171-172.
[21] Verificamos que este forte aumento do preço dos exames acompanha o movimento ascendentes dos preços em geral. Inês Amorim em "Aveiro e a sua Provedoria...", p. 296, dá-nos conta do aumento do preço do alqueire de trigo na cidade do Porto, principalmente a partir de inícios da década de 1790 até 1810-1811. Da mesma forma, Vitorino Magalhães Godinho em "Prix et Monnaies au Portugal", pp.81-83, demonstra , baseado nos preços dos cereais da Misericórdia do Porto, que houve um aumento gradual dos mesmos ao longo da Segunda metade do século XVIII.
[22] Morais, Maria José - *O Ensino Profissional...*, p. 212-213.
[23] Idem, Ibidem, p. 225.

Quadro 6 - Preços de Exame na Cidade do Porto		
Ofício	**Ano**	**Preço em réis**
Ferrador e Alveitar	1737	2.400 (1 arte) 3.000 (2 artes)
Carpinteiro	1785	9.200
Tamanqueiro	1786	9.200
Alfaiate	1787 1806	7.200 15.600

Fonte: "O Ensino Profissional no séc. XVIII- O Exemplo do Porto..."

O preço do exame, neste cidade, deveria ser, muito provavelmente, superior ao preço do exame na Vila da Feira, *"porque muitos alunos iam a outras cidades para evitar pagar às confrarias e porque temem reprovar. Aprendiam no Porto e seguidamente examinavam-se fora por ser mais barato e mais fácil"*[24]. Além disso, na Feira pagava-se a um só examinador[25].

Na Vila da Feira e termo, tiraram carta 5 oficiais naturais da área de jurisdição do Porto (vd. quadro 7), contra apenas dois do concelho da Feira, que a tiraram no Porto (vd. quadro 8).

Quadro 7 - Oficiais do Porto examinados na Vila da Feira								
Dia	**mês**	**ano**	**Lugar**	**freguesia**	**Nome**	**Filiação**	**Ofício**	**Km**
6	11	1790	S.Genil	A. Santas	António Solteiro	João António S.	canastr	30
16	12	1790		Porto	José C. Pereira		canastr	30
2	10	1786		Pedroso	Manuel P. Costa		carpint	20
18	5	1805	Corvadelo	Serzedo	José Solteiro	José A. Pereira	carpint	15
16	1	1787		Gulpilhares	António José A.		serigueir	20

Fonte: AMSMF, Livros de Registos de Ofícios

Quadro 8 - Oficiais da Vila da Feira, Examinados no Porto								
Dia	**Mês**	**Ano**	**Lugar**	**Freguesia**	**Concelho**	**Nome**	**Filiação**	**Ofício**
2	5	1774			Feira	João Gomes Leite **		ferrador
21	4	1784		Esmoriz	Feira	Domingos da Mota *		sapateiro

Fonte: AMSMF, Livros de Registos de Ofícios* e Livro das Provisões 1767-1778**

Verificamos que os oficiais de outras localidades procuravam a Vila da Feira para se examinarem, o que pode confirmar a existência de exames mais acessíveis neste concelho, embora não os tenhamos concretamente. A causa poderia estar ainda na mudança de

[24] Idem, Ibidem, p. 199.

[25] AMSMF, "Registo das cartas de ofício e seus dezistementos" 1795-1834. Nos processos das cartas de examinação, mais concretamente nas certidões de exame passadas pelo juiz examinador refere-se por norma : "*certifico e faço certo em como vi e examinei*", o que indicia que por norma apenas um juiz examinava o candidato a profissional.

residência, apesar de os registos não indicarem o local da mesma, como procedem noutras ocasiões.

A intervenção camarária nos ofícios mecânicos podia ainda passar pela solicitação a outros locais de produção, de orientações, directrizes e principalmente regimentos, como aconteceu com o de pão de broa da cidade do Porto, adoptado pela Câmara da Feira em 1744[26], sinal eventual de ligações fortes que poderão ter consequências ao nível da circulação de homens e mercadorias.

3. O juiz de ofício

Na elaboração das taxas dos produtos dos ofícios, consoante assinalamos na caracterização das fontes, a Câmara intervinha através dos vereadores e procurador do concelho, sendo o povo, representado pelos ofícios mecânicos na pessoa do juiz de ofício, como acontecia no Porto, onde em 1612 " *Os juizes e vereadores incumbiram então o Síndico da Câmara de examinar o livro das taxas e de chamar, depois, os juizes dos ofícios, para elaborarem de colaboração um rascunho dos novos preços*"[27].

A eleição para o cargo de juiz de ofício dependia do município e fazia-se geralmente sob duas formas: umas vezes eram eleitos pelos seus pares devendo deslocar-se imediatamente à Câmara para prestarem juramento e receber confirmação do senado, outras vezes eram nomeados pelo senado camarário mediante uma relação de nomes, previamente apresentada[28]. Na mesma cidade, o juiz devia estar no topo da hierarquia profissional, ou seja devia ser mestre examinado e com loja aberta[29].

Também na Vila da Feira o juiz de ofício era um mestre, como se constata nesta certidão de examinação: "Digo eu Manuel Leite mestre de alfaiate juiz do dito ofício que he verdade que examinei Manuel da Cunha polo achar capas de usar o dito ofício lhe pacei esta"[30]

No mesmo concelho, a carta de juiz era passada após nomeação do Senado, como se comprova pelo registo: "O mesmo António Caetano da vergada de Moselos tem carta de juiz

---

[26] AMSMF, "Livro dos Acordãos Camarários 1833", fls. 2-20.
[27] Cruz, António, *Os Mesteres do Porto , subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos*, Porto, 1943, vol. I, p. CXXV.
[28] Idem, Ibidem,..., p. LXX.
[29] Morais, Maria José - *O ensino profissional...*, p. 168.
[30] AMSMF, "Livro de registo das cartas de ofícios". Certidão de examinação passada pelo juiz de ofício Manuel Leite, que se encontra dentro de um envelope num dos livros de registo de ofícios.

de offício de pedreiro deste concelho passada por nomeação do Senado da Câmara feita na conferência de 13 de Janeiro de 1813 e para constar aqui se averbou e a ela me reporto eu"[31].

Sobre a duração do mandato, sabemos que no Porto variava entre um e dois anos, consoante o ofício tinha muitos ou poucos mestres e sobre a reeleição cumpria-se o capítulo XI da reforma de Duarte Nunes Leão, segundo a qual devia haver uma pausa de três anos entre cada comissão[32]. Em Lisboa sucedeu a mesma reforma, ou seja, "sobre a eleição dos juizes dos ofícios...que se fizessem no mês de Janeiro de cada ano" e que "aqueles que fossem eleitos juizes só o poderiam ser de novo, decorridos três anos"[33].

Bem diferente era na Feira, onde o mandato oferece indícios de se poder tornar vitalício. Nesse sentido encontramos, entre outros, o juiz de canastreiro José Francisco de Pinho Novo de Guisande e o juiz de alfaiate Francisco Gomes da Costa da Feira, a passar cartas de examinação em 1829, quando haviam recebido carta de juiz em 1807[34]. A confirmar essa maior duração do mandato, apresentamos o seguinte registo de desistência:

"*Desistência do juiz de ofício de tanoeiro de 31 de Maio de 1788- Manuel Pereira Maia..*

Souto

Em 32 de Maio de mil setecentos e oitenta e oito anos nesta Vila da feira em o meu escritório apareceu Manuel Ferreira Maia da freguesia de Souto juiz de ofício de tanoeiro e por ele foi dito que na forma de uma sua petição e despacho da Câmara proferido no mesmo dia de hoje desistia de juiz do referido ofício e assinou Domingos José Correia de Sá o escrevi[35].

Podemos, assim, concluir que, na Vila da Feira e seu termo, a duração do mandato do juiz de ofício seria superior ao de outras localidades, nomeadamente à do Porto. Este facto pode revelar uma incipiente estruturação de ofícios, a raridade de alguns deles, ou um certo laxismo perante as directrizes do reino.

Os juízes tinham um papel importante no funcionamento do ofício, "*Competia-lhes aplicar o regimento, fazer os exames de mestria, impor as sanções aos*

[31] AMSMF, "Livro de registo das cartas de ofícios e seus dezistementos 1795-1834", fl. 56V.
[32] Morais, Maria José, *O ensino profissional no século XVIII-O exemplo do Porto*, Porto, 1994, p. 121.
[33] Langhans, Franz-Paul, *A casa dos 24 de Lisboa*, Lisboa, 1948, p. 5.
[34] AMSMF, "Livro de registo das cartas de ofícios e seus dezistementos 1795-1834", fl. 56V.
[35] AMSMF, "Livro de registo das cartas de ofícios e suas desistências 1783-1795", fl.87.

transgressores(apreensão ou destruição das obras, multa...), inspeccionar periodicamente as lojas(correição), servir de avaliadores oficiais e de peritos, e reger os interesses comuns"[36].

Nos exames de mestria, na cidade do Porto, o júri era normalmente constituído por 1 ou 2 examinadores. A frequência de 2 relacionava-se com a isenção que devia haver em tão importante acto e sempre que o ofício fosse de dupla arte[37]. Na Vila Feira, pelas cartas de examinação que analisamos, havia um só juiz para cada exame, conforme constatamos por este exemplo: "*Joaquim Pereira dos Santos, juiz de ofício de trolha nesta Vila e seu termo certifico e faço certo em como vi e examinei do ofício de trolha José Ferreira Agrelas, dos Carvalhos...*"[38].

A comprovar algum distanciamento e atraso no cumprimento das normas, tenha-se em conta o único exemplo que reunimos relativo à existência de uma casa dos 24. A eleição dos "24" realizada em 24 de junho de 1771 parece indiciar, à primeira vista, a existência de um organismo que à semelhança de outros centros, representava os ofícios no governo concelhio. Ora, tal não parece ser o caso, apesar de pensarmos que eles representavam as profissões sempre que houvesse assunto relacionado com as mesmas.

Quem eram? Tratava-se de um órgão de governo político e público concelhio, eleito pelos oficiais da Câmara e gente da governança, "*sendo sempre doze da estrada acima e doze da estrada abaixo a saber: em cada uma das ditas partes quatro lavradores de sã consciência e abonados para responderem por parte do povo, quatro pela república dos que tiverem servido e quatro pela nobreza daquelas pessoas que a gozarem*"[39]. Esta constituição denota uma simplicidade das representações profissionais, ao contrário de outras localidades, pois apenas se refere a agricultura.

Essas pessoas deviam estar presentes sempre que se alterassem, diminuíssem, ou fizessem acordos novos, na constituição das posturas, nas respostas às provisões e sempre que se lançasse tributo a qualquer freguesia do concelho. Contudo, a referida eleição durou pouco mais de um ano, pois em conferência de 6 de Maio de 1772 o procurador João Francisco Pinheiro fez requerimento para "*que fosse convocada a nobreza e povo para ver se convinham na observância do acórdão proximamente feito e contra o costume desta Vila e*

---

[36] Langhans, Franz-Paul - *As corporações dos ofícios mecânicos- subsídios para a sua história*, Lisboa, 1943, vol. I, p. XXIX.
[37] Morais, Maria José - *O ensino profissional...*, p. 125.
[38] AMSMF, Carta de examinação de José Ferreira Agrelas. Encontra-se dentro de um envelope com as restantes cartas, no livro de "Registo das cartas de ofícios e seus dezistementos 1795-1834".
[39] AMSMF, "Livro dos acórdãos-1833", fl. 100.

reais resoluções porque sua Majestade havia por abolidos os Vinte e Quatro"[40]. Portanto, iniciava-se um processo de abolição justificado principalmente pelo facto do rei ter abolido os vinte e quatro. Aliás, numa outra conferência em 16 de Maio, refere-se a esse propósito que havia "*decreto para isso como nas cidades vizinhas*"[41]. Estamos em crer, que a referência era dirigida à "Casa dos Vinte e Quatro" do Porto abolida pelo rei em 1757, em virtude da adesão do juiz do povo e dos procuradores dos mesteres, à revolta contra a Companhia Geral de Vinhos do Alto Douro, por parte do juiz do Povo e dos procuradores dos mesteres da dita Casa[42]. Uma outra razão que pesou na acção desencadeada foi o descontentamento generalizado entre as populações porque, ao estilo da época, os 24 "*oprimiam os povos e por outra parte faziam depender da sorte e economia os mesmos das suas desordenadas paixões*"[43].

Finalmente, os 24 foram abolidos em conferência de 20 de Maio de 1772, pois os povos "disseram que era justo que se cessasse e abolisse o mesmo acórdão por ser prejudicial ao mesmo povo na falta de os não ouvir em qualquer requerimento"[44].

Concluindo, podemos referir que os "24" da Vila da Feira teriam sido um órgão episódico criado sob a influência da "Casa dos Vinte e Quatro", modelo aplicado a outras cidades. Neste concelho, a estruturação fazia-se tendo em conta uma organização do espaço, sendo a estrada real a articulação (vd. cap. I) e os lavradores a maior força, visto restarem depois os que já tivessem servido na governação, fundamentalmente os que a representavam à época. Nada disto era comum à natureza da formação de outras instituições semelhantes, como ocorria em Lisboa, o que parece confirmar a incipiente estrutura organizativa dos ofícios.

[40] AMSMF, "Livro dos acórdãos-1771", fl. 79.
[41] AMSMF, "Livro dos acórdãos-1771", fl. 81.
[42] Carneiro, Ivo de Sousa - *1795: quando o Porto recuperou a casa dos Vinte e Quatro*, in Revista Humanidades, n.º 2, Abril de 1982, Porto, p. 42.
[43] AMSMF, "Livro dos acórdãos-1771", fl. 79.
[44] AMSMF, "Livro dos acórdãos- 1771", p. 82.

Capítulo III

O Panorama profissional do concelho

1. Estrutura e situação profissional do concelho

Conforme verificamos no cap. I, o trabalho artesanal tinha um peso considerável no total da população activa, não obstante se tratar de um concelho essencialmente agrícola com um suporte dominante de actividades mecânicas como a dos ferreiros, canastreiros e sombreireiros (vd. cap. II), havendo indícios de alguma complexidade e variedade profissionais. Em busca deste diagnóstico, os livros de "Registo dos Ofícios" relativos à segunda metade do século XVIII revelam-se como potenciais indicadores dessa dinâmica. A variedade profissional registada exigiu alguma sistematização de informação de forma que adoptámos categorias não na perspectiva sectorial clássica usada no cap. I, ponto 4, mas segundo as actividades que apoiavam. Assim constituímos os seguintes agrupamentos:

- apoio ao vestuário, englobando alfaiates, tecedeiras, sapateiros, sombreireiros e tamanqueiros;
- apoio à construção, com a inclusão de carpinteiros, ferreiros e pedreiros;
- apoio à agricultura, integrando serradores, tanoeiros e canastreiros.

Não incluímos nestes sectores os ofícios de serigueiro, cardador, rebocador, ferrador, serralheiro, pisoeiro e espingardeiro devido fundamentalmente à sua pouca ocorrência e ainda a alguma dificuldade de integração nos grupos referidos. A integração dos ofícios nos respectivos sectores baseou-se principalmente na sua utilidade imediata, como aconteceu com os canastreiros, os quais segundo o seu regimento, produziam objectos para armazenar cereais, transportar estrumes para os campos, etc.

Procurando saber se esta distribuição diacrónica representa afinidades com momentos históricos localizados, e que determinamos na introdução, cruzamos os dois períodos que os livros de Registo das Cartas de Examinação traduzem (1755-1771 e 1783-1799), com o levantamento profissional a partir do livro das décimas de 1762 e levantamento da Comarca da Feira de 1801. Em primeiro lugar, confrontamos, apenas para as freguesias de Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira, as mais representativas como veremos à frente, os dados das décimas de 1762 (ver quadro1), com os dados dos registos de ofícios das mesmas freguesias no período de 1755-1771 e 1783-1799 (respectivamente quadros 2 e 3).

Quadro 1- Estrutura Sócio-Profissional do Concelho da Feira em 1762									
Sectores	Freguesias de Arrifana, Ol. Azeméis e S.J.Madeira								
Vestuário	alf	tec	Sap	somb	taman			Total	
	20	34	10	102	1			167	80%
Construção	carp	ferr	Pedr					Total	
	9	8	6					23	11%
Agricultura	serrad	tanoe	Can					Total	
	3	4	6					13	6%
Outros	serralh	Ferrador						Total	
	2	4						6	3%
	Total							209	

Fonte: ANTT, Impostos Feira, 1762

Quadro 2 - Estrutura Sócio-Profissional do Concelho da Feira em 1755/71									
Sectores	Freguesias de Arrifana, Ol. Azemeis e S.J.Madeira								
Vestuário	alf	tec	Sap	somb	taman			Total	
	9	5	4	49	0			67	87,0%
Construção	carp	ferr	Pedr					Total	
	4	1	1					6	7,8%
Agricultura	serr	tanoe	Can					Total	
	0	0	4					4	5,2%
	Total							77	

Fonte: AMSMF, livros de registos de ofícios

Quadro 3 - Estrutura Sócio-Profissional do Concelho da Feira em 1783/99									
Sectores	Freguesias de Arrifana, Ol. Azemeis e S.J.Madeira								
Vestuário	alf	tec	sap	somb	taman			Total	
	14	31	4	98	5			152	84,9%
Construção	carp	ferr	pedr					Total	
	6	3	11					20	11,2%
Agricultura	serr	tanoe	can					Total	
	4	0	3					7	3,9%
	Total							179	

Fonte: AMSMF, livros de registos de ofícios

Constatamos, por um lado, a mesma estrutura profissional e peso percentual; por outro, confirmamos a realidade produtiva do concelho apresentada nos registos de examinação. Repare-se como os valores de cada sector, o peso e a hierarquia, são similares em ambas as fontes, embora se note em 1783-1799 relativamente a 1755-71, uma pequena subida da construção em detrimento do vestuário.

Sectores	Quadro 4 - Estrutura Sócio-Profissional do Concelho da Feira em 1801									
Vestuário	alf	tec	sap	somb	taman				Total	perc.
	295		103	664	72				1134	47,3%
Construção	carp	ferr	pedr						Total	.
	257	52	106						415	17,3%
Agricultura	serr	tanoe	can						Total	
	91	197	463						751	31,4%
Outros	fiteiro	seleiro	tecelão	mineiro	cordoeiro	serralheiro	padei	barbeiros	Total	
	6	2	6	1	40	6	23	11	95	4,0%
Total									2395	

Fonte: ANNTT, Descrição da Comarca da Feira...1801

No entanto, ao compararmos os dados das décimas de 1762 (quadro 1) com os dados de 1801 (vd. quadro 4), verificamos uma inversão parcial dos valores da construção e da agricultura nas duas fontes e épocas, ou seja, mantém-se a superioridade esmagadora do vestuário, mas a agricultura suplanta a construção.

Como já referimos na Introdução, mais concretamente na análise das Fontes, os registos das cartas de examinação apresentam-se truncados e por conseguinte houve sempre que distinguir os dados de 1755-1771 e depois de 1783-1799. Nesse sentido, analisámos e comparamos todos os dados das freguesias do concelho da Feira.

Quadro 5 - Estrutura Sócio-Profissional do Concelho da Feira em 1755/71												
Sectores												
Vestuário	alf	tec	sap	somb	Taman						Total	
	77	190	25	160	20						472	59,1%
Construção	carp	ferr	pedr								Total	
	112	15	47								174	21,8%
Agricultura	serr	tanoe	can								Total	
	17	2	131								150	18,8%
Outros	serig	cardador									Total	
	1	1									2	0,3%
Total											798	

Fonte: AMSMF, Registo dos Ofícios

Quadro 6 - Estrutura Sócio-Profissional do Concelho da Feira em 1783/99												
Sectores												
Vestuário	alf	tec	sap	somb	Taman						Total	
	146	397	44	343	58						988	54,9%
Construção	carp	ferr	pedr								Total	
	253	43	160								456	25,4%
Agricultura	serr	tanoe	can								Total	
	61	18	266								345	19,2%
Outros	reboca	cordoei	ferrado	serralh	pisoei	Espin	serig				Total	
	1	2	1	1	1	1	2				9	0,5%
Total											1798	

Fonte: AMSMF, Registo dos Ofícios

Confrontamos ainda os dados dos quadros 5 e 6, com os dados de 1801[1] (vd. quadro 4). Verificamos que entre 1755-1771 e 1783-1799, existe uma estrutura semelhante: vestuário em primeiro lugar, seguido da construção e por último da agricultura. Por sua vez os dados de

[1] O quadro da "estrutura sócio-profissional do concelho da Feira-1801", foi construído a partir do "Mapa Geral de toda a população da Comarca da Feira", in *Descrição da Comarca da Feira..., 1801.*

1801 confirmam o que se referiu atrás, ou seja, o vestuário é o sector com mais peso, no entanto a sua percentagem, relativamente aos restantes, diminuí facto que se deverá, em parte, à não referência às tecedeiras em 1801 (quadro 4), as quais tinham forte peso no referido sector e nos registos de ofícios em geral, nos dados anteriores.

Deste modo, a análise das diversas fontes, permitiu-nos verificar que a estrutura profissional se manteve idêntica ao longo da segunda metade do século XVIII, apesar de algum desfasamento em 1801, devido principalmente à inversão de posição entre construção e agricultura, à alteração relativa do peso dos sectores e ainda ao surgimento de ofícios que os livros de *Registo de Ofícios* não referem até 1799, nomeadamente trolha, seleiro, fiteiro, tecelão, mineiro, padeiro e moleiro. Neste aspecto, é curioso que nessa data apareça indicação de 5 tecelões e não haja referência às tecedeiras, que eram a par dos sombreireiros, a maior força produtiva artesanal do concelho, segundo os livros de *Registo de Ofícios* e os livros das *Décimas.*

Assim, podemos aceitar que os Registos de Ofícios apresentam credibilidade, sendo essencial para a etapa seguinte que irá analisar a situação e evolução sócio profissional no concelho, ao longo da segunda metade do século XVIII.

As inscrições dos ofícios em 1755-1771 e 1783-1799 (vd. anexos 1 e 2) permitem chegar às conclusões seguintes. Para os primeiros 16 anos (1755-1771), verifica-se:

- em primeiro lugar, o sector de apoio ao vestuário com 472 inscrições (59%), destacando-se as tecedeiras (190), logo seguidas dos sombreireiros (160), depois a grande distância os alfaiates (77) e finalmente sapateiros e tamanqueiros respectivamente com 25 e 20 inscrições;
- em segundo lugar, a grande distância do vestuário, surge o sector de apoio à construção com 174 inscrições (22%), repartidas por 112 carpinteiros, afastados dos 47 pedreiros e 15 ferreiros;
- em terceiro, o sector de apoio à agricultura com 150 inscrições (19%), destacando-se 131 canastreiros, surgindo depois 17 serradores e apenas 2 tanoeiros.
- outros, representam apenas 0,3% do total (apenas 2 ofícios).

No período de 1783-1799, em 17 anos temos:

- em primeiro, confirma-se o sector de apoio ao vestuário com 988 inscrições (54,9%), repartidas por 397 tecedeiras, 343 sombreireiros, 146 alfaiates, 58 tamanqueiros e 44 sapateiros;

- em segundo, o sector da construção com 456 inscrições (25,4%), integrando 253 carpinteiros, 160 pedreiros (o que indicia um triplicar de elementos da construção civil) e 43 ferreiros;
- em terceiro, o sector agrícola com 345 inscrições (19,2%), onde se destacam os canastreiros (266), surgindo depois os serradores (61) e ainda os tanoeiros (18);
- outros, englobam 9 inscrições.

A análise destes dados permite-nos verificar a clara superioridade do sector de apoio ao vestuário, seguido, a grande distância pelos sectores da construção e agricultura, estes separados por valores entre 3 e 6%. Permite-nos também constatar que os ofícios mais representativos dos sectores vestuário, construção e agricultura são respectivamente as tecedeiras e sombreireiros, os carpinteiros e os canastreiros. No entanto, nota-se um crescimento muito forte dos pedreiros do primeiro para o segundo período, facto que pode significar um aumento da construção civil (a análise mais fina destes dados será feita mais à frente).

Procedendo à mesma arrumação com os dados inseridos na *Descrição da Comarca da Feira..., 1801*, quisemos conhecer a situação profissional do concelho relativamente a outros centros de produção. O quadro 7 confronta os dados do total de população activa, os totais de cada ofício e de cada sector, com as respectivas percentagens.

Quadro 7 – Totais por ofício e sector com as respectivas percentagens (Pop. Activa e sectores determinados, em 1801)

Profissões	alf	sap	somb	tamanq	tec	Vest	carp	fer	pedr	Cons	serr	tanoe	canast	Agric	outros	tot
totais	295	103	664	72		1134	257	52	106	415	91	197	463	751	95	2395
% P.A *	4%	1%	9%	1%	0%	15%	3%	1%	1%	5%	1%	3%	6%	10%	1%	31%
%Ssec.**	12%	4%	28%	3%	0%	47%	11%	2%	4%	17%	4%	8%	19%	31%	4%	100%

Fonte: " Descrição da Comarca da Feira..... ", 1801

*- População Activa **- Sectores

Tal como referimos atrás (cap.1, quadro1), o sector secundário do concelho da Feira ocupava, em 1801, cerca de 31% da população activa, valores superiores a outros centros, nomeadamente Coruche, Salvaterra de Magos e Trás-os-Montes. Vejamos algumas leituras:

- os sombreireiros ocupam o primeiro lugar com 9% da população activa, sinal de grande dinamismo profissional sem paralelo nos referidos centros; seguem-se canastreiros (6%), alfaiates (4%), carpinteiros (3%), tanoeiros (3%) e depois com 1% sapateiros, ferreiros, pedreiros e serradores. Em Coruche, os alfaiates correspondem a (1,9%), carpinteiros

(3,1%), ferreiros e ferradores a (1,4%), sapateiros (4,3) e pedreiros (1,5%)[2]; Trás-os-Montes apresenta alfaiates (2,7%), carpinteiros (1,7%) e sapateiros (2,1%)[3]; em Salvaterra de Magos, cerca de 7% de sapateiros, pedreiros e canteiros (3,1), ferradores e ferreiros (0,79), alfaiates (2,6%) e carpinteiros e entalhadores (2,6%).

- o sector do vestuário ocupa posição proeminente: relativamente ao total da população activa (15%) e em relação ao sector secundário (47%), mesmo não incluindo as tecedeiras. As mesmas são omitidas pelo *Mapa geral da população da Comarca da Feira*, não obstante constituírem um grupo profissional de grande importância no concelho, como verificamos através dos quadros 5 e 6. Os valores apresentados são claramente superiores aos de Coruche, onde o sector ligado aos serviços, que engloba sapateiros e alfaiates representa 5,9% do total da população activa e 37% do sector a que pertence[4]; supera também os valores de Salvaterra de Magos, onde o mesmo sector engloba 10% da população activa[5];
- o sector ligado à construção representa no concelho da Feira cerca de 5% da população activa e 17% relativamente ao total do sector secundário. Trata-se de um valor semelhante ao de Coruche (5,1%)[6] e ligeiramente inferior ao de Salvaterra de Magos (6,18%)[7];
- o sector ligado à agricultura apresenta 10% da população activa e cerca de 31% relativamente à população do sector secundário. Em Salvaterra de Magos esse sector, representa 2,38% da população activa[8].

Como conclusão global, referiremos que os sectores de transformação ligados principalmente ao vestuário e à agricultura tinham maior implantação do que nas localidades mencionadas. Contudo, no sector construção estava praticamente ao nível de Coruche e Salvaterra de Magos, talvez reflexo de um crescimento demográfico característico da segunda metade do século XVIII[9].

---

[2] Nazareth, José Manuel; Sousa, Fernando de - *A Demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime- aspectos sócio demográficos de Coruche*, in Cadernos Revista de história económico social, n. 4, 1983, p. 61.

[3] Serrão, Joel, et allii - *população activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII,* in Análise Social, vol. XII (47), 1976, p. 752.

[4] Nazareth, José Manuel, Sousa, Fernando de - *A Demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime...*, p. 63.

[5] Nazareth, José Manuel, Sousa, Fernando de - *Aspectos sócio demográficos de Salvaterra de Magos...*, p. 370.

[6] Nazareth, José Manuel, Sousa, Fernando de - *A Demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime...*, p. 63.

[7] Nazareth, José Manuel, Sousa, Fernando de - *Aspectos sócio demográficos de Salvaterra de Magos...*, p. 370.

[8] Idem, ibidem, p. 370.

[9] Ferro, João Pedro - *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Editorial Presença, Lisboa, 1995, p. 31. O autor refere que a população Portuguesa cresceu moderadamente ao longo da Segunda metade do século XVIII, beneficiando do surto económico do país após 1765, apesar das dificuldades agrícolas de fim do século. O mesmo se infere em Amorim, Inês, in *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 136, onde se referem diferentes ritmos de crescimento populacional ao longo do século XVIII. Ou seja, houve um crescimento "*mais lento a sul, enquanto que as freguesias da diocese do Porto, embora diminuindo a sua taxa de crescimento, na 2.ª metade do século XVIII, fizeram-no ao ritmo do Reino*".

Estamos, deste modo, em presença de um espaço com uma estrutura profissional muito diversificada: por um lado apresenta uma gama de ofícios repartidos por várias actividades destinadas a suprir as necessidades locais; por outro apresenta sinais de resposta às solicitações de um mercado em expansão. No primeiro caso corresponde às necessidades imediatas de vestuário, habitação, agricultura cozinha, etc., no segundo assinalam-se tendências que ultrapassam o consumo. Sombreireiros (10 em cada 100 activos), canastreiros (6 em 100) e alfaiates (4 em 100), parecem produzir para mercados mais amplos, aspecto que, relativamente aos sombreireiros procuraremos apurar no capítulo VI. Reparemos que as várias freguesias do concelho apresentam no período de 1755-1771 uma média de 10 oficiais cada uma; em 1783-1799 essa média é de 31 oficiais e de acordo com a "*Descrição da Comarca da Feira..., 1801*" é de 42 oficiais, enquanto Braga durante a Segunda metade do século XVIII apresenta 13 oficiais a tempo inteiro em média por cada freguesia[10].

Daqui podemos concluir que o concelho da Feira, essencialmente rural, era contudo palco de uma dinâmica actividade artesanal.

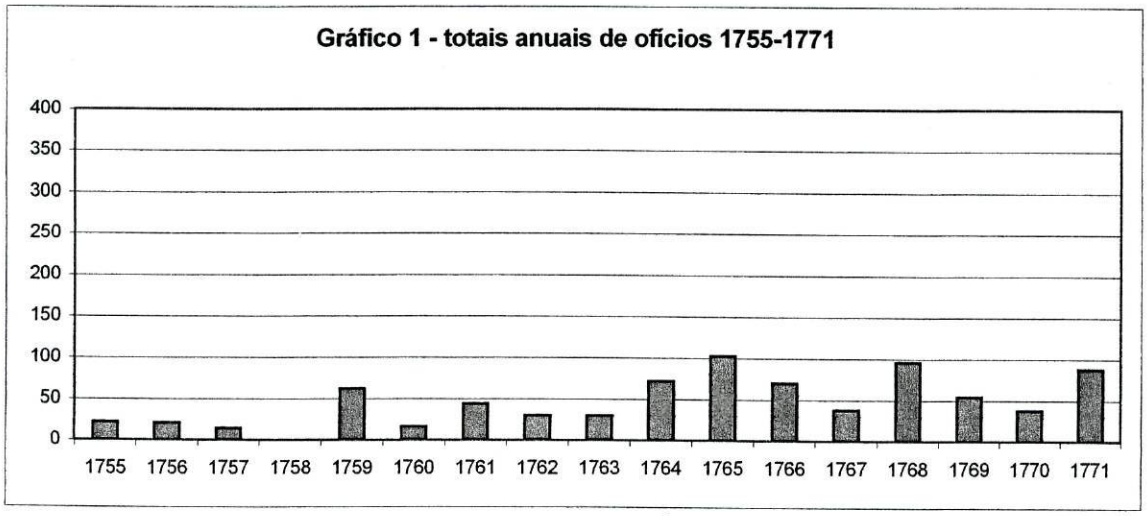
2. A Evolução Profissional

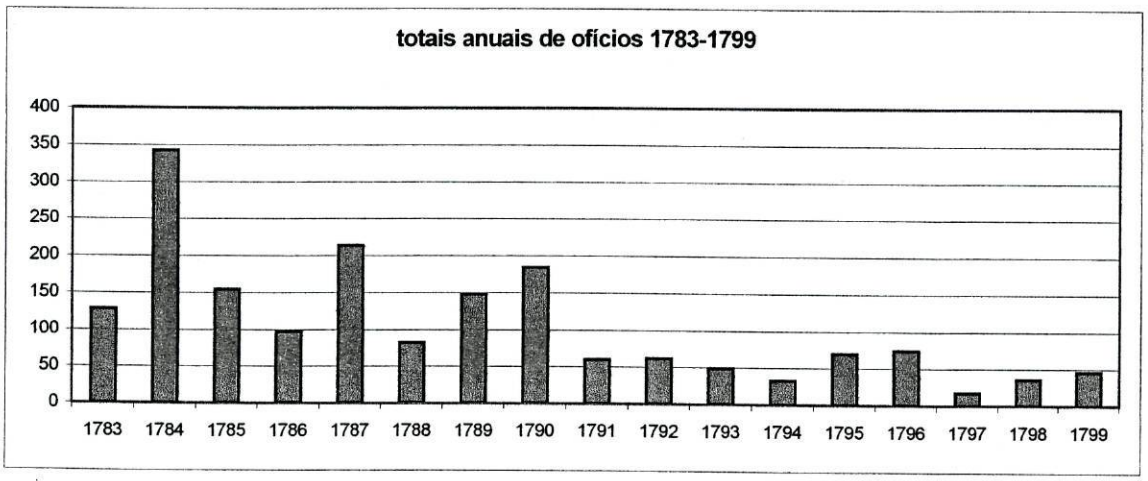
Conheçamos agora a evolução profissional no concelho ao longo da Segunda metade do século XVIII e verifiquemos até que ponto essa evolução se relaciona com a conjuntura económica regional e nacional. Ou seja, tentemos constatar se houve alguma ligação entre a produção artesanal e a produção agrícola nesta área rural e se houve ligação de ambas as vertentes com a alternância constante entre fluxos industriais e crises comerciais[11], no contexto do impacto legislativo do período Pombalino. O tratamento da informação fez-se agora no sentido de observar a evolução diacrónica assim como a acumulação das inscrições, detectando momentos de maior ou menor registo de ofícios.

Observando os totais anuais de ofícios (vd. gráfico 1 anexo 3),

[10] Oliveira, Aurélio - *A indústria em Braga entre 1750 e 1820*, in Brácara Augusta, vol. XLI, n.º 91/92, 1988/89, p. 258. Tratava-se de freguesias de carácter urbano.

[11] Esta temática da alternância entre crises comerciais e surtos industriais é tratada por vários autores, nomeadamente: Vitorino Magalhães Gordinho em *Prix et Monnaies au Portugal*, Pris, 1955; Jorge Borges de Macedo em *Problemas da História da indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1982; Joel Serrão e Gabriela Martins em *Da indústria Portuguesa; do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, 1978 etc.



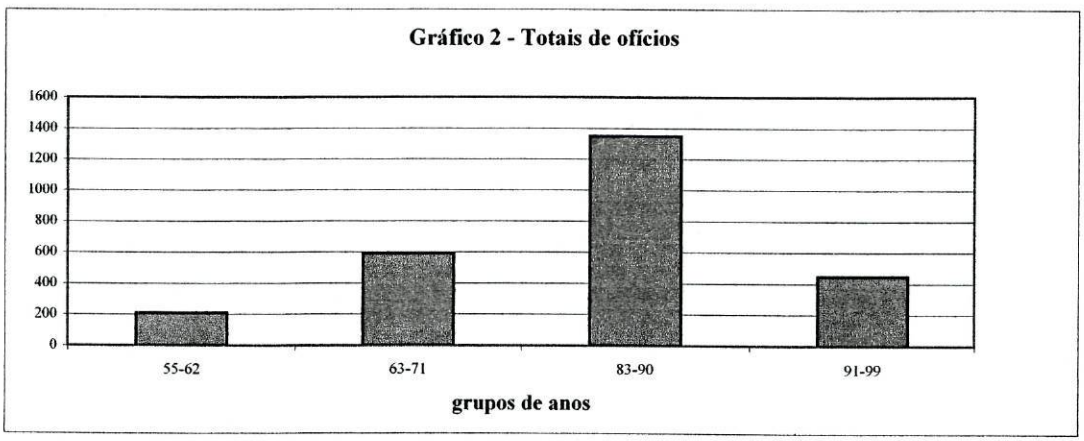


verificamos que no ano de 1758 não há qualquer inscrição de ofício, havendo em 1759 cerca de 62 inscrições, facto que nos faz colocar a hipótese de ter existido qualquer falha burocrática no referido ano. Esta hipótese pode ser confirmada pelo facto de também não encontramos qualquer registo de desistência nesse mesmo ano. Outro dado duvidoso refere-se aos anos de 1764 e 1765 em que há respectivamente 72 e 103 inscrições contra apenas 30, respectivamente nos anos de 1762 e 1763. Talvez a décima de maneio lançada em 1762 e 1763 tivesse tido um efeito retardador nas inscrições, pois a mesma obrigava os titulares de rendimentos a pagar o respectivo imposto. O número máximo anual de inscrições é alcançado em 1784 (343), seguido pelo ano de 1787 (214), de 1790 (184), 1785 (154), seguindo-se os restantes anos com valores mais baixos. Como notamos, o máximo concentra-se na década de 1780, facto que tentaremos justificar mais à frente.

Organizamos esta informação em quatro períodos (vd. quadro 8 e gráfico 2): dois de 8 anos, 1755-1762 e 1783-1790 e dois de 9 anos, 1763-1771 e 1791-1799.

Quadro 8 - Totais de ofícios por período						
55-62	209	26,1		83-90	1350	168,8
63-71	589	65,4		91-99	448	49,8
Média anual		45,8		Média anual		109,3

Fonte: AMSMF, livros de Registo dos Ofícios

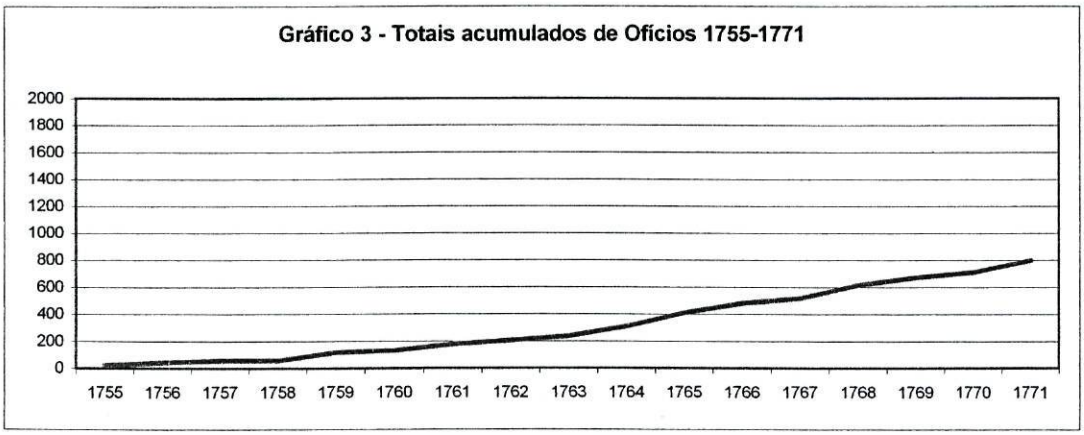


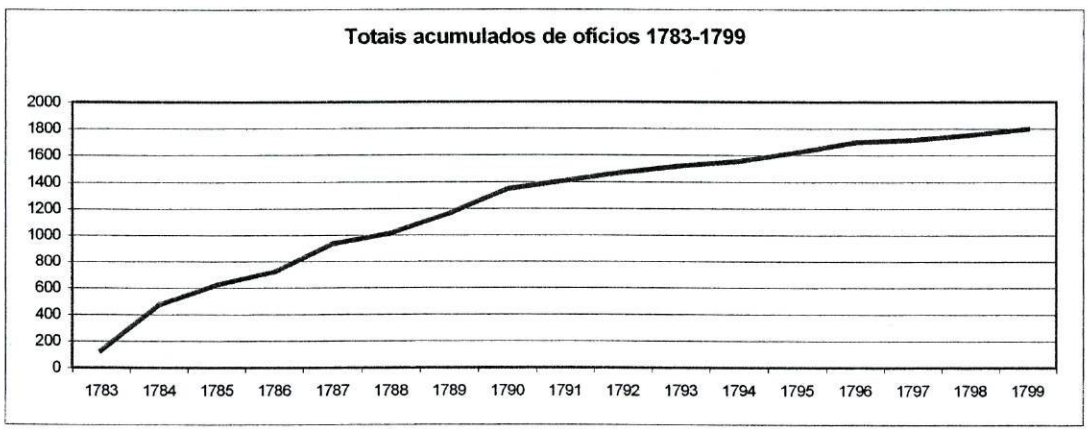
Vejamos:

- entre 1755 e 1762 fizeram-se 209 inscrições a uma média de 26,1 ofícios;
- para o período de 1763-1771 foram feitas 589 inscrições a uma média de 65,4;
- entre 1783 e 1790 realizaram-se 1350 inscrições a uma média anual de 168,8;
- em 1791-1799 inscrevem-se 448 trabalhadores à média anual de 48,8;

A constatação final é que até 1762, o crescimento é muito lento, tornando-se depois bem mais forte até 1771, ambos os momentos à média anual de 45,8 ofícios. Durante grande parte da década de 1780 confirma-se o crescimento progressivo anterior, dando-se um abrandamento durante a década de 1790. A partir do início da década de 1780 a média anual geral era de 109,3 ofícios. Confrontando a média anual de inscrições entre 1755-71 e 1783-99 torna-se evidente que os ofícios foram de muito maior exercício ao longo do segundo período.

Observemos agora como evoluíram os ofícios em acumulação (vd. gráfico 3).





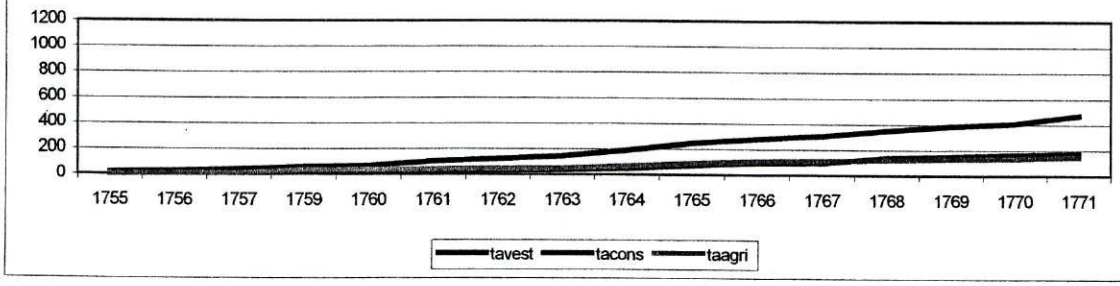
Existe um crescimento muito lento do número de inscrições na segunda metade da década de 1750 e primeiros anos da década de 1760, notando-se a partir daí um arranque não muito vigoroso, mas com uma ou outra oscilação. Para confirmar essa baixa procura do ofício, contabilizámos as inscrições relativas aos anos de 1755-1757 (3 anos) e confrontamo-las com as realizadas num outro estudo para o período anterior de 1739-1741[12]. Neste, realizaram-se em média 271 inscrições de ofício, contra apenas 57 no período de 1755-1757, o que poderá indicar a existência de um período de menor fulgor de procura de inscrições, pelo menos na segunda metade da década de 1750, mas cuja continuidade desconhecemos.

Entre 1783 e 1790, dá-se um aumento forte, progressivo embora irregular do número de inscrições profissionais, seguindo-se um abrandamento de ritmo até ao final do século.

[12] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, pp. 411-412.

A análise procura agora deter-se na evolução dos ofícios por sectores (vd. gráfico 4 e anexo 4) em ambos os períodos.

Gráfico 4 - Ofícios acumulados por sector 1755-1771



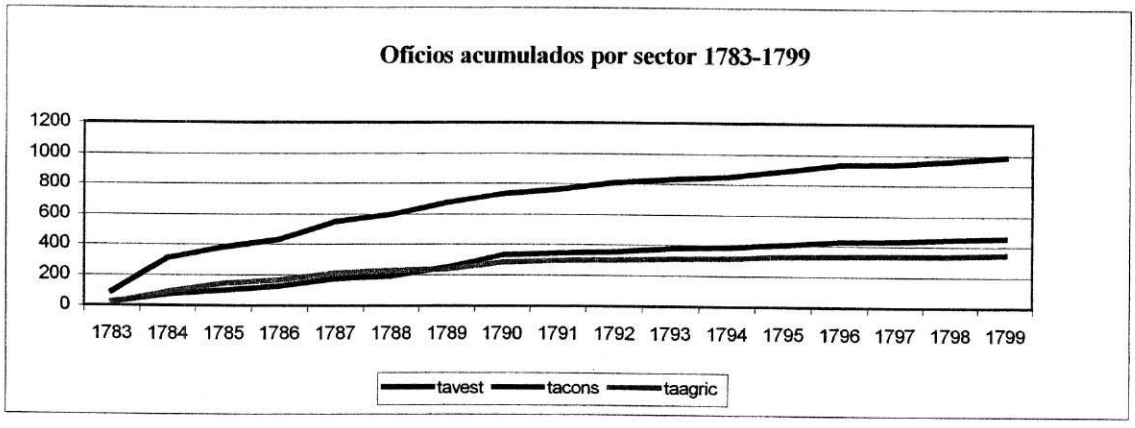
Assim em 1755-1771 observamos:

- os três grupos profissionais evoluem de forma muito lenta e agrupada até ao início da década de 1760;
- a partir de 1760, o sector vestuário afasta-se de forma categórica dos restantes, que evoluem de forma mais lenta, mas muito próxima. Até meados da década de 1760 o sector agrícola distancia-se de forma quase imperceptível do sector construção, mas a partir daí este toma, ligeiramente, a dianteira até 1771.

O período de 1783-1799 revela-nos a seguinte evolução:

- clara superioridade do sector vestuário relativamente aos restantes;

Ofícios acumulados por sector 1783-1799



- ritmo de crescimento muito mais lento da construção e da agricultura, relativamente ao primeiro, mas evoluindo de forma próxima, havendo uma ligeira ascendência do sector agrícola até princípios da década de 1790, para depois ser ultrapassado de forma sensível pela construção, até 1799.

Desta análise, há um aspecto que pode assumir especial relevância, que é o facto de o sector agrícola estar em queda durante a década de 1790. Tal pode significar crise na agricultura com repercussões nas profissões que a servem.

Numa análise mais fina dos efectivos procuramos comparar a evolução freguesia a freguesia através de cálculos que inferissem a variação entre os dois períodos. Os mapas seguintes representam as variações percentuais (mapa 1) e absolutas (mapa 2 e anexo 5) das inscrições.

O mapa1 relativo à variação percentual não regista, por razões de construção estatística, freguesias que não indicavam registos no 1.º período e que surgem no 2.º período[13]. Ao primeiro junta-se um segundo, relativo às variações em termos absolutos, que ajuda a esclarecer a verdadeira dimensão do fenómeno.

A referida comparação revelou:

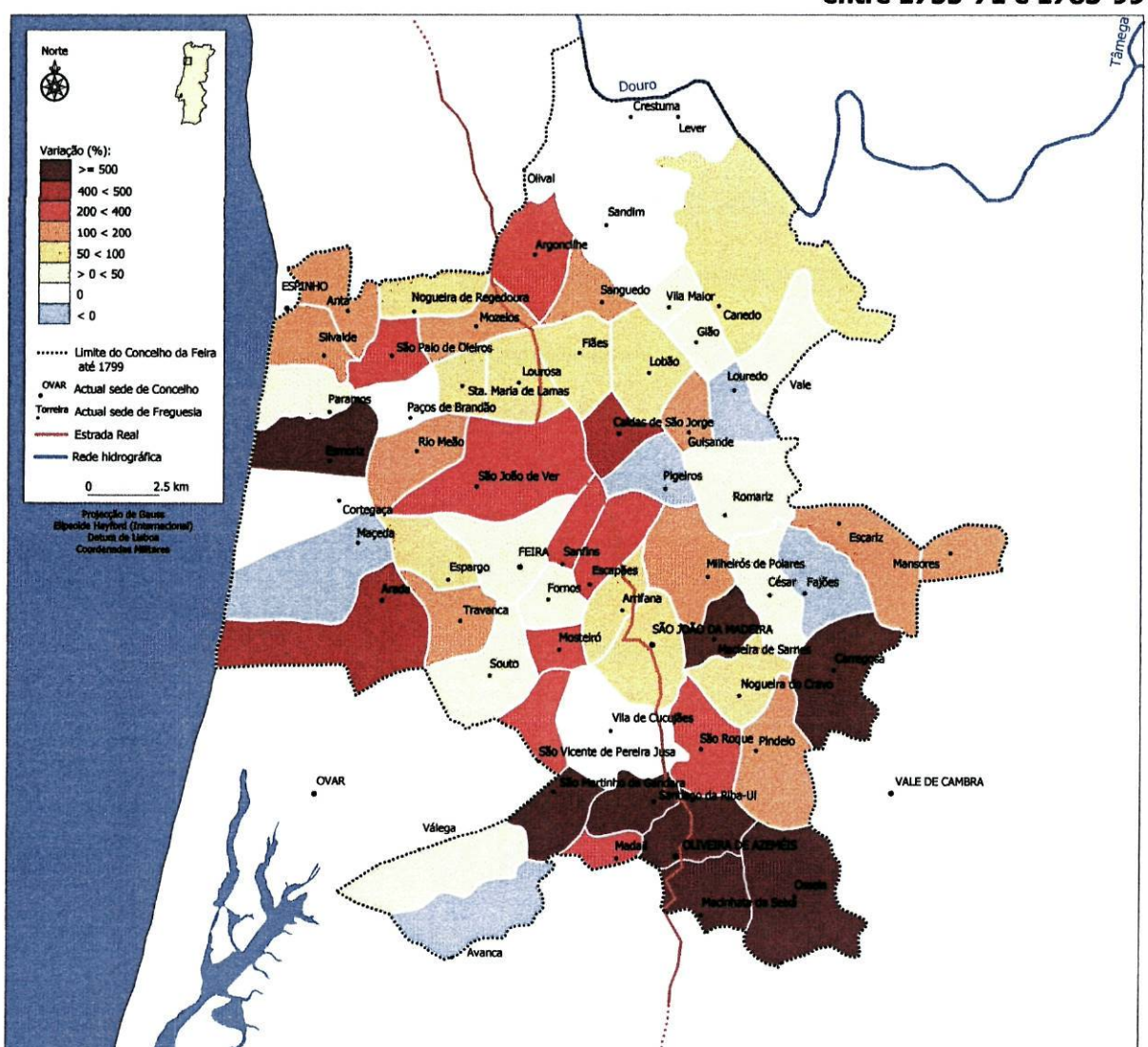
- a existência de um espaço constituído pelas freguesias de Avanca, Fajões, Pigeiros e S. V. Louredo, que apresenta crescimento negativo. Estas freguesias posicionam-se numa linha oblíqua imaginária que parte de Avanca até S. Vicente de Louredo, dividindo claramente o concelho em duas partes. Uma a leste, outra a oeste. O mapa de variação absoluta permite visualizar melhor esta divisão, pelas freguesias com crescimento absoluto bastante reduzido como é o caso de Maceda;
- a norte e oeste dessa linha, verificam-se crescimentos variáveis de freguesia para freguesia, destacando-se pelo maior crescimento percentual e absoluto, as freguesias de Argoncilhe, Esmoriz e Canedo, tendo esta valores absolutos altos embora uma variação percentual relativamente baixa, o que indicia um registo que vem de trás;
- a leste dessa linha, demarca-se claramente um espaço constituído pelas freguesias de Ossela, Carregosa, Oliveira de Azeméis, e S. Martinho da Gândara, onde coincidem valores de variação absoluta e percentual altíssimos;
- S. João da Madeira e Pindelo têm valores absolutos bastante mais elevados, mas taxas de variação menos significativas, o que pressupõe uma continuidade de actividade fortíssima.

Globalmente, observamos crescimento e concentração de efectivos elevados a sul/sudeste formando um núcleo denso, variação de números absolutos média a norte e por último variação percentual significativa em várias freguesias a noroeste.

[13] Vd. anexo 5, os casos das freguesias de Cortegaça, Crestuma e Milheirós de Poiáres.

Mapa 1

Variação percentual do número de inscriçoes nos ofícios, no Concelho da Feira, entre 1755-71 e 1783-99

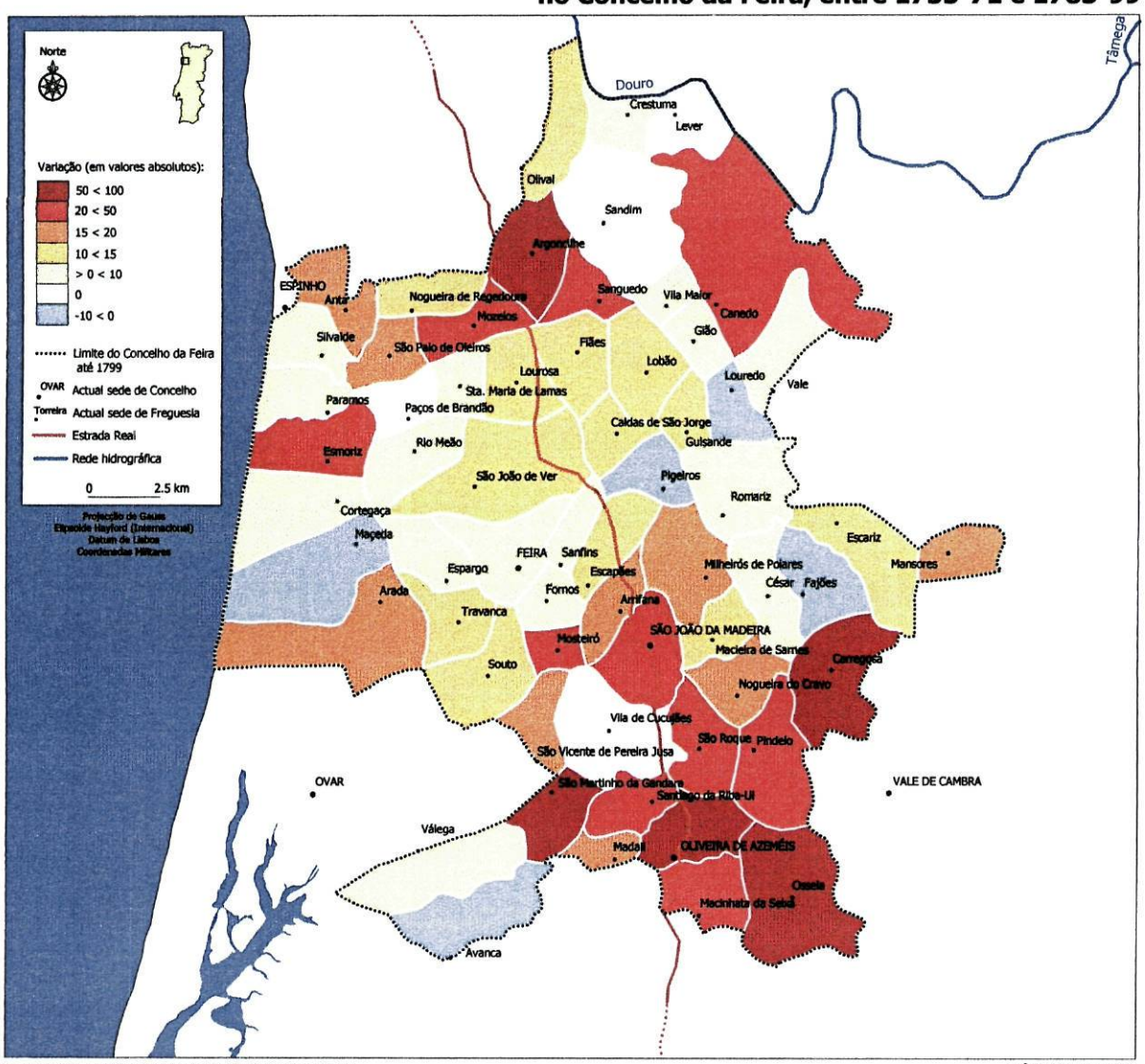


Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

Mapa 2

Variação em valores absolutos do número de inscriçoes nos ofícios, no Concelho da Feira, entre 1755-71 e 1783-99



Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

Tentaremos agora compreender esta evolução integrando-a no contexto económico regional e se possível nacional.

Como se explica o reduzido número de inscrições profissionais no concelho da Feira até meados da década de 1760 e depois o crescimento mais forte , principalmente a partir de meados da mesma década? Sabemos que a uma incipiente produção agrícola associavam-se preços mais elevados e como consequência baixo poder de compra de produtos manufacturados[14]. Contrariamente, os preços agrícolas podiam desencadear maior procura de produtos industriais nos mercados[15].

A Vila da Feira, até meados da década de 1750, apresenta uma subida lenta de preços do alqueire de trigo[16], facto que pode significar uma incipiente capacidade aquisitiva de produtos derivados do artesanato. A partir daqui, o preço do alqueire vai estabilizar até à década de 1790, permitindo assim uma recuperação do poder de compra. A situação também evolui de forma semelhante em Lisboa, onde se passam *"três décadas de equilíbrio em que os trabalhadores vivem uma conjuntura favorável"*[17], até porque aqui os salários acompanham os preços desde meados da década de 1760 até sensivelmente ao início da década de 1790.

O período de 1783-1799 insere-se precisamente no último quartel do século XVIII, período de prosperidade económica nacional: aumenta a produção metropolitana e ultramarina de matérias primas e produtos agrícolas. Aumentam as exportações não só coloniais como também nacionais, dá-se a subida das receitas do estado com novos impostos sobre o rendimento e o trabalho, *"as condições económicas gerais portuguesas patenteiam uma recomposição geral sem ouro"*[18] .

A esta euforia, junta-se a procura interna de manufacturas, motivada não só pelo relativo crescimento populacional, mas sobretudo pelo poder de compra que os trabalhadores têm, em virtude dos salários terem acompanhado os preços dos produtos[19]. Jorge Pedreira salienta que entre 1776-77 e 1789 a produção nacional teve quota importante na exportação global[20], facto que reflecte o incremento económico do país.

---

[14] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial...*, p. 397.
[15] Justino, David; Soares, Mafalda Cunha - *As feiras de Estremoz- uma primeira contribuição para o estudo dos mercados regionais no antigo regime,* Revista de História Económico- Social, n. 11, 1983, p. 122
[16] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 297-298.
[17] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios...*, , p. 297.
[18] Macedo, J. Borges de - *Problemas da história da indústria Portuguesa no tempo de Pombal,* Lisboa, 1782, p. 200.
[19] Madureira, Nuno Luís, *Mercado e privilégios...*, p. 297.
[20] Pedreira, Jorge, *Estrutura industrial...*, pp.263 -264.

Esta conjuntura favorável liga-se claramente ao fomento pombalino, que se activara durante a década de 1760, mas o grande impulso industrial seria dado na última fase de governação de Pombal, ou seja, entre 1769 e 1777. A época de 1768-1771 é o ponto culminante da crise, sendo a partir daqui que se fará sentir mais eficazmente a acção de Pombal, no sentido de uma estruturação de um novo modelo organizativo do trabalho sob o sistema de manufacturas e privilégios estatais.

É curioso verificar que numa época em que se procura libertar os trabalhadores das corporações, haja um aumento na corrida aos exames profissionais, como sucedeu em Lisboa, entre 1760 e 1788 em que aumenta o número de mestres examinados em mais de 50% dos ofícios[21]. Na Vila da Feira assiste-se igualmente a um aumento muito forte de exames praticamente em todos os ofícios, como vimos. Colocamos a possibilidade de o aumento das inscrições estar ligado à reacção das corporações à legislação de 1761. Ou seja, essa lei ao pôr em causa o exclusivo das corporações, acrescida do crescimento do consumo urbano, da alteração de gostos, etc., levou as mesmas à defesa intransigente da hierarquia e disciplina internas, nomeadamente custo de exame, aquisição de carta de examinação, tempo de aprendizagem, etc. Ora na Feira, uma vez que não havia corporações, eram as autoridades camarárias que faziam esse controlo. Acresce ainda que a acção da Junta de Comércio, cujo poder era "*conceder licença a todos e quaisquer artífices insignes nacionais ou estrangeiros que apresentem obras de nova invenção*"[22] , não afectava os ofícios do meio rural, de modo que as inscrições dos ofícios da Feira continuam a efectuar-se, apesar da legislação pombalina. Assim, pode concluir-se que a Junta de Comércio e a lei de 1762, poderão ter pressionado a corrida à obtenção da carta de examinação.

Já o abrandamento do número de inscrições, durante a década de 1790, poderá ser novamente explicado pela subida de preços, numa conjuntura inversa à descrita anteriormente.

A partir de inícios da década de 1790, como verificamos, o registo de inscrições ligadas ao sector agrícola cai em relação à construção e ainda mais em relação ao vestuário, ao mesmo tempo que estes dois abrandam. Sabemos que "*La conjonture agrícole modéle toujours rythme, fréquence, durée, déroulement et intensité des crises selon les zones géographiques quelles que soient leur stuctures économiques dominantes*[23]". Assim a crise no

[21] Madureira - *Mercado e Privilégios...*, p. 455.
[22] Idem, ibidem, ..., p. 235.
[23] Cailly, Claude - *Mutations d'un Espace Proto-Industriel: le Perche aux XVIIe- XIXe Siècles*, Paris, 1989, p. 657.

sector agrícola faz encarecer os preços, afectando directamente a capacidade aquisitiva e indirectamente a produção artesanal. No fundo, a produção não reflecte mais do que a alta de preços e os baixos rendimentos dos produtores. Repare-se que o preço do alqueire de trigo sofre alta pronunciada por fins da década de 1780[24] e a Comarca da Feira já em 1785 tinha dificuldades de auto-abastecimento de cereais[25]. Em Lisboa, são os salários que não acompanham os preços provocando a diminuição dos rendimentos e por consequência a diminuição do mercado interno[26].

Na Feira, o controlo Camarário sobre o trabalho e os trabalhadores, que fora evidente durante as décadas de 1760, 1770 e 1780, dilui-se progressivamente, colocando-se a hipótese de se terem criado condições para um aumento do número de trabalhadores que saíssem das áreas rurais para a cidade do Porto (hipótese a provar no ponto 5 do cap. IV). Não será por acaso que, quando a rainha D. Maria I restitui ao Porto a "Casa dos Vinte e Quatro", em 1795, se pedisse que a mesma casa se regesse pela situação anterior a 1757, dadas as intervenções estatais que punham em causa o mundo das corporações de ofícios[27].

3. Distribuição geográfica dos ofícios

Após uma interpretação global da evolução das inscrições atentemos na distribuição dos ofícios pelas várias freguesias do concelho, a partir da avaliação entre os dois cortes cronológicos de 1755-1771 1 1783-1799, além dos cortes cronológicos de 1762 e 1801.

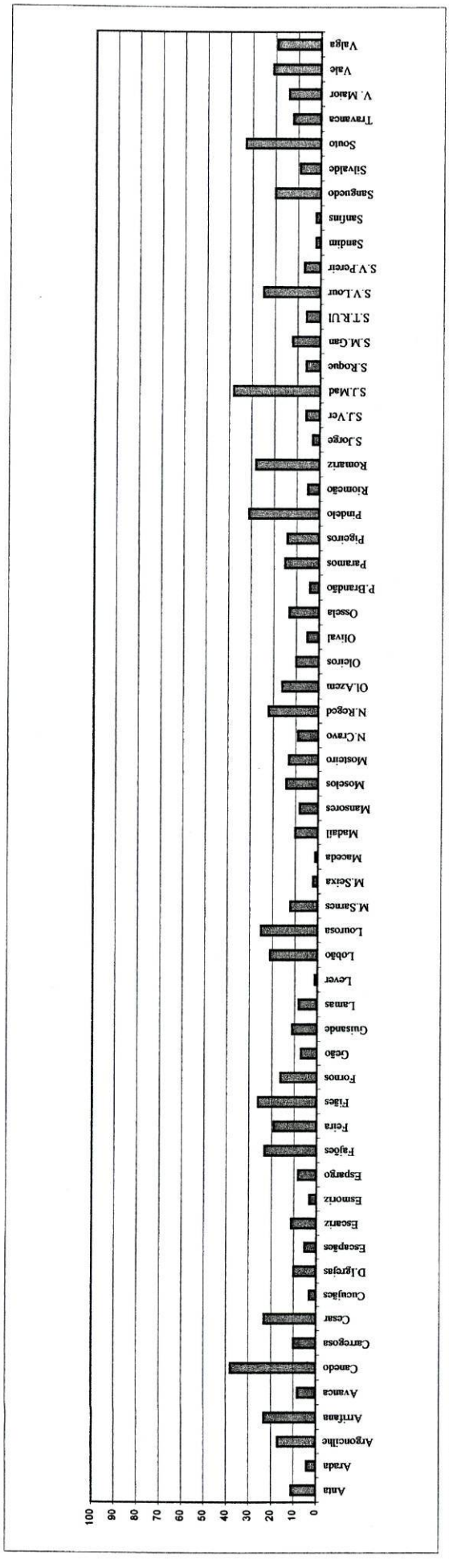
Vejamos a distribuição dos registos pelas freguesias, no período de 1755-1771 (vd. gráfico 5). As freguesias que apresentavam maior número de ofícios eram: S. João da Madeira e Canedo (38), Souto (33), Pindelo (31) e Romariz (28). Seguiam-se outras cujo número decrescia progressivamente.

Os sectores definidos pelas várias freguesias (vd. Anexo 1) distribuíam-se em tendências pelas mesmas, consoante verificamos pelo quadro 9.

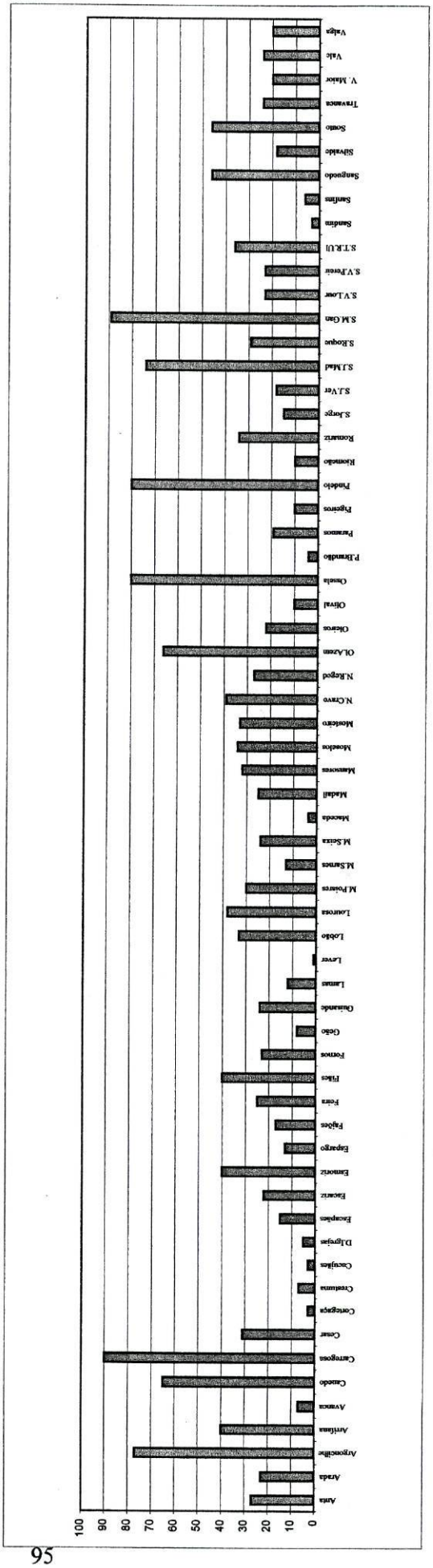
[24] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 297-298.
[25] Idem, ibidem, p. 301.
[26] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios...*, p. 298.
[27] Sousa, Ivo Carneiro de - 1795: *Quando o Porto recuperou a casa dos vinte e quatro*, in Humanidades, n.º 2, Abril de 1982, Porto, pp.42-45.

Gráfico 5 – Totais de Ofícios por freguesia

1755- 71



1783-99



Quadro 9 - Freguesias com mais de 50% de inscrições no sector do vestuário, 1755-1771			
Freguesias	**1755/1771**	**Freguesias**	**1755/1771**
Escapães	100%	S.J.Ver	83%
Madaíl	100%	Escariz	82%
Olival	100%	Carregosa	80%
Paramos	100%	Mosteiro	77%
Sanfins	100%	Ol.Azem	75%
Cesar	96%	Feira	74%
Pindelo	94%	Fiães	73%
Fajões	91%	Souto	73%
N.Cravo	89%	Travanca	73%
S.J.Mad	89%	Lourosa	71%
Mansores	88%	Cucujães	67%
Pigeiros	86%	Riomeão	60%
Ossela	85%	M.Sarnes	58%

Fonte: Livros de Registos de Ofícios (anexo1)

O quadro mostra-nos as freguesias com mais de 50% de inscrições no sector vestuário, destacando-se Escapães, Madail, Olival, Paramos e Sanfins, onde o sector vestuário monopolizou todas as inscrições.

Já no sector da construção, as freguesias de Esmoriz, Lever, Maceda e Sandim registaram 100/% de inscrições, a freguesias de N. da Regedoura (86%), S. Jorge (67%), e Silvalde (56%);

Por último, no sector de apoio à agricultura nenhuma freguesia recebeu 100/% de inscrições, surgindo com mais de 50% de inscrições as freguesias de Guisande (91%) Anta (82%), Duas Igrejas (60%), Geão (57%), Fornos (56%), e Vale (52%).

Esta análise permite-nos confirmar em forma de apreciação global, que na maioria das freguesias do concelho os candidatos a profissionais procuravam sobretudo os ofícios ligados ao sector do vestuário. A pouca representatividade do sector agrícola assentava no fraco contributo dos serradores e dos tanoeiros, e baseava-se principalmente nos canastreiros.

No que respeita ao contributo de cada freguesia para o total de cada sector verificamos:

- no sector vestuário, destacam-se as freguesias de S.João da Madeira (7%), Pindelo (6%), Cesar e Souto (5%), Fajões, Fiães, Lourosa (4%) e Canedo, Feira, Paramos, Pigeiros, Romariz e S.Vicente Louredo (3%);
- a construção recebe o maior número de inscrições em N. da Regedoura (11%), seguindo-se Canedo (6%), Argoncilhe (5%), Lobão, Lourosa, Romariz, Souto e Vila Maior (4%), Feira, Sanguedo e Silvalde (3%);
- no sector agrícola, o maior contributo é dado pelas freguesias de Canedo (9%), S.Vicente Louredo (8%), Vale e Guisande (7%), Anta e Fornos (6%), V. Maior e Romariz (5%), Duas

Igrejas, S. Martinho da Gandara, Sanguedo e Valga (4%)Argoncilhe, Geão, Lobão, Moselos e Oleiros (3%).

Para o período de 1783-1799, procuramos também conhecer a distribuição dos ofícios e respectivos sectores de actividade pelas diversas freguesias, pois alterara-se o mosaico geográfico.

Começando pelo balanço total dos ofícios, (vd. gráfico 5) destacam-se as freguesias de Carregosa (90), S. Martinho da Gândara (89), Ossela e Pindelo (80), Oliveira de Azeméis (66) e Canedo (65).

Relativamente aos sectores, fizemos o mesmo exercício do período anterior (vd. quadro 10, construído a partir do anexo 2) e concluímos que à excepção de Lever e Crestuma com 100/% de inscrições no sector vestuário, observamos um núcleo de 6 freguesias englobando Ossela, Arrifana, Pindelo, Carregosa, Fajões e Nogueira do Cravo, formando um espaço geográfico contínuo, com elevada percentagens de inscrições no referido sector (96%-87%).

Quadro 10 - Freguesias com mais de 50% de Inscrições no sector do vestuário- 1783-1799

Freguesias	1783/1799	Freguesias	1783/1799
Crestuma	100%	Paramos	68%
Lever	100%	Maceda	67%
Ossela	96%	Ol.Azem	66%
Arrifana	95%	Fiães	63%
Pindelo	91%	Geão	63%
Carregosa	90%	Oleiros	59%
Fajões	88%	Mansores	56%
N.Cravo	87%	Silvalde	56%
Esmoriz	71%	Escapães	53%
M.Poiares	70%	S.V.Pereir	52%
Escariz	68%		

Fonte: Livros de Registos de Ofícios

A construção recebia mais de 50% de inscrições em Avanca (86%), Espargo (77%), Moselos (76%), Arada (61%), M. Sarnes (54%) e Cesar (52%).

O sector de apoio à agricultura recebeu 100% de inscrições em Cortegaça e mais de 50% em Cucujães (67%), S. Roque (66%), Fornos (61%), S. Jorge (60%) e Anta (59%).

A análise efectuada permite-nos concluir que o sector vestuário continua a ser predominante em grande parte das freguesias do concelho, em particular a sudeste, expandindo-se de forma indiscriminada por freguesias de diversos espaços concelhios, nomeadamente a norte (Lever e Crestuma), a oeste (Esmoriz), etc.

Vejamos agora o contributo de cada freguesia para o total de ofícios por sector (vd. anexo 2):

- no vestuário, destacamos o contributo de Ossela e Carregosa (8%), S. João da Madeira e Pindelo (7%), Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. Martinho da Gândara (4%), Canedo, Esmoriz e N. Cravo (3%);
- no sector da construção, destaca-se claramente Argoncilhe (7%), depois surge Moselos (6%), Souto (5%), Cesar, Lourosa e S. Martinho da Gândara (4%), Arada, Canedo, N. Regedoura, Oliveira de Azeméis e Romariz (3%);
- no sector agrícola, o maior contributo é dado pela freguesia de S. Martinho da Gândara (10%), seguida por Argoncilhe (7%), Canedo (6%), S. Roque (5%), Fornos e Lobão (4%), Fiães, Guisande, Madail, Mosteiro, S. Jorge, S. Vicente Louredo, Sanguedo, Vila Maior e Vale (3%).

Da análise dos dados dos dois períodos notamos, numa apreciação global, que os sectores de actividade se distribuíam praticamente por todas as freguesias do concelho. Contudo notam-se, comprovadamente, tendências espaciais de localização dos sectores.

Tentamos ainda saber o peso de cada uma das três freguesias que as décimas de 1762, registam nos sectores em avaliação (quadro 11).

Quadro 11 - Contributo das freguesias de Arrifana, Ol.Azemeis e S. J. Madeira para cada sector – 1762

	Apoio ao vestuário					
freguesia	Alf	tec	sap	somb	Vest	
Arrifana	8	8	1	26	43	26%
O.Azem	7	21	8	32	68	40%
S.J.Mad	5	7	1	44	57	34%
totais					168	100%
	Apoio à construção					
freguesia	Carp	fer	pedr		Construção	
Arrifana	3	2			5	22%
O.Azem	2	4	6		12	52%
S.J.Mad	4	2			6	26%
totais					23	100%
	Apoio à agricultura					
freguesia	Serr	tanoe	canast		Agric	
Arrifana	1	2	0		3	23%
O.Azem		2	5		7	54%
S.J.Mad	2	0	1		3	23%
totais					13	100%

Fonte. ANTT, Impostos, 1762-Feira, livro n.º 2270

Da sua análise constatamos:

- no sector vestuário, a emergência clara de Oliveira de Azeméis (40%), pelo contributo de 32 sombreireiros e 21 tecedeiras. Segue-se S. João da Madeira (34%), principalmente pelos 44 sombreireiros e Arrifana (26%), devido a sobretudo a 8 alfaiates e 26 sombreireiros;
- na construção Oliveira de Azeméis (52%) também está na dianteira pelo contributo importante de 6 pedreiros e 4 ferreiros. Depois surge S. João da Madeira (26%) e por último Arrifana (23%);
- o sector agrícola tem ainda maior representatividade em Oliveira de Azeméis devido principalmente aos 5 canastreiros. Arrifana e S. João da Madeira, ambas com (23%), representam um contributo limitada para o sector.

Em conclusão, verificamos que Oliveira de Azeméis é a freguesia que maior contributo dá aos três sectores, denotando tratar-se de um meio activo, com actividades diversificadas, conforme daremos conta ao longo do trabalho.

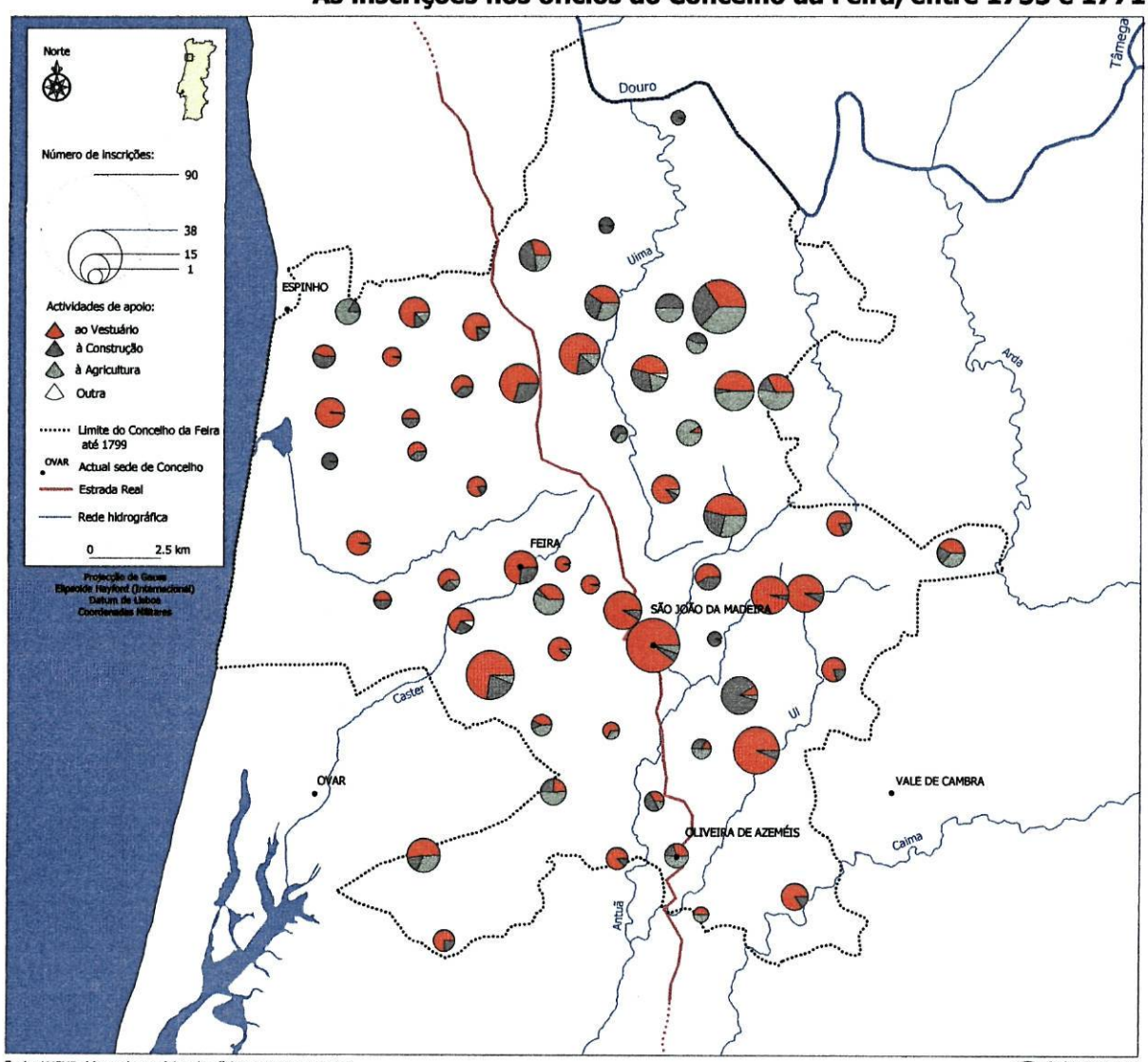
A cartografia permite-nos observar a distribuição por freguesia (vd. mapa 3 e 4), onde apreciamos:

- tendência para a concentração dos ofícios em dois blocos nitidamente delimitados- norte/nordeste e sul/sudeste, divididos possivelmente pela Estrada Real, que o segundo período tende a acentuar;
- predomínio do sector vestuário em praticamente todo o concelho, mas fundamentalmente a sua concentração a sul/sudeste, num núcleo formado pelas freguesias de Ossela, Pindelo, S. João da Madeira e Carregosa;
- predomínio das profissões ligadas à construção a norte, em virtude principalmente das inscrições nas freguesias de N. da Regedoura e Argoncilhe;
- finalmente, o sector agrícola tende a concentrar-se a nordeste num núcleo que engloba sobretudo as freguesias de Lobão, V. Maior, Canedo, S. Vicente Louredo e Vale, sem deixar contudo de ter forte presença em freguesias como S. Martinho da Gândara e S. Roque. Nitidamente, no período de 1783-1799 assiste-se a uma afirmação das actividades têxteis.

Concluímos, referindo que apesar da irregularidade na distribuição espacial dos sectores de actividade artesanal, existem de facto tendências de localização dos mesmos. Além disso, observa-se já dois dados: que das actividades de apoio ao vestuário no núcleo de sudeste, emerge claramente o ofício de sombreireiro e segundo, que neste mesmo núcleo o sector agrícola tem uma implantação muito reduzida, em grande parte devido à limitada participação dos canastreiros (vd. anexo 1 e 2).

Mapa 3

As inscrições nos ofícios do Concelho da Feira, entre 1755 e 1771

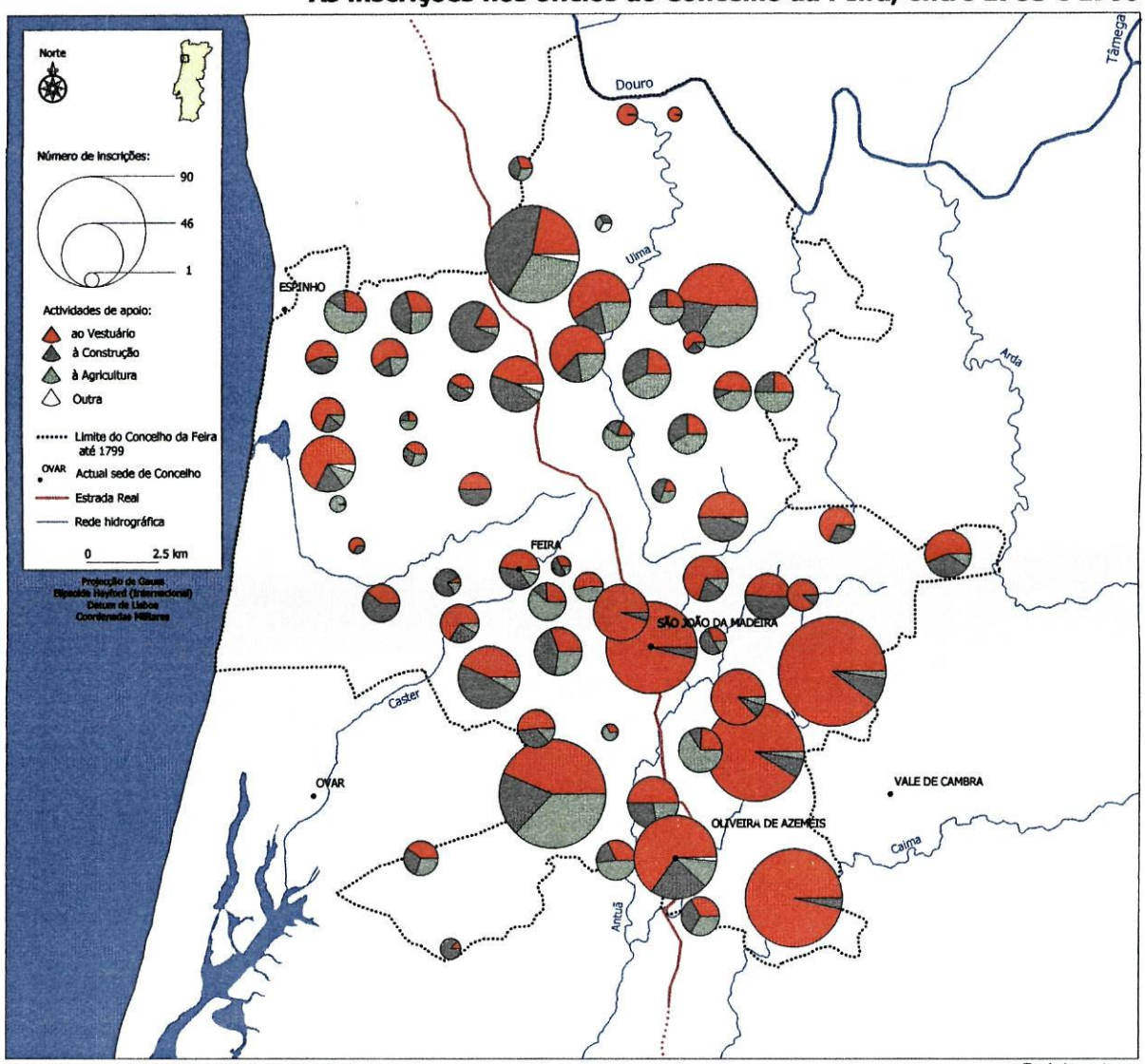


Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

Mapa 4

As inscrições nos ofícios do Concelho da Feira, entre 1783 e 1799



Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

4. Dinâmica demográfica e profissional

A avaliação da dinâmica profissional procura apurar se as taxas de crescimento dos registos terão eventualmente acompanhado ou não o crescimento da população.

O mapa 5 e anexo 6 evidenciam o crescimento anual do número de fogos[28]., donde se constata que:

- há uma série de freguesias com crescimento negativo, ou com crescimento até 0,5, que formando uma linha oblíqua SW/NE, dividem o concelho em dois pólos com taxas de crescimento médio anual bastante superiores: um a N/NW, outro a S/SE;
- no pólo oeste destacam-se, com crescimento elevado, as freguesias de Anta (2,14%), Paços de Brandão (1,56%), Crestuma (1,15%), Cortegaça (0,85%), Lever (0,66%), Arada (0,54%) e N. da Regedoura (0,52%);
- no pólo este o crescimento é mais irregular, com um grupo de freguesias de crescimento elevado formado por Mosteiro (2,61%), S. Tiago de Riba Ul (1,56%), Arrifana (0,62%), Vale (0,59%) e Milheirós de Poiáres (0,57%). Alternadas com estas, surgem algumas com taxa de crescimento negativo, nomeadamente S. João da Madeira (-0,22%), Escariz (-0,25%) e Romariz (-0,39%). Finalmente, bem no limite sudeste deste pólo e do concelho, observamos um conjunto de freguesias com crescimento positivo a rondar os 0,45: Mansores (0,46%, Carregosa (0,45%), Pindelo (0,43%), Ossela (0,42%) e N. do Cravo (0,41%);
- a referida linha confirma a divisão espacial dos ofícios em dois blocos, conforme assinálamos atrás.

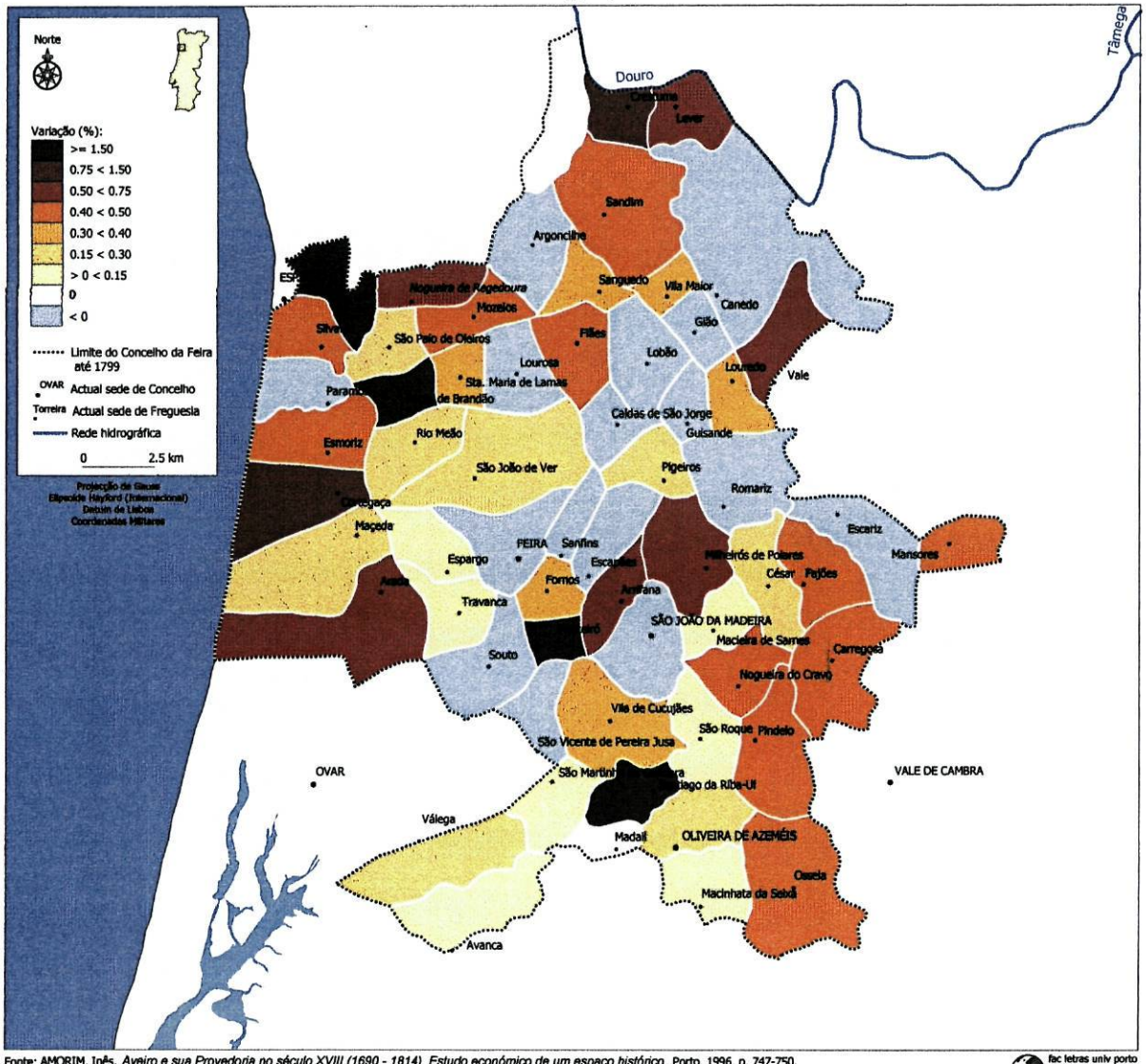
Agora confrontando estes dados com os dados dos mapas de inscrições de ofícios e os das variações em valores percentuais e absolutos das mesmas verificamos que:

- surgem com crescimento negativo as freguesias de Avanca (-0,5%), Duas Igrejas (-2,5%), Fajões (-1,1%), Pigeiros (-1,2%) e S.V. Louredo (-0,3%).
- as freguesias de Argoncilhe, Canedo, Escariz, Feira, Guisande, Lobão, Lourosa, Paramos, Romariz, S. T. Riba Ul, Sanfins e Souto todas com taxas de crescimento médio anual de fogos inferiores a zero, apresentam variação absoluta positiva de inscrições;

[28] Os cálculos foram feitos a partir dos dados fornecidos pelos fogos nas Memórias Paroquiais de 1758 e na Descrição da Comarca da Feira de 1801. Os mesmos dados e a crítica das fontes foram tratados em Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...* pp. 133-135.

Mapa 5

Crescimento anual do número de Fogos, no Concelho da Feira, entre 1758 e 1801



Fonte: AMORIM, Inês, *Aveiro e sua Provedoria no século XVIII (1690 - 1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Porto, 1996, p. 747-750.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

- as freguesias de Avanca, Cucujães, Fajões, Pigeiros e S. Vicente de Louredo, apesar de terem taxas de crescimento médio anual do número de fogos positivas, apresentam evolução profissional negativa ao longo da Segunda metade do século, com excepção de Cucujães cuja variação do número de ofícios é de 0;
- a oeste do concelho, em freguesias como Arada, Maceda, Cortegaça, Esmoriz, Silvalde; Anta, etc, o crescimento profissional acompanha a evolução demográfica, podendo até superá-la como em Paramos, onde a um crescimento médio anual negativo do número de fogos (- 1,55%) corresponde um crescimento profissional positivo;
- as freguesias de S. V. Louredo, Pigeiros, com crescimento profissional negativo, juntamente com Maceda, Feira, Espargo, Fornos, Sanfins, Geão, V. Maior e Vale com crescimento bastante limitado, contribuem para a formação do espaço divisório entre os dois blocos a que aludimos atrás;
- nas freguesias de maior crescimento demográfico, Anta, Paços de Brandão, Mosteiro e S. Tiago de Riba Ul, o crescimento dos ofícios acompanha a evolução demográfica, com excepção de Paços de Brandão que apresenta taxa de inscrições de 0%;
- na área SE, há uma forte mancha de crescimento de inscrições, que acompanha o crescimento demográfico, destacando-se contudo duas excepções: S. João da Madeira com crescimento demográfico negativo e acentuado crescimento profissional; Fajões com crescimento demográfico forte e crescimento negativo de inscrições. As taxas médias de crescimento anual dos sombreireiros (quadro 12), confirmam o forte crescimento profissional em S. João da Madeira e Arrifana. Oliveira de Azeméis, como veremos mais à frente, será um espaço de diversificação profissional ao longo da 2.ª metade do século, conduzindo à diminuição dos sombreireiros.

Quadro 12 - Crescimento Médio Anual do nº de fogos e taxas de crescimento de ofícios e de sombreireiros no concelho da Feira

Freguesias	fogos	fogos	taxa cresc.	ofícios	ofícios	taxa	somb	somb	taxa
	1758	1801	méd. anual	1755-71	1783-99	crescim.	1762	1801	crescim.
Arrifana	180	235	0,62%	23	40	1,98%	26	91	3,21%
Ol.Azem	334	371	0,24%	16	66	5,06%	32	10	-2,98%
S.J.Mad	279	254	-0,22%	3	15	5,75%	44	161	3,33%

Fonte: "Aveiro e sua Provedoria...", livro das "Décimas-1762" e "Registos de Ofícios"

Como apreciação global, diremos que nem sempre a dinâmica profissional acompanhou a dinâmica demográfica no concelho ao longo da Segunda metade do século XVIII, ou seja, houve áreas onde o crescimento demográfico foi naturalmente maior que a corrida ao

trabalho, outras onde as inscrições nos ofícios acompanharam a demografia e outras ainda onde as inscrições foram superiores.

5. Sazonalidade das inscrições nos ofícios

A observação do ritmo de inscrição nos ofícios permitiu-nos observar tendências relativamente à época de inscrição e aos registos sistemáticos de grupos, de acordo com o tipo de ofício, o lugar a freguesia, etc. O quadro 13 e gráfico 6 procura evidenciar distribuição por meses nos dois momentos consignados.

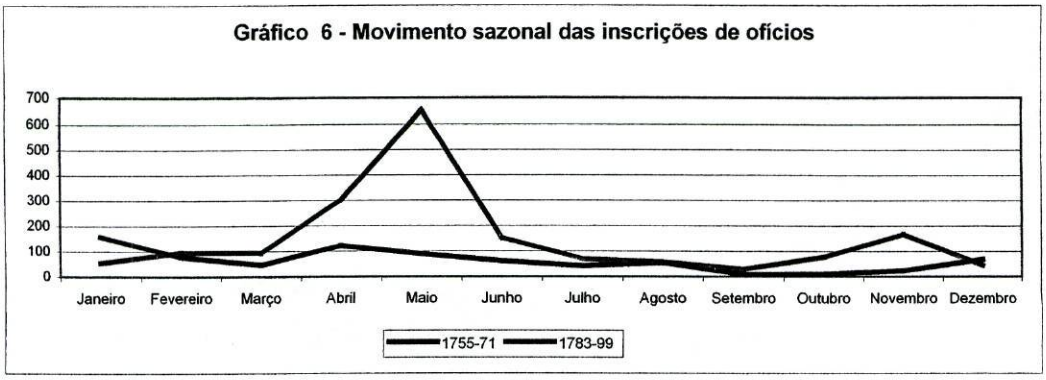
Quadro 13 - Movimento sazonal de inscrições de ofícios

	1º Corte	2º Corte
Meses	1755-71	1783-99
Janeiro	157	55
Fevereiro	77	96
Março	48	94
Abril	123	304
Maio	89	656
Junho	62	154
Julho	43	70
Agosto	55	58
Setembro	9	31
Outubro	12	77
Novembro	24	166
Dezembro	69	45

Fonte: AMSMF, Livros dos Registos de ofícios

As inscrições faziam-se de forma irregular em todos os meses do ano. Contudo assinalam-se algumas tendências, muito mais marcadas no segundo período. No período de 1755-1771 os meses de maior número de inscrições são Janeiro (157) e Abril (123) e os de menor número são os de Setembro (9) e Outubro (12).

No período de 1783-1799, destaca-se claramente o mês de Maio (656), com maior número de inscrições, seguido a razoável distância pelos meses de Abril (304), Novembro (166) e Junho (154); com menor número, destacam-se os meses de Setembro (31), Dezembro (45), Janeiro (55) e Agosto (58).



Em termos de dinâmica global, verifica-se para o primeiro período, que o ano se inicia com um índice razoável de inscrições, o qual baixa em Fevereiro, recuperando a partir de Março até Abril; depois desce irregularmente até atingir níveis muito baixos em Setembro e Outubro, recuperando novamente a partir de Novembro até Janeiro.

O período de 1783-1799 dá-nos uma panorâmica semelhante das inscrições, mas com algumas diferenças. Assim, nos meses de Janeiro e Fevereiro as inscrições fazem-se a baixo ritmo, sofrendo, a partir de Março uma explosão que atinge o máximo em Maio; em Junho inicia-se uma descida que culmina no ponto mais baixo em Setembro, para recuperar até Novembro e uma nova descida que se prolonga até ao princípio do ano seguinte. Contudo, esta análise permite-nos verificar que há um paralelismo flagrante em torno dos meses de Abril, Maio, Junho e ainda mais discretamente, em Novembro. Relativamente ao mês de Maio que apresenta o maior número de inscrições , o quadro 14 permite verificar que o sector de apoio ao vestuário (60,2%) é o que maior contributo dá às inscrições, seguido a larga distância do sector construção (21,3%) e por último da agricultura (18,5%).

Quadro 14 - Inscrições por sector no mês de Maio no período 1783/99		
alf	38	5,8%
sap	21	3,2%
somb	140	21,4%
tamanq	11	1,7%
teced	183	28,0%
% Vest.		**60,2%**
car	72	11,0%
ferr	10	1,5%
ped	57	8,7%
% Const.		**21,3%**
can	87	13,3%
serrad	30	4,6%
tan	4	0,6%
% Agric.		**18,5%**
total geral	653	100,0%

Fonte: Livro dos Registos de ofícios

Observa-se a tendência para a ocorrência de registos em dias que pressupunham movimentações de grupos com afinidades notadas por dia, lugar, freguesia e ofício. Para um melhor conhecimento dessa dinâmica, construímos quadros, cujo critério de organização para integração nos mesmos foi de um mínimo de 4 inscrições por dia, por lugar e ofício, por considerarmos esse número suspeito de simples coincidência. Já que apenas tínhamos a inscrição por dia e na mesma freguesia, consideramos o número mínimo de 5 registos.

Tendo em conta o número de profissionais inscritos por dia e freguesia (vd. anexo 7), verifica-se que Carregosa registou 22 inscrições no dia 9/6/1787, S. Martinho da Gândara 17 inscrições em 16/11/1785, Sanguedo 14 em 20/5/1795, Argoncilhe, Pindelo e Fiães, com 13, respectivamente em 16/5/1766, 16/10/1799 e 14/05/1801.

Estas tendências sugerem algumas hipóteses de explicação, nomeadamente condições atmosféricas e principalmente condicionalismos agrícolas, pois se a produção artesanal evoluía em grande parte em função do sector agrícola seria normal que, por exemplo na época das colheitas, meses de Setembro e Outubro, o número de inscrições diminuísse. Parece-nos que o ligeiro aumento das inscrições em Novembro se deverá ao facto de terem terminado as colheitas e então se fazerem as deslocações à Câmara.

Quadro 15 - Nº de profissionais inscritos por dia, freguesia e oficio					
dia	**Mês**	**ano**	**freguesia**	**nºoficio**	**ofício**
1	5	1784	Carregosa	21	somb
12	5	1784	Esmoriz	15	teced
17	11	1785	Gandara	15	teced
5	5	1784	Carregosa	10	somb
1	5	1792	Canedo	10	teced
12	5	1804	Guisande	9	canast.
8	3	1766	Pigeiros	7	sapat
2	5	1792	Canedo	7	teced
2	5	1784	Anta	6	teced
28	4	1784	Carregosa	6	somb
24	4	1784	Oleiros	6	teced
14	9	1789	Ol.Azemeis	6	alf
21	7	1794	Vale	6	canast.
20	8	1798	Crestuma	6	teced
24	8	1759	Guisande	5	canast.
21	4	1784	Esmoriz	5	teced
21	4	1784	S.Roque	5	canast.
5	5	1784	S.Roque	5	teced
17	11	1789	Pindelo	5	somb
30	4	1783	Ossela	4	somb
3	5	1783	Ossela	4	somb
30	4	1783	S.J.Madeira	4	somb
26	5	1784	Mac.Seixa	4	teced
6	6	1787	Fiães	4	teced
15	5	1789	V.Maior	4	canast.

Fonte: AMSMF, Livros de Registos de oficios

A organização de profissionais inscritos por dia, freguesia e ofício (quadro 15), que teve já em consideração o número mínimo de 4 inscrições, permitiu-nos destacar 21 inscrições de sombreireiros na freguesia de Carregosa no dia 1/5/1784, 15 inscrições de tecedeiras nas freguesias de Esmoriz e S. Martinho da Gândara, realizadas respectivamente nos dias 12/5/1784 e 17/11/1785, 10 inscrições de sombreireiros em Carregosa no dia 5/1784 e 10 de tecedeiras em Canedo em 1/5/1792.

Descendo ao nível do lugar, definimos os dados representados no quadro 16, no qual se destacam as 5 inscrições em Casaldelo de S. João da Madeira.

Quadro 16 - Nº de profissionais inscritos por dia e lugar						
data			freguesia	lugar	nº	oficios
8	11	90	S.J.Madeira	Casaldelo	5	4somb+1carp
25	3	1771	Louredo	Padrão	4	2tec+2can
5	5	1784	N.Regedoura	Libães	4	3ped+1serrad
29	4	85	Gandara	Água Levada	4	1sap+2carp+1can
9	6	87	Carregosa	Silvares	4	3somb+1tec
11	11	90	Sanguedo	Bouça	4	2alf+2can
20	5	95	Sanguedo	Castanheira	4	3tec+1fer
20	5	95	Sanguedo	Terreiro	4	1cap+1ped+2tam
Fonte: AMSMF, Livros de registos de Oficios						

Nota: O agrupamento por lugar fez-se com base nos "Registos de Ofício", que em vários casos não indicam o lugar de residência dos oficiais.

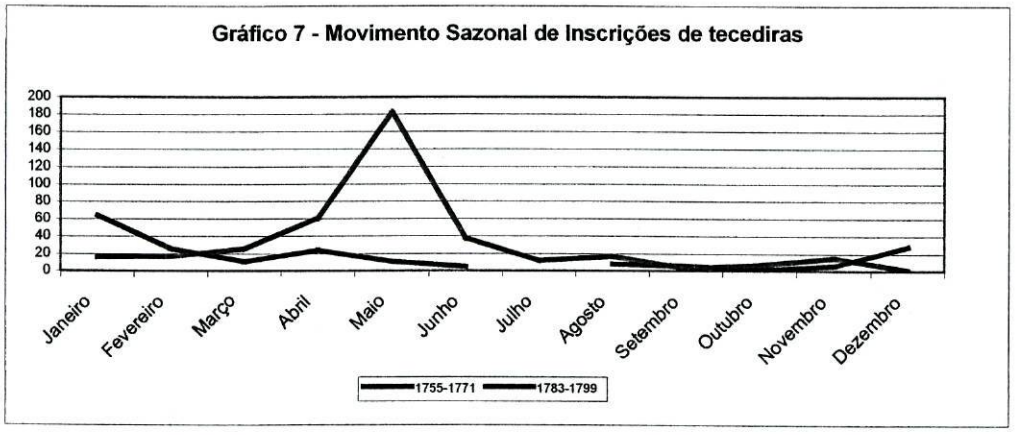
Finalmente, quisemos saber o número de profissionais inscritos em determinado dia, por lugar e ofício (vd. quadro 17).

Quadro 17 - Nº de profissionais inscritos por dia, lugar e ofício						
dia	mês	ano	Freguesia	lugar	nºofic	Ofício
30	12	71	Pindelo	Pinhão	7	sombreireiros
1	5	84	Carregosa	Azagães	7	sombreireiros
12	5	84	Esmoriz	Stª Cruz	5	tecedeiras
26	3	57	Olival	Arnelas	4	tecedeiras
16	5	66	Argoncilhe	Serzedelo	4	pedreiros
23	4	84	Pindelo	Pinhão	4	sombreireiros
17	11	85	Gandara	Sobral	4	tecedeiras
9	6	87	Carregosa	Azagães	4	tecedeiras
9	5	87	Riba Ul	Quebrada	4	tecedeiras
8	11	90	S.J.Madeira	Casaldelo	4	sombreireiros
Fonte: AMSMF, "Registos de Oficios"						

Pela análise do mesmo, constatamos que o máximo de inscrições por ofício, lugar e dia foi alcançado pelos sombreireiros do lugar de Pinhão, freguesia de Pindelo em 12 de Dezembro de 1771 com 7 sombreireiros e do lugar de Azagães, freguesia de Carregosa com o mesmo número, no dia 5 de Janeiro de 1784.

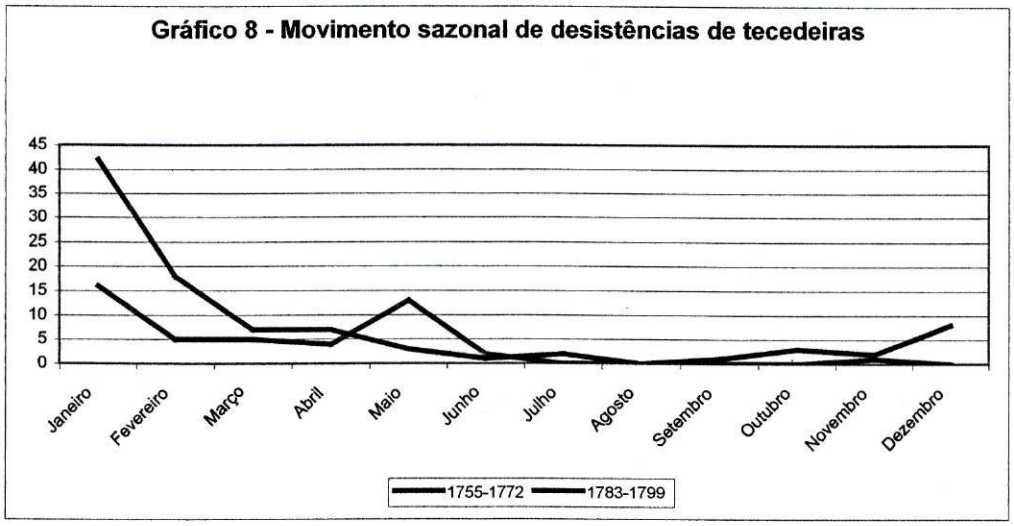
Como apreciação global às tendências referidas diremos que a formação destes grupos com esta finalidade, se ligava provavelmente a razões de vizinhança, e portanto de lugar e freguesia e por associação a um mesmo ofício. Sempre que possível deslocavam-se indivíduos do mesmo ofício, lugar e freguesia. Os transportes, com as dificuldades inerentes, poderiam ser também um factor de formação de grupos com a finalidade de deslocação à Câmara, no sentido de fazer a respectiva inscrição no ofício. Eventualmente, poderiam aproveitar o dia de feira, ou as romarias para fazerem a sua inscrição. Por exemplo, as feiras

mensais dos 4 da freguesia da Arrifana e dos 20 da Vila da Feira podiam ser aproveitadas para a deslocação à Câmara no sentido de fazer a inscrição no ofício. Na tentativa de uma melhor clarificação desta matéria decidimos analisar individualmente o ofício das tecedeiras, dada a frequência com que apura dados, um ofício tipicamente feminino, conjugando não só as inscrições (gráfico 7), como também as desistências do ofício (gráfico 8, quadro 18).



Quadro 18 - Movimento sazonal das desistências das tecedeiras		
	1º Período	2º Período
Meses	1755-1772	1783-1799
Janeiro	42	16
Fevereiro	18	5
Março	7	5
Abril	7	4
Maio	3	13
Junho	1	2
Julho	2	0
Agosto	0	0
Setembro	1	0
Outubro	3	0
Novembro	2	1
Dezembro	8	0

Fonte: AMSMF, Livros dos Registos dos Ofícios



A sua análise demonstra-nos que as tecedeiras acompanham globalmente os ofícios em geral, ou seja, centram a corrida às inscrições e desistências nos meses de Abril, Maio e Junho e mais discretamente em Dezembro e Janeiro, mas também é verdade que os meses anteriores seriam de mudança das competências. A possibilidade de uma prática consignada mas não escrita e regulamentada, e que desconhecemos para explicar estas oscilações, não poderá ser posta de parte.

6. Mobilidade Profissional

Entendemos por mobilidade profissional, num primeiro momento, a possibilidade de abandono da profissão e transição para uma outra. Daí que sejam tomadas em conta as desistências registadas e autorizadas pela Câmara e ainda a entrada ou saída de profissionais de e para outras localidades fora do concelho.

No concelho da Feira passavam-se cartas de examinação a oficiais exteriores ao concelho. Dividimos essa informação em registos que não nos informam acerca da residência ou local de trabalho dos oficiais, contrariamente a outros que o fazem. Os quadros que se seguem incluem esses contributos.

Quadro 19 - Oficiais de Fora, Examinados no concelho Feira									
Dia	**Mês**	**Ano**	**Lugar**	**Freguesia**	**Concelho**	**Nome**	**Filiação**	**Ofício**	**Km**
18	5	1784			C.Paderne	José Pereira		pedreir	20
12	9	1784	R.Fonte		Ovar	António R.Ferreira		pedreiro	15
12	9	1784	R.Fonte		Ovar	Joaquim J.Ferreira		pedreir	15
2	10	1786		Pedroso	Porto	Manuel P. Costa		carpint	20
16	1	1787		Gulpilhares	Porto	António José A.		Serigue	20
6	11	1790	S.Genil	A. Santas	Porto	António Solteiro	João Antón. S.	canastr	30
16	12	1790			Porto	José C. Pereira		canastr	30
26	2	1791			Bemposta	Bernardo Solteiro		tamanq	20
2	3	1791	Vilarinho	Palmaz	Bemposta	João Sá Solteiro	José João Lopes	sombr	20
18	5	1805	Corvadelo	Serzedo	Porto	José Solteiro	José A. Pereira	carpint	15
13	11	1813	S.Miguel		Ovar	João Lopes		c.carne	15

Fonte: AMSMF, "Livros dos registos dos ofícios"

A Análise dos oficiais de fora, sem indicação de residência, levou-nos a lançar as seguintes hipóteses:

- a deslocação dos trabalhadores fazia-se principalmente dos concelhos limítrofes;
- o raio de atracção não ultrapassava os 30 Km, denotando uma proximidade marcada pela possibilidade de a viagem a pé se fazer num só dia[29];
- os exames mais solicitados eram os de pedreiro, carpinteiro e canastreiro.

Relativamente aos registos de exames dados a oficiais de fora do concelho, com indicação da residência ou local de trabalho, o quadro seguinte acrescenta outros dados.

Quadro 20 - Oficiais de Fora, Examinados e Residentes no concelho da Feira										
Dia	Mês	Ano	Lugar	Fregue	Concelh	Nome	Filiação	Ofício	Resid	Km*
16	3	1764		S.Combadão		Bernardo José		sombrei	O. Az	50
30	1	1766		V.Cova	Cambra	Manuel F.Solteiro	J. Ventur Fern.	carpinte	Carre	10
21	5	1787		Vila Cova	Cambra	Manuel Solteiro		sombreireiro	Cesar	15
28	10	1788		S.Amaro	Melgaço	M.António Esteves	António Esteves	pedreiro	Feira	50
28	10	1788		S.Louren.	Melgaço	Luís Inácio Esteves	António Esteves	pedreiro	Feira	50
25	8	1790			Minho	José Domingos S.		pedreiro	Vale	50
11	12	1791		Porto N.	Cambra	Alberto Solteiro	João Almeida	pedreiro	Feira	25
12	9	1796	S.Mig	Arcozel	Porto	Domingos Ferreira		pedreiro	Feira	15
26	9	1796			Ovar	Manuel R.Fereira		pedreiro	Most	15
26	5	1802			Amarante	José	Custódio Ferreira	pedreiro	Lour	50
10	6	1805		S.F.Marinha	Porto	Manuel Oliveira		carpinteiro	Feira	20
3	6	1805		S.Romão		Joaquim Pinto		cort.carnes	Feira	50
10	4	1805			Cambra	Mariana Solteira		tecedeira	D.Igr	20
28	3	1810	Aguiar	S.C.Bispo	Porto	Estevão C.Silva		carpinteiro	Feira	40

Fonte: AMSMF, "Livros dos Registos de ofícios" // * - distância entre lugar de residência e freguesia de origem

No seu todo, verifica-se que ao longo dos anos cerca de metade dos trabalhadores (7)

[29] Portugal, Tomás António de Villa Nova – *Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras de ano para o comércio intrínseco*, in Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815, t. II, 1991, p. 10. O autor defende a criação de mercados numa distância entre três e quatro léguas, claramente, para permitir o acesso diário aos mesmos.

são originários de distâncias até 30 quilómetros e outros 7, originários de distâncias superiores, entre 31 e 50 Km. De todos, o ofício de pedreiro é o assinalado na maioria dos indivíduos que vêm de distâncias superiores a 50Km.

Observe-se ainda o percurso dos que se movimentavam dentro do concelho, como se apura dos poucos registos que nos permitem assinalar o local de exercício da profissão.

Quadro 21 - Mobilidade Geográfica Profissional dentro do concelho (1755-1771)								
Dia	**Mês**	**Ano**	**Nome**	**Filiação**	**Ofício**	**Naturalidade**	**Residência**	**Km**
17	1	1768	Manuel da Silva		sombreireir	Fajões	Pindelo	15
30	3	1769	Manuel Ferreira Gomes		sombreireir	Carregosa	Pindelo	15
22	5	1771	Custódia Solteira	Dionísio Silva	tecedeira	Arada	Souto	15
(1783-1815)								
16	6	1783	Custódio Bastos	Manuel José Bastos	ferreiro	Pigeiros	M.Poiares	5
26	5	1786	Maria Solteira	Manuel José	tecedeira	Pigeiros	M.Poiares	5
26	5	1786	José Solteiro	Manuel José	alfaiate	Pigeiros	M.Poiares	5
6	11	1790	José Dias Solteiro	Joana Mª Costa	carpinteiro	S.J. Madeira	Souto	10
31	8	1791	José Ferreira	José Ferreira	pisoeiro	Sanguedo	Sandim	5
12	3	1793	Silvério José Dias		sombreireir	Carregosa	Travanca	15
20	6	1798	José Solteiro	João Ferreira	pedreiro	Riomeão	Espargo	15
12	5	1805	Manuel Ferreira Solteiro	Mª Costa v.ª	carpinteiro	Cucujães	Lobão	25
27	7	1814	Manuel Correia		pedreiro	Grijó	Lobão	15
5	5	1813	José Soares de Oliveira		cordoeiro	Cortegaça	Esmoriz	5

Fonte: AMSMF, "Livros dos registos de ofícios"

A análise do quadro 21 permite as seguintes afirmações: o maior número de casos verificam-se durante o último quartel do século XVIII e primeiros anos do XIX; a média de distância entre a origem e a residência dos trabalhadores ronda os dez quilómetros, incidindo em torno dos 5 aos 15 Km; dá-se movimentação numa variedade assinalável de ofícios; a mobilidade é sobretudo masculina, havendo apenas duas tecedeiras.

O pouco que se pode referir perante a escassa representatividade dos dados é que a mobilidade geográfica se fazia prioritariamente num âmbito geográfico local.

A mobilidade agora é apreciada noutro sentido, não apenas geográfica, mas sim o registo de abandono de umas profissões a favor de outras dentro do concelho. Nesse sentido, recorremos aos registos de desistências, onde analisamos principalmente as razões que levavam os profissionais a abandonar os seus ofícios.

Quadro 22 - Mobilidade Profissional / Ocupacional no concelho da Feira (1755-1771)				
Ano	**Freguesia**	**Nome**	**Ofício**	**Nova ocupação /profissão**
1764	Válega	Manuel Rebelo Silva	Sapateiro	Lavoura
1766	Moselos	António Alves	Alfaiate	Lavoura
1766	Guisande	Custódio Alves	Alfaiate	Fazendas (lavoura)
1766	Fiães	Domingos Solteiro	Tamanqueiro	Lavoura
1768	Paramos	Ana Solteira	Tecedeira	Lavoura
(1783-1815)				
1787	Fiães	António Francisco	Canastreiro	Carpinteiro
1788	Cesar	Domingos António	Sombreireiro	Comércio de Chapéus
1789	Esmoriz	Leandro Fernandes	Serrador	Lavoura
1794	Ossela	António José Soares	Sombreireiro	Lavoura Fazenda
1791	Moselos	José António	Carpinteiro	Lavoura
1795	Feira	Bernardo José Gomes	Sombreireiro	Jornaleiro
1795	Souto	Manuel Pereira	Tanoeiro	Lavoura
1795	Mac.Seixa	Manuel Silva	Sapateiro	Lavoura
1796	Canedo	Quitéria Solteira	Tecedeiras	Lavoura
1796	Canedo	Mª Joana Solteira	Tecedeiras	Lavoura
1796	Mosteiro	Estevão Lopes Silva	Carpinteiro	Lavoura
1796	N.Regedoura	João Pereira Leal	Carpinteiro /Tanoeiro	Lavoura
1800	Guisande	Francisco José Santos	Pedreiro	Lavoura
1804	Canedo	António José	Carpinteiro	Lavoura
1806	Vale	João António Pinho	Tamanqueiro	Lavoura

Fonte: AMSMF, "Livros dos registos de ofícios"

O quadro 22 evidencia algumas constantes: a mobilidade entre ofícios era permitida, devendo o interessado solicitar à Câmara a mudança de ofício sempre que o desejasse. Como se observa, a maioria dos casos abdicava em benefício da agricultura, explicitamente transcrita, como aconteceu com Quitéria que desiste "*em virtude de ficar herdeira de seu irmão e se ocupar na lavoura*"[30]. Podia mesmo dar-se a substituição de ofício como acontece com o canastreiro que passa a carpinteiro num claro sinal de evolução e de proximidade pelo menos a nível de matérias primas entre as duas profissões. Também um sombreireiro ascende a comerciante de chapéus, eventualmente seus e de outros.

Estas constatações merecem-nos um comentário relativo à complementaridade entre o trabalho agrícola e oficinal. Sabemos que a produção artesanal nacional, "*funcionava quase sempre em íntima fusão com a estrutura agrária*"[31], ou seja, por norma o trabalho oficinal era um complemento da agricultura. Assim, em Braga, na Segunda metade do século XVIII o lavrador- oficial ou jornaleiro completava os seus rendimentos exercendo algum ofício[32]. No concelho da Feira, através do livro das décimas, o alfaiate João de Pinho só pagava cem réis

[30] AMSMF, *Livro do registo das cartas de ofício e seus dezistementos, 1795-1834*, fl. 17-17v.
[31] Macedo, Jorge Borges de - *Problemas da História da indústria Portuguesa no século XVIII*, Querco, Lisboa, 2.ª edição, p. 124.
[32] Oliveira, Aurélio - *Indústrias em Braga, entre 1750 e 1820*, in Brácara Augusta, vol. XLI, n.º 91/92, p. 258.

de décima de maneio "*por não usar senão a terça parte do ano por ter cultura de terras no concelho de Estarreja*"[33]. Do mesmo modo, pagava "*Manuel de Oliveira oficial de carpinteiro de que pouco usa cm réis*[34]. Este oficial dedicava-se também à agricultura, pois encontrámo-lo posteriormente a vender uma leira, nestes termos: "*Manuel de Oliveira Magarro tem de menos do pretérito ano uma leira de terra lavradia sita no Candal a qual vendeu António José de Água Levada...* "[35]. Será que se pode aplicar ao concelho da Feira a expressão: "*quantas vezes o trabalho na indústria não é apenas uma fase , mais ou menos transitória no ciclo da vida dos camponeses*"[36]. As mudanças de ocupação para a agricultura podem confirmá-la, embora sejam pouquíssimos os casos apontados. Além de que se assiste a um vigoroso registo de profissões artesanais ao longo do século.

A Mobilidade geográfica e profissional também poderá ser devida ao apelo de outros mercados de trabalho, ou a uma alteração das estruturas pré-existentes.

Neste último caso sabe-se do peso de vários factores condicionantes, como por exemplo a transmissão de propriedade[37] que empurrava os não contemplados com as heranças para a actividade industrial, ou então em sentido contrário, a existência de remuneração e organização de trabalho que justificava a sua sobrevivência e perpetuação, ou ainda a organização do trabalho em bases familiares de trabalho complementar.

A mobilidade geográfica ligava-se a uma hipotética flexibilidade de circulação que existia do campo para a cidade, sobretudo em épocas de crise e retracção do escoamento[38]. Neste sentido, o Porto poderia ser um forte catalizador da mobilidade geográfica para os trabalhadores da Feira, como de resto acontecia com a maioria dos centros industriais urbanos em relação aos meios rurais, tanto mais que as articulações infra estruturais (vd. cap. I) e os modelos de organização do trabalho se aproximavam (vd. cap. II). Sobre este assunto, em torno dos sombreireiros que nos ocupará na 2.ª parte, teremos ocasião de reflectir.

---

[33] AMSMF, "Avanca - Décimas de 72 a 86 , maneios do ramo de Avanca de 1772, 1773 e 1774", fl. 3.
[34] AMSMF, "Avanca - Décimas de 72 a 86 , maneios do ramo de Avanca de 1772, 1773 e 1774", fl. 4.
[35] AMSMF, "Avanca - Décimas de 72 a 86 , maneios do ramo de Avanca de 1772, 1773 e 1774", fl.7.
[36] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e o Brasil (1780-1830)*, Difel, Lisboa, 1994, p. 144.
[37] Amorim, Inês - *O Mosteiro de Grijó...*, p. 102. A autora refere que ao longo do século XVII, o Mosteiro de Grijó procurava o emprazamento de casais por inteiro, evitando a fragmentação do mesmo pelos filhos dos cônjuges. Neste sentido referimos a procura da indústria por parte dos segundos filhos. Também em Durães, Margarida, *Herança e Sucessão- Leis Práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, Braga 2000. A autora informa que na região do Minho toda a organização jurídica no campo da sucessão foi presidida pela primazia da propriedade sobre a família, referindo a "*tendência para a prevalência de um sistema de herança desigual, que privilegia um único herdeiro ao mesmo tempo que excluía da sucessão e de herança todos os possíveis concorrentes*", p. 357.
[38] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios. A indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, 1997, p. 250.

Segunda Parte

Capitulo IV

Sombreireiros e Tecedeiras no Concelho da Feira

1. O peso dos sombreireiros no contexto profissional do concelho

Dos dados apresentados no cap. III, sobressaiu o grupo de ocupações ligadas ao vestuário. Uma análise detalhada dos seus componentes evidencia a presença esmagadora dos sombreireiros e em segundo lugar das tecedeiras. Das suas articulações e em particular das actividades dos sombreireiros daremos conta nesta segunda parte.

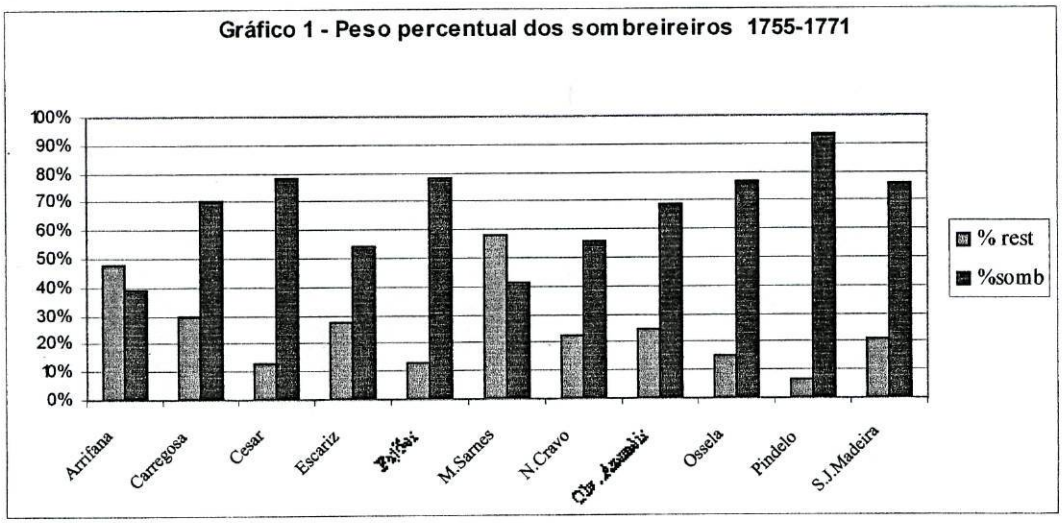
Os sombreireiros dominavam quase completamente o panorama profissional nas freguesias da sua área geográfica. O quadro 1 e gráfico 1 sintetizam os dados relativos ao peso deste ofício no conjunto dos ofícios por freguesia. Decidimos não incluir algumas freguesias, que estão em nota de roda pé, em virtude da sua pouca representatividade.

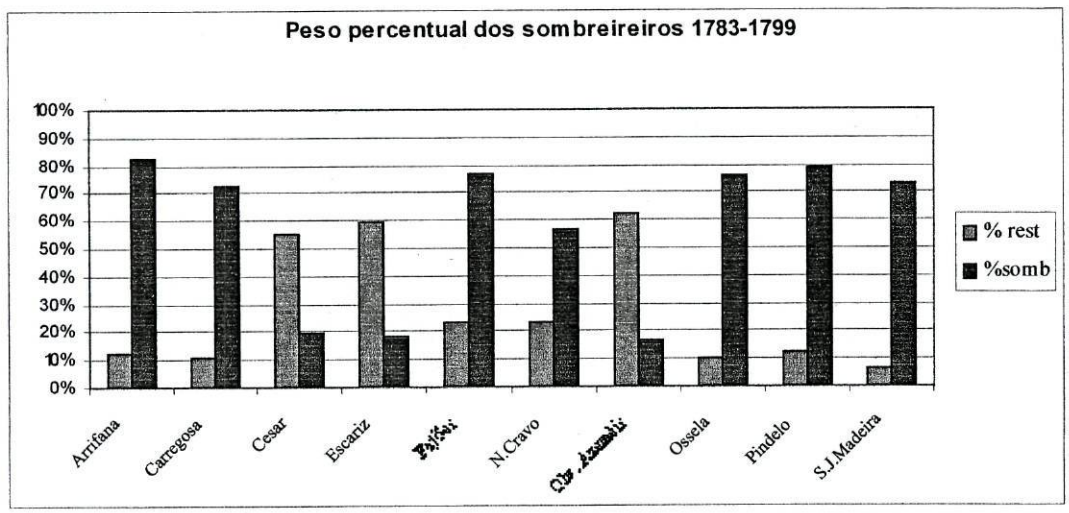
Quadro 1- Peso dos sombreireiros nas freguesias onde se estabelecem 1755-71 e 1783-1799

Freguesias	nºsomb	t.of 55-71	p. sb 55-71	p.relativa ao total	nºsomb	t.of 83-99	p.sb 83-99	p.relativa ao total
	55-71		por freg.	de somb	83-99		por freg.	de somb
Arrifana	9	23	39%	6%	33	40	83%	10%
Carregosa	7	10	70%	5%	65	90	72%	20%
Cesar	18	23	78%	12%	6	31	19%	2%
Escariz	6	11	55%	4%	4	22	18%	1%
Fajões	18	23	78%	12%	13	17	76%	4%
M.Sarnes	5	12	42%	3%	1	13	8%	0%
N.Cravo	5	9	56%	3%	22	39	56%	7%
Olv. Azeméis	11	16	69%	7%	11	66	17%	3%
Ossela	10	13	77%	7%	61	80	76%	18%
Pindelo	29	31	94%	20%	63	80	79%	19%
S.J.Madeira	29	38	76%	20%	54	74	73%	16%
Tot.geral	147	209	70%	100%	333	552	60%	100%

Fonte: AMSMF, Livro dos registos de ofícios

Nota: no período de 1755-1771, não foram incluídos os sombreireiros das freguesias : Cucujães-2, Escapães-2, Mansores-3, Mosteiro-1, Pigeiros-1 e Vale-3.





Apercebemo-nos imediatamente e de forma visual do peso dos sombreireiros no contexto profissional das respectivas freguesias. Deste modo, para 1755-71:

- destacam-se entre as freguesias que têm mais 50% de inscrições de sombreireiro, relativamente ao total da respectiva freguesia, Pindelo (94%), Fajões e Cesar (78%) Ossela (77%), S. João da Madeira (76%), e Carregosa (70%);
- somente nas freguesias de Arrifana e M. de Sarnes, os sombreireiros não atingem 50% do total de ofícios;
- no que respeita ao contributo de cada freguesia para o total dos sombreireiros, evidenciam-se claramente as freguesias de Pindelo e S. João da Madeira (20%), seguidas por
- Fajões e Cesar (12%). Com menor contributo, temos Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo (3%), Escariz (4%) e Carregosa (5%).

No período entre 1783-1799 o panorama era o seguinte:

- nos totais de cada freguesia, os sombreireiros apresentavam mais de 50% das inscrições em Arrifana (83%), Pindelo (79%), Fajões e Ossela (76%), S.João da Madeira (73%), Carregosa (72%) e Nogueira do Cravo (56%);
- nas freguesias de Oliveira de Azeméis, Cesar, Escariz e M. de Sarnes, os sombreireiros não atingiram 50% do total de ofícios da respectiva freguesia, o que significa uma queda significativa.

Ao reflectir-se sobre o contributo de cada freguesia para os totais de sombreireiros destacam-se Carregosa (20%), Pindelo (19%), Ossela (18%) S. João da Madeira (16%) e Arrifana (10%). Com contributo muito reduzido surgem as freguesias de M. Sarnes (0%), Escariz (1%), Cesar (2%) e Oliveira de Azeméis (3%).

Desta análise, assinalamos as mudanças registadas entre os dois períodos em Arrifana que de 39% passou para 83% a nível de peso interno e de 6% para 10% relativamente ao total; mas mais notável é Carregosa que passando de 70% para 72% na própria freguesia, a nível de total passa de 5% para 20%.

Esta posição dos sombreireiros baseada nas inscrições dos ofícios é confirmada pela estrutura profissional das freguesias de Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira (vd. quadro 2) relativa ao ano de 1762[1], com excepção de Oliveira de Azeméis onde, muito embora representem 36% dos ofícios, partilham com as tecedeiras um lugar de destaque. O que este quadro confirma é que em torno desta data pode Oliveira de Azeméis ter despertado para outros ofícios (como se viu no cap. III) que lhe deram um carácter de diversidade profissional e de menos peso dos sombreireiros.

[1] ANTT, "Impostos- Feira, ano de 1762", Livro dos maneios n.º2270.

Quadro 2 - Estrutura profissional em 1762			
Ofícios	**Arrifana**	**Ol.Azeméis**	**S.João da Madeira**
Alfaiate	8	7	5
Canastreiro	0	5	1
Carpinteiro	3	2	4
Ferrador	0	3	1
Ferreiro	2	4	2
Pedreiro	0	6	0
Sapateiro	1	8	1
Serrador	1	0	2
Serralheiro	0	0	2
Sombreireiro	26	32	44
Tanoeiro	2	2	0
Tecedeira	8	21	7
Total Of.	51	90	69
Perc.Somb.	51%	36%	64%

Fonte: ANTT, impostos, livro dos maneios,nº2270

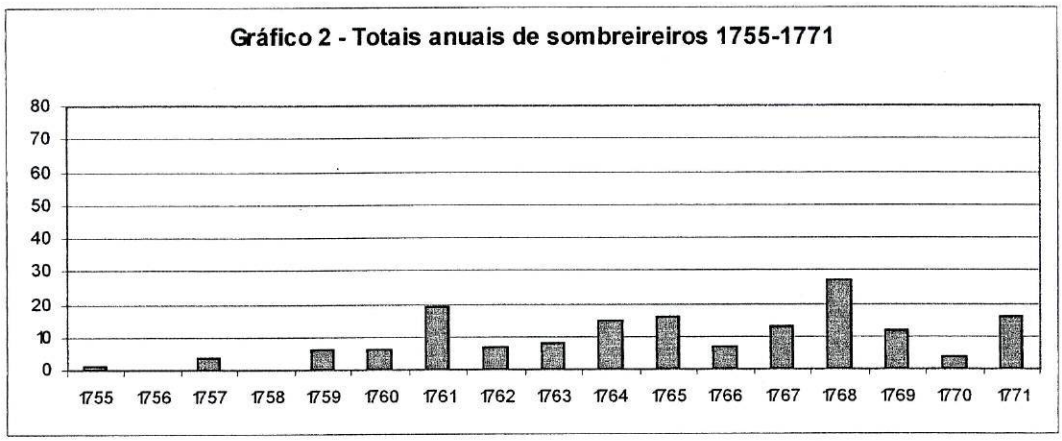
Estas elevadas percentagens de sombreireiros relativamente ao total dos ofícios por freguesia, remetem-nos ainda para o peso que os mesmos teriam já na 1.ª metade do século XVIII, pois concretamente no período de 1739-1741, foram passadas no concelho da Feira 65 cartas de examinação de sombreireiro, correspondentes a 24% do total de ofícios[2]. Do mesmo modo, de acordo com a "Descrição da Comarca da Feira..., 1801", os sombreireiros eram de longe o ofício com maior peso na Vila da Feira (vd. Ponto 1 cap. III).

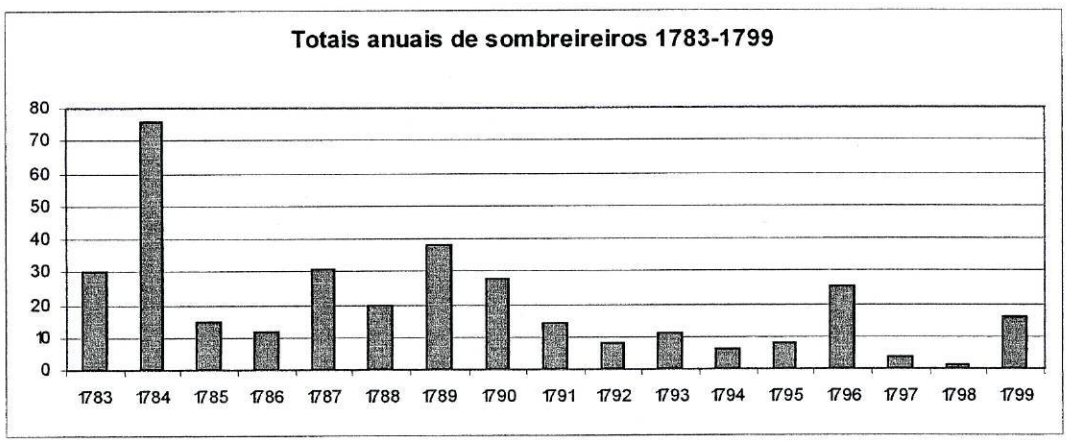
Apurado o facto de que os sombreireiros eram o grupo profissional mais registado nas freguesias da sua área geográfica, tentaremos avaliar as características da sua presença e evolução da actividade.

2. Evolução dos sombreireiros

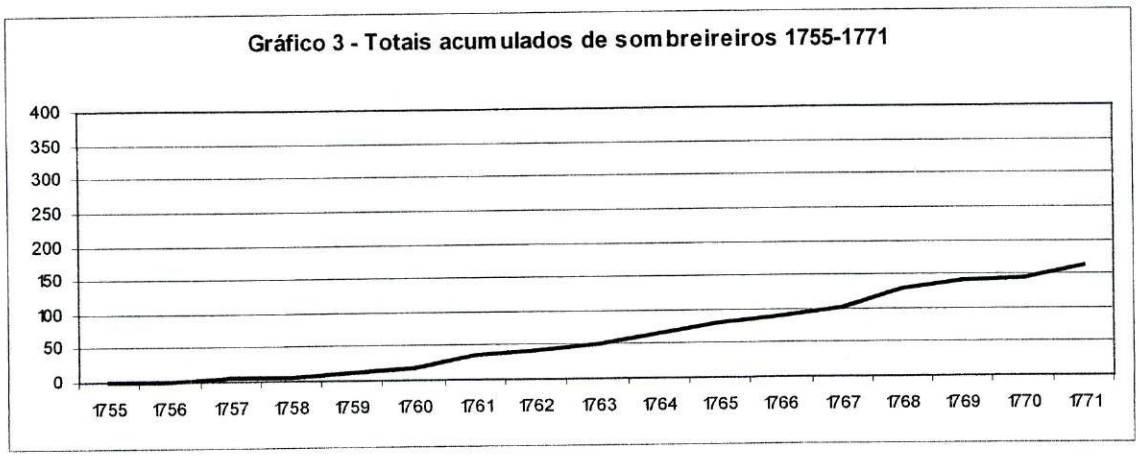
Algumas das ideias a desenvolver foram já expostas na descrição da evolução dos ofícios em geral. Tal como fizemos com estes, tentaremos saber como reagiram os sombreireiros às crises e impulsos que fizeram evoluir a economia portuguesa ao longo da segunda metade do século XVIII e primeiros anos do século XIX.

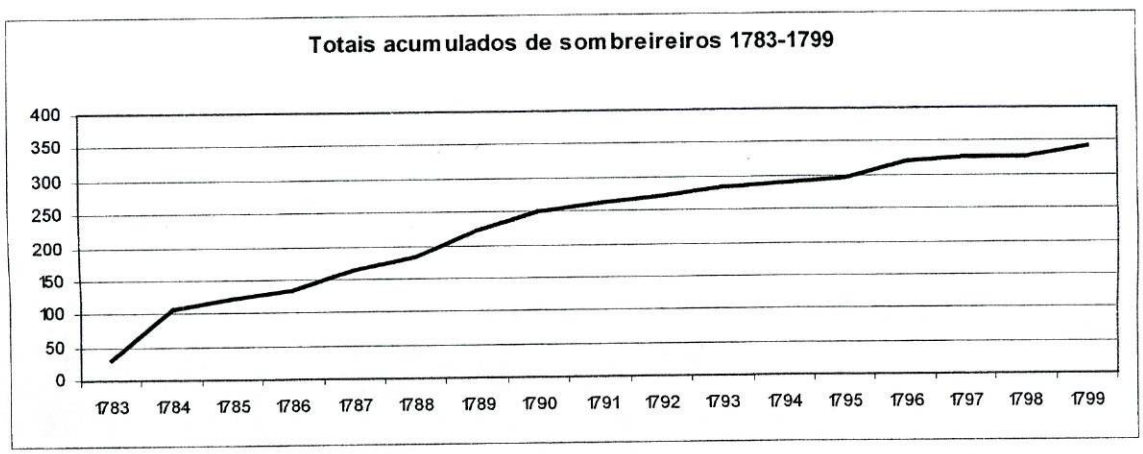
[2] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 414.





Os totais anuais mostram-nos que os anos de 1761 e 1768 assinalam maior número de inscrições, respectivamente 19 e 27 ofícios, contrariamente aos anos de 1756 e 1755 respectivamente com 0 e 1 inscrições. O ano de 1758 não tem qualquer registo, possivelmente como já foi referido atrás (ponto 3, cap. III), devido a razões de ordem administrativa. Na década de 1780, salienta-se claramente o ano de 1784 com 76 inscrições, seguido a longa distância pelos anos de 1789, 1787, 1783 e 1790, respectivamente com 38, 31, 30 e 28 inscrições.





Os totais acumulados em 1755-1771 (vd. gráfico 3 e quadro 3) apresentam um crescimento muito lento até fim da década de 1750, evoluindo depois de forma irregular até 1771, demonstrando uma evolução semelhante à verificada nos ofícios em geral, aliás a mesma, marcada pelo peso percentual significativo dos sombreireiros.

Relativamente ao período de 1783-1799, temos uma linha de crescimento irregular, bastante forte até finais da década de 1780, abrandando depois, durante a década seguinte.

Quadro 3 - Totais anuais acumulados de sombreireiros					
1755-1771			1783-1799		
Ano	nºsomb	val.acum.	ano	nºsomb	val.acum.
1755	1	1	1783	30	30
1756	0	1	1784	76	106
1757	4	5	1785	15	121
1758	0	5	1786	12	133
1759	6	11	1787	31	164
1760	6	17	1788	20	184
1761	19	36	1789	38	222
1762	7	43	1790	28	250
1763	8	51	1791	14	264
1764	15	66	1792	8	272
1765	16	82	1793	11	283
1766	7	89	1794	6	289
1767	13	102	1795	8	297
1768	27	129	1796	25	322
1769	12	141	1797	4	326
1770	4	145	1798	1	327
1771	16	161	1799	16	343
	161			343	

Fonte: AMSMF, "Registo dos Ofícios"

Procura-se ainda apurar como evoluíram os sombreireiros nas várias freguesias entre um período e outro. Para isso, a análise da evolução em valores absolutos do número de sombreireiros (vd. anexo 1, da representação cartográfica da variação percentual mapa 1) e dos valores absolutos (mapa 2) entre 1755 e 1799, poderá levar-nos a algumas constatações.

Tal como referimos para os ofícios em geral, a variação em números absolutos completa e reforça a informação contida no mapa relativo aos valores percentuais.

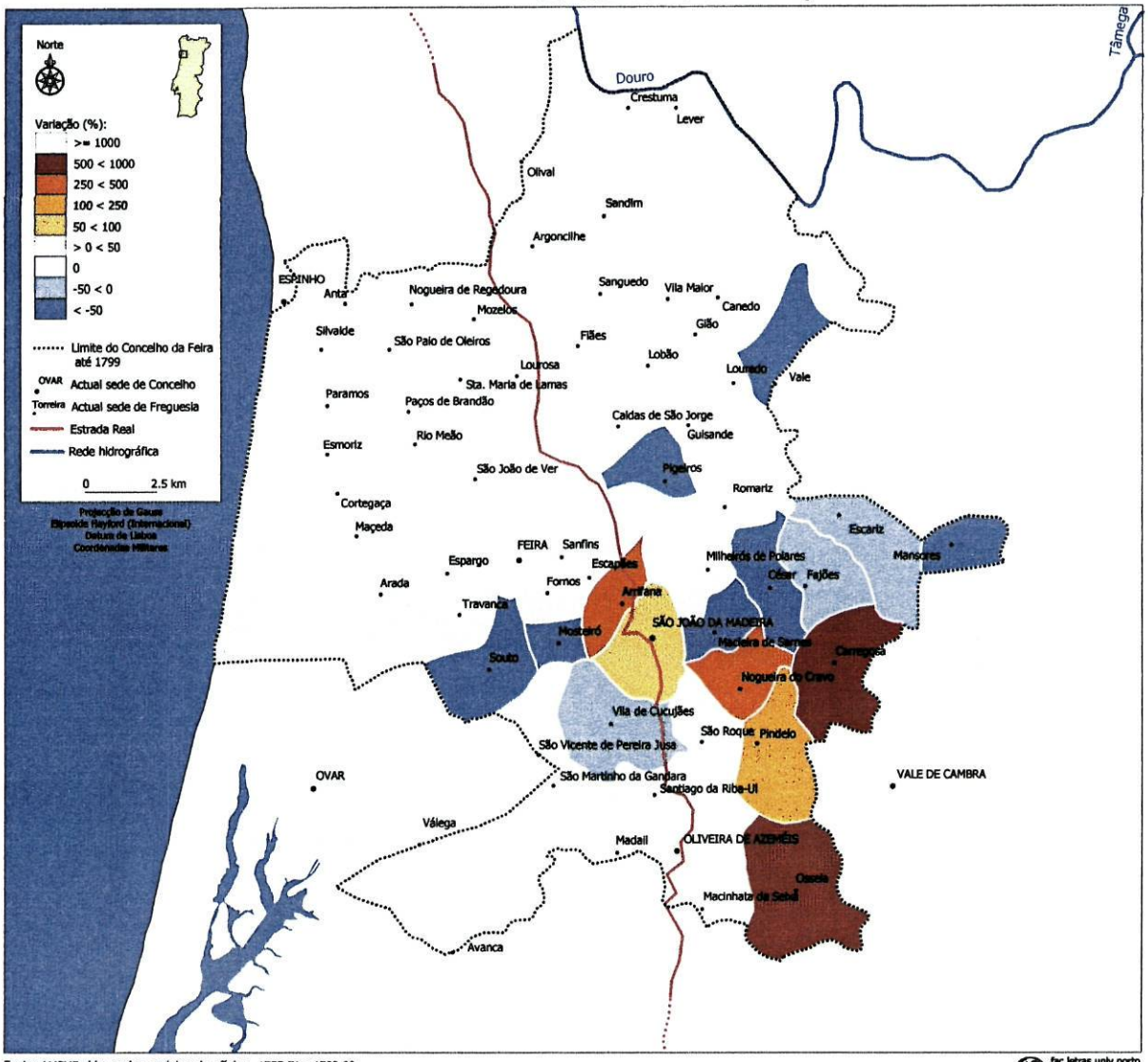
- Surgem com crescimento percentual negativo as freguesias de Cesar, Fajões, Macieira de Sarnes, Mansores, Vale, Escariz, Cucujães, Mosteiro, Pigeiros e Souto;
- Ossela e Carregosa apresentam valores percentuais e absolutos elevados;
- Pindelo e S. João da Madeira não apresentam crescimento percentual significativo, contudo têm variações absolutas significativas já que apresentavam em 1755-71 valores absolutos elevados.

Observa-se facilmente o crescimento e concentração dos sombreireiros em várias freguesias situadas a sudeste do concelho, dando a sensação que existe um esvaziamento para as freguesias de Ossela, Pindelo, Carregosa, Nogueira do Cravo, S. João da Madeira e Arrifana.

Recapitulando: temos uma dinâmica evolutiva ascensional de pequena intensidade até 1771 e depois, a partir de 1783 uma nova linha ascensional mais forte até 1790, abrandando a partir daí.

Mapa 1

Variação percentual do número de Sombreireiros, no Concelho da Feira, entre 1755-71 e 1783-99

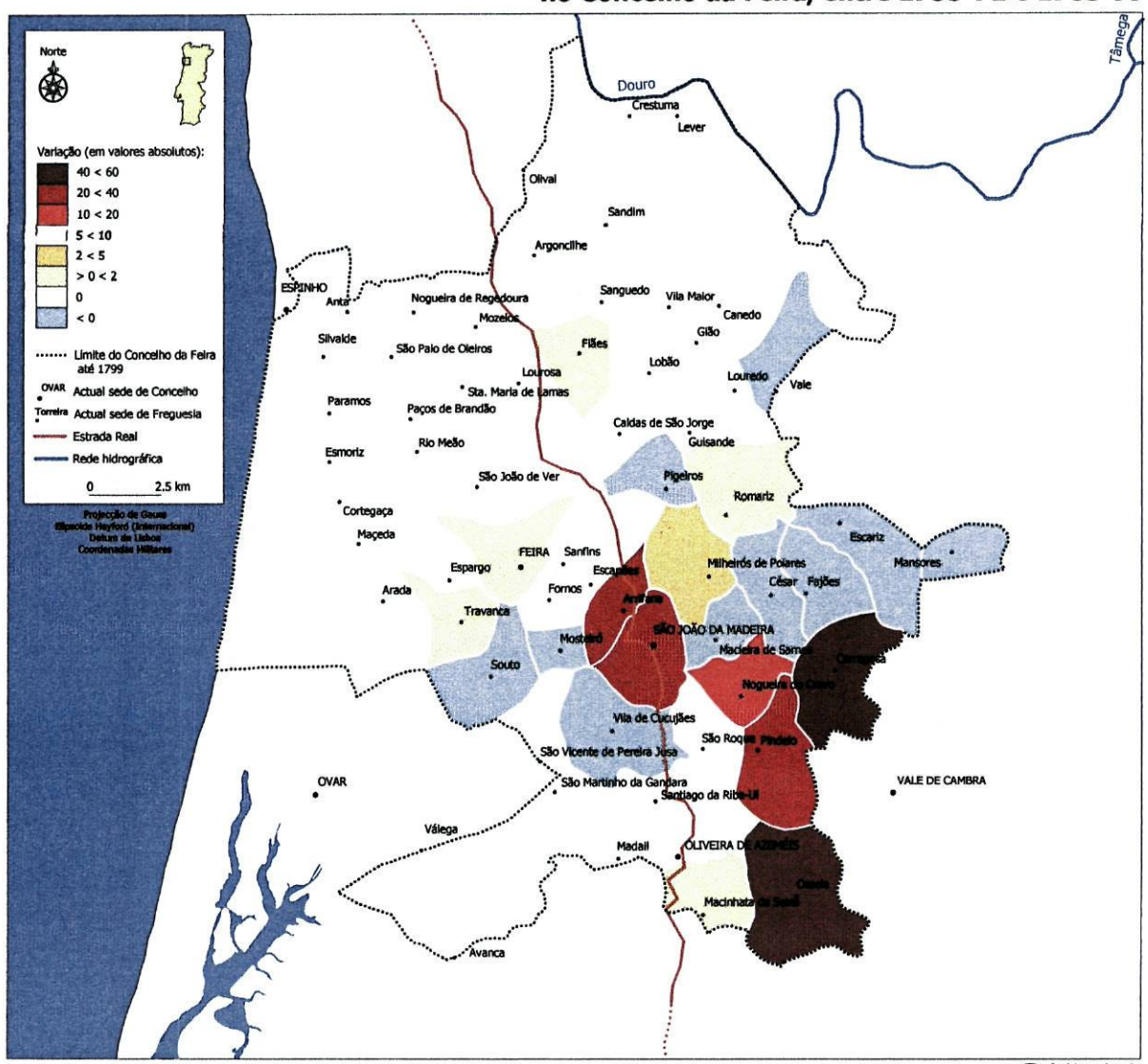


Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto
serv doc informação
cartografia 2002

Mapa 2

Variação em números absolutos do número de Sombreireiros, no Concelho da Feira, entre 1755-71 e 1783-99



Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

Confrontando esta evolução com a de outras localidades a fim de apurar um movimento mais amplo, fizemos o confronto com a cidade de Lisboa, tendo verificado que a evolução foi, em traços gerais, idêntica. Vejamos: nessa cidade, em 1760 havia 30 mestres sombreireiros examinados, em 1788 subiram para 45 e em 1803 estavam novamente em 30[3]. Ou seja, houve um crescimento a partir de 1760, que atingiu o máximo em fins da década de 1780, tendo de seguida abrandado, atingindo em 1803 os níveis de 1760.

Sabendo que os sombreireiros da Feira não estão sós em termos de evolução, vamos tentar integrar essa dinâmica evolutiva no contexto económico nacional.

Pela informação de Ratton, a produção de chapéus em Portugal até 1755 era assegurada pelos " *chapeos de lã de Braga e terras da Feira*"[4], facto confirmado pelo fulgor de 1739-1741[5]. Efectivamente, o elevado número de sombreireiros que trabalhavam nas freguesias de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Arrifana, assinalados nas décimas de 1762[6], confirmam essa possibilidade.

A partir da década de 1760, o aumento do número de inscrições pode ser visto como consequência da política de protecção Pombalina à chapelaria[7]. Repare-se: em 1757 a resolução de 3 de Maio que proibia a importação de chapéus de mulher, de qualquer qualidade e o alvará de 19 de Novembro que proibia as licenças a estrangeiros para vender pelas suas casas e lojas; em 1759, o alvará de 24 de Março, que confirma os estatutos da Real Fábrica de chapéus de Pombal; em 1767, o alvará de 7 de Agosto que proibia a saída de peles de lebre e coelho do reino e em 1770, o alvará de 10 de Dezembro que proibia a entrada de chapéus estrangeiros em Portugal e isentava de direitos as manufacturas saídas das fábricas do reino. Pensamos que apesar de estas medidas favorecerem directamente a indústria da chapelaria, não deixaram, pelo menos indirectamente, de beneficiar a produção artesanal na medida em que puderam libertar o mercado não só para os chapéus finos como também para os grossos. Além do mais os chapéus da Feira estavam isentos do pagamento da sisa, vantagem protestada pelos sombreireiros de Braga, em documento queixa apresentado à Junta de Comércio, que acaba por lhes conceder a paridade, por alvará de 5 de Julho de 1793[8].

---

[3] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios. A indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, 1997, p. 455.

[4] Ratton, Jácome - *Recordações...*, p. 72.

[5] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814- estudo económico de um espaço histórico*, Porto 1996, p. 411-412.

[6] ANTT, "Impostos- Feira, 1762", livro n.º 2270, Livro dos maneios e arruamentos da Feira.

[7] Macedo, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal*, Lisboa, 1989, p. 178.

[8] Ramada, José António Real Pereira, *A indústria da chapelaria Portuense entre 1750 e 1852*, Porto, 1997, p. 133.

A favorecer a maior produção de Lisboa estava um bom mercado urbano extensível ao Brasil. Notemos que o mercado dos sombreireiros da Feira não se confinava ao concelho, dado que, como veremos, Lisboa também era seu destino.

Concluindo, apresentamos três factores que julgamos terem sido fundamentais para o incremento da actividade dos sombreireiros até à década de 1790:

- a já referida capacidade do mercado interno local (vd. ponto 2, cap. III), regional e nacional que suporta e incentiva a produção, daí encontrarmos os sombreireiros em mercados supra-regionais, nomeadamente nas feiras de Estremoz[9] e Lisboa.
- a extensão ao mercado colonial, principalmente no último quartel do século;
- a política estatal de protecção não só à chapelaria como também aos chapéus grossos. O fomento Pombalino terá afectado positivamente a produção dos sombreireiros a exemplo de Braga onde, segundo Aurélio de Oliveira, as actividades económicas se incrementaram devido à política económica Pombalina[10].

A grande questão a que tentaremos dar resposta de seguida é: como se justifica o abrandamento das inscrições dos sombreireiros ao longo da década de 1790, quando se atravessa o período de maior prosperidade comercial colonial? Devia haver corrida às inscrições, pois o mercado colonial estava em expansão e escoava a produção.

Talvez possamos apontar três aspectos fundamentais para a explicação desse abrandamento: um, liga-se ao menor poder de compra no mercado interno, motivado pela alta dos preços agrícolas, como referimos acima; outro liga-se à maior liberalização do trabalho nos fins do século, a qual terá provocado uma diminuição do número de inscrições, não havendo por isso menor produção. Aliás o aparecimento dos comissários de chapéus (vd. 3.3, cap. 6) no dobrar do século confirmam essa continuidade de produção pelo menos para o mercado colonial; outra, por último, liga-se à legislação estatal que agrava agora a situação dos sombreireiros, na medida em que o alvará de 24 de Outubro de 1796 anula todas as isenções de pagamento de sisa; o alvará de 17 de Março de 1800 cria o direito de 3% aplicados a todos os géneros importados e exportados; o alvará de 7 de Março de 1801 impõe direitos de 50 ou 30 réis sobre os chapéus grossos consoante o seu valor seja superior ou inferior a 240 réis. Certamente que esta legislação criou obstáculos aos sombreireiros, daí que

[9] Justino, David; Soares, Cunha Mafalda - *As Feiras de Estremoz...*, Revista de História Económica Social, n. 11, 1983.
[10] Oliveira, Aurélio de - *Inddústrias em Braga entre 1750 e 1820*, in Brácara Augusta, vol. XLI, n.º 91/92, 1988/89, p. 140.

muitos fossem "empurrados" para as fábricas de chapéus finos das cidades que se multiplicam entre 1792 e 1807[11]. Reparemos que Braga, outro grande pólo de produção de chapéus grossos, também entra em crise durante a década de 1790, tendo sido arbitrada a falta de mercado interno e colonial, a concorrência, a alteração da moda e a desigualdade fiscal como as principais causas.

Outra questão que se coloca é: como reagiram os sombreireiros à crise de início de século?

Partindo das Balanças de Comércio Externo, verificamos que a partir de 1805 as dificuldades atingem o comércio dos chapéus grossos de lã. A concorrência dos chapéus finos levam ao abaixamento do seu preço e à consequente compressão da exportação[12]. As dificuldades provocadas pela guerra, nomeadamente a ruptura dos circuitos comerciais internos e externos e as devastações da agricultura, que juntamente com a abertura dos portos Brasileiros ao comércio internacional levarão ao afundamento conjunto do mercado interno e externo[13], terão, de alguma forma, afectado a produção dos sombreireiros. Por isso, Valentim Alexandre chamou-lhe "colapso do sistema"[14]. Para este autor os primeiros sintomas da crise são em 1805 e a recessão geral é em 1806-1807[15], cronologia que se aproxima da de Vitorino Magalhães Godinho para quem é desde 1806 que se dá o abaixamento dos preços e a contracção da produção[16].

Tanto para Valentim Alexandre como para Jorge Pedreira os chapéus são um dos sectores que melhor se defendeu da crise. Para este último a recuperação deu-se a partir de 1811, culminando em 1815-1816, quando os valores de produção de chapéus se aproximaram dos de 1801-1803[17].

No Porto, a partir de 1812 a recuperação está em marcha, criando-se várias fábricas de chapéus finos[18], as quais em 1815-1816 produzirão valores semelhantes a anos anteriores a

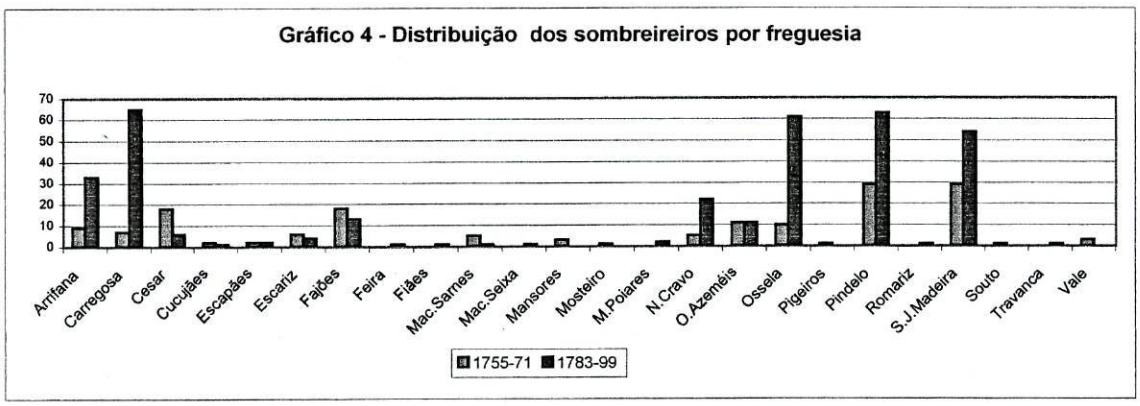
---

[11] Ramada, José António Real Pereira - *A indústria da chapelaria ...*, p. 134.
[12] Pedreira, Jorge - *Indústria e atraso económico em Portugal(1800-1825)- Uma perspectiva Estrutural,* in "Análise Social", vol. XXIII, n. 97, 1987, p. 576.
[13] Idem, Ibidem, p. 573.
[14] Alexandre, Valentim - *Um momento crucial do desenvolvimento Português: efeitos económicos da perda do império Brasileiro, in Rrevista* "Ler História", n.7, 1986, p. 22 e seguintes.
[15] Idem, Ibidem, p. 20.
[16] Serrão, Joel; Martins - Gabriela, *Da indústria Portuguesa- do antigo regime ao capitalismo*, Lisboa, 1978, p. 244.
[17] Pedreira, Jorge - *Indústria e atraso económico em Portugal(1800-1825)- Uma perspectiva Estrutural"* in Análise Social, vol. XXIII, n. 97, 1987, p. 576.
[18] ANTT, Livro n. 454 *Mappa das fábricas de toda a natureza que existem na Comarca do Porto- 1813.*

1807, isto apesar da concorrência inglesa. Veremos mais à frente como se entrosaram os sombreireiros da Feira nestas alterações apontadas.

3. Distribuição e concentração geográfica

Os sombreireiros confinavam-se a um espaço bem delimitado a sudeste do concelho (ver mapas 3 e 4). Podemos observar essa distribuição e concentração, no período entre 1755-1771, mas é principalmente entre 1783-1799 que verificamos uma maior concentração, num núcleo específico de freguesias.



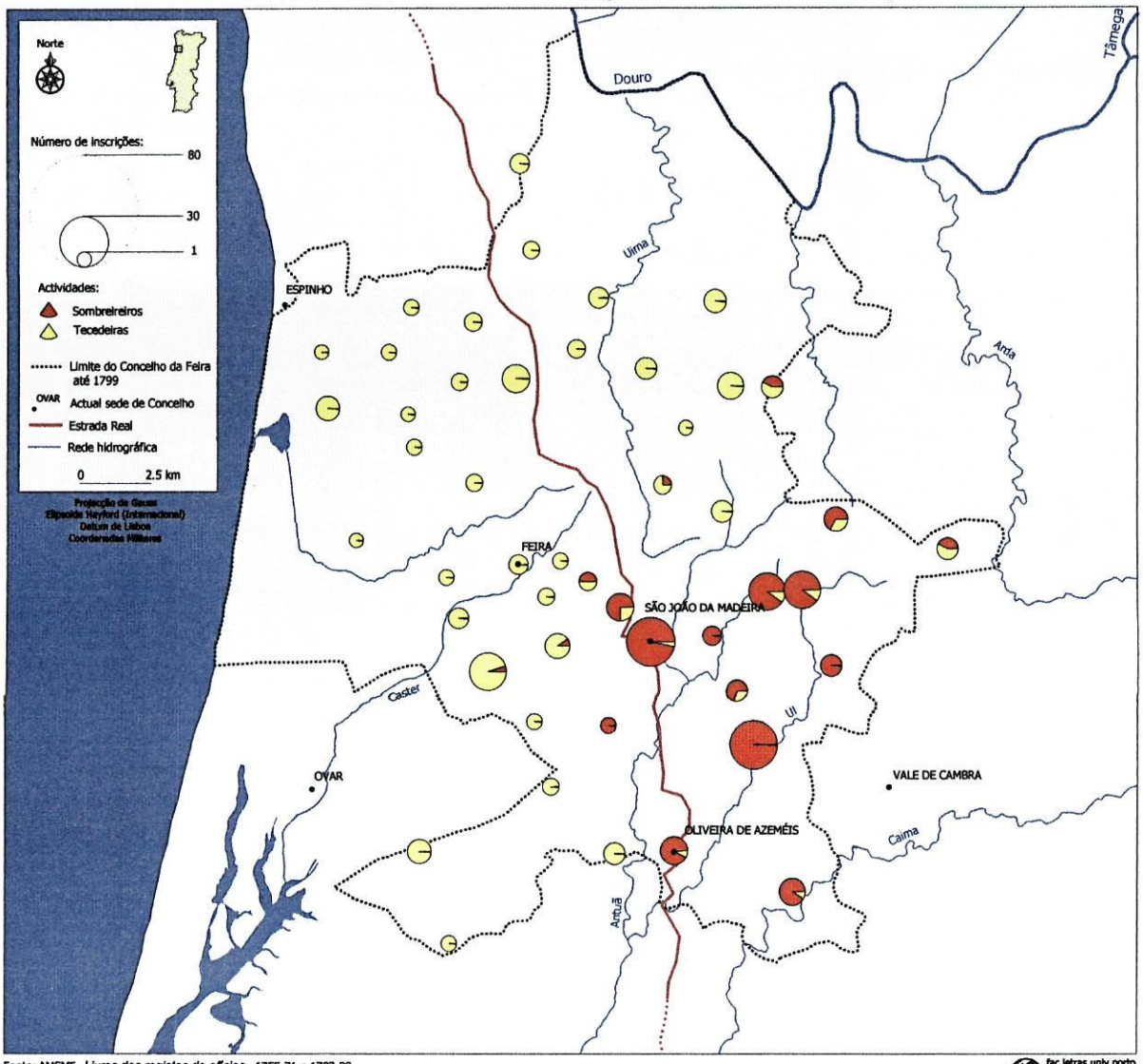
A distribuição fazia-se pelas seguintes freguesias respectivamente em 1755-1771 e 1783-1799 (ver gráfico 4): Arrifana 9 e 33, Carregosa 7 e 65, Cesar 18 e 6, Cucujães 2 e 1, Escapães 2 e 2, Escariz 6 e 4, Fajões 18 e 13, Mac. de Sarnes 5 e 1, Feira 1, Fiães 1, Mansores 3, Mac. da Seixa 1, Milheirós de Poiáres 2, Mosteiro 1, N. Cravo 5 e 22, Oliveira de Azeméis 11 e 11, Ossela 10 e 61, Pigeiros 1, Pindelo 29 e 63, Romariz 1, S. João da Madeira 29 e 54, Souto 1, Vale 3 e Travanca 1. Portanto as freguesias mais representativas eram Ossela, Pindelo, N. do Cravo, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Arrifana, Carregosa e Fajões.

Embora não seja assunto a tratar neste momento do trabalho (vd. à frente ponto 7), a verdade é que se nota uma partilha de espaço com as tecedeiras.

O 2.º período cronológico acentua o crescimento das inscrições em freguesias anteriormente marcadas pela actividade.

Mapa 3

Tecedeiras e Sombreireiros, no Concelho da Feira, entre 1755 e 1771

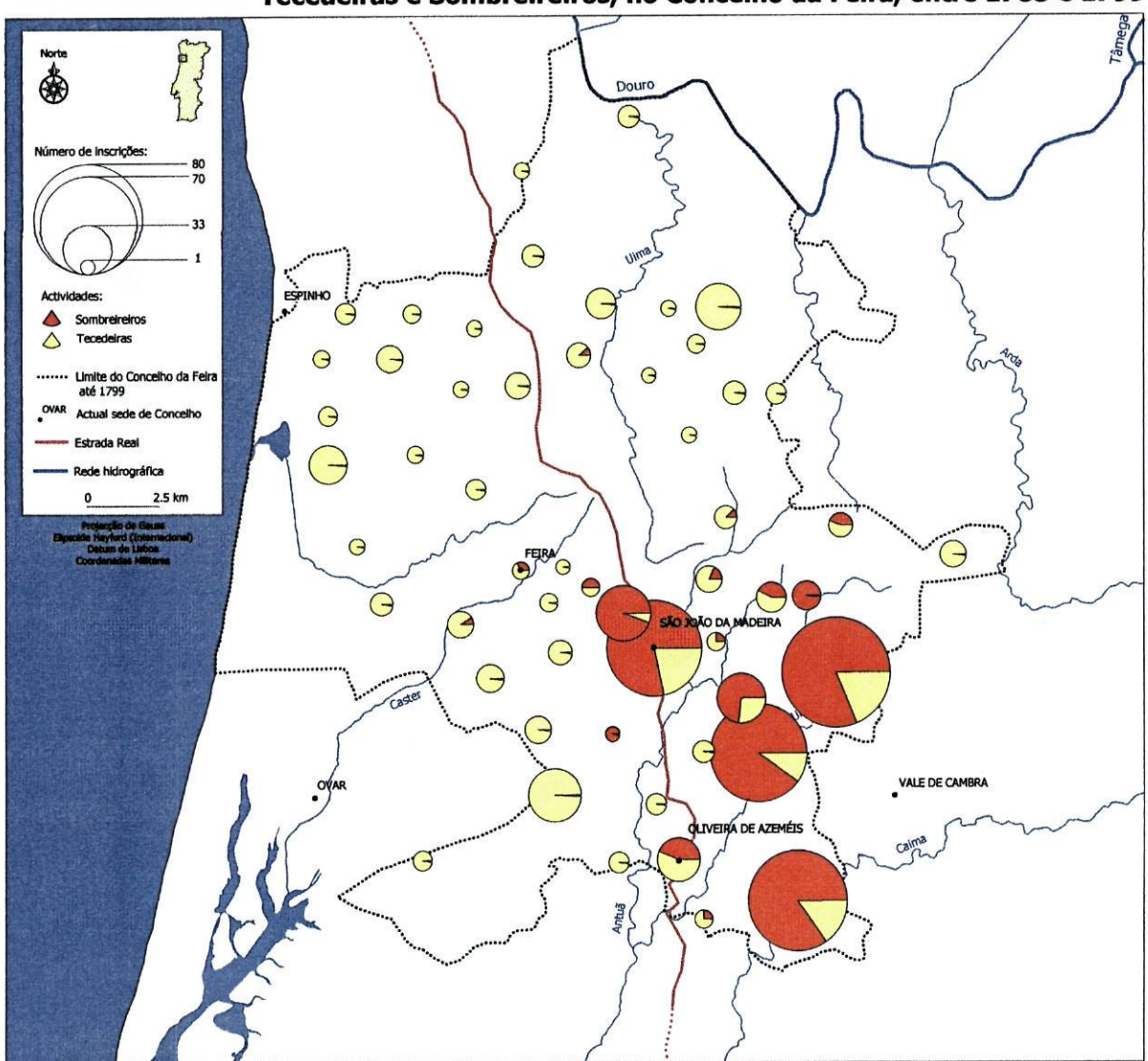


Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

Mapa 4

Tecedeiras e Sombreireiros, no Concelho da Feira, entre 1783 e 1799



Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto
serv doc informação
cartografia 2002

As informações contidas nas Memórias Paroquiais de 1758 dão-nos, em traços gerais, as características de relevo, vegetação e clima e rede hidrográfica destas freguesias[19], como já se viu no cap. I, ponto 3.1. A área onde se situam os sombreireiros é favorável à criação de gado ovino, fundamental para a obtenção da lã com que se produziam os chapéus; a rede hidrográfica formada por variadas correntes de água também favoreciam essa produção, principalmente para a lavagem da lã. Em Ossela "*há criação de rebanhos*"[20]como de resto haveria noutras freguesias da mesma área geográfica.

A ausência de outros recursos podia empurrar para o desenvolvimento desta actividade, porque, conforme se escreve em relação a Carregosa: " *Os fructos que custumão colher nesta freguezia com maior abundancia hé milhão e algu centeyo, mas não hé esta farta que todos os moradores quaze deixem de comprar pao para o sustento de suas cazas*"[21] Pindelo é descrita como uma freguesia muito pobre[22], donde se poderá aceitar que o recurso à produção artesanal era uma necessidade de sobrevivência, pois "*il semble cependent que si les potentialités différentielles du sol ne sont pas toujours à l'origine de la activité proto-ndustrielle d'une région, la pauvreté du sol et les faibles ressources en résultant la rendent necessaire sinon ineluctáble*"[23] . Ou seja, as baixas potencialidades agrícolas eram um factor fundamental para o recurso à actividade artesanal. Contudo, a concentração dos sombreireiros nessa área também seria acondicionada pela importante via de comunicação – a Estrada Real, cujas facilidades de transporte estimulavam a mobilidade e mesmo a produção, pela influência, pelo menos indirecta, que as vias de comunicação têm na mesma.

Como notámos que os sombreireiros tendiam a uma maior concentração em certos lugares, tentámos aproximar-nos desse microcosmos no sentido de descobrir causas dessa concentração. Escolhemos 3 das freguesias mais representativas dos sombreireiros: S. João da Madeira, Pindelo e Carregosa e acrescentamos Oliveira de Azeméis, que não obstante não conter grande número de sombreireiros, a maioria dos que tinha tendiam a concentrar-se no

[19] Trata-se das respostas aos três interrogatórios do inquérito de 1758, mandado fazer pela Academia Real da História aos párocos das freguesias. O primeiro interrogatório incidia sobre a paróquia, o segundo sobre a serra e o terceiro sobre o rio. Os dados são transcritos por Samuel Alves Oliveira in *Memórias Setecentistas do concelho de Oliveira de Azeméis.*

[20] MP da freguesia de Ossela relativas ao inquérito de 1758, cit. por Oliveira, Samuel de Bastos, in *Memórias Setecentistas do concelho de Oliveira de Azeméis*, Oliveira de Azeméis, 2001, p. 118.

[21] MP da freguesia de Carregosa..., in *Memórias...*, p. 49.

[22] MP da freguesia de Pindelo..., in *Memórias...*, p. 130. O pároco refere que há dificuldades em reedificar a Igreja, "*por ser muito pobre a freguezia*".

[23] Cailly, Claude - *Mutations d'un Espace Proto- Industriel: Le Perche aux XVIII^e - XIX^e siécles*, Paris, 1989, p. 54.

lugar de Vilar. Nesse sentido, construímos, para cada uma delas um quadro específico: no caso de S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis, a partir dos registos das inscrições nos ofícios e das décimas; para Carregosa e Pindelo, apenas a partir dos registos das inscrições dos ofícios. Refira-se que os números apresentados para os registos de ofícios não são completos em virtude de os registos nem sempre apresentarem indicação do lugar, conforme se refere em nota dos quadros. Observêmo-los:

Quadro 4 - Distribuição dos sombreireiros por lugar - S. João da Madeira

		1755-71e
Lugar	1762	1783-99
Carcagido	3	8
Casaldelo		6
Corgas	1	
Escarigo		1
Fontaínhas	9	6
Fundo de Vila	3	7
Laranjeiro	2	1
Lousa	2	5
Muro	1	
Outeiro		1
Padaço	4	3
Pinheiro		1
Porrinho	1	
Quintã	10	9
Tapado	2	4
Travessas		2
Vale	1	1
Vendas	5	6
Total	44	61
		61 *

Fonte: AMSMF, Registo de inscrições Ofícios;
ANTT;Impostos Feira 1762
* Não se incluem 22 sombreir. Por falta de indicação do Lugar

Na freguesia de S. João da Madeira (quadro 4) destacam-se em 1762 e nos períodos de 1755-1771 e 1783-1799 os lugares de Quintã respectivamente com 10 e 9, Fontaínhas com 9 e 6 e Vendas com 5 e 6 ofícios; depois há que assinalar os lugares de Casaldelo, Carcagido e Fundo de Vila, que passam respectivamente de 0 para 6, de 3 para 8 e de 3 para 7 ofícios. Registe-se ainda a dispersão do ofício por variados lugares da freguesia.

Como apreciação, referiremos que os lugares de Quintã e Fontaínhas mantêm, ao longo da segunda metade do século XVIII, apreciável concentração de sombreireiros, emergindo contudo, com o correr do século, outros lugares como centros atractivos dos sombreireiros, nomeadamente Fundo de Vila, Casaldelo e Carcagido.

Quadro 5 - Distribuição dos sombreireiros por Lugar - Ol.de Azemeis		
	1762	1755-71; 1783-99 *
Vilar	24	11
Sidacos	1	1
Rua	5	1
Farrapa		1
Carvalho		1
Lações	1	
Total	31	15

Fonte: AMSMF, Registo de inscrições; ANTT Impostos Feira, 1762
* - Faltam 10 somb. para os quais se desconhece o lugar

Em Oliveira de Azeméis (quadro 5) o lugar de Vilar é de longe o mais representativo, tanto em 1762 (24), como em 1755-1771 e 1783-1799 (11), notando-se porém uma perda de efectivos. A longa distância surgem os restantes lugares.

Quadro 6 - Distribuição dos sombreireiros por lugar - Carregosa	
1755-71;1783-99 *	
Costeira	6
Azagães	16
Póvoa	2
Ínsua	10
Currais	1
Ribeiro de Cima	2
Porrinho	6
Lousa	1
Carregosa de Baixo	3
Carregosa de Cima	1
Seada	2
Arrifaninha	5
Barreiro	1
Silvares	4
Laranjeiro	1
Carreiro Novo	1
Total	62
Fonte: AMSMF, Registo de inscrições	
* -Faltam 10 somb. para os quais não se conhece o lugar	

Quadro 7 - Distribuição dos sombreireiros por lugar - Pindelo	
1755-71;1783-99 *	
Pinhão	38
Perteiro	5
Serrado	1
Quintã	1
Estrada	6
Valados	1
Devesa	3
Portela	4
Outeiro	4
Fonte	1
Lousa	3
Lago	1
Aido	2
Monte	1
Ribeiro	1
Eira Velha	1
Campo Quebrado	1
Total	74
Fonte: AMSMF, Registo de inscrições	
* - Faltam 18 para os quais não se conhece o lugar	

Carregosa (quadro 6) apresenta Azagães com 16 inscrições e Ínsua com 10 inscrições, seguidos de Costeira e Porrinho (6), Arrifaninha e Silvares respectivamente com 5 e 4 inscrições, seguindo-se vários lugares com diminuta representatividade.

Em Pindelo (quadro 7) destaca-se Pinhão com 38 inscrições, seguido de longe pelos lugares de Estrada, Portela e Outeiro, respectivamente com 6 e 4 inscrições. Depois um número pequeno de sombreireiros espalhados por vários lugares.

Como conclusão da análise ao nível micro espaço, diremos que se destacam lugares como Azagães, Vilar e Pinhão caracterizados por se situarem num espaço geográfico de altitude elevada, arejado, percorrido por variados cursos de água e envolvido por uma série de elevações montanhosas, onde se criava o gado lanígero produtor de lã, tão necessária aos sombreireiros. Contudo, certamente, que poderão ter concorrido outras razões para esta tão peculiar distribuição e concentração dos sombreireiros, designadamente a manutenção, ao longo dos anos, de uma expansão ou crescimento de freguesias e lugares já marcados pela profissão, aspecto a que ainda voltaremos.

4. Dinâmica profissional e demográfica

Interessou-nos conhecer a relação entre a evolução profissional dos sombreireiros no seu espaço geográfico e a evolução demográfica das freguesias em que se integram.

Como referimos (vd. ponto 4 cap. III), nas freguesias do espaço geográfico dos sombreireiros, durante a segunda metade do século XVIII, houve um crescimento demográfico positivo, contrariamente a outras áreas, onde o mesmo foi negativo. Ora, quisemos saber, na área especifica dos sombreireiros, em que medida o crescimento do número de inscrições acompanha o crescimento demográfico. Nesse sentido, elaboramos o quadro 8 que contém a relação dos dados de carácter demográfico e profissional a fim de obter cálculos sobre a densidade profissional em várias freguesias nos anos de 1762[24] e 1801[25]. Refira-se que os dados demográficos se referem ao n.º de fogos dos anos de 1758 e 1801 (vd. anexo 6, cap.3) e os dados profissionais, às décimas de 1762 para as freguesias já referidas e a 1801.

[24] ANTT, "Impostos- Feira, 176"2, livro n.º 2270, livro dos maneios e arruamentos da Vila da Feira. Refere-se às décimas gerais lançadas por Pombal em 1762. Apenas temos informações para as seguintes freguesias da área dos sombreireiros: Arrifana, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis- vd. introdução-Fontes.

[25] Amorim, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...*1801..., o c., p. 250.

Quadro 8 - Dinâmica Demográfico-Profissional dos Sombreireiros									
		nº Sombreiros		Densidade		nº fogos		Nº sombreireiros	
				Profissional Km2				por nº fogos	
Freguesia	Área Km2	1762	1801	1762	1801	1758	1801	1758	1801
S.João Madeira	8	44	161	5,5	20,1	279	254	**0,16**	**0,63**
Pindelo	10	*	75		7,5	124	149		**0,50**
Carregosa	11	*	158		14,4	265	321		**0,49**
Arrifana	5	26	91	5,2	18,2	180	235	**0,14**	**0,39**
Fajões	7	*	41		5,9	171	204		**0,20**
Ossela	15	*	39		2,6	260	705		**0,06**
Olv. Azeméis	7	32	10	4,6	1,4	334	371	**0,10**	**0,03**

Fonte: Impostos Feira, 1762; Aveiro e sua Provedoria..,pp 741-742

Analisemos o quadro:

- relativamente à densidade profissional, destaca-se claramente o crescimento de S.João da Madeira, que passou de 5,5% para 20,1% e da Arrifana de 5,2 para 18,2%, tendo Oliveira de Azeméis baixado de 4,6% para 1,4%. Nas restantes freguesias só pudemos conhecer a densidade profissional para o ano de 1801, apresentando Pindelo 7,5%, Carregosa (14,4%), Fajões (5,9%) e Ossela (2,6%), valores que evidenciam S.João da Madeira, Arrifana e Carregosa, como os lugares de maior densidade;
- quanto à relação entre o número de fogos e o número de sombreireiros, constatamos que em Arrifana o número de sombreireiros por fogo passou de 0,14 em 1762, para 0,39 em 1801. S. João da Madeira apresentou um crescimento profissional ainda mais pronunciado, ou seja, passou de 0,16 em 1762 para 0,63 em 1801, numa dinâmica profissional claramente oposta à dinâmica demográfica (como vimos no cap. III, ponto 4). Por seu lado, Oliveira de Azeméis teve uma queda brutal no número de sombreireiros, por fogo, passando de 0,10 para 0,03, entre os referidos anos;
- das freguesias que só têm dados em 1801, destacamos Pindelo e Carregosa, como as freguesias com maior número de sombreireiros por fogo, respectivamente com 0,50 e 0,49. A avaliar pelo número de fogos nos dois períodos, nestas freguesias e pelo número de sombreireiros que constam dos Registos de ofícios consideramos elevados os valores apresentados.

Esta análise merece-nos o seguinte comentário: o aumento do número de sombreireiros acompanha o crescimento populacional, contudo parece-nos que a dinâmica profissional foi mais forte na generalidade das freguesias principalmente em S. João da Madeira, onde a um crescimento demográfico negativo, correspondeu um forte crescimento profissional. Parece--nos que há algo mais a pressionar o crescimento profissional, além do *superavit* demográfico,

ou seja, um pouco a exemplo do que se passou no Perche, onde "*C'est moins l'acroissement demográphique quíl faut considérer que l'evolution des estructures agraires et de ressources disponibles*"[26], ou seja, são talvez mais a pobreza do solo e dos recursos agrícolas a justificar essa corrida ao ofício.

Acrescentaremos ainda e falta-nos apreciar esse aspecto, que este crescimento profissional também se deverá, pelo menos em parte, à pressão exercida pelos vários mercados dos chapéus (vd. cap. VI). Finalmente, Oliveira de Azeméis surge como exemplo de um centro de progressiva urbanização e grande diversidade de ocupações, explicando o modesto crescimento dos sombreireiros.

5. Mobilidade profissional

Não obstante a forte concentração e densidade dos sombreireiros, a verdade é que alguns deles parecem exercer a actividade agrícola paralelamente ao ofício. No sentido de conhecermos essa realidade, elaborámos um quadro que realiza o cruzamento das décimas da fazenda e dos maneios e arruamentos[27]. Procura-se aferir da existência de trabalho complementar dos sombreireiros na agricultura, precisamente nas freguesias da área de concentração deste grupo profissional: Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira.

Quadro 9 - Ocupação complementar dos sombreireiros na agricultura 1762

Freguesias	Sombreireiros	Agric/Artesan.		Artesanato	
Arrifana	26	12	46%	14	54%
Ol.Azeméis	32	23	72%	9	28%
S.João da Madeira	44	21	48%	23	52%

Fonte:ANTT, Impostos, livros nº2264, 2270

Aí podemos apreciar o número de sombreireiros que partilhavam actividade com a agricultura e os que trabalhavam exclusivamente e porventura de forma contínua, os chapéus. Salientam-se as freguesias de S. João da Madeira e Arrifana onde mais de 50% dos sombreireiros se dedicava exclusivamente ao ofício, embora outros tantos recolhessem nos seus prédios alguns recursos alimentares.

[26] Cailly, Claude - *Mutations d'un Espace...*, p. 655.
[27] ANTT, "Impostos, - Feira, 1762", livros n.º 2264 e 2270.

Partindo desta constatação e sabendo que noutras freguesias de concentração de sombreireiros como Ossela, Carregosa e Pindelo a pobreza dos solos e a dependência do gado eram evidentes, então tais factores podem ajudar a explicar a dedicação quase exclusiva ao ofício. É certo que nos falta ainda a caracterização geral do regime de transmissão de propriedade, mas a acreditar nas características gerais já enunciadas no cap. III, ponto 6, a exclusão de muitos empurrava para o exercício dos ofícios e actividades restantes ou para a emigração. Além disso se se teve em consideração que as taxas de crescimento de inscrições foram positivas, então impôs-se a exigência de trabalhos não agrícolas. Neste sentido, torna-se fundamental entrar no seio de algumas famílias de sombreireiros sempre que os dados históricos o permitirem.

Durante o Antigo Regime, a transmissão do ofício fazia-se no quadro familiar de pai para filho, como se constata nas oficinas, "*onde os mestres – que muitas vezes as herdaram dos seus pais- trabalham e coordenam a actividade de um ou dois oficiais, de um ou dois aprendizes (de entre os quais se encontram provavelmente os filhos que lhe hão-de suceder*)"[28]. Havia, pelo menos a nível de mestria, um cuidado especial em preparar um dos filhos para suceder no ofício. Os procedimentos adoptados não são, contudo, conhecidos.

Quisemos, por isso, apurar a coesão, transmissão e dispersão do ofício de sombreireiro no concelho da Feira, tendo para isso escolhido as freguesias de S. João da Madeira, Ossela, Carregosa e Pindelo, por serem as mais representativas do ofício. O trabalho de reconstrução serviu-se principalmente dos *Registos dos ofícios* e das *Décimas* (estas apenas para S. João da Madeira, porque não continham informações desta natureza para as restantes).

As unidades familiares reconstituídas constatam a transmissão do ofício entre pai e filho, irmãos e ainda sombreireiros da mesma família dispersos pelos vários lugares da freguesia. Numa primeira fase, verificamos a repetição dos nomes dos pais, facto que, associado ao mesmo lugar nos daria a indicação de haver mais que um indivíduo na família nuclear a trabalhar no ofício. Depois tentamos verificar se os nomes dos sombreireiros inscritos nos primeiros anos apareciam mais tarde como progenitores, dando-nos dessa forma indicação sobre a continuidade / transmissão do ofício. Finalmente utilizamos o apelido, o lugar, o ano, mês e dia para detectar relações de parentesco mais ou menos chegadas.

O nosso trabalho tornou-se difícil, pois em muitos registos não tivemos a indicação, quer do lugar, quer da filiação ou mesmo de ambos os elementos. Com os dados disponíveis,

[28] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e Brasil, (1780-1830)* Difel, Lisboa, 1994, p. 175.

construímos um quadro de identificação de laços familiares para cada freguesia, aos quais acrescentamos um outro relativo a S. João da Madeira, com as informações das décimas sobre a transmissão do ofício de pai para filho. Comecemos pelo quadro de identificação de laços familiares desta freguesia (Anexo2 e quadro 10), de cuja análise retiramos as seguintes afirmações:

- a existência de mais que um filho sombreireiro num agregado familiar, cujo pai também sombreireiro, indicia claramente uma unidade produtiva, a transmissão do ofício e a coesão familiar do mesmo. É o caso de José Gomes Leite, oficial em 1767 e os seus três filhos sombreireiros;
- vários exemplos de irmãos sombreireiros significa que há coesão familiar no ofício;
- tendência para que o ofício seja seguido por mais de um filho da família nuclear, muitas vezes em dispersão geográfica, ou seja por vários lugares da freguesia, a exemplo do que se passava noutros espaços[29]. Nesta freguesia os "Costa Lima" surgem nos lugares de Vendas, Fundo de Vila e em Quintã ;
- o ofício passava, normalmente de pai para filho, dando-se continuidade ao mesmo. José Moutinho é sombreireiro em 1761, em 1762 surge nas listas das décimas e desiste do ofício em 1789, na mesma data de inscrição do filho José solteiro. Estaremos em presença de uma unidade de produção que passa a ser gerida pelo filho?

Quadro 10 - Transmissão de Ofício Pai / Filho - S. João da Madeira

Pai	Lugar		Filho	Data Exame	Lugar
José Moutinho	Quintã		José Solteiro	22-05-1789	Quintã
Domingos José Rodrigues	Lousa		Domingos José Rodrigues	17-01-1768	Lousa
António José Rodrigues	Lousa		António José Rodrigues	25-04-1771	Lousa
Manuel de Pinho	Fontaínhas		Manuel de Pinho	17-01-1768	Fontaínhas
Ricardo Silva	F.Vila		Ricardo Silva	22-04-1768	F.Vila
Luis Dias	Fontaínhas		Luis Dias	21-04-1784	
Manuel Freitas	Carcagido		António Freitas	02-06-1785	
Manuel Caetano José	Fontaínhas		Manuel Caetano José	28-04-1785	Fontaínhas
Luis Gomes	Tapado		José Solteiro	08-11-1790	
António Leite de Pinho	Laranjeira		João Leite de Pinho	09-10-1790	Laranjeira
António Leite de Pinho	Laranjeira		Caetano Solteiro	11-07-1791	
António da Costa Lima	Quintã		Manuel	23-01-1769	Quintã

Fonte: ANTT, Livro das Décimas-Feira,1762 Fonte:AMSMF, Livro de Registo de Ofícios

[29] Barahona, Victória López; Nieto, José A - *El trabajo en la encruzijada- artesanos urbanos en la Europa de la idad moderna*, Madrid, 1996, p. 79. Trata-se do artigo de Simona Cerutti- Estrategias de grupo y estrategias de ofício: el gremio de sastres de Turin a finales del siglo XVII e principios del XVIII. A autora verifica que em várias unidades produtivas familiares com o mesmo apelido, onde os cabeças de de família eram irmãos, dava-se a continuidade do ofício, mas em espaços diferenciados. Eram famílias nucleares.

A observação do quadro 10 permite-nos verificar que a transmissão, pelo menos nestes casos, era uma realidade entre os sombreireiros. Não sabemos, contudo, medir com certeza o fluxo deste movimento e aferir ou comparar com outras realidades. É que no centro urbano de Dijon, pelo menos a nível de mestria, a continuidade do ofício diminuiu ao longo do século XVIII[30] .

Utilizando a mesma metodologia para a freguesia de Pindelo (quadro 11) retiramos as seguintes afirmações:

Quadro 11 - Identificação de Laços Familiares - Pindelo

Pai	ano	Lugar		Filhos/Irmãos	ano	Lugar
?				António de Oliveira	1762	Pinhão
?				Domingos de Oliveira	1764	Pinhão
?				António de Oliveira	1771	Pinhão
?				Manuel de Oliveira	1771	Pinhão
Luís de Almeida *				Paulo Solteiro	1769	Portela
Luís de Almeida *				Francisco Solteiro	1787	Portela
Fernando de Oliveira				Manuel Solteiro	1768	Pinhão
?				Manuel José Gonçalves	1784	Pinhão
?				António José Gonçalves	1787	Pinhão
Manuel de Almeida	1771			José Solteiro	1784	Pinhão
Manuel Fernandes *				João Oliveira	1784	Pinhão
Manuel Fernandes *				José Nunes Fernandes	1791	Pinhão
Manuel de Oliveira	1771	Pinhão		Manuel Oliveira	1795	Pinhão
Manuel de Oliveira	1771	Pinhão		Domingos José Oliveira	1796	Pinhão
Manuel de Oliveira	1771	Pinhão		Salvador Silva Solteiro	1796	Pinhão
António de Oliveira	1771	Pinhão		Manuel de Oliveira	1799	Pinhão
António de Oliveira*				José de Oliveira	1796	Aido da Lã

Fonte:AMSMF, Livro de Registos de ofícios
*Não conhecemos a profissão

- o sombreireiro Manuel Fernandes é pai dos sombreireiros João Oliveira e José Nunes Fernandes, o que prova a transmissão de ofício de pai para filho a coesão familiar e a possível existência de uma unidade produtiva familiar;
- a família de apelido "Oliveira" era claramente dominadora no lugar de Pinhão, constituindo o exemplo máximo da coesão familiar do ofício e da sua transmissão. Contudo não deixa de se dispersar por outros lugares, nomeadamente em Aido da lã;
- desta família sairá mais tarde António José de Oliveira para S. João da Madeira, onde fundará fábrica de chapéus grossos em 1842 (vd. 2.3, cap. V) no lugar de Vendas.

[30] Idem, Ibidem, p. 63. Trata-se do artigo de Edward J. Shephard JR. *Mobilidad social e geografica del artesanato en el siglo XVIII: estudio de la admission a los gremios de Dijon, 1700-1790*. O autor demonstra, contrariamente à ideia aceite de que nas corporações se facilitava o acesso à mestria a filhos e genros de mestres, que só uma minoria de mestres na cidade eram filhos de mestres.

Seu filho António de Oliveira Júnior fundará depois a primeira fábrica de chapéus finos de pêlo. Do quadro 12, relativo à freguesia de Carregosa, podemos apreciar as características já apontadas, principalmente através da família "Ferreira Rebelo" do lugar de Costeira e do agregado familiar de Teodósio de Bastos, cujos três filhos são sombreireiros.

Quadro 12 - Identificação dos Laços Familiares - Carregosa

Pais		lugar		filhos/irmãos	ano	lugar
?				João Ferreira Rebelo	1768	Costeira
?				Manuel Ferreira Rebelo	1768	Costeira
Teodósio de Bastos *		Azagães		Custódio Solteiro	1789	Azagães
Teodósio Bastos		Azagães		Januário Solteiro	1796	Azagães
Teodósio de Bastos		Azagães		Manuel Solteiro	1796	Azagães
Salvador José de Almeida	1765	Póvoa		António Solteiro	1790	?
Manuel José Almeida Velho *		Ínsua		José Solteiro	1790	Ínsua
António Ferreira Rebelo *		Costeira		Manuel Ferreira Rebelo Solt	1792	Costeira

Fonte: AMSMF, Livro de registos de ofícios
* não conhecemos a profissão

Finalmente em Ossela (quadro 13) destaca-se a família "Bastos" cujos elementos se dispersam por vários lugares, possivelmente constituindo cabeças de casal, dando deste modo, continuidade ao ofício dentro da família.

Quadro 13 - Identificação de Laços Familiares - Ossela

Pai	ano		nome - filho/irmãos	ano	lugar
Manuel	1767		António	1783	S. Martinho
?			Joaõ de Bastos	1783	Bustelo
?			Luís de Bastos	1783	?
?			Manuel de Bastos	1783	Bustelo
?			Manuel Caetano	1783	?
?			José Caetano	1783	Gandra
João de Bastos	1783		José Solteiro	1787	?
António de Bastos *			Manuel Solteiro	1787	?
António de Bastos			João	1792	Out.°Most.°
?			José de Bastos	1788	Bica
?			Manuel de Bastos	1789	Carvalhal
Manuel de Bastos *			José	1790	Alvelhe
?			João Albuquerque Brandão	1793	?
?			Manuel Albuqu. Brandão	1793	?

Fonte: AMSMF, Livro de Registos de ofícios
* não conhecemos a profissão

Como apreciação global, diremos que o ofício de sombreireiro em algumas freguesias do concelho da Feira, terá originado grupos profissionais familiares de geração em geração, e a sua manutenção em dentro da família, mesmo que dispersando-se por vários lugares. Fica-nos a ideia de que as unidades produtivas nos lugares de maior concentração profissional familiar, podiam ultrapassar o número clássico de 1,2 e três elementos. O elevado número de

inscrições de indivíduos da família Oliveira, em Pinhão, faz-nos acreditar em tal possibilidade.

Uma outra vertente da mobilidade geográfica do ofício, prende-se com a possibilidade de circulação para fora do espaço local da freguesia e arredores. Daí que através do "*Mapa das Fábricas de toda a natureza que existem na Comarca do Porto, 1813*"[31] tenhamos encontrado informação sobre trabalhadores da Feira, que nos princípios do século XIX foram trabalhar para as fábricas de chapéus finos do Porto. A partir dos dados recolhidos (vd. anexo 3) procuraremos ter um conhecimento mais específico dos trabalhadores, nomeadamente a naturalidade, idade, estado civil, tempo de serviço, categoria profissional, fábrica onde trabalhavam e respectivo proprietário. Interessou-nos ainda avaliar o peso desses trabalhadores da Feira e os desempenhos e categorias profissionais nas 11 fábricas de chapelaria do Porto, que constam do referido Mapa (anexo 4). Da sua análise retiramos as seguintes conclusões:

- as categorias profissionais diversificam-se desde o aprendiz ao mestre, salientando-se a grande representatividade dos oficiais de fulha, presentes em todas as fábricas com excepção da fábrica de João Pedro Oliveira Lopes e da fábrica de João Aguiar e Silva, localizadas respectivamente na rua de S. Crispim e na rua Formosa. A sua prestação era forte na fábrica de Rita Ana Guimarães, onde representavam 50% do total de oficiais de fulha da mesma fábrica; na fábrica de Joaquim Marques Oliveira, com quatro, num total de cinco, e ainda na fábrica de Domingos José Alves, com quatro, num total de nove .Justificava-se que o trabalho de fulha fosse o mais importante e difícil da produção dos chapéus, pois deles dependia a boa qualidade do feltro e a qualidade final, necessitando como tal, de uma aprendizagem demorada;
- os sombreireiros asseguravam a produção da fábrica de João Pedro Salabert, com cinco num total de sete trabalhadores;
- os mestres também estavam representados em duas fábricas: a de Manuel António Alves e a de Joaquim Aguiar da Silva, revelando uma estrutura menos diversificada;
- nas fábricas de Manuel António Alves, de Joaquim Aguiar da Silva e na de João Pedro Salabert eram os trabalhadores do concelho da Feira que, praticamente, asseguravam a

[31] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e o Brasil (1780-1830)*, Difel, Lisboa, 1994, p. 144.

produção dos chapéus; na de Rita Ana Guimarães, cerca de 1/4 dos trabalhadores eram do mesmo concelho.

Observando-se agora os totais de trabalhadores emigrados para o Porto, por categorias profissionais e por freguesia (vd. quadro 14), retiramos as seguintes afirmações:

Quadro 14 - Categorias Profissionais e freguesias de origem dos sombreireiros emigrados para o Porto - ano de 1813

	forra deira	sombre ireiro	Ofici al de fulha	mestre	apren diz	peleira	Oficial	Oficial engo Mador	Oficial acaba dor	Carda dor	Total
Carregosa		1	4		2						7
Feira				1							1
Ng. Cravo			2								2
Cesar			6			1	1	1	1	1	11
Fajões	1	4	2		1		1		1	1	11
S.João Mad.			2	1	1		1				5
Arrifana	1				1					1	3
Escariz							1				1
Vila Chã					1						1
M. Poiáres			1								1
Fermedo			1								1
	2	5	18	2	6	1	4	1	2	3	

Fonte: ANTT, livro nº454-mapa das fábricas de toda a natureza que existem na comarca do Porto-1813. (Anexo 3 e 4)

- emigram, principalmente profissionais que exercem as funções de oficiais de fulha(18), aprendizes (6), sombreireiros (5) e oficiais (4);
- destacam-se as freguesias de Cesar e Fajões que contribuem com 11 trabalhadores, seguidas de Carregosa com 7;
- Carregosa e Cesar fornecem respectivamente, 4 e 6 oficiais de fulha e Fajões 4 sombreireiros.

Interessou-nos ainda saber o número de trabalhadores e a média de idades dos mesmos, na altura em que saíam para as fábricas. Nesse sentido, servindo-nos principalmente da idade actual e do tempo de serviço construímos um quadro com trabalhadores até 10 anos de serviço, com tempo de serviço entre os 11 e os 20 anos e outro e com trabalhadores de mais de 20 anos de serviço (vd. anexo 5).

Da sua análise constatamos:

- que os trabalhadores que saem com tempo de serviço até 10 anos (30), são a sua maioria, reduzindo-se o n.º de trabalhadores com serviço entre 11 e 20 anos (14);
- a idade média de saída é mais baixa no grupo com tempo de serviço entre os 11 e os 20 anos (25), do que no grupo com menos de 10 anos de serviço (32);
- sai somente um trabalhador com mais de 20 anos de serviço.

A partir desses quadros construímos outro em que procuramos saber o número de trabalhadores por tempo de serviço (quadro 15).

Quadro 15 - Número de sombreireiros emigrados para as fábricas do Porto por tempo de serviço - 1813

Até 10 anos de serviço		entre 11 - 20 anos de serviço		mais de 20 anos serviço	
anos	nºtrab	Anos	nºtrab	anos	nºtrab
até 3	20	12	1	50	1
4 a 10	10	14	2		
		16	2		
		18	3		
		20	6		
Total	30		14		1

Fonte:ANTT, livro nº454-mapa das fábricas...1813

Verificamos que existem 20 trabalhadores com tempo de serviço entre 3 anos e 10 com 4 a 10 anos de serviço. Fizemos o mesmo exercício para os trabalhadores com tempo de serviço entre 11 e 20 anos, tendo-se verificado que 6 trabalhadores têm 20 anos de serviço e 3 têm 18 anos de serviço. Estas constatações levam-nos a fazer uma apreciação global. O maior número de trabalhadores saiu da sua terra de origem durante a 1.ª década do século XIX, no contexto das invasões francesas, participando desta forma no surto de recuperação da chapelaria[32] e indiciando incremento chapeleiro na cidade, que necessita de mão de obra experimentada, justificável pelos 32 anos de média de idades. As invasões Francesas, apesar da destruição que provocaram, não impediram que alguns trabalhadores rurais se deslocassem para as fábricas do Porto, que continuavam em laboração; quase todos os elementos do grupo de 20 anos de serviço saem durante a década de 1790, ainda jovens. Nesta altura as razões podiam ser outras, dado que se constituía uma conjuntura favorável à mobilidade profissional quer pela liberdade de sair para os centros industriais, como defende Nuno Luís Madureira[33], quer pelo elevado custo de vida originado pelos preços elevados conforme se referiu atrás, que impulsionava soluções de sobrevivência.

Como os grupos formados eram bastante heterogéneos em termos de idades, sobretudo o que continha os trabalhadores com menos de 10 anos de serviço, quisemos saber quais as idades mais comuns de saída do concelho da Feira. Construímos um quadro por níveis etários, referente a dois grupos de tempo de serviço (vd. quadro 16).

[32] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial...*, p. 344. O autor chama-lhe "Recuperação imperfeita" após os problemas causados pelas invasões francesas e que se prolonga até 1815-16.
[33] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios...*, p. 248.

Quadro 16 - Saída p/a as Fabricas do Porto-1813 Número de Sombreireiros por tempo de serviço e grupos etários			
até 10 anos de serviço inclusivé		entre 11-20 anos de serviço	
Grupos etários (anos)	nºTrab	Grupos etários (anos)	nºTrab
menos de 20	5	menos de 20	2
20-29	4	20-29	10
30-40	16	30-40	2
mais de 40	5	mais de 40	0

Fonte: ANTT, livro nº454-mapa das fábricas...1813

Da sua análise concluímos:

- no grupo de menos de 10 anos de serviço destaca-se claramente o nível etário 30- 40 anos com 16 indivíduos, confirmando-se a saída de trabalhadores com experiência feita (já com 20 anos , aspecto que, como veremos à frente, significa qualificação).
- no grupo com tempo de serviço 11-20 anos surge-nos, destacado, o nível etário 20-29 anos com 8 trabalhadores, confirmando-se também o que se referiu, ou seja, indivíduos que saíam para fazer carreira, nalguns casos ainda em fase de aprendizagem.

Tentamos também saber se existia ligação familiar e profissional entre os trabalhadores emigrantes e os sombreireiros das terras da Feira. Para isso, confrontamos os nomes constantes da "Relação das fábricas...", com os nomes dos trabalhadores que se inscreveram no ofício de sombreireiro, na Feira, incluídos os pais. Os resultados obtidos ficaram aquém das expectativas, pela falta de dados, pois ambas as fontes são omissas em informações fundamentais para este tipo de abordagem, assim: as relações das fábricas não indicam o lugar da freguesia de origem dos empregados e os registos dos ofícios muitas vezes não fornecem o lugar e a filiação do oficial.

Desta forma, pelos dados que temos, a ligação directa detectada é limitada. Contudo, orientando-nos pelos apelidos, verificamos que os trabalhadores partem de agregados familiares com tradição na produção de chapéus e transportam o conhecimento adquirido dos seus ascendentes. " *Não se trata de um fenómeno geral e indiscriminado, mas de uma transferência selectiva de mão de obra*"[34] da produção artesanal dos chapéus de zonas rurais para as fábricas da cidade do Porto. A maioria está, como referimos atrás, entre os 20 e os 40 anos, o que significa juventude e experiência que veicula.

[34] Idem, Ibidem, p. 248.

Que razões levam a esta possibilidade de mobilidade geográfica dos trabalhadores? O que moveu o sombreireiro Manuel de Sousa, de Carregosa, que trabalha na fábrica de João Pedro Salabert e tem seu filho, como aprendiz, na fábrica de Anselmo Ferreira? Ou os dois irmãos, oficiais de fulha Vicente e Manuel Vaz de Oliveira, de Carregosa e ainda José e Salvador da Silva Cambra, de Fajões?

O Porto marca o grande arranque na recuperação da produção de chapéus pós invasões, pois beneficia de boas condições de exportação para o Brasil, que é o principal destino dos chapéus, conforme se refere na maioria das fábricas. Quase todas elas, nos seus relatórios de inícios do século XIX , indicam que estão em aumento. Na fábrica de João de Oliveira Lopes refere-se que havia falta de obreiros e que se pagavam "*600 réis diários no ramo de grosso e 800 o ofício*" e escrevia-se ainda que "*as encomendas são tantas que para se cumprirem seriam necessários 100 a 200 obreiros diários como já em outros anos se ocupou*"[35]

Tal não significa que a emigração de mão-de-obra tenha provocado a ruptura na produção dos sombreireiros. A realidade é que estamos perante um movimento irreversível de saída de trabalhadores do campo para a cidade que se insere num mais amplo de ordem nacional e Europeu. Se alguma mão-de-obra continua activa nas pequenas oficinas artesanais muitas vezes em cooperação com os centros industriais, principalmente S. João da Madeira, outra alimentará, com a sua experiência e sabedoria, os emergentes centros industriais de chapelaria. Estes, sobretudo em S.João da Madeira, não são mais que oficinas alargadas que ocupam mais espaço e empregam mais mão de obra. Talvez fosse pela sua pequena dimensão, que a fábrica de José Gomes de Pinho, do ano de 1802, não surge na "Relação das fábricas existentes na Comarca da Feira, 1814"[36] . Em contrapartida, em Braga, assistimos no início do século XIX, à criação de fábricas alargadas de chapéus grossos de lã[37].

Pretendemos saber se a afluência de sombreireiros da Feira ao Porto, embora escasso, é o princípio de um movimento responsável pela ruína da Feira e o engrandecimento do Porto, ou se pelo contrário, é a prosperidade do Porto que causa a ruína da Feira. Perante as informações que recolhemos e a análise que efectuamos atiramos algumas hipóteses. Sabe-se

---

[35] ANTT, livro, 454, *Mappa de todas as fábricas que existem na Comarca do Porto, 1813.*
[36] AHMOP, J C. 12, Relação das fábricas existentes na Comarca da Feira, 1814.
[37] AHMOP, *processos de licenciamento de fábricas e matrículas de servidores- chapéus.* Aqui encontramos vários casos de licenciamento de fábricas, por parte de sombreireiros que pretendem aumentar a sua produção.

que o sector dos chapéus grossos foi menos afectado que o dos chapéus finos devido à origem nacional das matérias-primas, aos mercados rurais e ao facto de os chapéus grossos serem mais baratos. No entanto, o movimento de emigração dos trabalhadores das áreas rurais para as cidades em expansão industrial é irreversível, até porque os trabalhadores, ao abrigo da lei, são livres de procurar trabalho[38]. Paralelamente, mercê de facilidades de exportação para o Brasil, deparamos com um arranque industrial manufactureiro no Porto que necessita de mão-de-obra e que tem condições para pagar salários superiores aos do meio rural.

É evidente que, por um lado, a saída dos trabalhadores concorre para o aumento da subalternidade da produção dos sombreireiros e para o aumento da prosperidade da produção dos chapéus de pêlo das fábricas do Porto, por outro, a prosperidade do Porto aumenta à custa do contributo dessa mão-de-obra. Mas os sombreireiros não saem só para o Porto, pois encontrá-los-emos, ao longo do século XIX em S. J. da Madeira, como empresários de fábricas de chapéus grossos[39], que não serão mais que oficinas alargadas com possibilidade de concentrar mais mão- de- obra.

Ao mesmo tempo, as pequenas oficinas sobreviverão nas várias freguesias da área geográfica dos sombreireiros, funcionando muitas vezes, em cooperação com as fábricas situadas em S. J. da Madeira[40], talvez como alguns anos antes, seus pais e avós cooperavam com os comissários de vendas de chapéus. Digamos que permaneceram as condições para a permanência de actividades ancestrais, embora não seja do nosso âmbito apurar a continuidade do sector.

6. O trabalho feminino: as tecedeiras

Os registos de ofícios permitiram-nos aceder a informações relevantes no que diz respeito ao trabalho feminino. Como vimos atrás (vd. mapas 3 e 4) elas disseminavam-se por todo o concelho, embora com maior presença no período de 1783-1799, nas áreas de concentração dos sombreireiros.

---

[38] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios...*, p. 248.

[39] Referimo-nos a sombreireiros que se tornaram empresários ou que são de famílias de sombreireiros, como José Gomes de Pinho, Manuel Costa Lima etc, os quais fundarão fábricas em S. João da Madeira, conforme veremos mais adiante.
Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios...*, p. 248.

[40] Justino, David - *A formação do espaço económico nacional, Portugal, 1810-1913*, Lisboa, vol.I, p. 129.

6.1 Actividades

Enquanto profissionais, as tecedeiras eram obrigadas a tirar carta de examinação, conforme determinava o acórdão municipal: "*Acordaram que todas as tecedeiras e officiais que têm juízes se examinem com eles e estando capazes tirem carta debaixo da pena de mil réis, apresentando tudo na correição desta Comarca debaixo da pena de 250 réis*"[41] .
As mulheres executavam trabalho doméstico, dedicavam-se à lavoura, exerciam trabalho rural e caseiro, principalmente na fiação de linho e lã, podiam ser alfaiates[42] e até comerciantes de sucesso[43].

As boas condições naturais existentes, que propiciavam o cultivo do linho nas hortas e quintais das casas, numa tradição que chegou quase até aos nossos dias, propiciaram a produção de roupa branca para casa, como o bragal, lençóis, toalhas e guardanapos[44]. Contudo, o pano de linho era a peça mais importante que produziam para mercados diversificados, podendo- se colocar hipótese de os panos de linho do concelho da Feira também serem exportados para o Brasil, integrados nas remessas que saíam da região de Entre Douro e Minho e também da Beira Litoral[45].

As tecedeiras trabalhavam ainda as lãs, produzindo xailes e capotes de burel ou saragoça, cujo destino era, tal como acontecia com os derivados do linho, o consumo próprio e os mercados locais. Note-se que o trabalho dos lanifícios não era exclusivo das mulheres, uma vez que na freguesia de Canedo nos surge o fabricante de panos de burel[46], Manuel Gomes filho de Simão Gomes. Nesta família surgirá em 1784, inscrita como tecedeira, Ana Solteira filha do mesmo Simão Gomes, facto revelador da possível existência de uma unidade de produção de tecidos neste agregado familiar.

No estudo efectuado às décimas do ano de 1762, verificamos que em Oliveira de Azeméis existiam 21 tecedeiras, enquanto em Arrifana e S. João da Madeira apenas respectivamente 8 e 7 (vd. quadro 17)

---

[41] AMSMF,"Livro dos Acórdãos Camarários ano de 1771", fl. 40.
[42] ANTT, "Impostos Feira, 1762", *Maneios da freguesia de Oliveira de Azeméis.* Maria da Silva Nobre exercia a profissão de alfaiate.
[43] ANTT, "Impostos Feira, 1762", *Maneios da freguesia de Oliveira de Azeméis.* Anastácia Vaz negociava em teias de linho e pelos 1600 réis de décima que pagava, devia ter negócio próspero.
[44] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial...*, p. 72.
[45] Alexandre, Valentim - *Um momento crucial do subdesenvolvimento Português: efeitos económicos da perda do Império brasileiro*, in Ler História n.º 7, 1986, p. 14.
[46] AMSMF, "Livro dos Registos dos Ofícios", 1755-1771.

Quadro 17 - Distribuição das tecedeiras por Freguesia - 1762	
Freguesia	nº tecedeiras
Arrifana	6
Oliv.Azeméis	21
S.João da Madeira	7

Fonte:ANTT, Impostos, livro nº2270

Foi este número elevado de tecedeiras em Oliveira de Azeméis que nos fez aproximar mais destas trabalhadoras, na tentativa de conhecer melhor a sua actividade. Nesse sentido construímos o quadro 18 relativo à habitação e à actividade agrícola das mesmas.

Quadro 18 - As Tecedeiras de Ol.Azeméis em 1762: Habitação e Agricultura					
Casa Própria			Casa de Aluguer		
Térrea	Térrea/Arruada	C/Sobrado	Térrea	Térrea/Arruada	
5	7	2	0	5	
Terra			Terra		
Própria	Arrendada		Própria	Arrendada	
1	5		0	0	

Fonte:ANTT, Impostos, livros nº2264,2270
Nota:Relativamente à habitação falta incluir 2 tecedeiras; uma que vive c/ a mãe e outra que vive com a irmã

Depois, a partir deste construímos mais dois: um incidindo apenas na caracterização das habitações (quadro 19) e outro na natureza da propriedade imobiliária (quadro20).

Quadro 19 - Ol. Azeméis: Habitação das tecedeiras - 1762				
	Casa Própria	%	Casa de Aluguer	%
Térrea	5	26%		
Térrea e Arruada	7	37%	5	26%
Com Sobrado	2	11%		
Total	14	74%	5	26%

Fonte:ANTT, Impostos, livros nº2264,2270
Nota: Falta incluir 2 tecedeiras; uma que vive c/ a mãe e outra que vive com a irmã

Quadro 20 - Ol. Azeméis: trabalho agrícola complementar das tecedeiras - 1762		
Terra	nº tec	%
Própria	1	5%
Arrendada	5	24%
S/ Terra	15	71%
Total tecedeiras	21	100%

Fonte:ANTT, Impostos, livros nº2264

A análise destes quadros permitiu- nos fazer as seguintes afirmações:

- no que respeita à habitação, existem 14 tecedeiras com casa própria, sendo 5 com casas térreas, 7 com casas arruadas e calcetadas e 2 com casas de sobrado. Somente as tecedeiras com casa própria exercem a actividade agrícola, havendo apenas 1 tecedeira com terra própria, sendo a restante trabalhada em arrendamento (vd. quadro 18). As casas de aluguer são todas térreas, arruadas e calcetadas e pertencem a 5 tecedeiras. Nenhuma destas tecedeiras tem trabalho agrícola complementar;
- a percentagem de tecedeiras com casa própria (74%)é claramente superior à das que vivem em casa de aluguer (26%) (vd. quadro- habitação);
- a maioria das casas, quer próprias, quer de aluguer são arruadas e calcetadas, sendo térreas apenas 26% (ver quadro habitação);
- grande parte das tecedeiras (71%) não exerce actividade agrícola complementar, 24% trabalha a terra em arrendamento e somente 5% tem terra própria (vd. quadro de trabalho agrícola complementar).

As afirmações feitas merecem-nos uma breve apreciação global. A maioria das tecedeiras sustentavam-se com o ofício, que exerciam geralmente em casas próprias, facto que põe em causa o principio genericamente aceite para o Antigo Regime de que o artesanato era um simples complemento da agricultura e a que mulher exercia um trabalho essencialmente doméstico e de ajuda na lavoura. Pelo contrário, as tecedeiras de Oliveira de Azeméis exerciam uma profissão independente e de cariz essencialmente mercantil. O quadro seguinte reúne o conjunto de indivíduos envolvidos no negócio do linho.

Quadro21 - Mercadores em Oliv.Azeméis - 1762	
Nome	**Mercadoria**
Anastácia Vaz	teias
João Soares dos Anjos	saragoças
João da Silva Dias	saragoças
Luís da Silva	panos
Domingos de Almeida	saragoças
Domingos Pires	panos de linho
António José Santiago	panos de linho
Manuel Ferreira da Costa	panos de linho
Bernardo Pereira da Silva	saragoças
Cipriano José de Sousa	panos de linho
Alexandre da Silva	saragoças
Cipriano Sousa da Silva	panos de linho
Manuel Francisco	panos de linho

Fonte:ANTT, Impostos, livros nº2270

A localização junto à Estrada Real e o elevado número de mercadores nesta freguesia (vd. quadro 21), constituiriam, por certo, um forte incentivo ao seu trabalho, cujo produto era com certeza colocado em mercados regionais, supra regionais, podendo mesmo ser exportados, como se sugeriu atrás.

Reparemos como essa realidade se confirma em meados do século XIX (apesar de estar fora do âmbito cronológico do nosso trabalho) através desta referência relativamente à região de Oliveira de Azeméis "*Os tecidos de linho são vendidos, pela maior parte, nas feiras e mercados do concelho, e ainda em outros concelhos e districtos, por negociantes que os compram directamente às tecedeiras... e ainda alguns dos referidos tecidos levados pelas proprias tecedeiras aos differentes mercados e feiras*"[47].

Daqui se infere que parte considerável do trabalho produzido pelas tecedeiras da Feira , durante a Segunda metade do século XVIII e não só, era colocada no mercado quer pela venda directa, quer através dos mercadores.

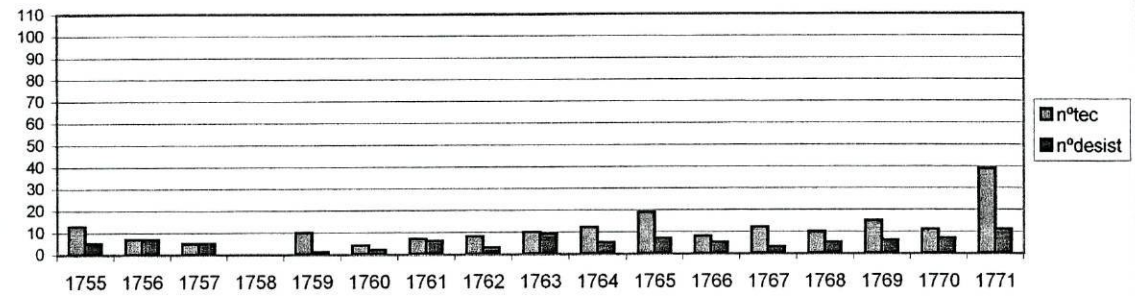
6.2 A evolução

Para o conhecimento da evolução das tecedeiras construímos gráficos e respectivos quadros relativos a evolução por ano, totais acumulados e ainda dois mapas relativos à

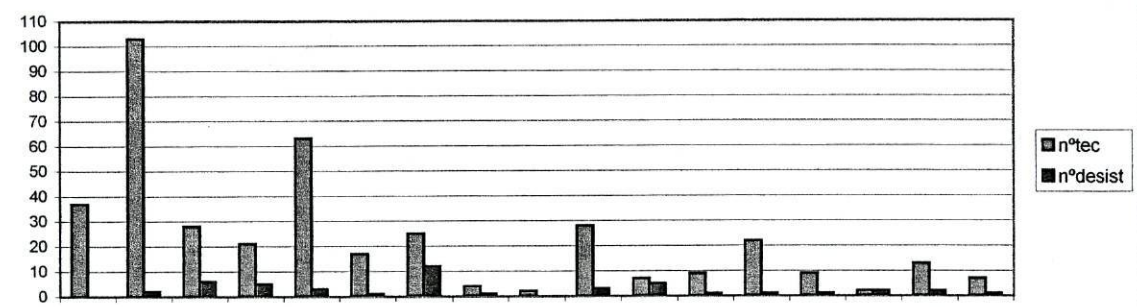
[47] Francisco de Paula Campos e Oliveira - *Informações para a Estatística Industrial- Districto de Aveiro*, Lisboa, 1867, p. 52.

variação percentual e dos números absolutos entre os períodos de 1755-1771 e 1783-1799. Relativamente à evolução ano (vd. gráfico 5), optámos por incluir as desistências em virtude de as mesmas influenciarem essa evolução.

Gráfico 5 - Inscrições e Desistências anuais das tecedeiras 1755-1771



Inscrições e Desistências anuais das tecedeiras 1783-1799

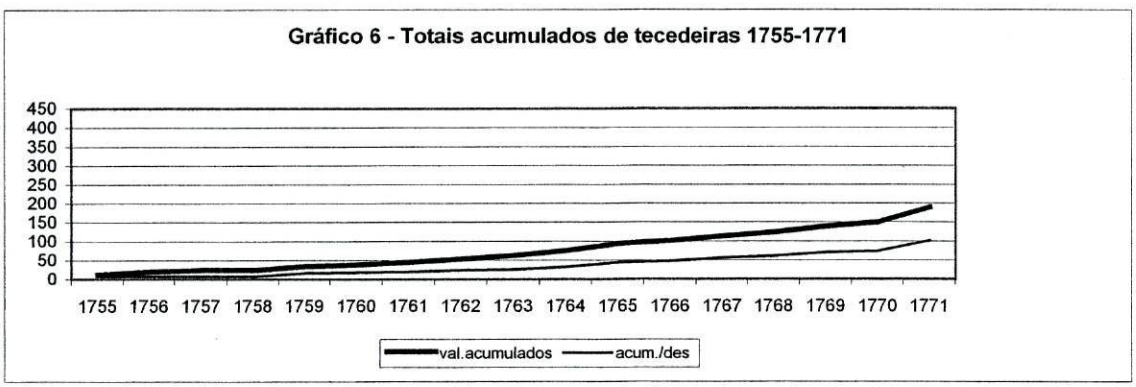


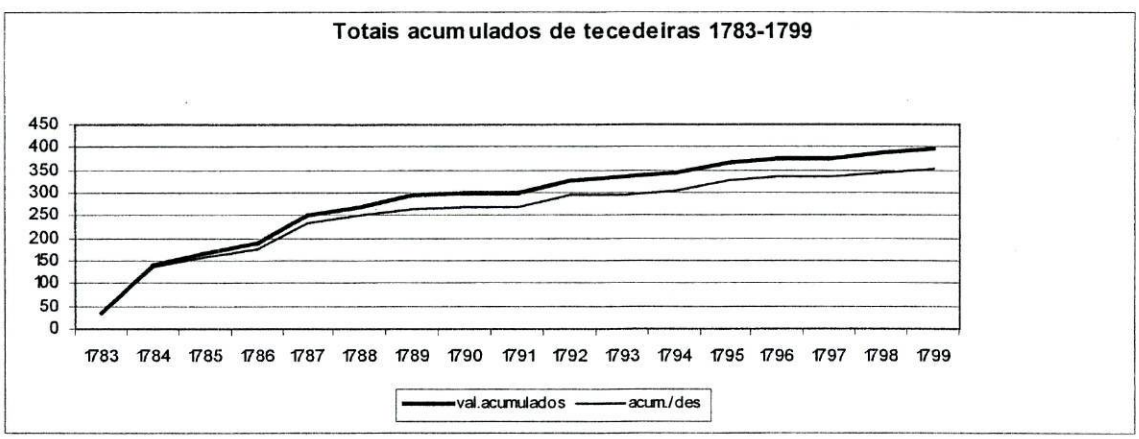
Quanto às inscrições no ofício, destacam-se no período de 1755-1771 o ano de 1771 (39) e a uma distância razoável o ano de 1765 (19). Esta evolução é claramente marcada pelas desistências que contabilizam em 1771 (11), 1763 (9), 1770, 1765 e 1756 todos com 7. Observe-se ainda como as desistências dos anos de 1756, 1757, 1761 e 1763 tornam nulo ou quase nulo o crescimento desses mesmos anos.

No período de 1783-1799 o ano de mais inscrições é de longe 1784 (103), seguido a longa distância pelo ano de 1787 (63). Agora as desistências têm menor influência na evolução, com excepção do ano de 1789 (12), e especialmente dos anos de 1793 e 1797, nos quais as desistências quase não deixam crescer o ofício.

Para os totais acumulados (vd. gráfico 6 e anexo 6), também confrontamos as inscrições com os registos das desistências, em virtude das mesmas serem bastante significativas. Vejamos:

- No período de 1755-1771, a evolução das inscrições das tecedeiras é semelhante aos ofícios em geral, ou seja, muito lenta até meados da década de 1760, para depois ter um pequeno arranque, notando-se que o paralelismo entre as linhas se afasta nitidamente por influência das desistências.
- Em 1783-1799, observamos um crescimento irregular e forte de inscrições até fins da década de 1780, para a partir daí se tornar mais lento, continuando irregular. Nota-se agora uma menor influência das desistências, verificando-se aproximação entre as linhas de crescimento.

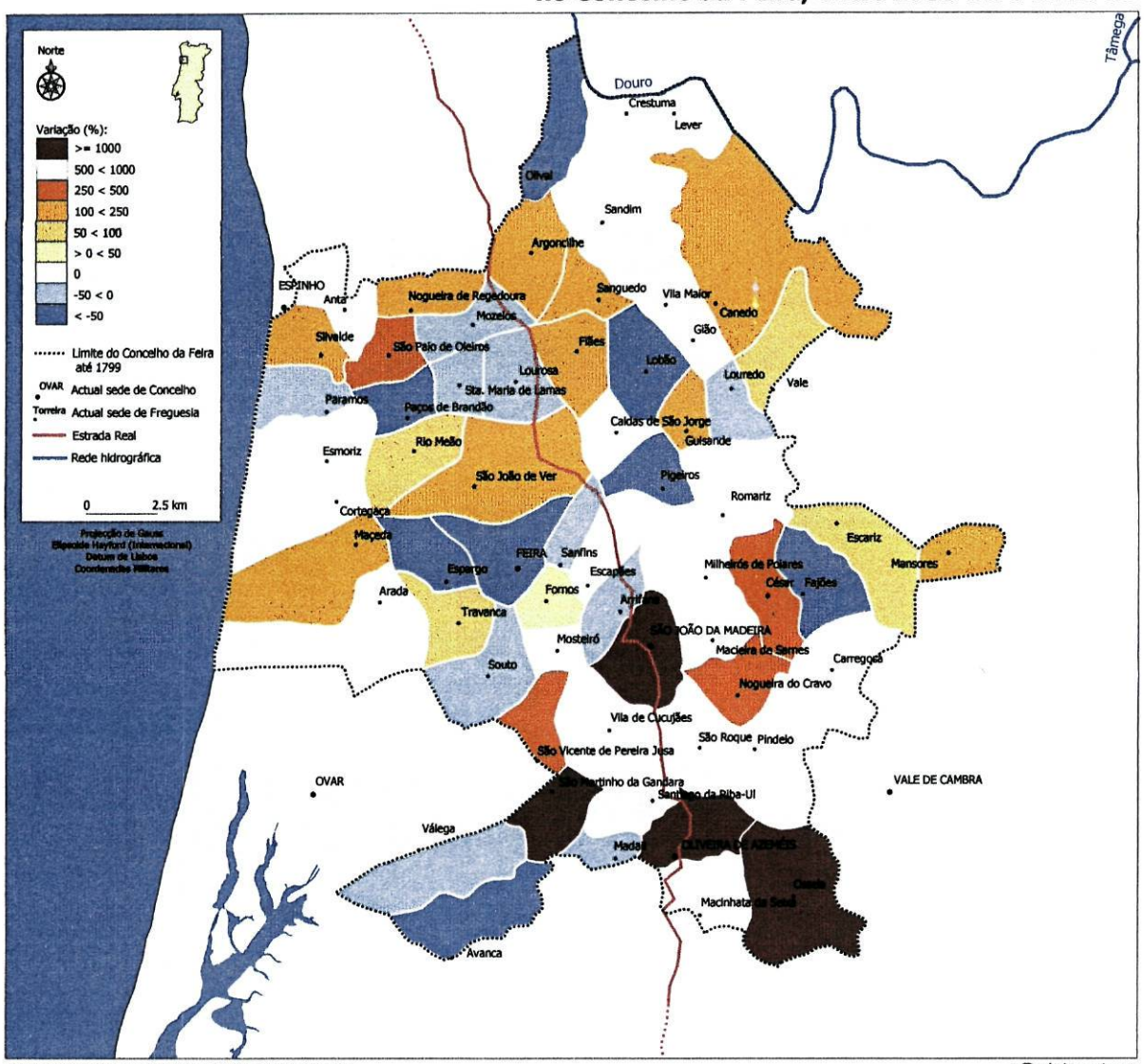




Para conhecermos a marca real da evolução do número de tecedeiras por freguesia entre os dois períodos, procuramos representar a variação percentual e absoluta dos registos entre os dois períodos (vd. anexo 8 e mapas 5 e 6). Se no mapa de variação percentual, surgem freguesias em branco, dada a inexistência de registos no 1.º momento, o que

Mapa 5

Variação percentual do número de Tecedeiras, no Concelho da Feira, entre 1755-71 e 1783-99

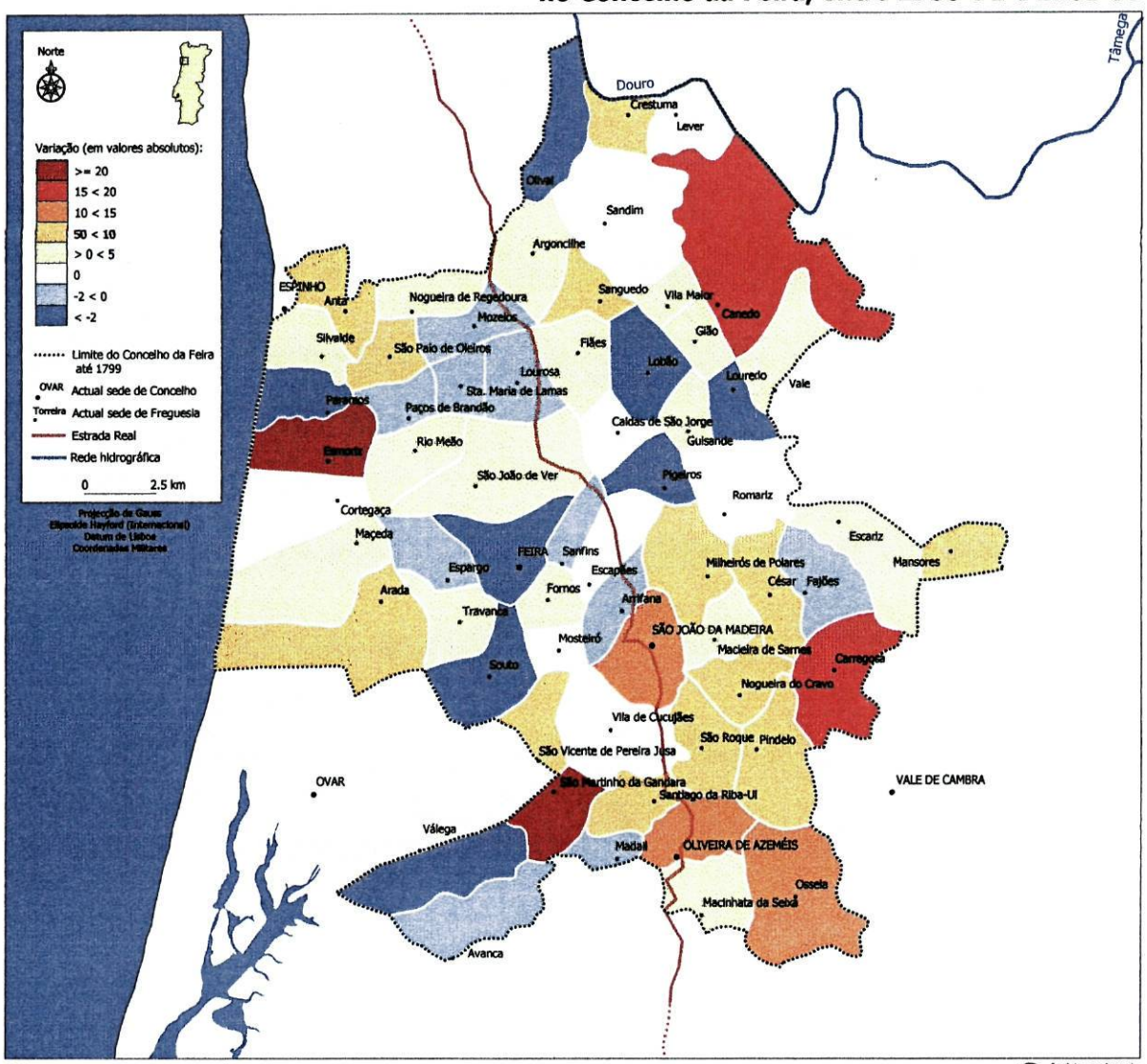


Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

Mapa 6

Variação em números absolutos do número de Tecedeiras, no Concelho da Feira, entre 1755-71 e 1783-99



Fonte: AMSMF, *Livros dos registos de ofícios*, 1755-71 e 1783-99.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.
Hipsométrica (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982.
Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989.

fac letras univ porto serv doc informação cartografia 2002

inviabiliza o cálculo, não deixa de ser marcante a variação fortíssima nas freguesias de Ossela, Oliveira de Azeméis, S .João da Madeira e S. Martinho da Gândara. Nota-se ainda um elevado número de freguesias com variação percentual e absoluta negativas (19), várias delas situadas ao longo dessa linha oblíqua que divide o concelho em dois pólos. Já a sul e sudeste, as freguesias, Ossela, Oliveira de Azeméis, Pindelo, S. João da Madeira S. Martinho da Gândara e Carregosa apresentam os valores mais elevados de variação percentual, sendo apenas acompanhadas por Esmoriz, a Oeste do concelho, mas a nível de variação absoluta. Relativamente aos valores absolutos no sul e sudeste o destaque vai para S. Martinho da Gândara e Carregosa logo seguidas por Ossela, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira. Do lado oposto, destacam-se Esmoriz e Canedo.

Como apreciação global diremos que as tecedeiras evoluem de forma semelhante aos restantes ofícios, apresentando no entanto, uma maior variação percentual e de números absolutos no já referido espaço a sul e sudeste do concelho, onde também se concentram os sombreireiros.

O ofício de tecedeira, teve sempre um índice de desistências superior aos restantes ofícios, de modo que o seu ritmo de evolução foi marcado pelas mesmas desistências, as quais se tornam mais significativos, quando confrontadas em termos percentuais com as dos outros ofícios (vd. quadro 22). Observemos:

Quadro 22 - Relação percentual das desistências

	alf	can	carp	fer	pedr	sap	ser	Somb	taman	tano	tec	Total
1755-1771	10	7	12	1	7	7	1	3	2	1	94	145
	7%	5%	8%	1%	5%	5%	1%	2%	1%	1%	65%	
1783-1799	4	11	13	0	4	3	3	10	2	3	46	99
	4%	11%	13%	0%	4%	3%	3%	10%	2%	3%	46%	

Fonte: AMSMF, "Registo dos Ofícios"

Entre 1755 e 1771, nota-se o peso esmagador das tecedeiras (65%), que têm a longa distância os carpinteiros com apenas (8%); para os anos entre 1783 e 1799, baixa o índice percentual das tecedeiras, agora com 46%, mantendo-se a distância apreciável os mesmos carpinteiros com 13%.

Esta disparidade de valores, levou-nos à procura e análise das causas das desistências do ofício de tecedeira. Uma das razões apontadas, comum à maioria dos ofícios, é *"por não usar já dele"*. Todavia encontramos outras: uma bem característica da alteração da condição de

solteira pelo casamento, por isso se refere "*Prudência por ser casada*"[48], ou "*por se casar e se ocupar da sua lavoura*"[49] , outras vezes escreve-se "*por ter hoje ocupações mais precisas para o poder exercitar para fora e só o fará para sua casa*[50]. A lavoura associada ao casamento, podia ser motivo de abandono do ofício e de mobilidade ocupacional/profissional (vd. ponto 6, cap. III).

Do que acabamos de expor retiramos as seguintes conclusões:

- a tecedeira que tecesse para fora era obrigada a tirar carta de ofício;
- o casamento, normalmente podia implicar mudança de actividade para a lavoura ou para uso da casa;
- à primeira vista o artesanato podia não constituir suporte económico suficiente para assegurar a sobrevivência de um agregado familiar, funcionando muitas vezes como forma de obter um "rendimento familiar suplementar"[51]. Contudo, o estudo que fizemos sobre as tecedeiras de Oliveira de Azeméis prova o contrário, ou seja, o ofício de tecedeira, sendo a única ocupação dessas profissionais, assegurava-lhes a sobrevivência, ou então, como no reino em geral, as actividades industriais podiam-se combinar com as agrícolas, originando quando tal acontecesse, divisão de funções nas famílias rurais. *A lavoura ficava a cargo do homem, enquanto a mulher exercia a actividade artesanal*[52]. Nós acrescentamos, pelo menos até ao casamento. Pensamos que poderá ser a posse ou a capacidade de aquisição de terra a decidir a complementaridade do trabalho artesanal com a agricultura ou o ofício independente. Todavia, se por um lado, ofício independente podia significar pobreza, por outro, significava com certeza capacidade económica do mesmo. Efectivamente, estamos perante uma variedade de situações de trabalho feminino, que podia passar por trabalho na lavoura, ajuda aos maridos, unidades familiares do mesmo ofício, etc.

As desistências aconteciam indiscriminadamente nas várias freguesias do concelho (vd.gráfico 7 anexo 8), tendo sido feitos mais registos das mesmas nas freguesias de Paramos (8), Pigeiros (6), Canedo e Esmoriz (5), durante o período de 1755-1772. No período de 1783-1799 destaca-se Ossela, não só pela quantidade (5), mas principalmente pela relação que essas desistências podem ter com a actividade dos sombreireiros, ou seja desistem para poderem

[48] AMSMF, "Livro dos Registos das cartas dos Ofícios" 1755-1772, fl. 82v.
[49] AMSMF, "Livro dos Registos das cartas dos Ofícios" 1755-1772, fl. 64.
[50] AMSMF, "Livro dos Registos das cartas dos Ofícios" 1755-1772, fl. 81.
[51] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial...*, p. 151.
[52] Idem, Ibidem, p. 151.

dedicar-se à actividade dos chapéus, como seja na preparação da lã, na preparação de forros, na decoração, etc., como veremos mais à frente.

6.3 A distribuição geográfica

As tecedeiras distribuíam-se irregularmente por todo o concelho, salientando-se em 1755-1771 as freguesias de Souto (19) e Lourosa (12) e em 1783-1799 as freguesias de S. Martinho da Gândara (33), Canedo (27), Esmoriz (21), Carregosa e S. João da Madeira(15) e Oliveira de Azeméis e Sanguedo (14) (vd. gráfico 8).

Os mapas 3 e 4 de sombreireiros e tecedeiras na área em estudo, que vimos atrás, permite-nos visualizar as tecedeiras por todo o concelho e verificar os espaços geográficos de maior concentração. Em 1755-1771 parecem ausentes da área sudeste, mas no período de 1783-1799 surgem mais visíveis ao lado dos sombreireiros, parecendo querer acompanhar o crescimento destes, reforçando a imagem anterior de um peso superior nas freguesias de forte implantação dos sombreireiros que nos conduz a uma reflexão acerca de uma eventual associação de actividades e interesses.

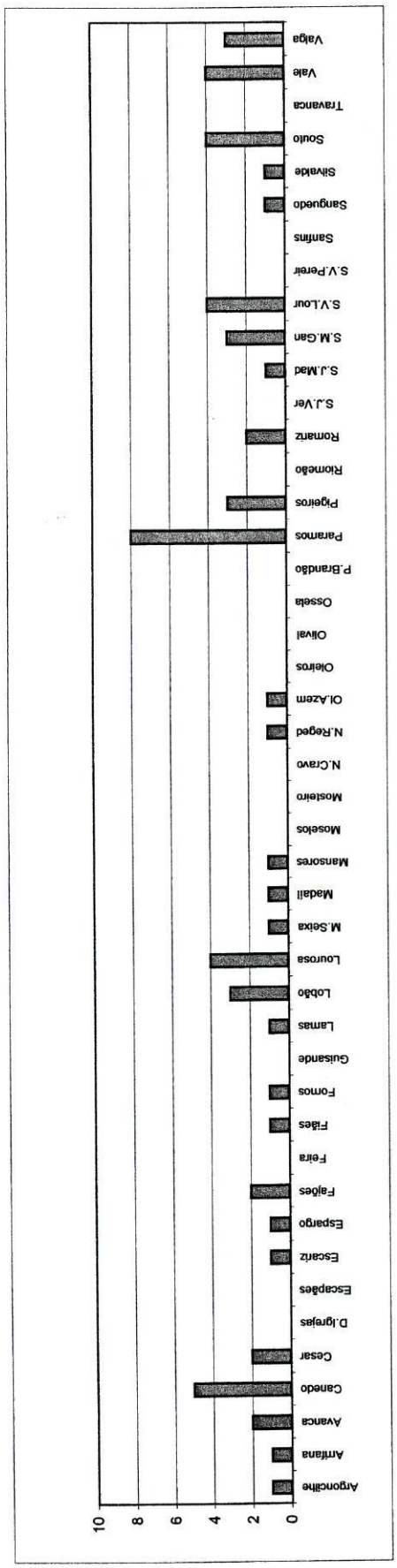
7. Relação sombreireiros / tecedeiras

A associação entre tecedeiras e sombreireiros pretende apurar se as tecedeiras, cujo trabalho consistia principalmente em tecer linho e lã, participavam de alguma forma na produção de chapéus grossos de lã dos sombreireiros. Uma eventual participação nesse trabalho, implicaria à partida a ocupação dos mesmos espaços e uma divisão do trabalho.

Observando-se os mapas 3 e 4 e o anexo 9, verifica-se que no período de 1755-1771 a presença das tecedeiras no espaço dos sombreireiros é muito ténue, mas em 1783-1799 elas crescem nessa área, a um ritmo bastante forte, parecendo querer acompanhar o movimento dos sombreireiros. Quisemos saber qual o índice de relação, em termos de registos entre ambos os ofícios.

Gráfico 7 – Desistências de Tecedeiras por Freguesia

1755- 71



1783-99

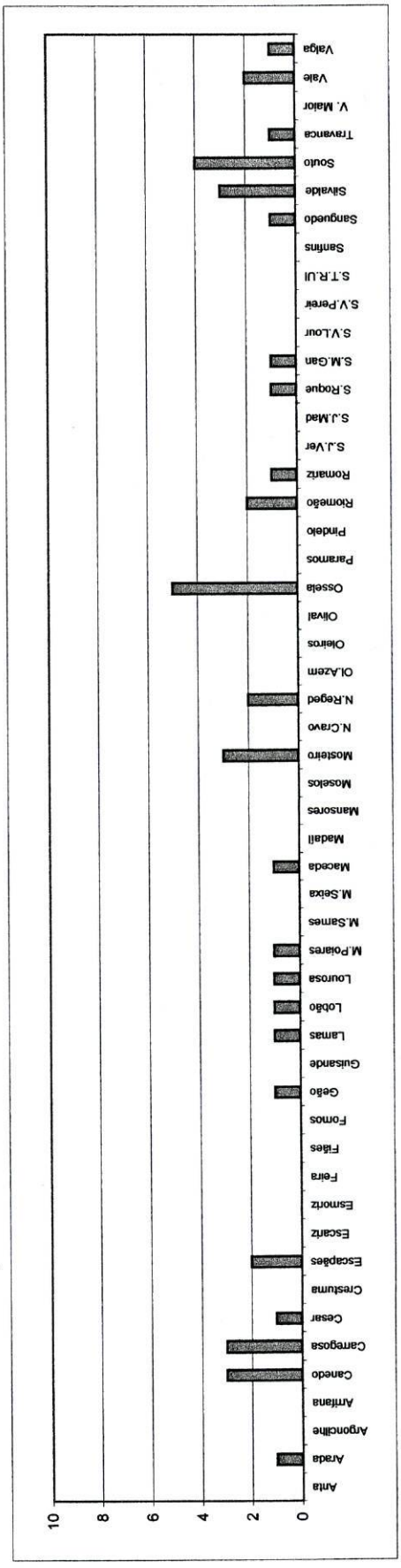
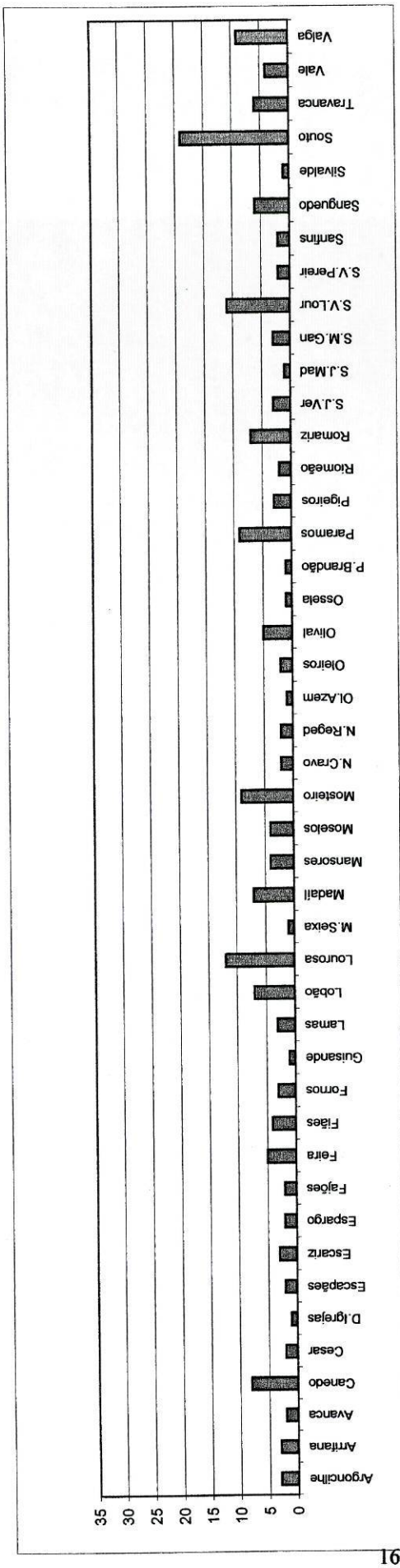
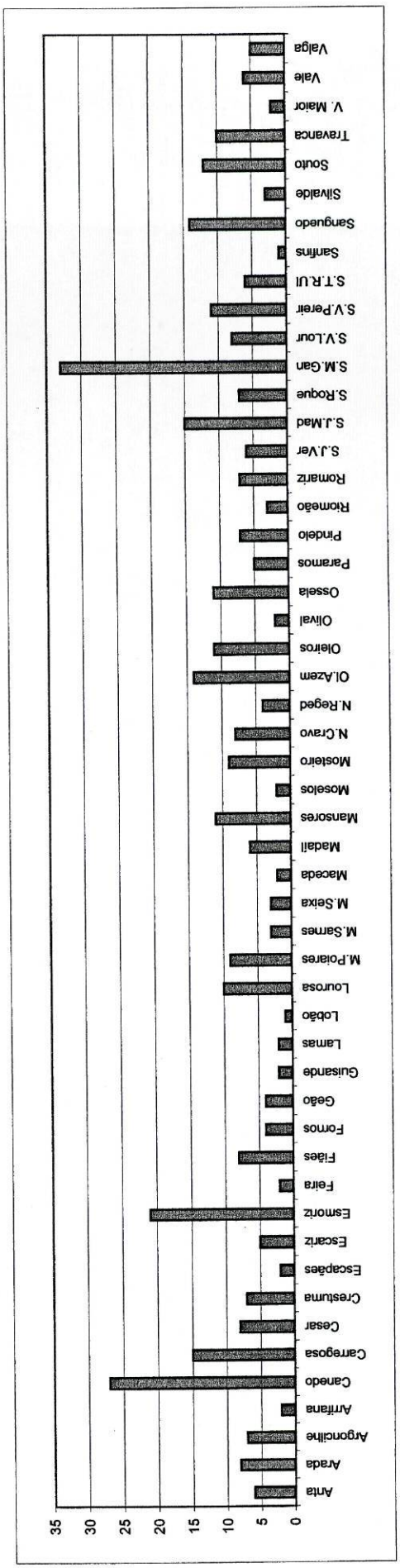


Gráfico 8 – Distribuição das Tecedeiras por Freguesia

1755- 71



1783-99

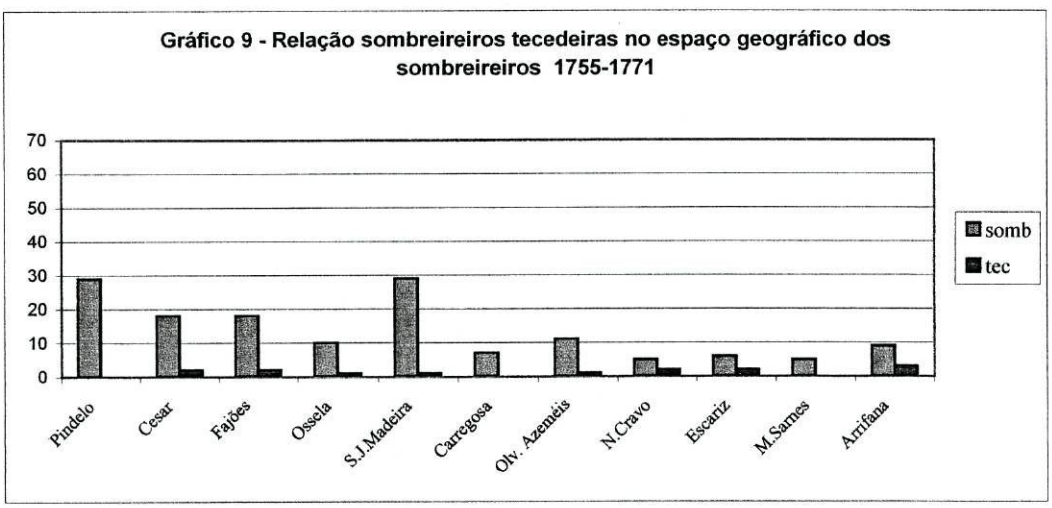


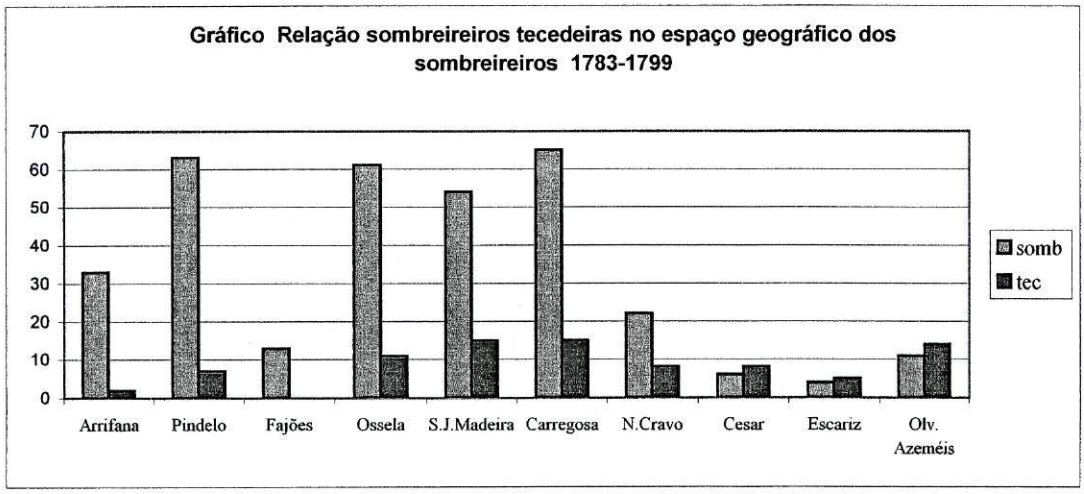
Quadro 23 - Relação dos Sombreireiros / tecedeiras -1755-1771					
Freguesias	**somb**	**tec**	**t.of**	**%somb**	**%tecedeiras**
Arrifana	9	3	23	39,1	13,0
Carregosa	7	0	10	70,0	0,0
Cesar	18	2	23	78,3	8,7
Escariz	6	2	11	54,5	18,2
Fajões	18	2	23	78,3	8,7
M.Sarnes	5		12	41,7	0,0
N.Cravo	5	2	9	55,6	22,2
Olv. Azeméis	11	1	16	68,8	6,3
Ossela	10	1	13	76,9	7,7
Pindelo	29		31	93,5	0,0
S.J.Madeira	29	1	38	76,3	2,6
tot.geral	147	14	209	70,3	6,7

Fonte: AMSMF, "Registos de Ofícios"

Quadro 24- Relação dos Sombreireiros / tecedeiras -1783-1799					
Freguesias	**somb**	**tec**	**t.of**	**%somb**	**%tecedeiras**
Arrifana	33	2	40	82,5	5,0
Carregosa	65	15	90	72,2	16,7
Cesar	6	8	31	19,4	25,8
Escariz	4	5	22	18,2	22,7
Fajões	13		17	76,5	0,0
N.Cravo	22	8	39	56,4	20,5
Olv. Azeméis	11	14	66	16,7	21,2
Ossela	61	11	80	76,3	13,8
Pindelo	63	7	80	78,8	8,8
S.J.Madeira	54	15	74	73,0	20,3
tot.geral	332	85	539	61,6	15,8

Fonte: AMSMF, "Registos de Ofícios"





A observação do gráfico 9 e análise do quadro permitem-nos verificar relativamente a 1755-1771:

- os totais apresentados confirmam a superioridade dos sombreireiros (70,3%) sobre as tecedeiras (6,7%);
- superioridade esmagadora dos sombreireiros nas freguesias de Pindelo (93,5%), Carregosa (70%) e Macieira de Sarnes (41,7%), enquanto as tecedeiras se fixam em 0%;
- ainda uma clara superioridade dos sombreireiros nas restantes freguesias com destaque para S. João da Madeira (76,3%) contra 2,6% das tecedeiras;

No período de 1783-1799 constata-se:

- crescimento evidente das tecedeiras principalmente nas freguesias de Carregosa (16,7%), S. João da Madeira (20,3) e Oliveira de Azeméis (21,2%);
- estagnação dos sombreireiros, superados pelas tecedeiras em Escariz, Cesar e Oliveira de Azeméis;
- os totais demonstram que houve um crescimento percentual das tecedeiras (15,8%) em relação aos sombreireiros (61,6%).

Confrontando os efectivos entre ambos os períodos, notamos que após um equilíbrio evidente durante o 1.º período assistimos no 2.º a uma clara diversidade de situações. Assim:

- em Arrifana e Fajões as tecedeiras diminuem do 1.º para o 2.º período;
- existe uma notável inversão em Oliveira de Azeméis, onde em 1755-1771 a relação desfavorável das tecedeiras com os sombreireiros era de 6%-69%, mas em 1783-99 passam a ser favorável às mesmas em 21%-17%;

- paralelamente ao crescimento dos sombreireiros, as tecedeiras aumentam o seu contributo entre o primeiro período e o segundo, principalmente nas freguesias de Carregosa (0%-20%), S. João da Madeira (3%-20%) Pindelo (0%-9%) e Ossela (8%-14%). Notemos que todas as inscrições das tecedeiras de Carregosa são feitas em 1787 e distribuídas por vários lugares, salientando-se 4 inscrições em Azagães, lugar por excelência dos sombreireiros.

Na generalidade, dá-se um crescimento quer de sombreireiros, quer de tecedeiras nas diversas freguesias, entre um período e o outro, só que há claramente um maior índice de variação percentual das tecedeiras relativamente aos sombreireiros pelo menos nas freguesias de Ossela, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis (cf. mapas de variação percentual de sombreireiros e tecedeiras).

Como apreciação global diremos que, apesar da diversidade de situações na várias freguesias, houve um forte crescendo das tecedeiras ao longo do segundo período, principalmente nas freguesias onde se implantam os sombreireiros, superando claramente o crescimento das restantes nos vários espaços concelhios (vd. mapa de variação percentual das tecedeiras e Anexo 9). Parece-nos que, como veremos mais à frente, o seu trabalho poderia ser requisitado nas unidades de maior produção de chapéus. Oliveira de Azeméis vai-se consolidando como um autêntico centro urbano, com diversidade de profissões e principalmente como centro de mercadores e comerciantes ligados aos têxteis (vd. quadro 21). O aumento das tecedeiras confirma a actividade das mesmas em 1762, prolongada em meados do século XIX, como referimos atrás.

Apurada esta distribuição e concentração geográfica, era importante saber se existia ligação familiar entre os sombreireiros e as tecedeiras, procurando testar a existência de articulação entre trabalho. Para isso, confrontando os nomes dos registos das tecedeiras com os dos sombreireiros, construímos um quadro de relação de parentesco entre os profissionais de ambos os ofícios, para cada uma das freguesias mais representativas dos sombreireiros, ou seja, para S. João da Madeira, Ossela, Pindelo e Carregosa.

Da totalidade, apenas conseguimos apurar poucos casos.

Quadro 25 - Relação sombreireiros/tecedeiras - Pindelo

Ano	mês	dia	lugar	nome	irmão		pai		mãe
1787	Maio	21	Lago	Maria	Domingos Solteiro	1790	José de Bastos		
1787	Abril	26	Estrada	Maria Solteira	José Solteiro	1791	Apolinário José Godinho		
			Estrada		Manuel	1799	Apolinário José Godinho		

Em Pindelo (quadro 25) encontramos dois agregados familiares com um sombreireiro e uma tecedeira irmãos, não se conhecendo a profissão de um desses agregados. No entanto, conseguimos saber cruzando com os Registos Notariais, que Apolinário José Godinho era proprietário de bens, imóveis dadas as diversas compras que efectuou[53]. Pensamos que estariam criadas as condições para a existência de uma unidade de produção na família, ou seja havia mão de obra (filhos-tecedeira e sombreireiro) e poder económico para empatar instrumentos de trabalho e matérias primas.

Quadro 26 - Relação sombreireiros/tecedeiras - S. J. da Madeira

Ano	mês	dia	Lugar	nome	irmão		pai		mãe
1799	Outubro	16	Fontainhas	Maria	José Solteiro	1785	José Dias		
1787	Maio	28	Vale	Maria	João Leite	1801	António Leite		
1789	Maio	10	Quintã	Rosa	Manuel Pereira	1791			Joana Maria(v.ª
1788	Maio	7	F.Vila	Ana Solteira			Teotónio Costa Lima		

O quadro seguinte relativo a S. João da Madeira (quadro 26) revela três casos semelhantes ao anterior. Referimos também a tecedeira Ana solteira, por ser filha de Teotónio Costa Lima, um indivíduo da importante família de sombreireiros também instalada em Fundo de Vila da mesma freguesia - os "Costa Lima".

Quadro 27 - Relação sombreireiros/tecedeiras - Ossela

ano	mês	dia	lugar	nome	irmão		pai		mãe
1787	Maio	10	Lavadouro	Luisa	José	1788	António Soares da Costa		
1789	Março	14	S.Martinho	Luisa			Manuel Dias *	1764	
1789	Março	10	S.Martinho	Maria Solteira			Manuel Dias *	1764	

Em Ossela (quadro 27) surge um agregado familiar com pai sombreireiro e duas filhas tecedeiras;

Quadro 28 - Relação sombreireiros/tecedeiras - Carregosa

Ano	mês	dia	Lugar	nome	irmão		pai		mãe
1787	Junho	9	Seara	Brísida	mulher		Domingos da Rocha *	1784	
1787	Junho	9	Ínsua	Custódia	José Solteiro	1790	Manuel José de Almeida		
1787	Junho	9	C.Cima	Maria	João Solteiro	1787	Manuel Fernandes		
1787	Junho	9	Arrifaninha	Joana			Manuel Caetano *	1784	

Fonte: AMSMF, Livro de Registo de ofícios
Todos os irmãos são sombreireiros
* são sombreireiros

[53] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira, livro 352, fl. 134 e liv. 353, fl. 36v.

Finalmente, em Carregosa (quadro 28), identificam-se um agregado familiar com um pai sombreireiro e uma filha tecedeira, outro com marido sombreireiro e mulher tecedeira, e ainda dois agregados com irmãos sombreireiro e tecedeira, mas com pais cuja profissão desconhecemos.

Realizamos ainda outro apuramento na tentativa de encontrar alguma relação entre inscrições de sombreireiros e desistências de tecedeiras, ou seja, tentar saber se as desistências das tecedeiras acontecem porque de alguma forma elas passaram a produzir para casa, não necessitando de carta de examinação.

Quadro 29 - Relações entre inscrições de Sombreireiros e desistências de Tecedeiras

Inscrições de sombreireiros						Desistências de tecedeiras		
Dia	Mês	Ano	Nome	Freguesia	Lugar	Nome	Rel.Famil.	Data
11	3	1789	Manuel de Bastos	Ossela	Valado	Catarina de Bastos	mulher	11-03-1789
28	3	1789	Manuel Solteiro (filho de Cipriano José)	Ossela	Gandra	Josefa Solteira	filha	28-03-1789
13	11	1790	José Solteiro (filho de Manuel José de Almeida)	Carregosa	Insua	Maria	irmã	24-05 1793

Fonte: AMSMF, "Livro dos Registos"

Nesse sentido, o quadro 29 permite constatar que no mesmo dia em que se inscreve Manuel de Bastos do lugar de Valado da freguesia de Ossela, desiste sua mulher Catarina de Bastos nestes termos "*de como não há- de tecer senão as suas teias*"; Manuel solteiro do lugar da Gandra de Ossela inscreve-se como sombreireiro no mesmo dia em que desiste de tecedeira sua irmã Josefa solteira, "*por não usar dele*" sendo ambos filhos de Cipriano José do qual desconhecemos a profissão; José solteiro do lugar de Ínsua da freguesia de Carregosa inscreve-se em 1790 e sua irmã Maria desiste do ofício de tecedeira em 1793, sendo ambos filhos de Manuel José de Almeida do qual também não conhecemos a profissão.

Nos lugares de maior concentração de sombreireiros, a existência de poucas tecedeiras mereceu-nos alguma atenção. Por isso construímos um quadro relativo a ambos os ofícios, incluindo os lugares de: Vilar (Oliveira de Azeméis), Pinhão (Pindelo), Azagães (Carregosa), Fontainhas e Quintã, ambos em S. João da Madeira (vd. quadro 30).

Quadro 30 - Distribuição de Sombreireiros e Tecedeiras por Lugar 1755-1771;1783-1799

Lugar	Freguesia	Sombr.	Teced.
Azagães	Carregosa	16	2
Pinhão	Pindelo	38	1
Quintã	S.João Mad.	10	1
Vilar	Ol.Azem.	11	2

Fonte: Livro de Registos de Ofícios

A sua observação permitiu-nos confirmar que a ligação entre ambos os ofícios, em termos de efectivos oficiais, em determinado espaço geográfico era bastante reduzida. Assim, em Vilar[54], no ano de 1762 encontramos 24 sombreireiros e apenas 2 tecedeiras, portanto uma tendência que já se verificava no início da segunda metade do século. Note-se ainda que o reduzido número de tecedeiras neste lugar não contradiz o que foi referido a propósito de Oliveira de Azeméis ser importante centro de tecedeiras e de mercadores de panos. Estas viviam sobretudo na Rua, onde podiam exercer melhor a sua actividade e os sombreireiros tendiam a concentrar-se em Vilar, um lugar acidentado, virado a poente com condições naturais propícias à sua actividade (vd. ponto 3.1, cap.I). no entanto, as tecedeiras da Rua de Oliveira de Azeméis ou de outro local, podiam sob encomenda, tecer a lã para os sombreireiros (vd. atrás o que se referiu acerca do desempenho das tecedeiras).

Expostos estes dados, poderemos colocar uma hipótese que pode justificar o reduzido número de casos de ligação espacial e familiar entre os sombreireiros e as tecedeiras. Pode-se aventar que as tecedeiras que não trabalhassem para fora, não necessitavam adquirir carta de examinação e como tal não apareciam registadas. Sabemos que um dos motivos de desistência das tecedeiras era "*por não tecer teias para fora como antigamente*"[55], logo as filhas e mulheres dos sombreireiros com unidades de produção de chapéus podiam trabalhar nos mesmos sem necessitarem de se inscrever no ofício. Desta forma, podemos compreender a coincidência das desistências das tecedeiras com as inscrições sombreireiros. Além de mais, o crescimento das tecedeiras no espaço geográfico dos sombreireiros em 1783-99, leva-nos a colocar a hipótese de as tecedeiras puderem trabalhar, preparando a lã, quer a salário, quer a trato, para as oficinas dos sombreireiros, principalmente as que realizavam tarefas de acabamento dos chapéus (vd. mais à frente). Afinal, a exemplo do que se passava em Braga em 1773, onde a propósito do trabalho das mulheres nas oficinas dos sombreireiros se refere "*grande número de mulheres que aparelham os chapéus*"[56].

[54] ANTT, "Impostos- Feira 1762", livro n.º 2270, Livro dos Maneios e Arruamentos de Oliveira de Azeméis.
[55] AMSMF, "Livro dos Registos dos Ofícios" 1755-1771, fl. 82.
[56] Oliveira, Aurélio - *A indústria em Braga entre 1750 e 1820,* in Brácara Augusta, vol. XLI, n.º91/92, 1988/89, p. 243.

Capítulo V

O Processo produtivo dos sombreireiros

Identificados os protagonistas, a sua distribuição e dinâmicas, cumpre, de seguida reconstruir o processo produtivo, pelo que se procurará definir quer os factores matérias primas e processos técnicos, quer a injecção de capitais.

1. As matérias-primas

São tardias as descrições que temos acerca dos sombreiros. Tratava-se de um chapéu de lã, grosseiro, pesado, podendo a matéria prima feltrar, ou seja, as fibras que compõem a lã podiam sobrepor-se e aderir facilmente umas às outras com emprego de produtos e processos especiais, dando origem à formação de matéria resistente e maleável- o feltro[1]. Tinham muito mais resistência que os finos, mas tinham a desvantagem de se tornarem muito mais quentes, mais pesados e perderem a forma com muito maior facilidade. Em contrapartida, dadas as poucas operações exigidas, eram mais baratos[2].

A matéria prima principal utilizada pelos sombreireiros era a lã fina e grossa[3]dos ovinos, embora no Porto também se usasse a lã de cabra, importada, para o fabrico de chapéus grossos[4]. A partir do regimento dos sombreireiros de 1723 (vd. cap. VI, ponto 1) e de informações bibliográficas, as principais matérias primas dos chapéus grossos de lã eram:

a lã fina e ordinária, de cor branca ou parda;

- a carneira, conhecida como "tira", que podia ser de couro, de oleado, de papel e de fita de seda, dado que um bom chapéu levava sempre uma tira de couro, que não só valorizava o chapéu, como também diminuía o incómodo do suor na testa, devido à porosidade do cabedal[5];

---

[1] Santos, António Ferreira dos - *Monografia o Chapéu*, in Revista de indústria Portuguesa, n.º 235, 1947, p. 502.
[2] Idem, ibidem, p. 553.
[3] Lima, António ; Ribeiro, Jorge - *Indústria* chapeleira em S.João da Madeira, Câmara de S.João da Madeira, 1987, p. 103.
[4] Ramada, José António Real Pereira - *A indústria da chapelaria Portuense entre 1750 e 1852*, Porto, 1997, p. 447.
[5] Santos, António Ferreira dos - *Monografia...*, p. 556.

- o forro, revestimento interno que podia ser de holandilha normal ou fina ou de carneira;
- a fita, que era um adereço também indispensável, que circundava o fundo da copa, rente à aba. Muitas vezes a própria aba é debruada com uma fita mais estreita, constituída pelas mesmas matérias primas a que se chama debrum;
- penas e bandas de veludo, que serviam de adorno (principalmente conhecidas nos chapéus das varinas e mulheres da Beira Litoral)[6];
- a holandilha, um tecido grosso de linho usado para forrar os chapéus mais baratos;
- as tintas para os colorir.

Assim, sabe-se que os sombreiros chapéus da Vila da Feira eram feitos principalmente de lã fina e ordinária, de cor branca ou parda, forrados com holandilha fina ou preta e pele carneira. A lã era a matéria prima mais importante na produção dos chapéus e, como tal, decisiva no preço dos mesmos. Centremo-nos nas suas características.

1.1 A lã

A aquisição da lã, (assim como a comercialização dos chapéus), conferira à Vila da Feira um papel importante de dinamização económica num quadro não só local, mas também intra regional e internacional.

A lã era utilizada principalmente nos chapéus grossos de Braga, Porto e Feira. No Porto, era utilizada a lã fina do Alentejo, de Trás-os-Montes, da serra ou do reino[7]; em Braga , a lã de Trás-os-Montes e do Alentejo[8]; no concelho da Feira utilizava-se a lã proveniente do Alentejo, de Pinhel e da Moita no concelho da Anadia[9]. Contudo, os sombreireiros ainda utilizavam a lã produzida nas encostas das suas freguesias (vd. ponto 3.1 cap. I) e ainda a lã das serranias de Vale de Cambra e da serra da Freita, a qual era normalmente comprada nas feiras ou ao domicílio[10].

Como observamos atrás, o regimento dos sombreireiros da Feira além de indicar a lã fina e a lã ordinária, refere ainda, de forma implícita, a lã branca e a lã preta, quando

---

[6] Lima, António ; Ribeiro, Jorge - *Indústria chapeleira em S.João da Madeira*, Câmara de S.João da Madeira, 1987, p. 121-122.
[7] Ramada, José António Real Pereira, *A indústria da chapelaria ...*, p. 447.
[8] Oliveira, Aurélio - *Indústria de Braga entre 1750-1820*, in Brácara Augusta, vol. XLI, n.º 91/92, 1988/89, p. 142.
[9] Justino, David - *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, Lisboa, vol. I, p. 263-264.
[10] O comissário da Arrifana, José Dias Leite fornece lã ao sombreireiro Manuel Leite da mesma freguesia.

estabelece o preço de chapéu branco ou pardo para frade Franciscano ou Carmelita[11] (vd. anexo 1, cap. VI).

Ao concelho da Feira , como ao de Braga, ou do Porto chegava a lã Alentejana. Era de boa qualidade[12], era mesmo a de melhor qualidade e fácil de trabalhar manualmente[13]. A lã preta provinha de Pinhel e era de mais baixa qualidade, sendo vendida pelos almocreves aos donos das oficinas de Oliveira de Azeméis e Macieira de Cambra[14].

1.1.1. O abastecimento da lã

Os sombreireiros, podiam adquirir a lã na própria oficina, fornecida por vendilhões ambulantes e almocreves[15]. Negociavam também com produtores/comerciantes de lã, vizinhos, como acontecia com o mestre sombreireiro Luís Gomes da Fonseca de S. João da Madeira que se dá como devedor a António da Silva da freguesia da Arrifana, de noventa e sete mil e setecentos réis "*procedidos de lans que lhe vendera no tempo de sua defunta mulher*"[16]. Da mesma forma o sombreireiro de Silvares de Carregosa, José Henriques de Bastos e sua mulher fazem confissão de dívida a Manuel Soares dos Santos de "*várias parcelas de dinheiro que este lhe tinha emprestado e por eles tinha pago a Domingos José, do Picoto de Cesar de lã que lhe tinham comprado fiado se achavam a dever ao dito Manuel José Soares dos Santos a quantia de quarenta mil réis*"[17]. Ou ainda a confissão de dívida que faz o sombreireiro Manuel Leite do lugar do Outeiro de Cima da Arrifana ao comissário José Dias Leite, da quantia de 63000 réis "*procedidos de lãs e mais aprestos para chapeos*"[18]. Outras vezes, era o próprio sombreireiro, que se organizava em sociedade para "*contrato de chapeos e laã*"[19], podendo dessa forma utilizar a lã para a sua produção, ou fornecer os sombreireiros da região.

---

[11] AMSMF, "Livro dos Acordãos...", fls. 74v-75.
[12] Matos, Ana Maria Cardoso de - *Ciência, Tecnologia; e Desenvolvimento industrial no Portugal oitocentista- o caso dos lanifícios do Alentejo*, Estampa, Lisboa, 1998, p. 275.
[13] Madureira , Nuno Luís - *Mercado e Privilégios. A indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, 1997, p. 371.
[14] Justino, David - *A formação do espaço...*, p. 264.
[15] Idem, ibidem, p. 264.
[16] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira, 1798, livro n.º 348, fl. 120.
[17] ADA, "Registos Notariais",Vila da Feira, 1791, livro n.º 316, fl. 44.
[18] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira, 1793, livro n.º 321, fl. 335v.
[19] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira, 1769, livro n.º 223, p. 146v. Trata-se da sociedade formada pelo sombreireiro Manuel Gomes o Novo, das Corgas de S. João da Madeira, com o contratador de solas e agora também de lãs, António Dias Jorge. Entrariam cada um com 100 mil réis. Mas, como o sombreireiro já tinha recebido a parte do sócio, "*obrigava-se a tratar e contratar os sobreditos géneros como cabeça da dita sociedade*".

É obvio que os valores envolvidos nos empréstimos e as características da dita sociedade, sugerem-nos que os fornecedores de lã, mais do que produtores deviam ser comerciantes e armazenistas que a adquiriam quer na região, quer em mercados mais longínquos.

Mercados e feiras da região eram os primeiros a ser procurados. Por exemplo, o mercado de Moita, no concelho de Anadia, abastecia de lã a chapelaria de Oliveira de Azeméis[20].

Pensamos contudo, que à medida que se incrementava a produção havia necessidade de recorrer a espaços mais afastados e a sua aquisição revestia características capitalistas. Com efeito, durante a segunda metade do século XVIII, o comércio da lã Alentejana teve essas características, através da presença de comissários que representavam produtores nacionais ou estrangeiros[21]. Estes comissários controlavam os mercados, monopolizando e açambarcando as lãs pelo adiantamento de dinheiro aos produtores[22], na tentativa de conseguir melhores preços.

Os negociantes e comissários de Oliveira de Azeméis abasteciam-se aí da lã[23] que distribuíam posteriormente aos sombreireiros da região. O referido comissário- José Dias Leite, porque adianta ao sombreireiro matérias primas que serão pagas com juros[24] (vd. à frente ponto 3.3 do cap. VI), encontra-se com certeza nesse rol de negociantes.

A relação dos negociantes de Oliveira de Azeméis de 1812[25] apresenta-nos principalmente, comissários de chapéus, os quais, como se verifica, acumulavam funções.

Estes comissários eram indivíduos que "*enquadrando actividades que lhes são fundamentais, a agricultura e criação de gado (feira de gado relacionada com o interior de Cambra), os sombreireiro,... tinham aqui um peso extraordinário, fomentando a comercialização, quer das matérias-primas, quer dos produtos acabados*"[26].

A lã podia ser cedida pelos negociantes ao produtor, responsabilizando-se os mesmos pela compra dos chapéus, como acontecia em Braga[27].

---

[20] Justino, David - *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, Lisboa, vol. I, p. 263.
[21] Silbert, Albert - *Le Portugal Mediterrané à la fin de l'ancien régime*, Lisboa, 1978, vol. II, 2ª edição, p. 684.
[22] Justino, David - *A formação do espaço...*, p. 261.
[23] Idem, Ibidem, pp. 262-263.
[24] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira, 1793, livro n.º 321, fl. 335v.
[25] ANTT-JC, maço 12, "Contribuição de defesa", 24/8/ 1812.
[26] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, pp. 605-606.
[27] Oliveira, Aurélio - *A indústria em Braga entre 1750 e 1820*, Brácara Augusta, vol. XLI, n.º 91/92, 1988/89, p. 145.

Na cidade do Porto, para evitar açambarcamentos das lãs, determinava-se que as mesmas fossem partilhadas pelo juiz e escrivão do ofício pelas várias oficinas, consoante a sua capacidade de produção[28]. Logo, na medida em que coexistiam produtores com níveis diferentes de produção, esta deliberação corporativa destinava-se a defender os mestres mais pobres.

A acelerar este movimento comercial no concelho da Feira, ainda em princípios da década de 1790, as lãs estavam libertas das imposições das sisas[29], o que lançou descontentamento por parte de outros espaços produtores. No entanto, tal facto não significa que houvesse inteira liberdade de movimentação e comércio. Por exemplo, nos princípios do século XIX, os sombreireiros de Oliveira de Azeméis que pretendiam deslocar-se entre as várias localidades para comerciar tinham que pagar "*licenças das câmaras daqueles distritos em que se fazem os mercados*", razão pela qual se queixam[30].

Apesar das dificuldades, comissários e negociantes, podiam constituir-se em grossos possuidores de capitais emprestando, comprando, movimentavam-se para negociar com o produtor, quer nos seus armazéns, quer nas feiras e mercados da região (vd. à frente ponto 2.3, cap. VI).

Existem, em resumo, diversas formas de abastecimento de lã, no entanto, a acção dos comissários era preponderante, principalmente quando se tratava de aquisições feitas a longa distância, as quais implicavam avultados investimentos de capital.

1.1.2 As rotas

David Justino refere-nos três locais de origem da lã, donde provinha o necessário abastecimento dos sombreireiros da Vila da Feira. Ligados a esses locais desenhavam-se outros tantos circuitos ou rotas, que passamos a apresentar. (vd. mapas 1e 2).

---

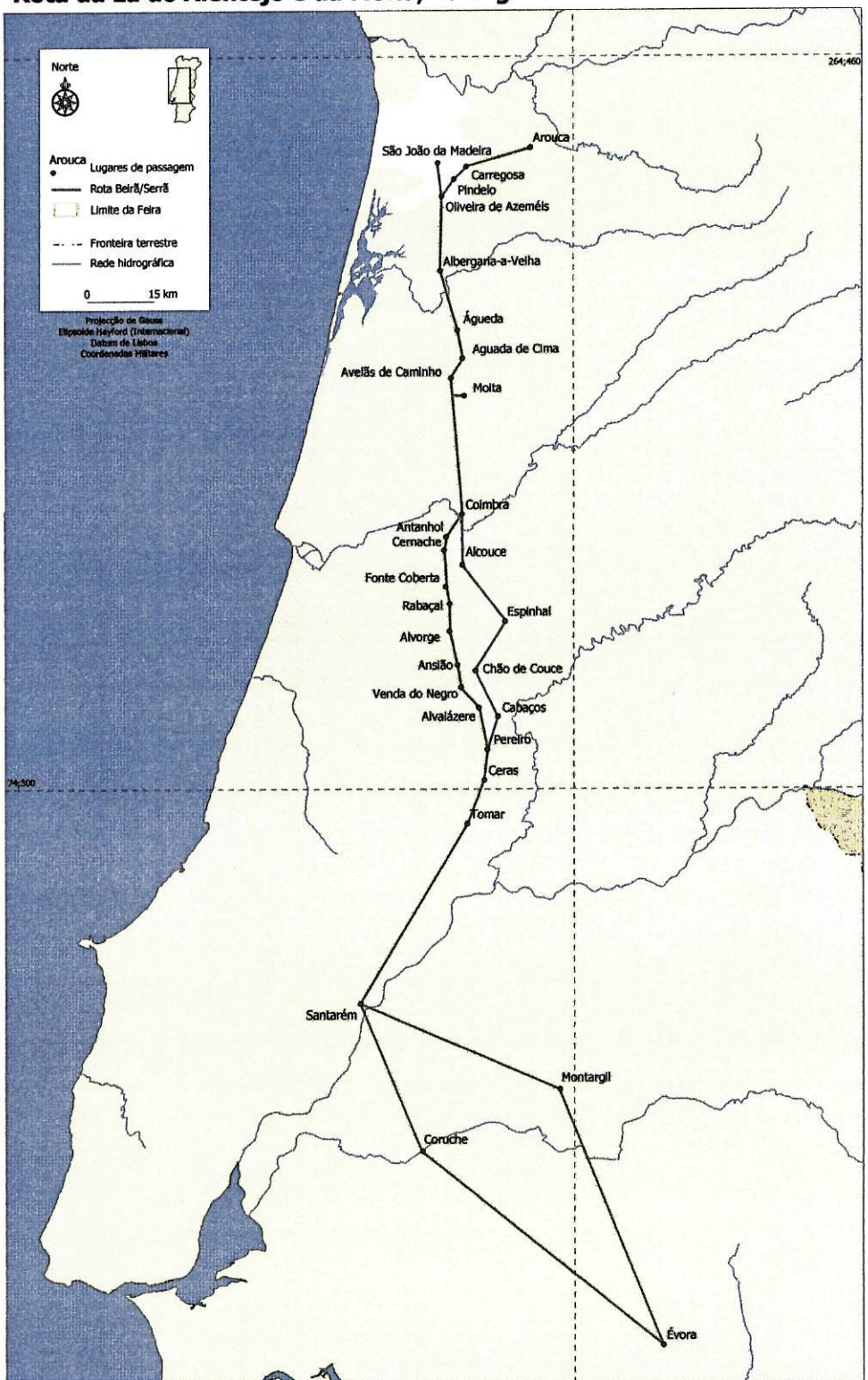
[28] BMP, *Compromisso dos sombeireiros*-1804, cap. 19.

[29] AHMOP, JC 7, *Providências gerais acerca das fábricas- requerimento dos mestres sombreireiros de Braga relativo às sisas, em 22 de Agosto de 1791*, fls. 1-45. Na resposta do doutor juiz das sisas da Feira ao pedido de Manuel António Alves Chaves, de Lisboa, refere-se que não existe qualquer indicação de pagamento de sisas das lãs.

[30] ANTT, CX, 73, doc. 46.

Mapa 1

Rota da Lã do Alentejo e da Moita, na segunda metade do século XVIII



Fonte: AMORIM, Inês, *Aveiro e sua Provedoria no século XVIII (1690 - 1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Porto, 1996, p. 99-100.
DAVEAU, Susanne, *A estrada coimbrã. O traçado pela terra de Ancião*, Lisboa, 1998, p. 459.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.

fac letras univ porto
serv doc informação
cartografia 2002

Rota da lã do Alentejo

Partia, principalmente da feira de S.João de Évora que "*era o principal mercado das lãs do Alentejo*"[31], seguia por Coruche, Montargil, Santarém até Tomar. A partir daqui até Coimbra, seguia a Estrada Coimbrã a qual se subdividia em dois itinerários principais: o da serra do Ancião e o da depressão periférica (vd. mapa 1). Do século XV ao XVIII o itinerário prioritário era o da serra do Ancião, pois "*o chão seco das serras calcárias, que permitia circular mesmo durante o Inverno, era com certeza o mais forte argumento para escolher um percurso mais acidentado e cansativo do que o que seguia pela depressão marginal. Esta último apresentava em tempo chuvoso frequentes atoleiros e ribeiras difíceis de atravessar*"[32].

Iniciava-se em Tomar, passando por Soiando, Ceras, Pereiro, Alvaiázere, Venda do Negro, Ancião, Alvorge, Rabaçal, Fonte Coberta, Cernache até Coimbra.

Na Anadia, a Estrada Real recebia as lãs provenientes da Moita, as quais eram fundamentais para o abastecimento da indústria de chapéus grossos de Oliveira de Azeméis[33]. Depois seguia por Avelãs de Caminho, Aguada de Cima, Águeda, Albergaria até Oliveira de Azeméis, em direcção ao Porto.

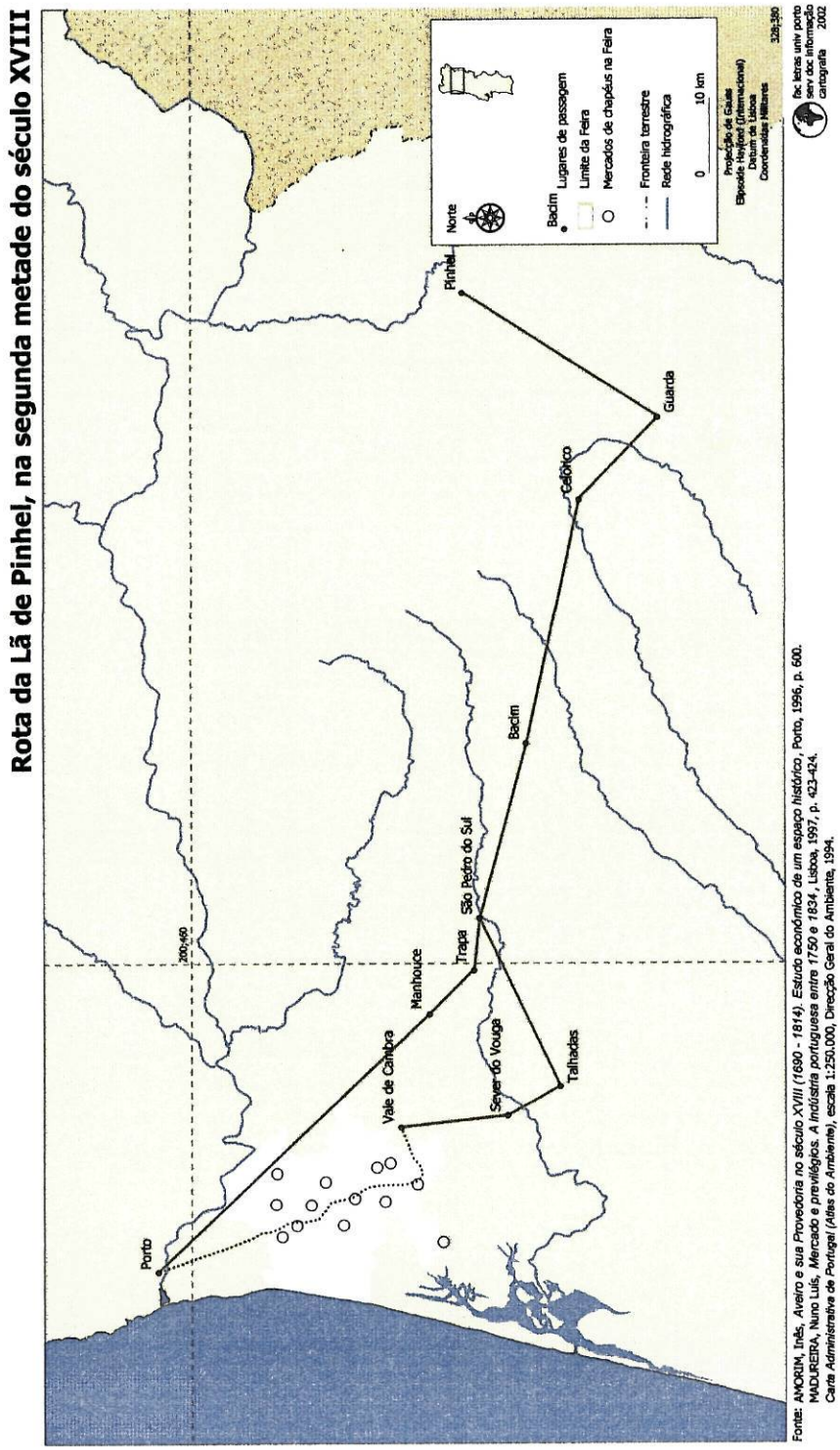
De Oliveira de Azeméis partiam dois ramos de estradas para Leste. Um que passava por Pinhão e Macieira de Cambra; outro que saía em direcção a Carregosa e que se ia encontrar com o anterior. Ambos se dirigiam a Vila Cova do Porrinho , direccionados para Arouca[34].

Estes caminhos atravessavam as freguesias de Ossela, Pindelo e Carregosa, abastecendo-as de lã proveniente do sul, via Estrada Real e da lã vinda das serras de Arouca, Freita, Viseu e Cambra. S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Arrifana beneficiavam directamente do abastecimento das lãs, pois eram atravessadas pela Estrada Real.

---

[31] Daveau, Suzanne - *A Estrada Coimbrã. O traçado pela serra do Ancião*, in *Estudos e Ensaios em homenagem a V. Magalhães Gordinho*, Lisboa, 1988, p. 459Idem, ibidem, p. -260.
[32] Idem, Ibidem, p. 459.
[33] Justino, David - *A Formação do espaço...*, o, c. p. 263.
[34] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...,o, c.* p. 99.

Mapa 2



Fonte: AMORIM, Inês, *Aveiro e sua Provedoria no século XVIII (1690 - 1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Porto, 1996, p. 600.
MADUREIRA, Nuno Luís, *Mercado e privilégios. A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, 1997, p. 423-424.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.

Rota da lã Serrana (Pinhel)

A qualidade da lã serrana, nomeadamente de Pinhel, era mediana[35] e sendo de baixo preço, permitia que os almocreves a comercializassem em regiões distantes, principalmente em oficinas, feiras e mercados de Cambra, Pindelo, Carregosa, Talhadas, Sever, etc. A feira de Cambra, sendo "*ponto de encontro entre as serranias e a planície do vale de Cambra e freguesias que lhe estão ligadas, na direcção de S.João da Madeira e Oliveira de Azeméis*"[36], permitia a ligação efectiva entre os comerciantes de lã da serra e os sombreireiros da Vila da Feira.

A rota da lã de Pinhel (mapa 2) foi possível construir através de informações que Nuno Luís Madureira nos transmite, quando se refere aos custos de transporte das mercadorias necessárias à indústria[37] e ao "Mapa de estradas de Portugal-1808"[38].

Assim, a lã saía de Pinhel em direcção à Guarda e depois a Celorico; daqui seguia por Bacim, Souto de Vide até S. Pedro do Sul; depois, caso fosse em direcção ao Porto, desviava por Trapa e Manhouce, ou então seguia para Talhadas, Sever, Cambra, Carregosa, Pindelo, Ossela etc.

Tratava-se de um caminho muito difícil, como de resto a maioria das vias Portuguesas, facto que fazia encarecer o produto[39]. No entanto, tal como afirmámos atrás, só um baixo custo no produtor e a participação nas feiras, por circuito, permitia aos almocreves realizar estas viagens com algum proveito.

1.1.3 O preço da lã

O preço da lã dependia, evidentemente, dos custos de produção, mas sobretudo da oferta e da procura, de tal modo que a lã grossa, de pior qualidade, chegava a ser mais cara que a lã fina, quando os fabricantes de panos a utilizavam, como aconteceu no último quartel do século XVIII[40].

---

[35] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios. A indústria Portuguesa do século XVIII*, Lisboa, 1982, 1997, p. 371.
[36] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 602.
[37] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios...*,pp. 420-425.
[38] Macedo, Jorge Borges de - *Problemas da história da indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1982
[39] Idem, ibidem, p. 14.
[40] Matos, Ana Maria Cardoso de - *Ciência, Tecnologia; e Desenvolvimento industrial no Portugal oitocent ista- o caso dos lanifícios do Alentejo*", Lisboa, 1998, p. 275.

Não temos dados concretos sobre o preço da lã na Feira, por isso, tivemos que recorrer a informações relativas a outras localidades, com as quais construímos um quadro, na tentativa de nos aproximarmos do seu valor, no concelho (vd. quadro 1).

Quadro 1 - Preços das Lãs

Localidade	Época	Tipo de lã	Aplicação	Preço/ arroba (em reis)
Braga [1]	2ªmetade séc.XVIII	Lã fina do Alentejo Lã comprida fina	Chapéus 1ªclasse	4800 4600
Braga [1]	2ªmetade séc.XVIII	Tràs-os- Montes Lã fina Lã grossa	 Chapéus 2ª classe	3600 3200
Évora (feira de S.João) [2]	Vésperas da revolução francesa	Lã		3500
Castelo Branco, Guarda e Pinhel [3]	2ªmetade séc.XVIII	Lã branca ordinária		2400
Beiras [2]	Último quartel do séc.XVIII.	Lã branca Lã preta Lã fina Lã ordinária		3000-3200 4000 1800 2700-3000
Feira [4]		Lã do Alentejo Lã de Pinhel Lã da Moita	Chapelaria de Oliv. Azeméis	

Fonte: 1 Oliveira, Aurélio de, *Indústria em Braga entre 1750-1820*, in Brácara Augusta, vol. XLI, 91/92, 1988/89 pág. 146.
2 Matos, Ana Mª Cardoso de, *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista- O Caso dos Lanifícios do Alentejo*, Lisboa, 1998, Pág 281.
3 Madureira, Nuno Luís, *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, 1997, Pág 378.
4 Justino, David, *A formação do Espaço económico Nacional, 1810-1913*, Lisboa, vol I.

Da sistematização dos dados verifica-se:

- em Braga, a lã fina Alentejana era mais cara que a lã fina e grossa de Trás- os- Montes, sendo o primeiro tipo de lã utilizado nos chapéus de primeira classe e o segundo nos chapéus de segunda classe[41];
- na Feira de S. João, em Évora, nas vésperas das invasões Francesas, a lã custava 3.500 réis a arroba[42];
- nas comarcas de Castelo Branco, Guarda e Pinhel as lãs brancas ordinárias custavam por arroba 2.400 réis[43];
- nas Beiras, no último quartel do século XVIII o preço da lã branca variava entre 3.000 e 3.200 réis, enquanto as lãs pretas custavam cerca de 4000. Na mesma altura as lãs finas custavam 1.800 réis, em oposição às ordinárias, cujo preço oscilava entre 2.700 e 3.000

[41] Oliveira, Aurélio de - *Indústria em Braga...*, p. 146.
[42] Matos, Ana Maria Cardoso de - *Ciência, tecnologia...*, p. 281.
[43] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e Privilégios...*, p.378.

réis[44]. Verificamos que, apesar de normalmente as lãs finas serem mais caras que as ordinárias, prevalecia a oferta e a procura, daí ser mais cara a lã ordinária.

Para chegarmos ao preço da lã no concelho da Feira, tivemos em conta que se utilizava lã fina Alentejana, ordinária das Beiras, preta e branca e que normalmente era a oferta e procura a determinar qual o preço de cada tipo de lã. Desta forma, confrontando o preço da lã no Alentejo, 3500 réis a arroba, com o preço exigido pela companhia das lãs aos sombreireiros de Braga 4.800 réis, concluímos que há uma diferença de 1.300 réis para o custo de transportes e o lucro da companhia. Neste pressuposto diríamos que a Feira estava em posição mais vantajosa, pois, por um lado, os custos de transporte seriam menores dada a maior proximidade à origem da lã; por outro, poderiam regatear preços com os vários fornecedores. Por isso, aventamos a hipótese de a arroba de lã Alentejana ser de preço inferior ao praticado em Braga.

Relativamente à lã branca ordinária de Pinhel, se a mesma custava 2.400 réis a arroba e lhe acrescentarmos um custo de transporte entre 800 e 1000 réis, teremos o preço de 3.200 a 3.400 reis a arroba no consumidor. O mesmo se passará com a lã ordinária ou a lã fina das Beiras, mas tendo sempre presente a situação do mercado na altura da compra. No entanto, outros factores podiam intervir no preço ao consumidor, nomeadamente a especulação, a exemplo do que se passava em Braga no início da década de 1770[45].

2.As unidades de produção

Até finais do século XVIII, as unidades de produção dos chapéus do concelho da Feira integravam-se plenamente no panorama nacional, "*a unidade produtora quase exclusiva continuava a ser a oficina, muitas vezes instalada na própria habitação; noutros casos nem sequer existia oficina isolada na própria habitação*"[46]. Os chapéus grossos de lã eram fruto do trabalho disperso de pequenas oficinas ou de famílias rurais. Aliás o trabalho era executado na própria casa térrea ou então em oficina anexa, sendo difícil distinguir habitação de oficina[47]. Portanto, tratava-se de uma produção caseira e oficinal, mas profissionalizada,

[44] Matos, Ana Maria Cardoso de - *Ciência, tecnologia...*, p. 276.
[45] Oliveira, Aurélio de - *Indústria em Braga, ...*, p. 144-145.
[46] Macedo, Jorge Borges de - *Problemas da História...*, p. 62.
[47] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial...*, p.169.

onde o mestre orientava uma produção, que necessitava de investimento e controlo, dado ser um trabalho difícil que exigia aprendizagem demorada.

No Porto, a produção fazia-se em pequenos edifícios térreos[48] e em Braga em pequenas oficinas-lojas[49]. Vejamos o que acontece no concelho da Feira

2.1 Instalações, equipamento técnico e fabrico

Os Anais de Oliveira de Azeméis, obra de referência tardia, referem relativamente ao fabrico dos chapéus grossos de lã para meados do século XVIII, *"que a gente de S.João da Madeira se dedicava ao fabrico manual, caseiro ou de pequenas oficinas"* [50]. No sentido de confirmar e completar estas informações para a Feira, recorremos às décimas de 1762[51] donde se retiraram informações sobre o tipo de habitação dos sombreireiros das freguesias de Arrifana, S.João da Madeira e Oliveira de Azeméis. O conjunto dos dados permite fazer as seguintes apreciações:

- a maioria das habitações eram térreas;
- apenas existem casas arruadas na Rua de Arrifana e Oliveira de Azeméis, algumas de sobrado;
- em dois casos, surge referência ao termo "loja" na habitação. Um em Arrifana: *"umas casa de sobrado com sua loja de Teotónio Nunes dos reis em que ele vive que os louvados avaliaram em 1.600 réis de que vem a décima de 144 réis"*[52]. Outro, também em Arrifana, lugar da Azenha e relativo a João Leite de Pinho, sobre o qual se refere *"sombreireiro com loja sua"*[53].
- em todas as freguesias, há vários casos de casas alugadas, podendo algumas delas servir para o exercício do ofício. Por exemplo, o sombreireiro de Oliveira de Azeméis, Francisco de Bastos tem casa própria, mas também *"traz verbalmente de aluguer casas de Ventura de Almeida"*[54], pelas quais paga a razoável renda de 3600 réis.

---

[48] Ramada, José António Real Pereira - *A indústria da chapelaria Portuense entre 1750 e 1852*, Porto 1997, p. 452.
[49] Oliveira, Aurélio, - *A indústria em Braga...*, p. 230.
[50] Baseado em Lima, António; Ribeiro, Jorge - *Indústria chapeleira em S.João da Madeira*, Câmara de S.João da Madeira, 1987, p. 121.
[51] ANTT, "Impostos, Feira, 1762", livros n.º 2264 e 2270.
[52] ANTT, "Impostos, Feira, 1762", livro dos maneios, n.º 2270. .
[53] ANTT, "Impostos, Feira, 1762", livro dos maneios, n.º 2270
[54] ANTT, "Impostos, Feira, 1762", livro dos Prédios, n.º 2264.

Como apreciação global, diremos que a produção dos chapéus poderia ser feita nessas lojas, a maioria em casas de sobrado, também possíveis locais de venda, a exemplo do que se passava no Porto e em Braga[55]. Tanto podia trabalhar numa casa específica, tipo oficina, como se comprova pela hipoteca de dívida que faz o sombreireiro de S. João da Madeira, Joaquim Marques, que refere "*e em especial hipotecavam ao dito pagamento a sua casa da tenda do ofício de sombreireiro*"[56]; como em simples casas térreas, caso do mestre Luís Gomes Fonseca. Assim, os locais de produção diversificavam-se, sendo a oficina um espólio valioso, como se atesta através do valor dado à casa da tenda de sombreireiro, na hipoteca referida atrás.

A questão que se coloca é do número de oficinas e do volume de oficiais por unidade. À partida existiam muito mais oficinas nas três freguesias referidas que as correspondentes ao número de mestres indicados nas décimas de 1762 (4), pois os sombreireiros de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Arrifana, que pagaram décima nessa data, somavam 102, um valor que pelos números de outras localidades deveria implicar um maior número de mestres. Pensamos que, apesar do zelo dos louvados, a fuga ao fisco era uma realidade. Por exemplo, o mestre João Leite de Pinho da freguesia da Arrifana, a que aludimos atrás, surge nas décimas de 1762 como "sombreireiro com loja sua" e não como mestre, pagando somente 400 réis de décima de maneio.

A acreditar naqueles números teríamos para cada mestre (4) uma média de 25 sombreireiros, ou então os oficiais trabalhavam individualmente nas suas habitações determinada fase do fabrico, embora sob a vigilância desses mestres.

Qual seria o resultado dessas associações em termos produtivos? Não temos dados sobre a matéria, apenas informações qualitativas, no entanto podemos recorrer à produção de Braga e a partir da mesma fazer uma previsão para o concelho da Feira. Vejamos: em 1804 na fábrica do já citado mestre sombreireiro António José da Silva trabalhavam 18 operários, os quais produziam cerca de 100 chapéus semanais[57]. Tendo como base estes números, os cerca de 100 sombreireiros das freguesias referidas nas décimas de 1762, produziriam cerca de 530 chapéus semanais. É evidente, que o caso do sombreireiro de Braga refere uma fábrica com divisão de tarefas bem vincada e com trabalho contínuo, aspectos que em alguns casos podia

[55] Oliveira, Aurélio de - *Indústria em Braga..., p. 232.*
[56] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira, 1801 livro n.º 364, fl. 35.
[57] AHMOP, J C 8, *processos de licenciamento de fábricas e matrícula dos seus serventes,* processo de António José da Silva, sombreireiro de Braga.

não se verificar na Feira, por isso a produção deste concelho devia ser, proporcionalmente, em menor quantidade. Contudo, deixamos esta pista para previsão da produção de chapéus no concelho da Feira.

As referências já na 2.ª metade do século XIX, sobre o estado da tecnologia na produção de chapéus são elucidativas: "*Estou persuadido de que há séculos estes produtos figuravam no mercado como ainda hoje figuram sem diferença alguma notável". Daqui se deduz que a evolução foi praticamente nula por não terem,*[*diz o autor*] *"os consumidores mostrado exigência de animação".*[58]

Perante esta afirmação, pareceu-nos legítimo apontar aqui os dados do inquérito industrial de 1881. Segundo este, genericamente, os principais instrumentos de trabalho eram os seguintes: caldeira de cobre para escaldar a lã; arco de madeira com corda de tripa, retesada, para bater a lã; calota de cobre que aquecida permitia unir as "capetas", caldeira de cobre para "bastir", tina ou caldeira de cobre para "infurtir", tina ou caldeira para tingir; forma de madeira e ferro quente. Havia ainda uma multiplicidade de pequenos instrumentos espalhados pelo espaço das oficinas.

Sobre o processo de fabrico dos chapéus grossos de lã na Vila da Feira durante o século XVIII, existe grande falta de informação, por isso, socorremo-nos de alguns dados relativos ao século XIX, mas que eram uma realidade no século XVIII. Assim ,recorremos ao relatório de Agostinho Roxo, de 1865, citado por Maria Filomena Mónica sobre o estado da chapelaria [59].

Escreve o autor que "*Em Portugal a fabricação de chapéus de lã, que em geral se chamam chapéus grossos, é hoje, como sempre tem sido, muito importante, por serem aqueles chapéus os que mais convêm à gente empregada em trabalhos rurais. Esta concorrência, junto à sua barateza, faz que esta classe de chapéus tenha grande consumo no país e desde longa data, também algum no Brasil".*

O fabrico dos chapéus de lã implicava um trabalho moroso, complicado e sujeito a um número variado de operações. Assim numa primeira fase, "*A lã começava por ser escaldada em caldeiras de cobre durante horas, depois era lavada em água fria corrente, após o que era posta a secar ao sol, sendo escolhida, cortada, e cardada até ficar lisa. Depois era*

---

[58] Mónica, Maria Filomena - *Artesãos e operários*, Lisboa, 1986, p. 25-26. A autora cita o inquérito industrial de 1881.
[59] Idem, Ibidem, p. 27.

"arcada", isto é, dividida pelas pancadas de uma corda de tripa, retesa por meio de um arco de madeira, suspenso no tecto. Depois de arcada era empastada. Com ela se formavam então em moldes de papelão ou linho grosseiro, as "capetas", ou seja, as peças de cuja união saía o chapéu. Seguia-se a operação chamada "bastir" que consistia em unir, sobre uma calota de cobre aquecida por um fogareiro as capetas ou capuzes, comprimindo-os e humedecendo-os entre um pano de linho grosso, até tomarem consistência e aderirem entre si. O chapéu neste estado dizia-se "baastido"e estava pronto a ser "infurtido". Na Segunda fase, "*Os operários mergulhavam seguidamente o chapéu numa caldeira de cobre cheia de água a ferver com bitartarato de potassa e depois batiam-no e comprimiam-no fortemente até que ele ficasse reduzido a cerca de um terço do volume. Depois de infurtido, era tinto por imersão durante 12 a 18 horas na tinta a ferver, após o que era lavado e seco, colocado numa forma de madeira e passada a cola"*. Finalmente na terceira fase, "*era alisado com um ferro quente, debruado e forrado*"[60].

Vejamos, como se processava a produção em Braga:

"*É a cidade onde mais se trabalha em lãs... mais de 500 homens, uns ajuntam, e a conduzem ao local de fabricação, outros a limpam e cardam, outros a lavam e batem na água, outros a esfregam e reunem formando della os chapéus, uns compõem as tintas e as tingem, outros lhe dispõe a sua venda*"[61]. Estamos perante um tipo de produção onde havia divisão de trabalho no seio de uma mesma unidade.

2.2 Divisão de tarefas

Na Feira, durante a Segunda metade do século XVIII, haveria também divisão do trabalho? As palavras de Agostinho Roxo a propósito da semelhança da produção da sua época com a de há muitos anos atrás, pode levar a pensar que sim. Todavia, refere-se a oficinas alargadas do género das de Braga ou Porto dos princípios do século XIX. Parece-nos que muitas vezes, uma fase inicial pudesse ser executada individualmente em casa do sombreireiro, sendo as restantes realizadas em oficina de produtor com maiores possibilidades económicas, pois havia necessidade de caldeira de cobre para tingimento, de artefactos diversificados que implicariam avultadas despesas.

[60] "Inquérito Industrial de 1881", vol. 5, p. 273. Trata-se da descrição do processo de fabrico em uso na fábrica de D. F. Valença de Oliveira de Azeméis.
[61] Oliveira, Aurélio de - *Indústria em Braga...*, p. 143.

Esta hipótese pode ligar-se ao que acontecia em 1881 na fábrica de José António Costa, em S. João da Madeira, que empregavam 18 homens e 10 mulheres trabalhando de sol a sol, onde trabalhavam ainda mais 20 operários que recebiam dele em suas casas a matéria prima e traziam depois o chapéu feito por preço ajustado[62]. Estes operários trabalhariam nas suas oficinas primitivas, desempenhando apenas a primeira fase do processo de fabrico. Os seus antepassados, funcionariam de forma similar.

É bem provável que no concelho da Feira, ao longo da Segunda metade do século XVIII, os sombreireiros trabalhassem em oficinas muito simples, com equipamento técnico elementar, num processo de fabrico todo ele controlado pelo mestre, mas onde poderia haver já divisão de trabalho nos moldes que referimos. Possivelmente o século XIX não fez mais que continuar um processo já antes iniciado, tanto mais que, tendo em conta o processo por etapas do fabrico dos chapéus, era bem possível que os custos de uma prancha e uma caldeira, peças essenciais na tinturaria, não fossem de utilização individual. Em Braga e arredores, nos fins do século XVIII, um negociante para instalar uma fábrica- oficina para a produção de chapéus grossos de lã entrava com uma prancha de cobre no valor de 4.455 réis, uma caldeira também de cobre por 9.570 réis e para a compra de lã, aprestos e ferramentas com 48.000 réis. Tratava-se de um orçamento semelhante ao que era necessário para a instalação de uma sapataria ou carpintaria[63].

No entanto, as fontes pesquisadas exigiram o recurso a informações de carácter geral já referenciadas por autores como Jorge Pedreira, Nuno Luís Madureira, etc. e ainda a pesquisa em documentação notarial.

A produção de chapéus da Feira, segundo Jorge Pedreira, ocupava gente numerosa em trabalho caseiro[64], embora existissem muitos oficiais sombreireiros que trabalhavam para o seu mestre provavelmente em oficina própria. A confirmar tal facto registe-se o sombreireiro Manuel de Sousa da freguesia da Arrifana, que passou procuração com a finalidade de obrigar o seu mestre João Leite de Pinho do lugar da Azenha da mesma freguesia a pagar "*a quantia de 5060 réis de jornais*"[65]. Verifica-se assim, que o trabalho era pago à jorna e não por peça produzida, aliás como acontecia com os pedreiros de alvenaria (vd. ponto 2, cap.II). Nestas

[62] BMP, "Inquérito Industrial de 1881", vol. 5, pp. 273/274.
[63] Oliveira, Aurélio de - *Indústria em Braga...*, p. 232.
[64] Pedreira, Jorge Miguel - *Estrutura industrial...*, p. 101.
[65] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira,1765, livro n.º 218,1765, fl. 80v.

pequenas oficinas artesanais trabalhavam, por norma, o mestre ajudado por um ou dois oficiais, um ou dois aprendizes e porventura um servente para as tarefas mais rudes[66].

Nas oficinas dos sombreireiros do Porto, trabalhavam o mestre proprietário ajudado por 1, 2, 3 ou até 4 oficiais conforme o tamanho da oficina e, geralmente, um aprendiz[67]. Na Feira a situação podia ser idêntica, ou seja, nas suas unidades produtivas podiam trabalhar um oficial individualmente, ajudado pela família, um ou dois oficiais e um aprendiz, podendo até ultrapassar esses números. Entre os oficiais e os aprendizes, algum poderia ser filho ou parente próximo do mestre, sinal de transmissão do ofício dentro da família. Enfim, eram unidades onde as mulheres podiam ter importância assinalável, quer pela preparação da lã e nos acabamentos, quer eventualmente na comercialização[68], como vimos no ponto relativo às tecedeiras.

Presume-se um crescendo de apreensão de competências. Na base da hierarquia profissional estavam os moços e aprendizes, embora as fontes consultadas não refiram esta terminologia aparecendo apenas a palavra "mosso" como criado em várias casas agrícolas [69]. Tradicionalmente, esses moços começavam a trabalhar muito cedo, em estado de não integrados no ofício[70], executando as tarefas mais árduas.

A profissão de sombreireiro, como outras, necessitava de um tempo de aprendizagem mais ou menos longo . A legislação de D. Maria I, para evitar o desencaminhamento que alguns proprietários faziam aos aprendizes e oficiais, estendeu a todas as fábricas do reino o parágrafo 12 dos estatutos da Real Fábrica das Sedas e a resolução de 5 de Outubro de 1789 que obrigava os aprendizes a cumprirem o estipulado período de aprendizagem de 5 anos, proibindo-lhes a ausência de casa do mestre nesse período[71].

Em Braga exigiam-se 4 anos em meados do século XIX[72]; na fábrica de Agostinho Roxo, em Lisboa, no ano de 1881, durava entre 4 a 5 anos[73].

---

[66] Pedreira, Jorge Miguel - *Estrutura industrial ...*, p. 175.

[67] Ramada, José António Real Pereira - *A indústria da chapelaria portuense entre 1750 e 1852*, Porto, 1997, p. 261-262.

[68] Justino, David - *A formação do espaço...*, p. 128. Refere- se a meados do século XIX, em que as mulheres dos sombreireiros levavam os chapéus à cabeça para os mercados locais e regionais.

[69] ANTT, Impostos Feira, 1762, livro dos prédios, n.º 2264.

[70] Caetano, Marcelo - *A antiga organização dos mesteres na cidade de Lisboa*, in Langhans, Franz Paul- *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*, Lisboa, Imprensa nacional, 1943, vol. I.

[71] AHMOP, JC 7- *Chapéus*, Alvará de 20 de Setembro de 1790.

[72] Pereira, Gaspar - *Aprender a arte...*, in Estudos de História Contemporânea Portuguesa- homenagem ao professor Victor de Sá, 1991, p. 333.

[73] Mónica, Maria Filomena- , *Uma aristocracia operária: os chapeleiros, 1870- 1914,* Análise social, vol XV, n.º 60, 1979, p. 942.

No Porto, o compromisso dos sombreireiros é omisso quanto ao tempo de aprendizagem.

A fim de nos aproximarmos desta etapa formativa, procurámos confrontar os nomes dos oficiais examinados, a sua filiação, com os nomes dos registos de baptismo na Freguesia de Carregosa[74], uma das freguesias que denotou maior crescimento de registos. O quadro seguinte sintetiza os únicos casos compulsados.

Quadro 2 - Idade de registo como oficial de sombreireiro – freguesia de Carregosa

Nome	Idad	Lugar	data nasc	Filiação		Data Reg.Cart.Ofic.		
				Pai	Mãe	Dia	Mês	Ano
Francisco	19	Azagães	03-09-1764	Manuel Ferreira	Mª Jesus	1	5	1784
Manuel	20	Azagães	19-02-1764	Manuel Ribeiro	Mª Costa	1	5	1784
Manuel	19	Póvoa	30-10-1763	João Ribeiro	Dimiana Gomes	1	5	1784
João	21	C.Cima	19-01-1766	Manuel Fernandes	Mª Josefa	9	6	1787
Manuel	18	Silvares	03-07-1770	Luís Valente	Florência Silva	18	5	1789
José	22	Ínsua	28-02-1768	Manuel José Almeida	Mª Caetana	13	11	1790
António	20	Póvoa	30-04-1770	Salvador José Almeida	Teresa Mª	13	11	1790
Manuel	21	Costeira	07-10-1771	António Ferreira Rebelo	Mª Ferreira	1	12	1792
Manuel	18	Azagães	23-04-1775	Manuel Ferreira Gonçalves	Mª Francisca	6	2	1793
Januário	17	Azagães	20-05-1779	Teodósio de Bastos	Ana Mª	2	11	1796
Manuel	20	Azagães	14-04-1776	Teodósio de Bastos	Ana Mª	21	11	1796
António	19	Azagães	28-12-1777	Manuel Ferreira Martins	Mª Vaz	2	2	1796
Média	19,5							

Fonte: ADA, reg. paroquiais AMSMF, Livro de reg. Ofícios

No mesmo, podemos apreciar que a idade média de exame dos oficiais sombreireiros rondava os 19/20 anos. Se partirmos do princípio que a idade mínima de início da aprendizagem se situava entre os 12- 14, apesar de a mesma poder ir até aos 15 ou 16[75], verificamos que o tempo de aprendizagem dos sombreireiros da Vila da Feira confirma os 5 anos, encaixando num comportamento semelhante a outros locais.

Terminada a aprendizagem, o aprendiz submetia-se a um exame de mestria. Como o regimento dos sombreireiros de 1723 é omisso quanto ao tipo de exame, recorremos ao compromisso dos sombreireiros do Porto de 1804, segundo o qual o oficial tinha que fazer dois chapéus: um de armar e outro redondo, ambos com perfeição[76], pagando pelo dito exame 1380 réis. Em 1802, um oficial de Braga[77] pagava 569 réis de despesa só na Câmara, não incluindo portanto o pagamento à confraria e aos juizes de examinação.

[74] ADA, "Registos paroquiais", freguesia de Carregosa, Baptismos, 1754-1783.
[75] Morais, Maria José - *O ensino profissional...*, p. 129.
[76] BMP, *Man. 1575, compromisso dos sombreireiros*, cap. 5.
[77] AHMOP, JC 8, *Processos de Licenciamento- António José Ferreira-* 1802.

Ora, se lhe acrescentarmos um valor aproximado de 480 réis, que era o preço pago no Porto a cada examinador, o custo da carta não estaria longe do preço praticado no Porto. Qual seria o preço do exame na Feira? Não sabemos, apenas podemos colocar a hipótese do mesmo ser mais barato que os referidos, dado que não havia encargos com confraria e apenas se pagava a um examinador.

A partir do momento em que é aprovado no exame, passava a chamar-se oficial, sendo sob essa terminologia, que surge nos registos dos ofícios. Não sabemos se o oficial que trabalhava para um mestre podia sair quando quisesse, mas no Porto nem o mestre podia despedir o oficial nem este podia deixar o mestre sem um pré-aviso de oito dias sob pena de ser condenado em 2.000 réis para a outra parte[78]. Caso pretendesse e tivesse possibilidades económicas, lançava-se por conta própria abrindo oficina, contratando mão-de-obra e mesmo ensinando, tornando-se mestre. Chegava assim ao ponto mais alto de uma carreira com prestígio social, podendo agora ser nomeado juiz de ofício, participar na elaboração das taxas dos regimentos, enfim, ter opinião junto às autoridades camarárias.

O registo "mestre" sombreireiro, como já referimos, encontra-se mencionado por 4 vezes nas décimas de maneio do ano de 1762, relativas às freguesias de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Arrifana, um número muito aquém da realidade, como já referimos, se tivermos em conta os 102 sombreireiros destas freguesias e a possível média de trabalhadores por cada unidade de produção. Assim, é bem provável que existissem mais mestres, que formavam juntamente com os aprendizes e oficiais, muitos deles trabalhando individualmente ao serviço de produtores/comerciantes com forte poder económico, uma densa mancha industrial a sudeste do concelho. De alguma forma, as várias inscrições colectivas feitas no mesmo dia e lugar, principalmente em Carregosa, Pindelo e S. João da Madeira podem indiciar uma certa concentração em unidades (vd. cap. III, ponto 5).

2.3 Capitais e rendimentos

A inexistência de registos de salários atira-nos para a necessidade de encontrar outros indicadores de remuneração e riqueza. É certo que se recebia à peça, embora um pequeno indício refira "jorna"[79].

[78] BMP, *Compromisso dos sombreireiros- 1804*, cap. 13 e 14.

[79] A este propósito, Bluteau, Rafael – *Diccionário de Língua portuguesa, reformado e acrescentado por António Morais da Silva*, Tomo I, 1789, p. 754, define jornal como "a paga de cada dia que he dada ao jornaleiro".Como vimos atrás, os sombreireiros podiam trabalhar ao dia para um mestre.

A qualificação profissional hierarquizava os trabalhadores, tornando-se um importante critério de posição social. Os valores de tributação parecem reflectir este pressuposto (quadro 3) e o consequente nível de riqueza, não obstante a possibilidade de fugas ao registo. Os valores das décimas sobre o trabalho podem ser um bom indicador.

Quadro 3 - Distribuição dos valores de tributação por grupos profissionais
Freguesias: Arrifana, Ol.Azeméis e S.J.da Madeira- 1762

	Total	Tributação em Reis			
Profissões	Ofícios	Mínimos		Máximos	
		Oficiais	Mestres	Oficiais	Mestres
Alfaiate	20			300	
Canastreiro	6			300	
Carpinteiro	9			300	800
Ferrador	4			300	
Ferreiro	8			300	
Pedreiro	6			300	
Sapateiro	10	100*		300	
Serrador	3			300	
Serralheiro	2			300	
Sombreireiro	102	150*	400*	300	800
Tamanqueiro	1			300	
Tanoeiro	4	75*		300	
Tecedeira	34			60	

Fonte:ANTT, impostos, livro dos maneios,nº2270
Nota: No ofício de sombreireiro há 4 mestres: 2 pagam 800 reis e 2 pagam 400; no ofício de carpinteiro refere-se 1 mestre que paga 800 reis.
*- Pagam esta quantia por trabalharem pouco

Verifica-se como seria de esperar, que eram os mestres a auferir maior rendimento de acordo com o mais alto escalão tributativo (800 réis), embora outros mestres pagassem menos (400 réis), assim que declarassem "trabalhar pouco". No patamar imediatamente abaixo estavam os oficiais que pagavam 300 réis, todavia também estes podiam pagar menos, caso também declarassem "trabalhar pouco" (150 réis). Esperar-se-ia no escalão inferior os aprendizes, só que, por não estarem ainda em fase de auferir qualquer rendimento, não se registam.

Outros trabalhadores não eram tributados, mas registados, como aconteceu ao sombreireiro da Arrifana, Manuel Soares que vivia em casa de aluguer térrea "por mercê" do senhorio, facto que levou os louvados a não lançaram décima "por ser pobre".

Além da qualificação profissional, também a posse de património conferia um outro nível de rendimento. As informações contidas nos livros dos maneios e prédios, para as freguesias de Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira, relativos à habitação e propriedade agrícola podem esclarecer este aspecto.

Quadro 4 - Habitação dos sombreireiros 1762							
Freguesias	**Sombreireiros**	**Casa Própria**			**Casa de Aluguer**		
		térrea	arruada	%Casa Pr	térrea	arruada	%Casa Al
Arrifana	26	17	2	73%	6	1	27%
Ol.Azeméis *	32	22	1	72%	3	3	19%
S.João da Madeira	44	35	0	80%	9	0	20%

Fonte:ANTT, Impostos, livros nº2264,2270

* Não temos dados sobre habitação para 3 sombreireiros.

Sobre a habitação, observa-se que em Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira respectivamente 17 (73%), 22 (72%) e 35 (80%) dos sombreireiros têm casa própria, sendo na totalidade 74 térreas e 3 arruadas. Com casa de aluguer, as mesmas freguesias apresentam respectivamente 7 (27%), 6 (19%) e 9 (20%), sendo na totalidade 18 térreas e 4 arruadas. A maioria dos sombreireiros vivia em casas térreas próprias, onde, como já referimos atrás, exerceriam sua actividade. A oficina de produção não estava isolada do resto da habitação, ou seja não estava muito distanciada geograficamente, pois os louvados, exímios como eram na recolha de impostos, lançar-lhes-iam a décima, o que não acontece. Não obstante tratar-se de uma percentagem diminuta, alguns sombreireiros também tinham casas de sobrado arruadas e calcetadas, como acontece com Teotónio Nunes dos Réis e Agostinho de Oliveira, ambos da Arrifana. Refira-se ainda que a maioria das casas de aluguer de Oliveira de Azeméis e Arrifana se situavam ao longo da Rua, sinal de adensamento urbano e de actividade justificando um corrente mercado tanto de matérias primas como de produtos acabados.

Os sombreireiros, apesar de grande parte se dedicar exclusivamente ao ofício, podiam também exercer a actividade agrícola, pelo facto de possuírem terras (muitos deles possuíam apenas um pequeno quintal). Assim, encontravam-se nesta situação: em Arrifana 12 (46%), em Oliveira de Azeméis 23 (72%) e em S. João da Madeira 21 (41%) (vd. cap. IV, ponto 5).
Os valores de impostos lançados sobre o trabalho, prédios urbanos e rústicos (anexo 1) permitem-nos apreciar, relativamente, o património e rendimentos dos sombreireiros. Analisando o respectivo quadro, no que respeita à propriedade agrícola, constatamos que nalguns casos o número de unidades sobre que pagam décima indiciam alguma concentração de património em prédios urbanos e rústicos assim como terras arrendadas. Isto acontecia em Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira.

Na freguesia de Arrifana, dos sombreireiros destacam-se os mestres João Leite de Pinho e Teotónio Nunes dos Reis, que tinham terra própria, respectivamente 5 e 3 leiras e pagavam ainda 231 e 190 réis de décima proveniente de terras trabalhadas em arrendamento. Outros apresentavam menores rendimentos[80].

Em Oliveira de Azeméis grande parte dos sombreireiros exercem a agricultura. Destacam-se, como proprietários, Manuel da Silva (10 leiras), João Oliveira (6 leiras), Eugénio Ferreira e Manuel Ferreira (5 leiras) todos explorando também terras em arrendamento. Seguiam-se outros[81].

S. João da Madeira apresenta apenas 19 sombreireiros, os quais paralelamente ao ofício, exerciam a actividade agrícola. Claramente, emerge o proprietário Manuel de Freitas que explora 15 campos próprios e faz ainda em arrendamento um campo e um mato[82].

Se nuns casos, o cultivo da terra terá sido uma actividade complementar, noutros indicia alguma produção significativa ou de capacidade para realizar poováveis subarrendamentos. Situações dessas surgem em Oliveira de Azeméis, com Francisco Almeida Leite e Manuel da Silva, sendo essa talvez a razão pela qual referem que usam pouco o ofício. Nesta freguesia, o mesmo teria um carácter suplementar em relação à agricultura. Aliás, é aqui que o ofício vai perdendo inscrições ao longo do século a favor de actividades ligadas quer à agricultura, quer à actividade comercial, principalmente têxtil. Contrariamente ao que se passa nesta freguesia, mais de 50% dos sombreireiros da Arrifana e S.João da Madeira dedicavam-se exclusivamente ao ofício, o qual constituiria possivelmente a única fonte de rendimento. Repare-se que nestas duas freguesias, a agricultura de vários sombreireiros resumia-se a pequenos quintais ou parcelas de terra, indiciando actividade reduzida.

O ofício tornava-se assim a actividade essencial, tendo a agricultura um papel secundário para aqueles que a praticavam, muitas vezes temporária, isto é, em certas épocas, nomeadamente nos meses de mais trabalho nos campos, tais como, Julho, Agosto e Setembro os sombreireiros com terra dedicavam-se a essa actividade, enquanto aqueles que não a

---

[80] Eram eles: Grácio de Azevedo (2 leiras), José António de Azevedo (1 leira), João Soares (1 campo), Domingos Francisco dos Santos (1leira e uma devesa), Agostinho de Oliveira (1 campo) e Francisco José (2 leiras). Destes, apenas o 1.º e o último faziam terra em arrendamento.

[81] Com 4 leiras temos Matias de Almeida, Francisco Almeida Leite, Francisco Costa e Paulo Oliveira; com 3 leiras, Francisco Santos, Francisco Bastos, Luís da Costa, Bernardo Almeida e Domingos Oliveira

[82] Além deste temos ainda, António Nunes Costa (4 leiras), Luís Gomes Moreira (3 campos), José Moutinho (3 campos), Caetano Gomes (3 leiras) e Manuel Caetano costa (4 leiras). Todos estes fazem também terra em arrendamento. Apenas em terra arrendada, trabalham António da Fonseca, Manuel José Nunes, Ricardo Silva, João Francisco Santos, António Costa Lima, Manuel Francisco Bastos e Manuel Luís.

tinham poderiam executar trabalho agrícola assalariado. Eram sobretudo os oficiais sombreireiros, assalariados que simplesmente vendiam a sua força de trabalho. Neste ponto, a tendência do registo das inscrições é elucidativa (vd. cap. III. 5).

Contudo, não colocamos de parte a possibilidade de os sombreireiros exercerem uma actividade exclusiva e contínua, baseando-nos principalmente na calendarização quase diária das feiras da comarca, (vd. quadro das feiras da Comarca -cap.I, ponto 4) nos variados mercados supra regionais e ainda no forte mercado colonial, os quais pressionariam os sombreireiros para uma produção regular.

Da exposição feita, apesar de Oliveira de Azeméis constituir excepção, ficamos com a impressão de que a actividade agrícola era suplementar em relação à produção artesanal dos chapéus, ou seja, o ofício dos sombreireiros podia distinguir-se do panorama geral de um concelho essencialmente agrícola, onde o artesanato ocupava na generalidade um lugar suplementar da agricultura. Um estudo similar às freguesias de Carregosa, Pindelo, Ossela, etc. que apresentavam fracos recursos agrícolas, poderia dar-nos a confirmação da nossa posição, mas infelizmente as mesmas não constam dos livros das décimas de maneio e dos prédios.

Assim os sombreireiros puderam exercer a sua actividade em duas situações de trabalho bem distintas e características da proto industrialização: uma, quando "*l'emplois dans l'industrie rurale est justement un emplois mixte avec usage variable de l'element agrícole et de l'element manufacturier*"[83], outra, quando a actividade exercida tem um carácter principal e permanente, assegurando o essencial dos rendimentos do trabalho pela utilização directa e específica da força de trabalho com fins de transformação[84].

Uma nova leitura da documentação, incidindo principalmente sobre o valor dos prédios urbanos, indica ainda que níveis de riqueza avaliados não são homogéneos. Analisando-os verificamos:

- Arrifana apresenta valores relativamente baixos para as habitações, exceptuando a maior parte das casas alugadas. Os valores mais altos referem-se aos valores das habitações de Grácio de Azevedo (400 réis) e de Manuel Coelho Pinho e Dionísio Pais Coelho, este o pai do contratador de chapéus (300 réis).

[83] Cailly, Claud - *Mutations d,un espace proto industrielle: Le Perche aux XVIII- XIX.e siécles*, Paris, 1989, p. 644. Refere-se a uma citação de P. Jeanin.
[84] Idem, Ibidem, p. 644.

Do conjunto dos elementos taxados, destacam-se Teotónio Nunes dos Réis (1379 réis) e João Leite de Pinho (1281);

- em Oliveira de Azeméis os valores das casas são bastante superiores aos de Arrifana, havendo apenas 5 casos em que os valores foram inferiores a 300 réis. Também os rendimentos totais são elevados e claramente superiores aos da referida freguesia, salientando-se Matias de Almeida (1293), Francisco Santos (1267), João Oliveira (1227), Francisco Bastos (1190), Eugénio Ferreira (1164) e Francisco Almeida Leite (1087);
- S. João da Madeira, tal como Arrifana, apresenta valores bastante baixos para as habitações, já que são todos inferiores a 300 réis, exceptuando, como referimos, os valores das rendas das casas alugadas. António da Fonseca (1210) réis e Manuel de Freitas (1189), apresentam os níveis mais elevados de rendimento.

A conclusão que podemos retirar é que, se nesta época Oliveira de Azeméis se demarcava das demais freguesias, principalmente pelo crescimento urbano, os sombreireiros integravam-se perfeitamente nessa dinâmica, surgindo à primeira vista, com níveis de riqueza superiores aos colegas de ofício das restantes freguesias. Os valores mais elevados de rendimento deviam-se principalmente à posse da propriedade agrícola. Quando tal não acontecia, tratava-se de mestre, caso de Bento Gomes Fonseca de S. João da Madeira. Deste modo, da confluência dos factores apontados, sobressaem os maiores níveis de fortuna dos sombreireiros de Oliveira de Azeméis.

A existência de capitais possíveis de imposto poderá também apurar níveis de fortuna e dependências, muito mais elaboradas, porque emprestar significa disponibilidade de capital e capacidade de sustentar endividamentos (vd. quadro 5).

Quadro 5 - Utilização do dinheiro a juro pelos sombreireiros 1762

Freguesias	Sombreireiros	Credores		Devedores		utilizam dinh. A juro	
Arrifana	26	6	23%	3	12%	9	35%
Ol.Azeméis	32	1	3%	10	31%	11	34%
S.João da Madeira	44	1	2%	10	23%	11	25%

Fonte:ANTT, Impostos, livros nº2270,2265A

Nota: Não se incluem os casos de 2ª escritura relativa ao mesmo empréstimo

O registo de sombreireiros envolvidos no crédito a juros era reduzido a uma pequena parte de sombreireiros das três freguesias. Em Arrifana, credores (3) e devedores (6);

Oliveira de Azeméis, credores (1) e devedores (10); em S. João da Madeira credores (1) e devedores (10).

Quisemos ainda conhecer em pormenor o uso de dinheiro a juro, por isso construímos um quadro para cada freguesia, contendo a indicação do sombreireiro credor ou devedor, o lugar, a freguesia a data do empréstimo, a quantia e a décima paga sobre essa quantia.

Quadro 6 - Utilização de Dinheiro a Juro pelos Sombreireiros da Arrifana

Credor		Localidade	Devedor		Lugar	Data de esc.	Data 2ª esc.	Quantia (reis)	Déc reis
Domingos Fran. Santos	somb	Rua	Domingos Leite Ferreira	somb	Rua	4-10-52		11.040	55
Teotónio N. Reis	somb	Rua	Viúva de Luís			4-10-53	30-12-61	23.400	117
Silvestre Francisco		Canedo	Domingos Francisco	somb	Sto Estevão	24-3-54	4-8-62	41.000	255
Teotónio N. Reis	somb	Rua	Luisa de Oliveira		Guilhadães	16-5-54	1-1-55	18.000	90
António Soares Loureiro		Guisande	Agostinho Oliveira	somb	Rua	25-9-57		21.000	105
Teotónio N. Reis	somb	Rua	António Gomes		Arronfe	16-1-58		22.560	112
Manuel Homem		S.Jorge	Teotónio N. Reis	somb	Rua	12-3-58		50.000	250
João Leite de Pinho	somb	Rua	Salvador José		Outeiro	21-3-61		19.900	99
Teotónio N. Reis	somb	Rua	Manuel José Fernandes	somb	Rua	22-3-61		8.000	40
Caetano Oliveira		S.João M.	Domingos Francisco	somb	Sto Estevão	20-4-62		38.400	192
Pedro Correia		S.João M.	Domingos Franc. Santos	somb	Sto Estevão	20-4-62		50.000	250
José Fernandes		Arrifana	Agostinho Oliveira	somb	Rua	4-6-62		29.080	145
José Leite		Arrifana	José de Matos	m.cha	Rua	15-9-62		19400	97

Fonte: ANTT, Impostos- Feira 1762, Livro n.º2265A, "Décima dos juros"
Nota: A 2ª escritura seve para confirmar a 1ª ; m.cha – mercador de chapéus

Assim para a Arrifana (quadro 6) verifica-se a existência de sombreireiros que emprestam a sombreireiros, como por exemplo Teotónio Nunes dos Réis que empresta a Manuel José Fernandes 8000 réis e Domingos Francisco dos Santos que empresta 11040 réis a Domingos Leite Ferreira, assim como particulares que emprestam a sombreireiros (6 casos). Além disso, existem sombreireiros a emprestar a particulares, como Teotónio Nunes dos Réis que faz três escrituras de empréstimo e João Leite de Pinho, uma.

Em dois casos o sombreireiro é credor, mas também devedor, como acontece com Teotónio Nunes dos Réis e Domingos Francisco dos Santos.

Refira-se ainda que as quantias oscilam entre 8 e 50 mil réis.

Quadro7 - Utilização de Dinheiro a Juro pelos Sombreireiros de Ol. Azeméis							
Credor	Localidade	Devedor		Lugar	Data de esc.	Quantia (reis)	Déc. reis
Bernardo Franc.		António da Costa	somb	Vilar	4-4-1756	15.000	75
João Soar. Anjos		Felix Correia	somb	Vilar	8-12-1753	6.400	32
Capitão-Mor		Franc. Almeida Leite	somb	Vilar		7.200	36
Capitão-Mor		António Coelho	somb	Lações	2-10-39	10.000	53
Manuel Gonçalves	Pinhão	Franc. Almeida Leite	somb	Vilar	3-8-49		45
António da Silva		Matias de Almeida	somb	Vilar	29-8-52	12.900	64
Domingos F. Brand		Francisco dos Santos	somb	Vilar	16-7-54	42.000	210
rev.António Sac		Diogo Duarte	somb	Vilar	27-5-55	20.000	100
Bernardo Franc.		Manuel da Silva	somb	Vilar	4-4-58	16.000	80
rev.António Igr		Manuel da Silva	somb	Vilar	29-10-58	18.000	172
Domingos Pires		Manuel Almeida	somb	Vilar	10-3-59	7.600	38
Domingos Pires		João de Oliveira	somb	Vilar	8-12-61	24.000	120
Filipe Ferreira	Sidacos	Caetano Correia		Vilar	3-1-62	35.800	179
Mariana Jesus		Franc. Almeida Leite	somb	Vilar	11-1-62	3.000	18

Fonte: ANTT, Impostos- Feira 1762, Livro n.º2265A, "Décima dos juros"

Em Oliveira de Azeméis existe apenas um sombreireiro credor da quantia de 35.800 réis- Filipe Ferreira do lugar de Cidacos, sendo os restantes sombreireiros todos devedores, todos do lugar de Vilar, com excepção de António Coelho do lugar de Lações. Os valores oscilam entre 3 e 42 mil réis.

Finalmente, em Em S.João da Madeira notamos que do total das relações existem 11 devedores e 2 credores, sombreireiros. Além do mais, dois conhecidos sombreireiros da Arrifana, Domingos Francisco dos Santos e Teotónio Nunes dos Réis, que também surgem entre os credores da Arrifana, são credores de Manuel Caetano da Costa e José Solteiro, também sombreireiros.

Quadro 8 - Utilização de Dinheiro a Juro pelos Sombreireiros de S.João da Madeira

Credor	Profs	Localidade	Devedor	Profs	Lugar	Data de esc.	Data da 2ªesc.	Quantia(reis)	Décima(reis)
António Dias Jorge			Manuel Caetano da Costa	somb	Vendas			10.000	50
Manuel Nunes da Costa			Manuel Nunes	somb	F.Vila	25-11-44		14.600	73
António Araujo			Cristovão José	somb	Vendas	18-8-54		6.000	30
Maria Solteira			António Costa Lima	somb	Quintã	1-11-54		6.000	30
Teotónio N. Reis	somb	Arrifana-Rua	José Solteiro		Carcagido	1-12-54		7.600	38
Domingos F. Santos	somb	Sto Estevão	António Nunes da Costa	somb	Vale	3-1-58		20.000	100
prior da Bemposta			Cristovão José	somb	Vendas	2-6-58	27-12-59	19.200	96
Caetano Oliveira			José Moutinho	somb	Quintã	9-11-59		25.000	125
António Araujo			Luís Dias	somb	Fontaínhas	21-4-61		5.000	25
António Araujo			António José Rodrig.	somb	Lousa	10-12-61		12.900	64
Caetano Oliveira			Manuel Gomes o Novo	somb	Corgas	21-12-61		12.000	60
Caetano Oliveira			António Nunes da Costa	somb	Vale	7-2-62		20.000	100
Nicolau Costa Soares			Manuel Gomes Cruz	somb	Espadanal	13-4-62		9.660	48
João de Pinho		S.João Mad.	António Nunes da Costa	somb	Vale	30-9-62		8.300	91

Fonte: ANTT, Impostos- Feira 1762, Livro n.º2265A, "Décima dos juros"

No seu conjunto, a maioria dos sombreireiros surge na situação de devedora, demonstrando que na generalidade os sombreireiros partiam para a profissão com posses bastante limitadas. É certo que não apurámos o seu peso na totalidade dos débitos das décimas, mas não será difícil de prever da necessidade de adiantamentos para a aquisição de matérias primas para a sua produção. O facto de se fazerem transacções entre sombreireiros pode indiciar estas dependências entre mestres e oficiais (como acontecia com Teotónio Nunes dos Réis).

Destes dados decorrem duas conclusões que nos parecem fundamentais: a primeira, sugere que a actividade dos sombreireiros, podia assegurar a sobrevivência[85]; a segunda, que nalguns obtinham rendimentos que reuniam, quer do património imóvel, quer no crédito, cujo alcance dificilmente atingiremos.

Contudo, as informações recolhidas sobre os sombreireiros nos Registos Notariais (anexo 2), ao serem cruzadas com dados das décimas, contribuíram para um melhor conhecimento do dinamismo económico destes profissionais. O procedimento, tal como

referimos na crítica das fontes, foi no sentido de procurar cruzar listas nominativas dos períodos de 1755-1771 e 1783-1799 e compilar com a documentação do Notário da Vila da Feira. Analisemos o referido anexo:

- a maior parte dos sombreireiros dirigem-se ao notário para fazer confissões de dívida de dinheiro a juro e para vender bens de raiz (casas, campos e matos) e cereais. Se em alguns casos se endividam para aquisição de matérias primas para o seu ofício, como referimos atrás, em quase todas as situações quer de confissões de dívida quer de venda referem, genericamente, "*por precisão de dinheiro para remir suas necessidades e vexações*";
- confirmamos a articulação do ofício à agricultura e o valor da terra, pois as hipotecas normalmente são asseguradas por casas e terras, tal como faz o mestre Luís Gomes que para segurança da sua dívida hipotecava "*especialmente os seus aposentos de casas em que vive com o seu campo pegado, latadas, pomares, posso e eira*"[86]. Encontrámo-los também a vender cereais, sinal de complementaridade das actividades e a vender terras, em especial Manuel de Freitas, da Laranjeira de S. João da Madeira. Este, juntamente com seus filhos, um dos quais sabemos que é sombreireiro, vende casas campos e mato no valor de 305000 réis[87];
- alguns dos valores que envolvem compras, vendas dívidas, etc. aproximam-se dos valores de dinheiro a juro referidas nas décimas, indiciando que esses dinheiros eram suficientes para adquirir bens móveis (ligados ao ofício) e mesmo pequenas propriedades;
- o ofício permitia também acumular alguma riqueza. Assim, Manuel Gomes o Novo, de S. João da Madeira é devedor de 12000 réis em 1761, vindo a constituir sociedade de chapéus em 1769 com António Dias Jorge, um capitalista com avultados rendimentos provenientes da agricultura e do comércio de solas, a que junta agora lãs e chapéus. Manuel Leite Ferreira, trabalhador em exclusividade, pois parece dedicar-se apenas ao ofício, faz a compra de uma casa térrea em 1762 e de uma casa e quintal em 1769.

A apreciação global pode ser vista segundo duas vertentes: numa, os sombreireiros vivendo do seu ofício, reclamam salários através de procurações, compram propriedades, endividam-se para investir forte na produção e comércio de chapéus, acumulam algum dinheiro para emprestar; noutra, trabalhando em articulação com a agricultura e apoiando-se

[85] ANTT, "Impostos Feira, 1762", livro n.º 2270. Na décima de maneio de Domingos Leite da freguesia da Arrifana, que aluga mulas, refere- se que seu filho José se sustenta do ofício de sombreireiro.
[86] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira,1798,livro n.º 348, fl. 120.
[87] Idem, Ibidem, 1791, livro n.º 317, fl. 30v.

nela, tentam a sua sorte no ofício. Parece-nos que as grandes transacções dos sombreireiros são feitas pelos que têm terra, pois havia necessidade de ter posses para fazer hipotecas em benefício do ofício. Encontramos bastantes sombreireiros a vender terras para pagar as suas dívidas e comissários a fazer compras sistemáticas de terras. Ficou-nos a sensação que muitas vendas e empréstimos tentavam responder a necessidades do ofício.

Fizemos ainda uma abordagem mais fina aos níveis de riqueza e dinamismo económico dos mestres, respectivamente quadros 9, a partir das Décimas de 1762 e o quadro 10, a partir dos Registos Notariais.

Quadro 9 - Mestres Sombreireiros- Décimas pagas sobre prédios

Nome	Fregues	Lugar	Décima	Habitação	Déc. Terra+casa	Juros	Déc. Rendas
João Leite de Pinho	Arrifana	Azenha	400 reis	Casa Térrea 200-valor	5 leiras - 327 réis	19900 cred.	190 réis
Teotónio Nunes Reis	Arrifana	Rua	800 reis	casa/sobra/arruada- valor-1600	3leiras- 348 reis	50000-dev. 91.960-cred	231 réis
Bento Gomes Fonseca	S.João	Tapado	800 reis	Casa Térrea 240-valor	1pedaço de terra-93 reis		15 reis
Luís Gomes Fonseca	S.João	Tapado	* 400 reis	Casa Térrea120-valor	2 bocados de terra-63 reis		

Fonte:ANTT, Impostos, livros nº2264,2270,2265[A]

* declara que trabalha pouco; Todos têm Habitação própria

Quadro10 - Dinamismo Económico dos Mestres Sombreireiros

Nome	Fregusia	Lugar	data	objecto	valor	receptor	Fregusia	Lugr
Teotónio Nunes dos Reis	Arrifana	Rua	24-01-1756	compra de 4 alq. de milho grosso	57600	António Pinho	Arrifana	
Teotónio Nunes dos Reis	Arrifana	Rua	31-05-1758	recebe distrate	57600	Vª de António Pinho	Arrifana	
Teotónio Nunes dos Reis	Arrifana	Rua	11-9-1758	compra campos	26400	Vª de Manuel Leite	S.João	Lousa
Teotónio N. Reis	Arrifana	Rua	12-5-1763	Compra campo	24000	Mª Costa Vª	S.João	Lousa
V.ª Teotónio R.	Arrifana	Rua	8-3-1768	procuração contra		Marçalo Gom.	Arrifana	
Luís Gomes Fonseca	S.João Mad.	Tapado	09-12-1797	Vende 6 medidas de milho grosso	33000	Joaquim António	Arrifana	
Luís Gomes Fonseca	S.João Mad.	Tapado	24-06-1798	confissão de dívida pela compra de lãs	97700	António Silva	Arrifana	Guilhadães

Fonte:ADA, Registos Notariais

A análise do quadro 9 permitiu-nos constatar que todos têm casa própria, destacando- se Teotónio Nunes Reis cuja casas tem sobrado, é arruada e calcetada. Relativamente à décima do maneio, Bento Gomes da Fonseca e Teotónio Nunes Reis pagam o valor máximo de 800 réis, enquanto os restantes pagam apenas 400 réis (vd. quadro de tributação), facto que denota à primeira vista menor rentabilidade do trabalho. Efectivamente, Luís Gomes Fonseca declara

que "trabalha pouco", remetendo-nos para duas hipóteses: ou trabalha pouco em virtude de se dedicar também à agricultura, sendo esta prioritária em relação ao ofício, ou tem baixo poder económico, o qual lhe retira capacidade para incrementar a produção. Efectivamente, parece-nos que mestres como este ou João Leite de Pinho da Arrifana que, declaram trabalhar pouco, não deviam ter grande poder económico, pois o primeiro está endividado, devido à aquisição de matérias primas e o segundo, não paga a um empregado, sinal de um endividamento insuperável.

Todos têm bens agrícolas, paralelamente à produção de chapéus, destacando-se Teotónio Nunes dos Reis e João Leite de Pinho pelas quantias elevadas que pagam de décima relativa ao valor dos prédios rústicos, em relação aos restantes, que deveria suplantar uma situação de abastecimento próprio para aumentarem o património.

Os dois sombreireiros da Arrifana utilizam dinheiro a juro: João Leite de Pinho como credor de 19.900 e Teotónio Nunes Reis uma vez devedor de 50.000 réis e cinco vezes credor, somando cerca de 91.960 réis.

Digamos que não sabemos distinguir o que se tratou de património herdado, consolidado, eventualmente com o casamento e o que resultou do trabalho. A verdade é que encontramos diferentes níveis de riqueza. No topo estão poucos, mas que pediam dinheiro e voltavam a emprestar.

A continuidade e o peso social destes mestres é-nos difícil de acompanhar. No entanto, do seio das suas famílias sairiam mais tarde, ora saberes personificados naqueles artesãos que prolongaram o fabrico artesanal ao longo dos anos, ora os empresários que criaram várias fábricas de chapéus em S. João da Madeira durante o século XIX (vd. quadro 11).

Quadro 11 - Fábricas de chapéus grossos existentes em 1867
pertencentes a famílias com tradição na produção de chapéus - S. J. Mad

Nome	Data Fundação	Lugar	Naturalidade	Apelido Familiar
José Gomes de Pinho	1802	Casaldelo	S.João Mad.	Pinho
Manuel Costa Lima	1820	Vendas	S.João Mad.	Costa Lima
António José Oliveira	1842	Vendas	Pindelo	Oliveira
Manuel Francisco Martins	1842	Vendas	S.João Mad.	Martins
Manuel da Costa Lima	1852	Padaço	S.João Mad.	Costa Lima

Fonte: Anais de Ol. Azeméis, 1909, pág.279

O quadro apresenta-nos industriais da primeira metade do século XIX, descendentes dessas importantes famílias de sombreireiros de S. João da Madeira. Assim, os "Costas Limas" são sombreireiros dispersos, durante a Segunda metade do século XVIII, por vários

lugares, nomeadamente Vendas, Pedaço e Quintã e aparecem aqui como industriais em Vendas e Pedaço; José Gomes de Pinho, família dos "Pinhos" filho do mestre sombreireiro Manuel Gomes de Pinho, funda a primeira fábrica de chapéus grossos de lã em Casaldelo no ano de 1802; António José Oliveira pertence à família dos "Oliveiras" de Pindelo, funda fábrica e é pai de António de Oliveira Júnior, o fundador da primeira fábrica de pêlo de S. João da Madeira, em 1891; Manuel Francisco Martins, família dos "Martins" também com larga tradição no fabrico de chapéus desde finais do século XVII[88] cria fábrica em 1842 no lugar de Vendas.

Torna-se claro que nestas fábricas, autênticas oficinas mais alargadas, trabalhavam a par dos mestres industriais, sombreireiros conhecedores da arte aprendida nas pequenas oficinas, quer de S. João da Madeira, quer das freguesias envolventes. S. João da Madeira terá constituído ao longo do século XIX, um pólo de atracção de sombreireiros, a exemplo do que se passou com António José Oliveira da família dos "Oliveiras" de Pindelo, que emigrou para criar fábrica de chapéus. Em meados do século XIX, continuavam a existir na área geográfica dos sombreireiros, oficinas primitivas[89] que funcionavam em cooperação com as fábricas de S. João da Madeira, principalmente no que dizia respeito à comercialização[90], como acontecia no Porto, pela mesma época, onde a característica base da produção industrial era a articulação da manufactura com a produção oficinal[91].

[88] Estas informações relativas aos Registos Paroquiais de S. João da Madeira foram gentilmente cedidas por Valter Santos que está a fazer um trabalho exaustivo sobre os mesmos Registos.
[89] Mónica, Maria Filomena - *Artesãos e Operários...*, pp. 25-26.
[90] Justino, David - *A Formação...*, p. 128.
[91] Idem, Ibidem,, p. 100.

Capítulo VI

A comercialização dos chapéus

1. Tipos e preços dos chapéus

Os regimentos dos sombreireiros de Vila da Feira de 1723[1] e os que se conhecem de outras localidades, nomeadamente do Porto (meados do Século XVI), de Lisboa (1611 e 1811) e de Guimarães (1719), (vd. anexo 1) permitem-nos aferir da existência de vários tipos de chapéus. A partir desses dados procurámos constatar os respectivos preços, a quantidade qualidade da lã e o tipo de forro, factores que parecem decidir o preço do chapéu e consequentemente o seu destinatário (vd. anexo 2).

A análise do quadro relativo à Vila da Feira, permitiu-nos verificar que no topo da tabela encontram-se os chapéus que custavam 800 réis, gastavam um arrátel e quarta de lã, eram forrados a carneira e usados por eclesiásticos, nomeadamente pelos frades Bentos, Loios, Franciscanos e Carmelitas[2]. Os restantes preços vão descendo consoante se gastava menos lã e era utilizado como forro a holandilha, tecido grosseiro de linho. Deste modo, encontramos valores que oscilavam entre 600 e 300 réis.

A propósito do tingimento, a tabela revela que, além dos chapéus de lã ordinária, se produziam chapéus finos de lã fina e que, além da holandilha, se utilizava também, como forro, a holandilha fina, tecido fino de linho. De tingir um chapéu de lã fina, forrado a holandilha fina, pagava-se 240 réis e de tingir um de lã ordinária, também forrado a holandilha fina, 120 réis, tingir um chapéu de lã fina 150 réis e um de lã ordinária, somente 60 réis.

De acordo com a quantidade de lã para cada tipo de chapéu, é possível estimar o número de chapéus e respectiva aplicação, que se produziam com uma arroba de lã (quadro 1).

[1] AMSMF, "Livro dos Acordãos novo e usados... ", Regimento dos sombreireiros, fls. 74v.-75.
[2] AMSMF, "Livro dos Acordãos novos e usados...", fls. 74v.-75.

Quadro 1 - Quantidade de Chapéus produzida por Arroba de Lã - 1723		
Peso em lã por Chapéu	Nº de Chapéus	Aplicação
1 Arrátel	32	Adultos
½ Arrátel	65	Rapazes
¾ Arrátel	43	Rapazes
1 Arrátel e 1/4	26	Frades
6 Onças	84	Meninos

Fonte: AMSMF, Regimento dos sombreireiros (1723) in "Livro dos acordãos novos..."

Quisemos ainda comparar os chapéus da Feira com o de outras localidades, de acordo com as matérias primas utilizadas, a qualidade e os preços. Embora não se encontrem correspondentes ao mesmo ano procurou-se mesmo assim elaborar um estudo comparativo dos elementos relativos ao tipo e preço dos chapéus do Porto (meados do século XVI)[3], da cidade de Guimarães (1713[4]) e ainda os de Lisboa (1611[5] e 1802[6]). Do conjunto dos elementos retidos podemos concluir que todos os regimentos apresentam grande variedade de chapéus com destaque para os de Lisboa e Guimarães que, inclusivé, indicam o nível etário e social dos utilizadores. A este respeito o regimento da Feira é um pouco mais lacónico, pois apenas se refere o grupo eclesiástico, no entanto é o único regimento que apresenta detalhadamente a quantidade de lã necessária para o fabrico de cada tipo de chapéu.

Quanto ao tipo de lã, os regimentos do Porto e Guimarães referem "lã boa", o da Feira apenas "lã", sendo o de Lisboa mais completo ao referir a proveniência da mesma (de Segóvia). Sobre os acabamentos, o do Porto e Guimarães referem "bem feito", o de Lisboa "bem acabado", sendo o da Feira mais cuidadoso ao destacar o tipo de forro a utilizar em cada chapéu.

Sobre a dimensão, Porto e Guimarães são bastante lacónicos dando alguma informação apenas na indicação do tipo de chapéu. No entanto, os regimentos da Feira e Lisboa apresentam as medidas para cada tipo de chapéu, com excepção dos destinados aos eclesiásticos e às mulheres e moços referidos em Lisboa;

[3] Cruz, António - *Os mesteres do Porto, Subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos,* vol. I, Porto, 1943, p.116.
[4] Carvalho, A L - *Os mesteres de Guimarães*, Braga, 1994, p. 161.
[5] Oliveira, Eduardo Freire - *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. V, p. 235, Lisboa, 1987.
[6] AHMOP, JC 8, *Processos de licenciamento de fábricas e matrículas de servidores- chapéus.* Trata-se do processo do fabricante de chapéus oleados, José António da Cunha Sotto Mayor, o qual contém um regimento de sombreireiros em uso na cidade de Lisboa no ano de 1802.

As características do tingimento apenas se referem no articulado da Feira e Porto, mas se este apenas refere "bem tinto", o da Feira indica o tipo de chapéu (lã, de forro e o respectivo preço).

Finalmente, acerca do preço propriamente dito, verifica-se que os preços dos vários tipos de chapéus em todos os regimentos, com excepção do Porto que é mais antigo, situam-se entre 160 réis e 1000, demonstrando grandes amplitudes, condicionadas pela qualidade e usos. Os preços de chapéu para menino e rapaz em Guimarães são mais baixos, respectivamente 240 e 300 reais, do que na Feira onde são respectivamente de 300 e 400 réis, quase 100 réis de diferença. Em Lisboa e Guimarães há uma maior variedade de preços porque também há maior variedade de chapéus, contrastando com a Feira e Porto. Os chapéus de custo mais elevado são os das classes eclesiásticas, os quais oscilam entre 700 reais em Guimarães, passando pelos 800 réis em Feira, até aos 1000 reais em Lisboa.

Enfim, verificamos que em todas as localidades se produziam diversos tipos de chapéus, cuja qualidade e preço variavam de acordo principalmente com as matérias-primas, com as dimensões e com os acabamentos, aspectos estes indicadores de diferentes níveis de mercados.

A partir do regimento de Vila da Feira de 1723, e pelo confronto que fizemos com outros centros, diremos que a posição que os chapéus da Feira conseguiram alcançar na produção e mercado nacionais parece dever-se ao equilíbrio patente entre os factores preço, qualidade e dimensão, o que coloca a questão de se apurar como terá evoluído o preço dos chapéus ao longo da segunda metade do século XVIII.

Na tentativa de respondermos à questão, recorremos, principalmente, ao confronto entre os preços de exportação nas alfândegas de Lisboa e Porto em 1776 e 1777[7] com os preços apontados para os anos entre 1796 e 1831[8] e ainda ao confronto entre as taxas de regimento de sombreireiro, em Lisboa, do ano de 1611[9], com o de 1802[10], na mesma cidade, (vd. anexo 2), uma vez que era a única com registos que permitiam estabelecer oscilações para dois anos com 2 séculos de diferença.

---

[7] AHMOP, "Balanças de Comércio, anos de 1776 e 1777".

[8] Pedreira, Jorge - *Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825). Uma perspectiva estrutural*, in "Análise Social", Vol. XXIII, n.º 97, p. 578.

[9] Oliveira, Eduardo Freire - *Elementos para a história do município de Lisboa*, Vol. V, p, 235. Notemos que o ano de 1611, foi de baixa de preços de cereais, conforme demonstra Inês Amorim em *O Mosteiro de Grijó. Senhorio...*, p. 184.

[10] AMOP, JC 8, *Processos...*, José António Cunha Sotto Mayor.

Situamo-nos em Lisboa onde a comparação entre as taxas de 1611 e 1802 permitem apurar que apenas o chapéu de Frade de lã de Segóvia passa de 1000 reais em 1611 para um preço que seria resultado de um acerto entre as partes, em 1802, enquanto chapéu grande de mulher da mesma lã passou de 800 para 900 réis. O chapéu de lã de Segóvia de menos ou mais aba e o chapéu de lã preta de maior ou menor aba, que não estavam incluídos no regimento de 1611 tinha o preço estabelecido pela avença das partes. De resto a maioria dos chapéus mantém o mesmo preço ao longo dos anos.

Em conclusão, em Lisboa, verificamos que o aumento do custo dos chapéus foi muito reduzido ao longo de cerca de duzentos anos, o que parece traduzir estabilidade em meio urbano muito provavelmente alargada aos meios rurais como a Feira.

Partindo ainda dos preços de exportação, verificamos que, na Alfândega do Porto, os chapéus grossos saídos para o Rio de Janeiro, em 1776, custavam 480 réis, por unidade[11]. No ano de 1798 o seu preço era já de 623 réis[12], tendo-se dado um aumento de 143 réis em cerca de 30 anos. Neste caso, dá-se um aumento que não traduz mais do que a tendência geral de subida dos produtos, principalmente dos que se ligavam ao mercado colonial.

Em Braga, fabricavam-se chapéus grossos "*sempre com muita diferença dos grossos da terra da Feira como do Porto a que chamam chapéus baetas. Os de Braga são superiores e obrados como os finos, só com a diferença dos materiais de que se compõem*"[13]. Os seus preços variavam: o preço mais baixo rondava os 220 réis[14], mas por norma custavam cerca de 240 réis; os mais caros custavam geralmente para cima de 400 réis como se observa neste exemplo: "*Em 4 de janeiro de 1803 João Manuel da Silva declara ter fabricado desde o último manifesto 74 chapéus a preço superior a 400 réis, logo imposto de 3.200 réis*[15].

[11] AHMOP, "Balanças de Comércio-1776", *Balança do comércio das praças de reino de Portugal com as da América no ano de 1776.*
[12] Pedreira, Jorge - *Indústria e atraso económico...*, p. 578.
[13] AHMOP, JC, 8, processo de António José da Silva, sombreireiro de Braga. Refere-se às palavras do Corregedor de Guimarães, acerca do estado da produção dos chapéus Bracarenses em 1801. Aparecem em nota lateral, no requerimento de António José da Silva.
[14] ANTT, "Impostos, Braga, 1803", livro n.º 1130, fl. 58v. foi o preço mais baixo que encontramos e referia-se ao manifesto do mestre sombreireiro Francisco Rodrigues.
[15] ANTT, "Impostos, Braga, 1803", livro n.º 1130, fl. 49v.

Acrescente-se que em 1804, no processo de licenciamento de fábrica do sombreireiro de Braga, António José da Silva, na vistoria à sua oficina, refere-se que os chapéus grossos de lã mais baratos custavam 19 tostões[16].

Todos estes chapéus, feitos pelos sombreireiros de Braga, Feira, Porto, eram denominados chapéus grossos de lã e opunham-se aos chapéus finos, feitos de pêlo de coelho, lebre e castor e aos chapéus oleados. Estes eram feitos de papelão e depois oleados, tendo chegado a competir com os chapéus grossos de lã, principalmente em Lisboa[17]. Ou seja, a produção das fábricas, a concorrência, etc. podiam atenuar o preço dos chapéus grossos de lã.

Como apreciação global e partindo das informações referidas, sobre qualidade, preço e tipo de clientela dos chapéus da Feira, podemos admitir que, os chapéus grossos deste concelho mantiveram um preço competitivo utilizando materiais mais baratos, embora de menor qualidade como os diferentes dados históricos parecem referir. Tiveram um amplo mercado, ou seja, os seus chapéus foram capazes de se adaptar aos vários condicionalismos ao longo dos anos, nomeadamente poder de compra das populações, alteração de gostos, concorrência, etc. Só assim se justificará a sua continuidade em pleno século XIX quer a alimentar fábricas do Porto e S. João da Madeira, quer a continuar a sua laboração nas pequenas oficinas artesanais disseminadas pelos meios rurais.

2. Comércio interno: Mercados e Feiras

Na Segunda metade do século XVIII o espaço Português cobria-se de feiras e mercados, que asseguravam o comércio interno, sobretudo o proveniente da indústria doméstica e das pequenas oficinas. Fundamentalmente, eram os produtos comerciáveis que faziam a integração de um país compartimentado em vários mercados[18], sendo basicamente, o tipo de produto e o respectivo custo de transporte a determinar a sua área de influência. Muitos factores entravavam o aumento da área de influência económica de determinado produto,

---

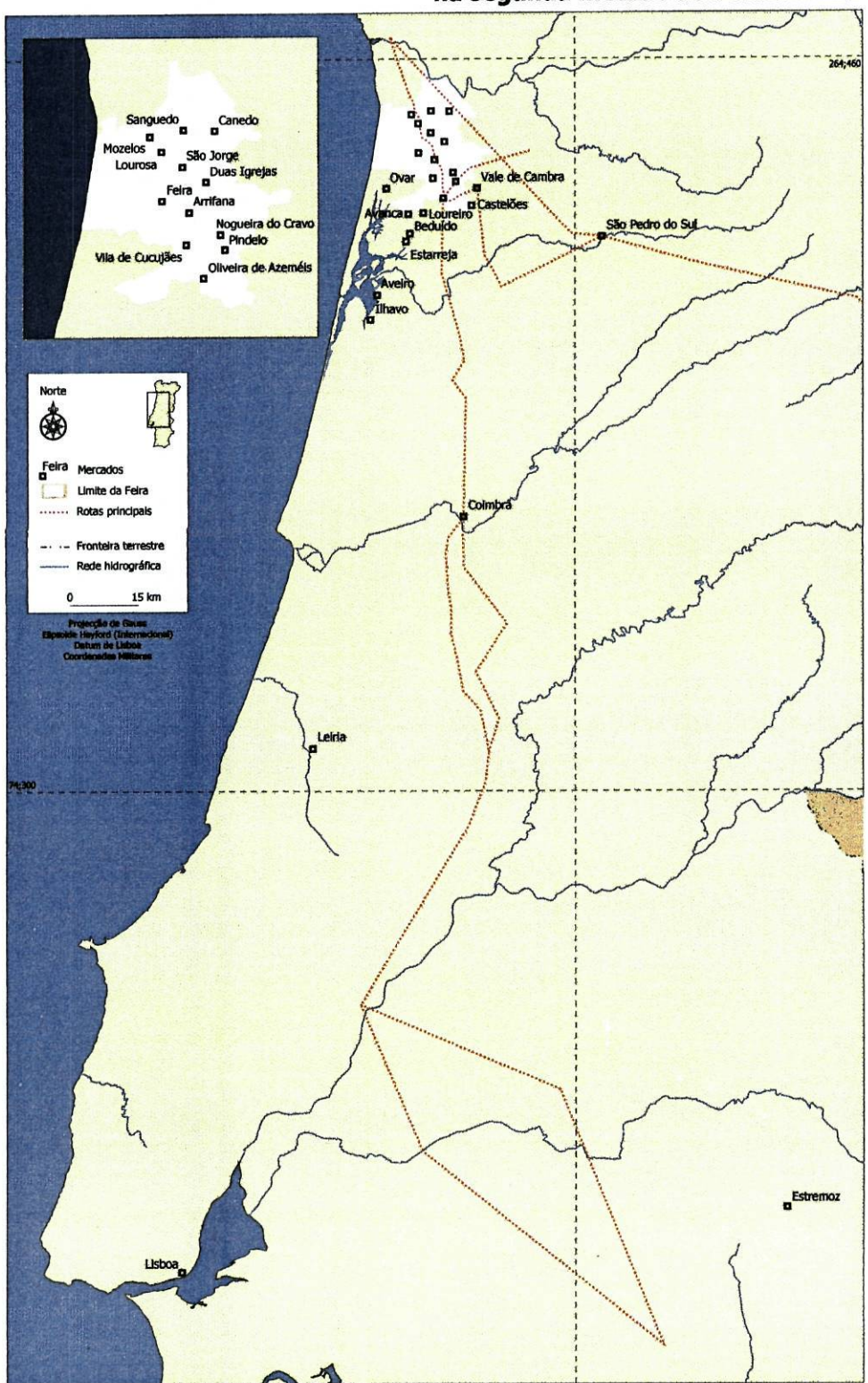
[16] AHMOP, J C, 8, *processos de licenciamento de fábricas e matrícula dos seus serventes,* processo de António José da Silva, sombreireiro de Braga. Este valor causa-nos alguma estranheza, pois é extremamente elevado, (cerca de 1900 réis por cada chapéu), quando comparado com outros chapéus de Braga, que na mesma época eram muito mais baratos. Em Bluteau, Rafael – *Diccionário da Língua Portuguesa...*, p. 470, um tostão valia 100 réis.

[17] AHMOP, J C, 8, *processos de licenciamento de fábricas e matrícula dos seus serventes,* processo de licenciamento de José António da Cunha Sotto Mayor.

[18] Macedo, Jorge Borges de - *Problemas da História da indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1982, p. 130.

Mapa 1

Locais de venda de chapéus do Concelho da Feira, na segunda metade do século XVIII



Fonte: AMORIM, Inês - *Descrição da comarca da Feira : 1801*, Revista da Faculdade de Letras, 2ª Série, vol.XI, Porto, 1994.
DAVEAU, Susanne, *A estrada coimbrã. O traçado pela terra de Ancião* , Lisboa, 1998, p. 459.
JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, Lisboa, vol. I, 1989.
Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.

fac letras univ porto
serv doc informação
cartografia 2002

nomeadamente as imposições régias e camarárias que se traduziam em terrados, sisas, portagens[19], etc., assim como o preço como vimos atrás.

Perante este cenário, que mercados abarcaram os sombreireiros? Quais terão sido os seus distribuidores? Enfim, qual terá sido a sua área de influência?

Os sombreireiros situavam-se numa área geográfica de transição entre os espaços planos da orla marítima e as serranias (vd. mapa 3, cap 1), por isso tiveram acesso facilitado a esses espaços planos, onde abundavam as feiras e mercados mensais e quinzenais[20]. Vejamos no mapa 1 os vários espaços onde se colocavam os chapéus (vd. ainda mapa eixos terrestres e mercados, cap 1):

- os mercados mensais e anuais do concelho da Feira e de concelhos limítrofes, nomeadamente em Oliveira de Azeméis, Pindelo, N. do Cravo, Arrifana e Macieira de Cambra, esta em Vale de Cambra;
- os vários mercados da Comarca, como se constata pela queixa que os comerciantes de Oliveira de Azeméis apresentaram ao rei, nos princípios do século XIX, a contestar os impostos que eram obrigados a pagar nas deslocações entre as várias localidades[21];
- os mercados de Coimbra, Braga, S. Pedro do Sul, Leiria e Ílhavo[22];
- feira de Março em Aveiro, onde ao longo do século XVIII, pela observação do tarifário de assentos, se verifica a presença de sombreireiros[23]. Com efeito, de acordo com o "Treslado do Aranzel por onde se deve regular a cobrança dos assentos da feira de Março", sabemos que entre 1727 e 1730, uma canastra de sombreireiro pagava 200 réis de aluguer[24]. Notemos que na mesma feira, uma canastra grande com obra de sapateiro pagava 100 réis, facto que pode demonstrar a maior valorização dada à obra de sombreireiros. A continuidade da presença dos sombreireiros do concelho da Feira e de Oliveira de Azeméis nesta feira é provada pela referência a 9 estabelecimentos de chapeleiros, em meados do século XIX[25]. Curiosamente, em duas das mais importantes feiras em meados do século XIX, Mangualde e Viseu, não encontramos vestígios de sombreireiros da Vila da Feira, apesar de na dita feira,

[19] Magalhães, Joaquim Romero - *O Algarve Económico(1600-1773)*, Lisboa, 1988, p. 277.
[20] Justino, David - *A formação do espaço económico nacional, Portugal, 1810-1913*, Lisboa, vol. I, p. 299.
[21] ANTT, CX, 73 doc. 46.
[22] Justino, David - *A formação...*, vol I, p. 128.
[23] Amorim, Inês- *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814), estudo económico de um espaço histórico,* Porto, 1996, p. 593-594.
[24] Neves, Francisco Ferreira – *Subsídios para a história económica de Aveiro no século XVII, dois aranzéis das sisa e taxas cobradas pela Câmara*, "ADA", Aveiro, vol. 37, 1971, pp. 38-52.
[25] Justino, David - *A formação...*, vol I, p.284.

encontrarmos chapéus de Lamego, Braga e Viseu[26]. Pela maior proximidade geográfica em relação, por exemplo a Braga, e pela grande capacidade produtiva, pensamos que era normal a presença dos sombreireiros do concelho da Feira nas mesmas. A Lisboa chegavam também os chapéus da Feira, pois em 1802 o fabricante José António da Cunha, referindo-se aos mestres sombreireiros de Lisboa, escreve que eles *"em lugar de os fazerem só os compram vindos das terras da Feira, Torres e Braga por diminutos preços que eles vendem por mais do dobro"*[27], revelando a evolução do papel dos sombreireiros;

- finalmente, destacamos as feiras de S.Tiago e S.André, na Vila de Estremoz, frequentadas por sombreireiros da Feira e Oliveira de Azeméis, durante a segunda metade do século XVIII, nomeadamente no período entre 1777 e 1785. Neste período, foram alugados espaços para uma média de 5 a 9 lojas para sombreireiros da Feira, o mesmo acontecendo para sombreireiros de Oliveira de Azeméis[28].

Fundamentalmente, constata-se o carácter supra regional do mercado dos sombreireiros, assinalando-se a individualização dos sombreireiros de Oliveira de Azeméis, ou então de comerciantes, que em seu nome se especializaram no sector, sinal de uma dinâmica comercial. Progressivamente Oliveira de Azeméis vai, ao longo da Segunda metade do século XVIII, ganhando volume comercial, através da concentração de lojas e armazéns pertencentes a mercadores e compradores principalmente de saragoças e panos de linho, alguns deles com os seus caixeiros[29]. Em 1762 encontramos cerca de 13 mercadores, em especial de panos de linho e saragoças (vd. quadro 21, cap IV) e em 1812 existem 11 comissários de panos[30], factos que confirmam o desenvolvimento comercial e carácter urbano desta freguesia, tornada sede de concelho em 1799 (e que explica a crescente implantação das tecedeiras). [Tendo estes destes dados, torna-se curioso não se encontrarem agentes ligados à actividade dos chapéus, facto que tentaremos justificar mais à frente].

---

[26] Idem Ibidem, p. 292.

[27] AHMOP, JC. 8, *Processos de licenciamento das fábricas e matrículas dos servidores.* Trata-se do processo de licenciamento de uma fábrica de chapéus oleados, apresentado à JC, por José António da Cunha Sotto Mayor, em que o mesmo procura responder à queixa dos sombreireiros pelo facto de o dito José António lhes fazer concorrência com os seus chapéus oleados.

[28] Justino, David; Cunha, Mafalda Soares - *As Feiras de Estremoz – uma primeira contribuição para o estudo dos mercados regionais no Antigo regime,* Revista de História Económica e Social, n.º 11, Lisboa, 1983, p. 112. Além de mais, tal facto pode provar que houve continuidade de produção de chapéus durante a década de 1770, apesar de não termos dados para esse período, devido a lacuna na fonte.

[29] ANTT, Livros dos impostos, n.º 2271 Feira, 1762. Trata-se das décimas de maneio e arruamento pagas pela freguesia de Oliveira de Azeméis.

[30] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria...*, p. 605.

3. Comércio externo: O mercado Brasileiro

Um dos objectivos do presente trabalho é procurar os mercados consumidores e a existência de níveis de exportação, a exemplo do que se passava em outras regiões nacionais[31] e estrangeiras[32], para ao comércio colonial, ou seja demonstrar que a produção rural atingia mercados supra nacionais. Não temos dados quantitativos sobre a exportação de chapéus da Feira para o Brasil, mas temos informações qualitativas que nos permitem afirmar que houve efectivamente exportação para essa colónia, tendo os sombreireiros do concelho da Feira participado no comércio colonial. Efectivamente, sendo essa uma das principais características do complexo processo da protoindustrialização, podemos afirmar que a indústria de localização rural dos sombreireiros se integrou nesse mesmo processo característico de vastas regiões da Europa, anterior à revolução industrial.

Sabemos que ao longo da Segunda metade do século XVIII, a produção dos principais centros do litoral, nomeadamente, Braga, Feira, Porto e alguma de Lisboa, eram exportadas para as colónias, principalmente para o Brasil[33].

No pedido de certidão à Câmara da Feira, feito por Manuel António Alves Chaves, morador em Lisboa refere-se "*...e se seus chapéus vindos para esta alfândega grande de Lisboa vêm pagar os direitos*"[34] . Ora, se chegavam à alfândega de Lisboa, com muito maior facilidade saíam pela barra do Douro, pois o Porto era o ponto de confluência de toda a área envolvente, incluindo a Feira.

---

[31] Refere-se à produção têxtil de linho na região de entre Douro e Minho abordada por Valentim Alexandre in "*Um momento crucial do desenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império Brasileiro*", Revista Ler História, nº7 1986; refere-se ainda à produção de chapéus pelos sombreireiros de Braga, abordada por, Aurélio de Oliveira in "*A industria em Braga entre 1750 e 1820*", *Brácara* Augusta, vol. XL1, nº91/92, 1988-89.

[32] Justifica-se no âmbito da perspectiva abordada por F..Mendels para a Flandres, que designou por proto-industrialização, in "*Des Industries Rurales à la Proto-Industrialization: Historique dans changement de perspective*" , À.E.S.C, 1984-85 e ainda da proto-industrialização da região do Perche em França, estudada por Claude Cailly in "*Mutations d'un Espace Proto-Industriel: Le Perche aux XVIIIe et XIXe Siécles,* Paris, 1989. No Perche, a produção têxtil em espaço rural é pressionada pelos mercados coloniais, na altura em grande expansão.

[33] Ramada, José António Real Pereira - *A indústria da chapelaria portuense entre 1750 e 1852*, Porto, 1997, p. 133.

[34] AHMOP, JC 7, *Providências gerais acerca das fábricas, requerimento dos mestres sombreireiros de Braga relativo às sisas,* em 22 de Agosto de 1791, fls. 1-45.

Já durante a primeira metade do século os chapéus de lã grossos eram exportados para o Brasil[35]. Efectivamente, por volta de 1755 a produção nacional de chapéus de lã era assegurada, principalmente por Braga e Feira[36], confirmada em 1770, quando se produziam chapéus que asseguravam o consumo das colónias e do reino, até porque se proibira a sua importação[37]. Em grande parte, a euforia manufactureira, à qual estava associado o incremento da produção dos sombreireiros do último quartel do século XVIII, ligava-se ao mercado Brasileiro protegido pelo exclusivo colonial. No final do período pombalino, os chapéus ocupavam posição assinalável no total dos produtos manufacturados exportados[38] e durante a década de 1790, apesar de diminuir o peso da produção nacional em relação ao Brasil nos totais de exportação, os chapéus representam cerca de 8,5% do total dos produtos manufacturados portugueses[39].

Posteriormente, perante a crise provocada pelas invasões Francesas, o chapéu será um dos produtos que melhor resistirá, encetando forte recuperação em 1811 e atingindo em 1815/1816 níveis semelhantes aos anos de 1801-1803[40]. Essa recuperação, será obra, principalmente da produção dispersa do norte do país, pela pouca necessidade de inovação tecnológica, como vimos, pelo baixo preço das instalações e devido ao baixo custo da mão de obra[41], razões que permitiram evitar a queda do consumo.

Além do mais, comparativamente a Lisboa, pelo Porto saíam muitos mais chapéus grossos de lã e bastante mais baratos que os chapéus finos de pêlo[42], sendo estes últimos exportados principalmente por Lisboa. Assim, por exemplo, em 1777 saíram do Porto com destino à Baía 62.399 chapéus grossos e de Lisboa com o mesmo destino, apenas 34. Para o Rio de Janeiro, saídos do Porto seguiram 180.394 e de Lisboa com o mesmo destino, 60 chapéus grossos[43]. Em 1798 a situação não se alterara, tendo saído, do Porto para o Brasil,

---

[35] Pereira, Esteves ; Rodrigues, Guilherme – Chapéo, in *Portugal. Diccionário Histórico, Biográphico, Bibliográphico, Heráldico, Choreográfico, Numismático e Artístico,* Lisboa, João Romano Torres, Editor, 1906, vol. 2, pp. 1007-1008.

[36] Ratton, Jácome - *Recordações...*p. 72.

[37] Neves, José Acúrsio - *Noções Históricas...*, p. 234.

[38] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e Brasil,(1780-1830,* Lisboa, 1994, p. 55.

[39] Idem, ibidem, p. 280.

[40] Pedreira, Jorge - *Indústria e atraso económico em Portugal(1800-1825. Uma perspectiva estrutural*, in Análise Social, Vol. XXIII, n.º 97, 1987, p. 576.

[41] Madureira, Nuno Luís - *Mercado e privilégios. A indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, 1997, pp. 338-339.

[42] AHMOP, "Balanças de Comércio, anos de 1776 e 1777"*; e* Pedreira, Jorge, *Indústria e atraso económico em Portugal(1800-1825. Uma perspectiva estrutural*, in Análise Social, Vol. XXIII, n.º 97, 1987, p. 578. Neste caso para as balanças de comércio externo entre 1796 e 1831.

[43] AHMOP, "Balanças de Comércio, anos de 1776 e 1777".

236.425 chapéus e de Lisboa 56.352[44]. Efectivamente, os chapéus grossos tinham uma grande clientela no Brasil, pois aí eram muito apreciados pelas "*gentes de trabalho e de escravatura*"[45]. Desta forma, torna-se óbvio que sendo a Feira e Braga os dois maiores centros produtores de chapéus grossos do país, os seus chapéus do concelho da Feira fossem exportados pela barra do Porto.

A legislação estatal terá contribuído para incentivar ou entravar a exportação dos chapéus grossos de lã da Feira.

O sector da chapelaria, ou seja, dos chapéus finos de pêlo foi um dos mais protegidos pelo Estado, desde o primeiro impulso industrializador de fins do século XVII, altura em que apareceram as primeiras manufacturas, nomeadamente a Real fábrica de chapéus de Pombal[46]. As regalias para estes chapéus, produzidos nas fábricas licenciadas na Junta de Comércio, sucederam-se: proibição de importação de chapéus, isenção de direitos na importação de matérias primas, isenção de direitos de exportação, regalias estatais etc.

Uma das causas que os sombreireiros de Braga apresentam para a sua decadência nos fins do século XVIII, é a concorrência dos chapéus de pêlo finos[47]. Contudo parece-nos que os chapéus grossos beneficiaram, globalmente, da protecção dada à chapelaria e especificamente da proibição de entrada em Portugal de chapéus estrangeiros, dados os custo/mercado, aspectos atrás referidos.(para conhecimento da legislação vd. ponto 3 cap. IV).

4. Agentes de comercialização

4.1 O produtor - mercador

O artífice-produtor, "indivíduo que faz sombreiros ou chapeos"[48], foi o primeiro protagonista do comércio dos chapéus, ou seja, era ele que muitas vezes utilizava o seu local de trabalho como espaço para venda à reduzida clientela local. Depois, para rentabilizar o seu trabalho e porque o carácter sazonal da actividade agrícola lhe permitia, caso a tivesse, saía a vender pelos mercados do concelho e da comarca. Esta forma de actuar é pelo menos confirmado nos princípios da segunda década do século XIX, quando os oficiais

[44] Pedreira, Jorge - *Indústria e atraso económico em Portugal(1800-1825. Uma perspectiva estrutural*, in Análise Social, Vol. XXIII, n.º 97, 1987, p. 578.
[45] Pedreira, Jorge - *Estrutura industrial e mercado colonial...*, p. 281-282.
[46] Neves, Acúrsio das - *Noções...*Vol. IV, pp. 233-234.
[47] AHMOP, JC 7, *Requerimento dos mestres sombreireiros de Braga, relativo às sisas*, fls, 7-8.
[48] Silva, A Morais - *Diccionário de Língua Portugueza*, 5.ª edição, Lisboa, 1884, Tomo II, p. 779.

sombreireiros da Vila de Oliveira de Azeméis saíam "*a vender pelos mercados da sua comarca, e de outras diversas, cargas, e porções de chapéus, que fabricam em suas lojas*"[49]. Tratar-se-ia de uma prática tradicional, pois em 1788 o sombreireiro Domingos António, natural de Vilarinho, freguesia de Cesar, apresentou termo de desistência à Câmara, referindo que desiste "*por não usar do ofício de sombreireiro a mais de doze anos e estando presentemente a contratar chapéus que compra para vender...*"[50]. Na mesma linha de actuação, os produtores podiam formar sociedade com mercadores capitalistas de outros ramos de actividade para "contrato de chapéus", nas quais como especialistas no ofício ficariam à partida como principais responsáveis das mesmas[51]. Este último documento revela essa hierarquia de papéis.

Noutras ocasiões, eram os familiares dos produtores que levavam os chapéus a vender numa clara divisão de tarefas em que os homens produzem e as mulheres fazem comércio, como verificamos atrás quando abordamos a feira de Março em Aveiro. Essa actividade feminina continua ao longo do século do século XIX, pois em meados do mesmo os sombreireiros das pequenas oficinas do concelho de Oliveira de Azeméis reservam uma parte para "*serem mandados em cargas à cabeça das Mulheres para Coimbra...*"[52].

4.2 O mercador

O mercador é o principal agente do produto da pequena indústria oficinal e doméstica[53].

Muitas vezes, aparece com determinado índice de riqueza, com especialização no respectivo ramo de comércio e geralmente com loja fixa no local de residência[54].

Os mercadores de chapéus da Feira também têm um papel importante no circuito comercial dos mesmos. José de Matos "*merca para tornar a vender*"[55]e o filho de Dionísio

[49] ANTT, CX 73, doc. 46. Refere-se à queixa apresentada pelos sombreireiros de Oliveira de Azeméis a protestar contra os impostos pagos ao longo dos circuitos de venda.
[50] AMSMF, "Livro de Registo das Cartas de Ofício e suas Desistências", fl. 81v.
[51] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira, livro, n.º 223, 1769, fl. 146v-147. Trata-se de uma sociedade entre o sombreireiro Manuel Gomes o Novo e o contratador de solas António Dias Jorge. Declaram na escritura que estavam apostados a "*entrarem em hua vigorosa sociedade entre si para contrato de chapeos e laã entrando cada hum delles ditos socios com cem mil reis para a dita sociedade cujos cem mil reis que tocam a parte delle dito António Dias Jorge declarou o mesmo Manuel Gomes o Novo ter já recebido e por isso se obrigou a tratar e contratar nos sobreditos generos como cabeça da dita sociedade*".
[52] Justino, David - *A formação do espaço económico nacional, Portugal(1810-!913),* Lisboa, vol. I, p.128.
[53] Idem, Ibidem, p. 381.
[54] Idem, Ibidem, p. 381.
[55] ANTT, "Impostos Feira, 1762", *Maneios da Arrifana*. Trata-se da décima lançada sobre o mercador José de Matos.

Pais Coelho *"contrata em chapéus"*[56]. Trata-se de dois comerciantes, entre muitos outros que desconhecemos, que faziam do comércio de chapéus a sua principal actividade. O seu rendimento, contudo, não era substancial a acreditar nos 120 réis de décima que os louvados lançam a José de Matos e nos 200 réis ao filho de Dionísio Coelho, enquanto um oficial pagava 300 réis, o que evidencia uma certa libertação do onus fiscal propício.

Teriam estes homens locais fixos de venda? Pensamos que sim, Dionísio Pais Coelho era *"rendeiro desta freguesia por trezentos e vinte mil réis a que os louvados lançaram mil réis"*[57]. Tratava-se de uma décima cujo valor implicava um poder económico razoável, que o inseria nesse perfil de *"indivíduo bem colocado na hierarquia social: função liberal, mercantil, artesanal ou lavrador abastado"*[58]. Nesse sentido, encontrámo-lo a comprar terra e mato a António Rodrigues da Arrifana no valor de 22.450 réis[59]. Enfim, pensamos que este homem possa ter criado condições para o sucesso de seu filho como mercador de chapéus, pela sua capacidade económica e influência social- pelo menos eram necessários 100 mil réis para constituir sociedade.

José Matos vive *"em casa de aluguer de Caetano Soares, da Rua de que lhe paga de renda dois mil e quatrocentos réis"*[60]. Tratava-se uma casa, em que o valor da renda estava muito acima da média paga pela generalidade dos rendeiros, demonstrando capacidade económica e fortes possibilidades de aí ter a sua loja/armazém. José de Matos é homem de acção, investindo na procura do lucro nem que para tal tenha que recorrer ao crédito (vd. quadro de utilização do dinheiro a juro, ponto 4, cap. V).

4.3 O Comissário

Era o mais importante protagonista do comércio dos chapéus, podendo estar ligado ao comércio interno ou à exportação. O Dicionário de António Morais e Silva apresenta o termo comissário como *"o que compra e vende à comissão"*.

O comissário juntamente com o negociante eram homens que agiam sobre os mercados, fomentando comércio quer de matérias primas quer de produtos acabados[61]. Faziam a ligação

[56] ANTT, "Impostos Feira, 1672", Maneios da Arrifana. Refere-se ao filho de Dionísio Pais Coelho, o qual se dedica a contratar chapéus.
[57] ANTT, "Impostos Feira, 1762", *Maneios da Arrifana.*.
[58] Amorim, Inês - *O Mosteiro de Grijó...*, p. 129.
[59] ADA, "Registos Notariais", Vila da Feira, livro n.º 213, fl. 169.
[60] ANTT, "Décimas dos Prédios, 1762", lançamento n.º 45, Arrifana.
[61] Amorim, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII(1690-1814)-estudo económico de um espaço histórico*, Porto, 1996, p. 606.

entre os produtores e as grandes casas comerciais ou grandes negociantes, principalmente do Porto. Praticavam o autofinanciamento, pois acumulavam capital, podendo tornar-se importantes homens de negócio, pelo menos a nível nacional. Na realidade, as condições eram-lhes favoráveis, a exemplo do que se passava em Perche em França[62]. Iniciavam a actividade com pouco capital inicial, tratavam de vários negócios simultaneamente pela rápida circulação das mercadorias, riscos limitados, diversidade de mercado, etc.

Em Braga, eram simples caixeiros de comerciantes e despachantes instalados no Porto[63], raramente conseguindo escapar à dependência dos grandes negociantes exportadores.

Nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, encontrámo-los bem activos no concelho de Oliveira de Azeméis[64] distribuídos por várias freguesias (vd. quadro 2), confirmando-se como importantes agentes de escoamento dos chapéus quer para mercados supra regionais, quer para mercados de exportação. Efectivamente, a presença de um número razoável de comissários nas áreas de produção demonstra que nos princípios do século XIX continuava a haver uma forte produção de chapéus cujo destino seria principalmente o mercado colonial. Assim, ao assegurarem principalmente a comercialização para mercados exteriores, os comissários constituíam-se um elemento importante da proto industrialização na área da Feira. Refira-se que a exportação de chapéus fez-se a bom ritmo até 1805, baixando a partir daí e recuperando novamente a partir de 1810, consoante referimos atrás. Apenas a título de exemplo, referimos o ano de 1802 em que se exportaram do Porto para o Brasil 398.712 chapéus.[65]

Quadro 2 - Mapa dos Comerciantes da Comarca da Feira e de Aveiro, 1810 (Comissários de Chapéus)

Freguesia	Nome
Arrifana	José Gomes Leite
	José Dias Leite
	Custódio Alves Maia
	Domingos Gomes Brandão
Carregosa	José Soares dos Santos
	Manuel Ferreira Valente
Fajões	Manuel José Soares
Mansores	José Marques
S. J. Madeira	António José Neves

Fonte: ANTT, JC, Maço 12- Contribuição de defesa, 24/8/1812

[62] Cailly, Claude - *Mutations d'un Espace Proto-Industriel: Le Perche aux XVIIIe-XIXe Siécles*, Paris, 1989, p. 244.
[63] Oliveira, Aurélio - *A indústria em Braga* ..., p. 228.
[64] ANTT. JC Mç 12, "Contribuição de defesa", 24/8/1812.
[65] Pedreira, Jorge - *Indústria e atraso económico*..., p. 578.

O confronto dos nomes desta lista de comissários com os nomes dos Registos Notariais, permitiu-nos identificar a actividade económica dos comissários José Dias Leite e Custódio Alves Maia, ambos da Freguesia da Arrifana. Aproximemo-nos deles na tentativa de fazer a sua caracterização (vd. Quadro3).

Quadro 3 - Actividade Económica dos Comissários de Chapéus

Nome	Fregusia	Lugar	data	objecto	Valor	receptor	Fregusia	Lugar
Custódio Alves da Maia	Arrifana	Outeiro Cim.	00-00-1791	compra terra	63000	Francisco Ferr. Pinho		
Custódio Alves da Maia	Arrifana	Outeiro Cim.	14-04-1791	compra casa e quintal	185000	Quitéria Maria		
Custódio Alves da Maia	Arrifana	Outeiro Cim.	00-05-1801	escritura de dinheiro a juro	25000	Francisco Ferr. Pinho		
José Dias Leite	Arrifana	B. Rua	15-11-1793	recebe confissão de dívida pela cedência de lãs e aprestes para chapeus	63000	Manuel Leite	Arrifana	Outeiro C.
José Dias Leite	Arrifana	B. Rua	26-4-1800	compra campos e casas	140000	Mª Rosa do Céu Vª		
José Dias Leite	Arrifana	B. Rua	14-5-1800	compra leiras campos e casas	58000	Manuel Dias Leite	S.João da M.	Lousa

Fonte:ADA, Registos notariais, Vila da Feira

José Dias Leite da Rua, sombreireiro em 1767, fornecendo *lãs e mais aprestos para chapéus*, a juro ao sombreireiro Manuel Leite, é claramente um capitalista ligado, por um lado, ao fornecimento de matéria prima para a produção de chapéus e por outro, ao seu escoamento, como se constata pelo quadro dos comissários de chapéus. O capital adquirido permite-lhe fazer compras de bens imóveis de valores avultados, talvez pelo facto de os devedores não terem conseguido pagar as suas dívidas sem recorrer à venda das propriedades.

Relativamente a Custódio Alves Maia, verificamos que investe nos juros do dinheiro e na compra de bens imóveis.

A exemplo de José Dias Leite, outros comissários teriam sido sombreireiros, como possivelmente José Gomes Leite, também da Rua da Arrifana, inscrito em 1771. Tal ligação, permitia-lhes ter um conhecimento mais eficaz do processo global dos chapéus e assim dominar melhor o mercado, quer de matérias primas, quer de comercialização do produto acabado. Parece-nos contudo que estes comissários estariam mais ligados às oficinas de maior produção que abarcavam principalmente a 2.ª e 3.ª fases da produção (vd. ponto 3, cap. 5), ficando a produção caseira, mais virada para o mercado local, onde actuavam preferencialmente produtores e mercadores.

Os comissários, espalhados por várias freguesias, demonstravam o carácter rural do trabalho dos sombreireiros mesmo a nível da comercialização. Conheciam melhor as oficinas, os mestres e como tal faziam uma ligação mais eficaz entre a produção e os mercados. Possivelmente, como referimos, foram homens que se auto financiaram, acumulando capital para poderem investir em negócios de longo alcance.

A sua acção ligava-se não só à exportação, principalmente via Porto, mas também ao comércio interno de longa distância, podendo servir os grandes negociantes num processo semelhante ao dos já referidos caixeiros dos mercadores de panos de Oliveira de Azeméis[66].

Quer-nos parecer que, apesar da freguesia de Oliveira de Azeméis continuar a ser o grande centro de comércio, por exemplo de panos de linho e gado, o trato ligado aos chapéus instala-se claramente em Arrifana e S. João da Madeira, como podemos confirmar pelo número de escrituras de sombreireiros realizadas nestas duas freguesias. (vd. anxo 4, cap. 5)- uma certa especialização de espaços explica as manchas geográficas – tecedeiras com predominância e crescimento nas freguesia de Oliveira de Azeméis S. Martinho da Gândara, etc., sombreireiros e comissários de chapéus em Arrifana, Carregosa, S. João da Madeira e Fajões.

[66] ANTT, "Livro dos Impostos, Feira, 1762", Feira, livro n.º n.º 2270. Refere-se às décimas de maneio e arruamento da freguesia de Oliveira de Azeméis.

Conclusão

O concelho da Feira, durante a Segunda metade do século XVIII, era formado por 58 freguesias que se inseriam num quadro político administrativo coordenado pela vila do mesmo nome. Tratando-se de um espaço essencialmente rural, nas proximidades do segundo maior centro urbano do país- o Porto, foi nele que procuramos analisar, caracterizar, o pulsar do mundo do trabalho mecânico.

O estudo fez-nos actuar basicamente ao nível de história local, embora inserida numa história comparativa que tivesse em conta outros espaços, quer regionais, quer nacionais.

Destacamos as características naturais do concelho, que incidem em duas vertentes básicas, divididas pela Estrada Real que ainda organizava a vida social, política e económica: por um lado a existência de áreas de altitude razoável, de carácter montanhoso, situadas a Este e sudeste do concelho, as quais possibilitaram actividades profissionais; por outro, toda a área a oeste, plana, virada para o mar, favorável ao surgimento de vias de comunicação e mercados de escoamento. Todo este espaço era percorrido por cursos de água que alimentavam uma população predominantemente rural e ainda várias indústrias subsidiárias da actividade agrícola.

Neste concelho, como em muitos outros toda a actividade profissional era controlada pela Câmara, onde oficiais camarários e juizes do respectivo ofício elaboravam os regimentos que deviam organizar o funcionamento dos ofícios. Entre esses regimentos destacam-se o de pedreiro, canastreiro, alvenaria, ferreiro e sobretudo de sombreireiro. Através deles podemos apreciar a utilidade dos diversos produtos de cada ofício, e as taxas, ou seja os preços dos produtos. Da Câmara saíam ainda posturas que obrigavam todo aquele que quisesse tornar-se profissional a tirar uma carta de examinação. Esta obtinha-se após um longo trabalho burocrático, antes e depois de um exame realizado perante o respectivo juiz de ofício. Após esse exame, na posse da carta, o oficial podia abrir estabelecimento por conta própria, contratar aprendizes, ser juiz de ofício, enfim, ganhava um certo status social e económico.

O trabalho artesanal tinha um peso importante no total da população activa, apesar de se tratar de um concelho essencialmente rural. Na tentativa de o conhecermos recorremos fundamentalmente aos: "*Livros de Registosdos Ofícios*", os quais nos permitiram constatar a existência de vários grupos profissionais mecânicos ao longo da 2.ª metade do século XVIII. Tendo em conta a sua utilidade imediata, agrupamo-los em três sectores: de apoio ao

vestuário, formado por tecedeiras, alfaiates, tamanqueiros, sapateiros e sombreireiros; de apoio à construção, formado por ferreiros, carpinteiros e pedreiros e por último de apoio à agricultura com tanoeiros, serradores e canastreiros.

O sector vestuário é claramente dominante nesta estrutura profissional devido ao contributo fundamental das tecedeiras e sombreireiros, segue-se a construção, onde dominam os carpinteiros e finalmente a agricultura com o domínio dos canastreiros.

A análise da distribuição geográfica dos ofícios revelou que estes se distribuíam praticamente por todas as freguesias do concelho, notando-se contudo a tendência para a sua concentração em dois blocos bem delimitados: norte/nordeste e sul/sudeste, possivelmente divididos pela Estrada Real. No sul/sudeste dá-se o adensamento de um núcleo do sector vestuário, constituído essencialmente pelas freguesias de Ossela, Pindelo, S. João da Madeira e Carregosa; o sector construção predomina a norte, pelo contributo decisivo das freguesias de Argoncilhe e N. da Regedoura; finalmente o sector agrícola tende a centrar-se num núcleo a nordeste, formado pelas freguesias de Lobão, V. Maior, Canedo. S. Vicente Louredo e Vale e a e ainda num outro a sul, onde se destacam as freguesias de S. M. da Gândara e S. Roque.

Os ofícios evoluíram de forma irregular ao longo da 2.ª metade do século XVIII. Assim o crescimento foi bastante lento até meados da década de 1760, tornando-se mais forte a partir daí até 1771. Durante a década de 1780 dá-se uma aceleração relativamente ao crescimento anterior, seguindo-se um abrandando ao longo da década de 1790. Esta evolução parece ter sido condicionada, como seria de esperar, pela dinâmica dos preços agrícolas, ou seja, foram as subidas dos preços dos cereais na V. da Feira, uma em finais da década de 1750 e outra ainda mais forte, no final da década de 1780, que limitando o poder de compra das populações, influenciaram negativamente a capacidade aquisitiva de produtos artesanais. Estes ritmos, marcados pela oscilação do consumo foi acompanhado por sinais de emigração dos sombreireiros da vila da Feira para as fábricas de chapelaria do Porto, dada a legislação Pombalina que enfraqueceu as normas corporativas, mais as da cidade do Porto, do que as da Vila da Feira que sempre foram menos arregimentadas.

Relativamente aos sectores de actividade, o vestuário distanciou-se claramente dos sectores construção e agricultura, tendo estes uma evolução muito próxima até ao início da década de 1790, altura em que a construção se afasta ligeiramente da agricultura indiciando assim crise neste sector.

A dinâmica evolutiva profissional não esteve desligada da dinâmica demográfica. Neste sentido, verificamos que a área se sul e sudeste, uma das que teve maior crescimento

demográfico, apresenta também forte crescimento profissional, que superou mesmo a dinâmica demográfica.

Como se referiu, o sector vestuário destacou-se claramente dos restantes, devido à presença esmagadora, primeiro dos sombreireiros e depois das tecedeiras. Enquanto estas se distribuíam por todo o concelho, os sombreireiros concentravam-se num espaço geográfico bem delimitado, com características naturais específicas, ou seja tendiam a concentrar-se em determinadas freguesias e nestas em lugares bem individualizados. Deste modo, formavam uma mancha industrial na qual se distinguiam claramente micro manchas industriais, principalmente nos lugares de Vilar de Oliveira de Azeméis, Azagães de Carregosa, Pinhão de Pindelo e Quintã de S. João da Madeira etc. Todos estes lugares tinham razoável altitude, eram arejados, ventanosos, virados a poente , cortados por pequenos riachos de água, enfim condições naturais propícias à produção de chapéus.

Na maioria das freguesias em que se instalavam, os sombreireiros representavam mais de 50% da actividade profissional, sendo clara a sua superioridade relativamente às restantes profissões. A sua evolução integrou-se na dos ofícios em geral, ou seja, tiveram um crescimento lento até meados da década de 1760, seguindo-se um aumento mais rápido até 1771. Depois, na década de 1780, novo crescimento ainda mais forte, a que não foram alheios a protecção estatal à chapelaria, e os mercados interno e colonial favoráveis.

A crise instalou-se principalmente devido às invasões francesas que romperem com os circuitos comerciais, à crise na agricultura, à abertura dos portos brasileiros aos estrangeiros, particularmente aos Ingleses, factores que fizeram baixar os preços, tendo afectado negativamente os sombreireiros da Feira. Contudo estes, pela tecnologia utilizada, pelo baixo preço da mão de obra e da matéria prima, rapidamente superam a crise, facto que se comprova pelos comissários de chapéus que exercem actividade no concelho, pelo menos em 1810.

Os sombreireiros colocavam especial cuidado na transmissão do ofício, e sabendo da incipiente mecanização é bem provável que se tenha, por norma, passado para um ou mais filhos, enquanto os irmãos se podiam dispersar por outros lugares, dando-se assim continuidade ao ofício dentro da mesma família.

A mobilidade geográfica dos sombreireiros ultrapassavam muitas vezes o espaço estritamente local podendo deslocar-se para outros espaços. Deste modo, durante a década de 1790 e primeiros 15 anos do século XIX, deslocam-se para as fábricas de chapelaria da cidade do Porto por duas razões fundamentais: primeira, maior liberdade de circulação dos trabalhadores. Segunda, crise na produção rural motivada principalmente pela queda do

mercado interno e perturbações das invasões francesas. Pelos efectivos, pelas categorias profissionais, pelos saberes acumulados que saem para o Porto, bem podemos afirmar que os sombreireiros da Feira constituíram um grande contributo para o arranque da chapelaria do Porto, pós invasões francesas, mas mesmo desde a década de 1790.

A profissão de tecedeira surge no meio desta densidade de sombreireiros. As tecedeiras surgem-nos claramente localizadas em Oliveira de Azeméis ligadas ao linho, enquanto nas outras freguesias de implantação dos sombreireiros parecem poder completar as tarefas masculinas. As suas tarefas consistiam principalmente em tecer e fiar linho e lã. Podiam no entanto exercer outras actividades nomeadamente a agricultura o comércio etc., Em Oliveira de Azeméis em 1762, a esmagadora maioria das tecedeiras viviam na Rua e exerciam o ofício em exclusividade, demonstrando dessa forma que nem sempre o trabalho das tecedeiras era complementar da agricultura, como era vigente no Antigo Regime.

A evolução das tecedeiras é similar aos restantes ofícios. Todavia apresentam uma característica particular – uma acentuada percentagem delas bastante sujeita a desistências influenciam negativamente o seu crescimento principalmente entre 1755 e 1771, período em que são mais numerosas e sobretudo levantam a hipótese de uma desistência por "não trabalhar para fora".

A sua distribuição faz-se irregularmente por todo o concelho, contudo no período de 1783-1799, tendem a crescer especialmente na área geográfica dos sombreireiros, parecendo querer acompanhar o movimento destes. Articular-se-ia o trabalho em ambas as profissões? As ligações familiares entre tecedeiras e sombreireiros não são frequentes, pois não havia necessidade de tirar carta para ajudar no trabalho dos chapéus. Contudo, não colocamos de parte a possibilidade de poderem existir unidades de produção onde trabalhavam tecedeiras assalariadas, na preparação de lãs e acabamentos de chapéus.

Na produção dos chapéus grossos de lã, a matéria prima principal era a lã, cuja aquisição implicou, paralelamente à compra ao domicílio e nos mercados locais, a criação de rotas, nomeadamente a rota do Alentejo, a rota de Pinhel e a rota da Anadia. A lã que provinha do Alentejo oferecia traços de uma organização capitalista, dado o papel dos comissários dotados de capitais que suportavam o demorado transporte da lã até aos mercados locais e aos produtores. A partir desta matéria prima, produzia-se uma diversidade de chapéus, cujo preço, segundo o regimento de 1723, variava consoante a qualidade, a matéria prima, o tamanho e os acabamentos. Os regimentos não indicam subida significativa de preços dos chapéus ao longo do século XVIII, a verdade é que as Balanças de Comércio

registam uma subida geral de preços, o que atira para a hipótese de ser o mercado a comandar os preços, com proveito para os que movimentavam os produtos dos locais de produção ao mercado. Tudo indica que os preços no produtor da Feira eram baixos relativamente a outros centros, o que permitiu aos sombreireiros assegurar um escoamento regular e por isso assegurar a estabilidade dos mercados.

A produção dos chapéus fazia-se geralmente em pequenas lojas de casas térreas ou sobradas, ou então em casas próprias, isoladas ou em anexo à habitação onde funcionava a tenda/oficina de fabrico. Nestas trabalhavam em média 1 mestre, 1 ou 2 oficiais e talvez 1 aprendiz, aceitando-se que pudesse haver produção individual caseira da 1:ª fase de produção que consistia em preparar a lã, arcar e depois bastir, ou seja formar as peças de cuja união saía o chapéu, e houvesse depois oficinas bem apetrechadas com 1 mestre e vários oficiais, onde o processo era concluído.

Instalações e equipamento constituíam um espólio valioso. Os instrumentos e utensílios de trabalho eram manuais e diversificados, distinguindo-se a caldeira de cobre, o arco de madeira com corda de tripa, calota de cobre, caldeira de cobre para bastir, tina para infurtir, tina para tingir, forma de madeira , etc. , ou seja um equipamento que implicava um certo poder económico, podendo por isso remeter para a referida divisão de tarefas, mas sem evolução técnica de monta até para muito além dos finais do século XIX.

As hierarquias estavam bem explícitas dentro do ofício, ligando-se principalmente às qualificações profissionais e aos níveis de riqueza. Na base estavam os aprendizes, seguindo-se os oficiais que podiam trabalhar individualmente ou para um mestre. Este estava no topo da hierarquia profissional e apresentava condições para ser também o primeiro na posse de património.

Na generalidade, os níveis de riqueza dos sombreireiros assentavam no património fundiário e móvel, destacando-se neste último o dinheiro para entrar em sociedades e empréstimos . As sua casas eram na generalidade térreas, podendo ser próprias ou alugadas. Nalguns casos associavam práticas agrícolas, no entanto a maioria exercia o ofício em exclusividade, demonstrando dois aspectos: primeiro, que o mesmo era rentável, pois sustentavam-se dele; segundo, que nalguns lugares faziam-no em grande parte porque possuíam terras agrícolas, procurando assim obter rendimentos no ofício.

Pensamos que a produção dos sombreireiros, pelas características rurais do seu trabalho e pelo modelo demográfico ligado às características do solo relativamente pobre que "obriga" à corrida ao ofício, se pode inserir no processo da proto industrialização Europeia, a que se

associa uma forte ligação a mercados de capitais e produtos. Esta produção rural tinha um vasto mercado, que incluía espaços nacionais e coloniais com destaque para o Brasil, para onde saíam grandes quantidades de chapéus grossos de lã pela Barra do Porto. Sendo Braga e Feira os dois maiores centros produtores desse tipo de chapéus, os da Feira estariam com certeza incluídos na exportação, até porque se valiam do seu baixo custo no produtor.

Os protagonistas principais desse comércio eram os comissários, homens de cabedal, verdadeiros capitalistas que abasteciam as unidades de matérias primas e depois tratavam do escoamento dos chapéus, principalmente dos que provinham das grandes unidades de produção. Estes homens ao fazerem a ligação principalmente ao mercado colonial, concluíam a integração da Feira na Proto industrialização.

Exposto em breves traços este trabalho, concluímos que o trabalho profissional mecânico do concelho da Feira emergiu claramente da ruralidade do mesmo, diversificando-se em várias categorias profissionais. Entre essas destacaram-se os sombreireiros que formando uma densa mancha industrial a sul/sudeste do concelho, conseguiram organizar um núcleo produtivo estável devido principalmente à pressão dos mercados coloniais.

Neste núcleo de sombreireiros assenta, certamente, o enraizamento directo de uma actividade – a chapelaria de S. João da Madeira do século XIX. A ligação entre os inícios e finais do século é algo que nos escapa, dado que pressupunha uma pesquisa noutros fundos que não os até agora adoptados.

Sabemos claramente, que a existência de uma base de dados reunindo a informação paroquial, cruzada com os processos de registo de examinação e desistências seria algo que projectaria as relações em rede que nos escapa em grande medida.

Fontes Manuscritas e Impressas

Bibliografia

Fontes

A – Fontes manuscritas

Aveiro

Arquivo Distrital de Aveiro

Registos Paroquiais

Carregosa – Baptismos, Casamentos e Óbitos de 1754- 1852, livros nºs 4, 5 e 6.

Registos Notariais

Livros dos Notários: 1755-1770 e 179-1805

Lisboa

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.

Junta do Comércio

Nº 7 – Providências gerais acerca das Fábricas (1789-1821)

Nº 8 – Processos de Licenciamento de Fábricas e Matrículas de Servidores-chapéus.

Nº 12 – Mapas e Contas dos Ministros Territoriais acerca das Fábricas existentes (1814)

Balanças de Comércio (1776, 1777 e 1798)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IAN/TT)

Impostos, Feira 1762

Nº 2270 – Livro dos Maneios e Arruamentos.

Nº 2264 – Livro das Décimas das Fazendas

Nº 2265^{A} – Livro das Décimas dos Juros

Impostos Braga 1803

Nº 1130 – Livro dos Manifestos de Fábricas ou Lojas... 1801.

Junta do Comércio

Maço 12 (1812) – Contribuição de Defesa.

Nº 454 – Mapa de todas as Fábricas do Porto... 1813.

Porto

Arquivo Distrital do Porto
Registos Notariais
PO 8º 1ª Série livros nº 302 e 400.

Arquivo Histórico Municipal do Porto
Acórdãos
Livros nº 116 e 117- 1787

Biblioteca Municipal do Porto
Manuscrito nº1575 – compromisso dos sombreireiros (1804)

Santa Mª da Feira

Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira (AMSMF)
Livro dos Registos de Ofícios
Nº 1 (1728-1739)
Nº 3 (1755-1771)
Nº 4 (1783- 1794)
Nº 5 (1795-1834)

Livros dos Acórdãos
Nº 15 (ano de 1713)
Nº 16 (1733, 1738)
Nº 17 (ano de 1771)
Nº 18 (ano de 1833)

Livros das Provisões
Nº 9/10 (1750- 1760)
Nº 11 (1767- 1778)

Nº 12 (1778- 1793)

Livros das Décimas

Nº 31, Avanca Décimas de 1772 a 1786

Nº 33, Décimas do ano de 1809

Nº 34, Décimas do ano de 1814

B - Fontes impressas

BLUTEAU, Rafael – *Diccionário de Língua Portuguesa, reformado e acrescentado por António Morais e Silva,1.ª edição, Lisboa, Officinas de Simão Tadeo Ferreira, 1789, Tomo I.*

CARDOSO, José Luís, *Memórias económicas da Academia Real de Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, da arte e da indústria em Portugal e suas conquistas 1789-1815*, tomo IV, Lisboa, 1991.

CARVALHO, A L. *Os Mesteres de Guimarães*, (IV), Instituto Nacional do Trabalho, Barcelos 1943.

CARVALHO, J. M. Teixeira de, *Taxas dos ofícios da cidade de Coimbra*, 1573, Universidade de Coimbra, 1922.

CORREIA, Vergílio, Regimetos dos officiães mecânicos da mui nobre e sêpre leal cidade de Lixboa, Coimbra, imprensa da universidade, 1926.

COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol VI, 1938.

COSTA, Pe . Agostinho Rebelo da, *Descripção Topográfica e Histórica da cidade do Porto,* 1789.

COSTA, Pe. António Carvalho da, *Corographia Portuguesa e descripçam Topográphica do famoso Reyno de Portugal*, v.2 Of. De Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1708.

CUSTÓDIO, Jorge, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria Portuguesa nos seus diferentes ramos*, de José Acúrsio das Neves, Lisboa, Querco, 1983.

DIAS, Fernando de Carvalho, *A Relação das fábricas de 1788*.Sep. "Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra", Coimbra, 1995.

INQUÉRITO Industrial de 1881, BPMP, vol.s 5 e 6.

NEVES, Francisco Ferreira – *Subsídios para a história económica de Aveiro no século XVII, dois aranzéis das sisas e taxas cobradas pela Câmara*, "ADA", Aveiro, vol. 37, 1971.

NEVES, José Acúrsio das, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria Portuguesa considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa, 1820.

NEVES, José Acúrsio das, *Obras completas de José Acúrsio das Neves* (Edição Armando de Castro e António Almodovar) vols. 3 e 4, Ed. Afrontamento, Porto

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, vols. I, V, VIII, IX, X, XIII, XVII, Tipografia Universal, Lisboa, 1906.

OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos - *Informação para a estatística industrial, districto de Aveiro*, Lisboa, 1867, p. 72.

PEREIRA, Esteves; Rodrigues, Guilherme – *Portugal. Diccionário Histórico, Biográphico, Bibliográphico, Heráldico, Choreográphico, Numismático e Artístico*, Lisboa, João Romano Torres, Editor, 1906, vol. 2, pp. 1007-1008.

PERY, Gerardo, *Estudos Económicos. O Comércio externo de Portugal de 1800 a 1890*, in Revista de História Económica e Social, nº4, 1979, pp.89-106.

PORTUGAL, Tomás António de Villa-Nova, *Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras de ano para o comércio intrínseco*, in Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815", tomo II, 1991.

RATTON, Jácome, *Recordações e Memórias sobre Ocorrências do seu Tempo*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, (1813) 1920.

SILVA, A Morais, *Diccionário da língua Portugueza* composto pelo padre Rafael Bluteau.

SILVA, José Justino de Andrade e, *Colleção Chronologica de Legislação Portugueza, 1657-1674*, Lisboa, 1857, vol. 9.

VANDELLI, *Domingos, Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas,* in Memórias Económicas da Academia das Ciências, oficina da real Ac. Das Ciências, Lisboa, 1789, tomoI, pp. 244-253.

VANDELLI, *Domingos, Memórias sobre várias misturas de vegetais na factura dos chapéus,* in Memórias Económicas da Academia Real de Ciências, oficina da Ac. Real das Ciências, Lisboa, 1790, Tomo II.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das palavras termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, vols I e II Porto- Lisboa, Civilização, 1965-1966.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim - *As Ligações perigosas: o império Brasileiro face às convulsões internacionais (1789-1807)*, in Análise Social vol 24, 1988.

ALEXANDRE, Valentim - *Os Sentidos do Império- questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Lisboa UNL, 1988.

ALEXANDRE, *Valentim - Resposta à Segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas*, in Penélope, nº5, 1991, pp.165-178.

ALEXANDRE, Valentim - *Um momento crucial do subdesenvolvimento Português: efeitos económicos da perda do império Brasileiro*, Ler História, nº 7, 1986, p.3-45.

ALEXANDRE, Valentim - *Um passo em frente, vários à rectaguarda. Resposta à nota crítica de Pedro Lains,* Penélope. Fazer e desfazer História, nº3, 1989, pag 103-110.

AMARAL, José Alberto Fontes Serra - *Subsídios Para A História Da Indústria De Chapelaria Em S. João Da Madeira*, Porto, 1967.

AMORIM, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria No Século XVIII (1690- 1814) Estudo económico de um espaço histórico*, Porto, 1996.

AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira- 1801* feita pelo desembargador corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro. Introdução e estudo crítico de Inês Amorim.

AMORIM, Inês - *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e Propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*, Braga, 1997.

AMORIM, Inês - *Os poderes urbanos face às mutações económicas: A fábrica de algodão de Aveiro-* 1769/78, Porto, 1992.

AMORIM, P.e Aires - *Das corporações de artes e ofícios-taxas e cartas de examinação (século XVIII), na Vila da Feira*, in separata de Aveiro e o seu Distrito, Aveiro, n.s 26/28, 1979/80.

AZEVEDO, Carlos A Moreira; Azevedo, Ana Gonçalves de – *Metodologia científica: contributos prácticos para a elaboração de trabalhos académicos*, 3.ª edição, Porto, 1996.

BENAVENT, Ricard Franch - *Artesanato de seda e capital comercial em Valência-século XVIII*, in revista de história Espanhola nº. 195, 1997.

BLANCO, Pedro Marcos - *Legalidade e realidade de los examenes gremiais na cidade de Leon em meados do século XVI*, in Obradoiro história moderna, nº8, univ. Santiago.

CAILLY, Claude - *Mutations d'un Espace Proto-industriel: Le Perche aux XVII-XIX Siécles*, Fundation amis du Perche, Paris, 1989.

CASTRO, Armando - *A Política económica do Marquês de Pombal e a Sociedade Portuguesa no séc. XVIII*, in Revista História das Ideias, tomo I, Coimbra 1982, pp.41-49.

CASTRO, Armando - *O Pensamento económico no Portugal Moderno*, Lisboa, 1980.

COSTA, Luís - *O Coração da Fábrica- viagem ao mundo de "Unhas Negras"*, Câmara Municipal de S. João da Madeira, 1987.

COSTA, P.e Avelino Jesus – *Normas gerais de transcrições e publicações de documentos e textos medievais e modernos*, 3.ª edição, Coimbra, 1993.

CRUZ, António - *Os mesteres do Porto*, Vol. I, p. 116, Porto, 1943.

DAVEAU, Suzanne - *A Estrada Coimbrã. O traçado pela serra do Ancião*, in Estudos e Ensaios em homenagem a V. Magalhães Gordinho, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1988; pp. 451-461.

DUPÂQUIER, Jacques - *Problemas de codificação Sócio- Profissional*, in "A História Social. Problemas, Fontes e Métodos", edições Cosmos, Lisboa 1973.

DURÃES, Margarida - *Herança e Sucessão. Leis práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2000.

ESPERANÇA, Rui; Polónia, Amélia; Osswald, Helena - *As Décimas no século XVII. Classificação ocupacional e produção de informação*, in – *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*, (cood.) Amorim, Inês, colecção "Estudos 32", Instituto de Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 2002.

FERREIRA, Ana Maria Pereira - *A importação e o comércio têxtil em Portalegre no século XV (1385- 1481)*, Lisboa, 1983.

FERRO, João Pedro - *A população Portuguesa no final do Antigo Regime, 1750-1815*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

FLOUD, Roderick - *Métodos cuantitativos para historiadores*, Alianza Universidad, Madrid, 1975.

FONSECA, Carlos - *Subsídios para a história da indústria Portuguesa: com ensaio económico e social sobre corporações e mesteres*, Lisboa, 1979.

FONTAINE, Laurence - *L'Activité Notariale*, in Annales, ESC, n.º 2, 1993.

FREIRE, João - *Sociologia do trabalho- Uma introdução,* edições afrontamento, Porto.

GASPAR, Jorge - *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, 1ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1970.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Introdução à História Económica*, Lisboa 1971.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Prix et Monnaies au Portugal*, Paris, A Colin, 1955.

HESPANHA, A Manuel - *As vésperas do Leviathan- instituições e poder político em Portugal- século XVII*, Coimbra, 1994.

HOUCK, Jochen - *Reunions de métiers et marché regional. Les marchands reúnis de la ville de Rouen au début de XVIII siécle, in Annales. Economies, societés, civilizations,* nº2, 1988.

JUSTINO, David - *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913,* Lisboa,.Vega, 1989, 2 vols.

JUSTINO, David - *Crise e decadência da economia cerealífera Alentejana no século XVIII*, in Revista de História Económica e Social, nº 7, Janeiro-Junho, 1981, pp 29-80.

JUSTINO, David - Cunha, Mafalda Soares da, *As Feiras de Estremoz uma primeira contribuição para o estudo dos mercados regionais do Antigo Regime.* "Revista de História Económica e Social", Lisboa nº11 1983.

JUSTINO, David - *Recensão à reedição da obra de Borges de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa...*, o.c." Revista de História Económica e Social", Lisboa nº11 1983.

LAINS, Pedro - *Foi a perda do império um momento crucial do subdesenvolvimento português-II?*, in Penélope, nº5, 1991, pp 151-163.

LAINS, Pedro - *Foi a perda do império um momento crucial do subdesenvolvimento português?*, in Penélope, nº3, 1989, pp 91-100.

LANGHANS, Franz Paul - *As Corporações dos ofícios Mecânicos,* Imprensa Nacional, Lisboa, 1943 e 1946, vol. I e II.

LEMA, Paula Bordalo - *As Feiras do Norte de Portugal*, Lisboa 1973.

LEVI, Giovani - *Les individus dans l,espace social: carriéres d,artisans et marché du travail à Turin (XVIII et XIX siécles), in Annales- Economies, societés, civilizations*, nº. 6- 1990.

LIMA, António e Ribeiro, Jorge - *Indústria chapeleira em S. João da Madeira* Câmara de S. João da Madeira, 1987.

LIMA, Mª Adelaide - *A Padeira de Valongo- Entre o Mito e a Realidade. Caracterização sócio-profissional de S. Mamede de Valongo na segunda metade do séc. XVIII*, Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2000.

LÓPEZ, Isabel Miguel - *El censo de manufacturas de 1784. Uma imagem del sector transformador Espanhol para uma política industrial*, in Revista de História Espanhola, nº 200, 1998.

LOPEZ, Victória e Nieto, José A - *El trabajo en la encruzijada- artesanos urbanos en la Europa de la idad Moderna.* 1996- Madrid.

MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal,* Lisboa, 1951 (2ª edição em 1982).

MACEDO, Jorge Borges de - *Problemas de história da indústria Portuguesa no século XVIII,* Lisboa, 1963, (2ª edição-1982).

MADUREIRA, Nuno Luís - *Consumo, preços, Salários (1760- 1830*), in revista Ler História nº 32.

MADUREIRA, Nuno Luís - *Mercado e privilégios. A indústria Portuguesa entre1750 e 1834*, Lisboa, 1997.

MARTINS, Júlio de Sousa de – *A Feira de Março através dos tempos*, Câmara Municipal de Aveiro, 1989.

MATOS, Ana Maria Cardoso de - *A Real fábrica de lanifícios de Portalegre (1772-1788),* pp. 659- 679, Coimbra, 1990.

MÓNICA, Maria Filomena - *A formação da classe operária Portuguesa- Antologia da imprensa operária 1850- 1934*), Lisboa, 1982.

MÓNICA, Maria Filomena - *Artesãos e operários*, I. C. S Lisboa, 1986.

MÓNICA, Maria Filomena - *Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914*), in análise social, vol. XV, 1979.

MONTEIRO, Augusto José R. M. - *Manteigas na Segunda metade do séc. XIII. Os homens e a indústria*, in Revista Portuguesa de História, tomo XXV , Coimbra 1989-1990, pp. 49-96.

MORAIS, Maria José - *O Ensino profissional no século XVIII- o exemplo do Porto*, Dissertação de Mestrado, Porto, 1995.

MOREIRA, P.e Domingos A - f*reguesias da Diocese do Porto- Elementos Onomásticos Alti-medievais*, I parte. Introdução Histórica geral, Porto, 1973.

NAZARETH, J. Manuel e Sousa, Fernando de - *A demografia Portuguesa em finais do antigo regime aspectos socio-demográficos de Coruche*, In Cadernos Revista de história económica e social, nº4, Lisboa, Sá da Costa 1983.

NAZARETH, J. Manuel e Sousa, Fernando de - *Aspectos socio-demográficos de Salvaterra de Magos nos finais do séc. XVIII.* Análise Social, Lisboa vol.17, (66), 1981.

NAZARETH, J. Manuel - *Princípios e métodos de análise da demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.

OLGIVIE, Sheilagh C.; Cerman, Markus - *European proto-industrialization*, Cambridge, 1996.

OLIVEIRA , Samuel de Bastos - *Memórias Setecentistas de concelho de Oliveira de Azeméis,* Oliveira de Azeméis, 2001.

OLIVEIRA, António - *A vida económica e social de Coimbra. De 1537 a 1640.*Vol.I e II, Coimbra, 1971.

OLIVEIRA, Aurélio de - *Indústria em Braga entre 1750-1820*, in Brácara Augusta, vol XLI, nº91/92, 1988.

OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a Norte do Douro, algumas considerações sobre a História dos preços em Portugal*, in Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1985, vol. II, pp. 97-160.

ORDENAÇÕES *e Leis do Reino de Portugal*, recopiladas por mandado del Rey D. Philippe I, 14ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, livro I.

PEDREIRA, Jorge Miguel - *Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e Brasil(1780-1830)*, Lisboa, 1994.

PEDREIRA, Jorge Miguel - *Estrutura sectorial regional da indústria Portuguesa:* estatística e cartografia in revista de história económica e social nº 27, 1990, pp,99-135.

PEDREIRA, Jorge Miguel - *Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825). Uma perspectiva estrutural*, in Análise Social, Lsboa nº97, 1987.

PEDREIRA, Jorge Miguel - *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do Séc.XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais.* Análise Social, Lisboa, V. 27, 1992.

PEDREIRA, Jorge - *Industrialização e flutuações económicas, preços, mercados e inovação tecnológica. Apontamentos e reflexões sobre o caso português (1670-1890),* in Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Sá da Costa, 1988.

PEREIRA, Esteves - *A Indústria Portuguesa. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Guimarães e CA. Editores, 1979.

PEREIRA, Miriam Halpern - *Artesãos, operários e o Liberalismo* in Ler História, nº 14, 1988, pp.41- 86.

PINA, Fernando Correia - *Os ofícios mecânicos em Fronteira no tempo de Pombal*, in Revista Cidade.

PINTO, Alexandre Nogueira - *Mesteres e ofícios em Évora (séculos XIV-XIX)*, Lisboa, 1967.

PINTO, Loureiro - *A Casa dos 24 de Coimbra- elementos para a sua História* , Coimbra 1937, edições da Biblioteca Municipal.

RAMADA, José António Real Pereira - *A indústria da chapelaria Portuense entre 1750 e 1852* dissertação de mestrado, Porto, 1997.

RIBEIRO, Jorge, Manuel Martins - *Comércio e diplomacia nas relações Luso-Americanas (1776-1822)*, vol. I, Porto, 1997.

RODRIGUES, Manuel Ferreira, Mendes, José Manuel Amado - *A História da indústria em Portugal. Da Idade Média aos nossos dias*, Publicações Europa América, Porto 1999.

ROWLAND, Robert - *Âncora e Montaria, 1827, Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças*, in Estudos Contemporâneos, n.º 2/3, Porto, 1981, pp. 199-242.

SANTOS, António Ferreira dos - *Indústria da chapelaria em Portugal*, in Revista de Indústria Portuguesa, nº 247, 1948, ano 21.

SANTOS, António Ferreira dos - *Monografia económica - O chapéu*, in Revista de Indústria Portuguesa, nº 235, 1947, ano 20.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, vol. VI.

SERRÃO, Joel e Martins, Gabriela - *Da indústria Portuguesa; do antigo regime ao capitalismo*, livros Horizonte, Lisboa, 1978.

SERRÃO, Joel et Alii - *População activa e população na vida religiosa em Tràs-os-Montes nos finais do séc.XVIII.* "Análise Social", vol. XII (47), Lisboa, 1976 pp.748-762,.

SERRÃO, Joel - *Transportes,* in Dicionário de História de Portugal, vol. VI, Porto 1981.

SERRÃO, Vicente - *"Quadro económico, configurações e tendências de evolução-a indústria"*, in História de Portugal (dir.) Mattoso, José, vol. IV.

SILVA, Álvaro Ferreira da - *Família e trabalho doméstico no Hinterland de Lisboa: Oeiras, 1763-1810.* "Análise Social", V.XXIII nº97, 1987 Lisboa.

SILVA, Francisco Ribeiro - *Estrutura administrativa do Condado da Feira no século XVIII,* in revista de Ciências Históricas, vol. IV, Porto, 1989.

SILVERT, Albert - *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'ancian Régime*, 2ª edição, Lisboa, INIC, 1978, 3 vols.

SOUSA, Fernando de - *A indústria da seda em Trás-os-Montes, 1790- 1813* in Revista de História Económica e Social, nº 2, pp. 59- 73, 1978.

SOUSA, Ivo Carneiro - *1795: quando o Porto recuperou a Casa dos vinte e Quatro*, in Revista Humanidades, n.º2, Abril de 1982, AEFLP, Porto, pp. 42-45.

VITORINO, António Ferreira - *Elementos para a História da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Feira*, vol. I e II, Porto, 1973.

ANEXOS

ANEXOS

Introdução (1 a 3)

as de examinação tiradas fora do concelho

irada no Porto

es: diz João Gomes Leite oficial de ferrador e assistente em a Vila da Feira que a exeminado como consta da certidão junta e pretende por sua tenda do dito ofício o não pode por sem primeiro Ter carta de exeminação e o suplicante está o recorre e portanto. Pede a vossas senhorias lhe mandem passar a dita carta de eria Mercê=Despacho=passe carta em Camara de vinte e dous de Outubro de mil e quatro=Brandão.

Carta

senado da Camara desta cidade do Porto. Dámos licença a João Leite oficial m seus oficiais e aprendizes possa usar do seu ofício de ferrador visto se haver nsta da sua certidão junta e lhe não será posto impedimento algum em firmeza do passar a presente nossa carta de confirmação e licença nossa por nós assinada e a cidade do Porto, vinte e dous de Outubro de mil setecentos e setenta e quatro, vi e João de Faria de Sousa sobrescrevi.

ião Pereira de Lacerda=Doutor Juíz Correia de Melo=Francisco António Leite llo=ao sello catorze reis e meyo.

Certidão de exzeminação

da e José da Cunha Pinto Juízes exzeminadores das artes de ferraderes e alveitares rto e sua comarca, pelo ilustríssimo senado dela. Certificamos em como nos o Leite da freguesia de S. João da Madeira comarca da Vila da Feira da arte de pullo acharmos ato e suficiente para exercer as ditas artes de ferrador e alveitar ar esta certidão hoje no Porto dous de Maio de mil setecentos e setenta e quatro rmamos pelo juramento do nosso ofício=José da Cunha Pinto=Francisco José de

Petição

eite mestre ferrador assistente nesta Vila que ele suplicante hé exzeminado e fício pelos juizes da cidade do Porto como as vossas mercês constará da certidão e o suplicante precisa de exercitar a dita ocupação recorre a vossas mercês se digne carta e mandar que o escrivão deste sereníssimo senado lha registe. Pede a vossas los assim e haver por bem no que receberia mercê.

Despacho

te-se. Feira em camara de Novembro 19 de mil setecentos e setenta e quatro. ral=Pires. E não continha mais as ditas petições, despachos, carta e certidão de qui vem fielmente tresladei dos originais papeis que tornei a entregar ao dito João e como os recebeu e assinou aqui comigo e a eles na sua mão me reporto. Vila da de Novembro de mil setecentos e setenta e quatro. Eu Alexandre Caetano Correia

gisto de Provisões"-(1767-1778), fl.246 –246v

Carta de Examinação de Sombreireiro (Braga – 1802)

O Juiz, vereadores e procurador do senado da câmara, nesta muito nobre e leal cidade de Braga.

Fazemos saber a todos os senhores doutores, corregedores, provedores, ouvidores, juizes de fora com alçada, e ordinarios, e mais pessoas de justiça deste reino e senhorios de Portugal, ou fora dele aqueles a quem a nossa presente carta de examinação e aprovação for apresentada, e o conhecimento dela pertencer saúde e paz para todo sempre em Jesu Cristo Nosso Senhor, em como por parte de António José Ferreira desta cidade, oficial de todo o ofício de sombreireiro nos foi feita uma petição por escrito, cujo teor de verbo, ad verbum, he da maneira seguinte: = **Petição**, diz António José Ferreira, sombreireiro e morador na rua de ? desta cidade de Braga que ele suplicante se quer examinar do mesmo juiz do ofício do dito mistério e sem licença de vossas mercês não pode Ter tenda aberta, e portanto pede a vossas mercês, que visto o referido acima, os juizes do ofício o examinem na forma do estilo, e receberá mercê. Segundo, que tudo isto assim e tão cumpridamente se continha, e declarava, e era conteúdo, e escrito, e declarado na dita petição, a qual sendo-nos apresentada em mesa, nela proferimos o despacho, cujo teor de verbo, ad verbum, he da maneira seguinte: = a **Despacho**. Examine-se e achando-o capaz se lhe passe carta. Braga em Camara, aos 10 de Dezembro de 1802 anos Dr. Jacome = Oliveira = Calheiros = a Segundo, que tudo isto assim e tão cumpridamente se continha, e declarava, e era conteúdo, e escrito, e declarado em o dito despacho, por bem, e cumprimento do qual os juizes de ofício examinaram ao suplicante, de que lhe passaram sua certidão, cujo teor de verbo, ad verbum, he da maneira seguinte: Certidão. Em cumprimento do despacho nós juizes do ofício de sombreireiro abaixo assinados, que examinamos a António José Ferreira da rua ? e o achamos capaz de trabalhar na sua tenda de todo o ofício de sombreireiro e por ser verdade lhe passamos esta hoje 10 de Dezembro de 1802 anos. Como juiz Manuel de Azevedo = João Baptista = Manuel José Barros.

Segundo, que tudo isto assim e tão cumpridamente se continha, e declarava, e era conteúdo, e escrito, e declarado na dita **certidão** do exame em virtude da qual e do nosso despacho se passou nossa carta de examinação; e aprovação, que he a presente, para o que lhe concedemos licença, que possa livremente nesta cidade e seu termo, como em todas as mais partes que se achar, usar o dito ofício, sem que possam com ele entender os rendeiros do concelho, que ora são, e ao diante forem, nem quaisquer justiças, mas antes lhe darão toda a ajuda e favor, para usar livremente do dito ofício, sem por isso ser vexado ou condenado ou dar-lhe penas algumas; com declaração que sómente o dito António José Ferreira será obrigado a pagar para todas as fintas, e fogos que costumam pagar todos os demais oficiais de seu mistério por qualquer via, ou maneira que seja nem privilégio; porque a dita finta não he lançada a pessoa em particular, e só sim ao mistério de que usa, e é para o culto divino, não para cousas profanas. Pelo que pedimos de mercê a todos os sobreditos senhores doutores, no princípio desta declarados, lhe façam cumprir e guardar como nela se contem e declara, e fazendo-o assim, farão a justiça que costumam, e sua majestade que Deus guarde manda se faça, e nós faremos o mesmo quando da sua parte nos for requerido. Dada em Braga sob nossos sinais e selo aos 13 dias do mês de Dezembro de 1802 anos. Desta 360 reis na forma do estilo. Ao sinal 20 reis. Ao selo 9 reis. E eu Manuel de Oliveira escrivão da Camara o subescrevi.

Fonte: AHMOP, J.C.8, processso de licenciamento de António José Ferreira

Anexo 2 – Estrutura de registo de inscrição e desistência de ofício

Estrutura de um Registo de Inscrição de Ofício

Dia_____ Mês_____ Ano_____

Ofício:_____

Nome do Oficial:_____

Filiação/Pai*:_____

Lugar*:_____

Freguesia:_____

Asst. do Escrivão camarário:_____

*- Nem sempre existia

Fonte: AMSMF, Livros dos "Registos de Ofícios"

Estrutura de um Registo de Desistência de Ofício

Dia:_____ Mês_____ Ano_____

Ofício:_____

Razões da desistência:_____

Nome do Oficial:_____

Filiação/Pai*:_____

Lugar*:_____

Freguesia:_____

Asst. do Escrivão camarário:_____

*- Nem sempre existia

Fonte: AMSMF, Livros dos "Registos de Ofícios"

Anexo 3 – Estrutura de registos paroquiais (baptismo, casamento e óbito)

Registo de Baptismo

Lugar:_____
Dia_____ Mês_____ Ano_____
Nome do Recém-Nascido:_____
Filiação (Pai):_____ Lug/Freg._____
Mãe:_____ Lug/Freg._____
Avô paterno:_____ Lug/Freg._____
Avó paterna:_____ Lug/Freg._____
Avô materno:_____ Lug/Freg._____
Avó materna:_____ Lug/Freg._____
Padrinho :_____ Lug/Freg._____
Madrinha:_____ Lug/Freg._____
Testemunhas:_____ Lug/Freg._____

Fonte: ADA, Registos Paroquiais, Carregosa, livros nº5 e 6

Registo de Casamento

Lugar:_____
Dia_____ Mês_____ Ano_____

Nome da Cônjugue:_____ Lug/Freg_____
Filiação (Pai):_____ Lug/Freg._____
Mãe:_____ Lug/Freg._____

Nome do Cônjugue:_____ Lug/Freg._____
Filiação (Pai):_____ Lug/Freg._____
Mãe:_____ Lug/Freg._____

Testemunhas:_____ Lug/Freg._____
Testemunhas:_____ Lug/Freg._____

Fonte: ADA, Registos Paroquiais, Carregosa livros nº5 e 6

Registo de Óbito

Lugar:_____
Dia_____ Mês_____ Ano_____

Nome do Falecido:_____
Filiação (Pai):_____ Lug/Freg._____
Mãe:_____ Lug/Freg._____

Fonte: ADA, Registos Paroquiais, Carregosa livro nº4 1721-1773

ANEXOS

Cap. I (1 a 3)

Anexo 1
Freguesias do concelho da Feira (2ª metade do séc.XVIII)

Freguesias	Freguesias
Anta	M.Poiares
Arada	Mosteiro
Argoncilhe	Moselos
Arrifana	Nogueira da Regedoura
Avanca (parte)	Nogueira do Cravo
Canedo	Oleiros
Carregosa	Olival
Cesar	Oliveira de Azeméis
Couto Esteves (parte)	Ossela
Crestuma	Paços de Brandão
D.Igrejas	Paramos
Escapães	Pigeiros
Escariz (parte)	Pindelo
Esmoriz	Riomeão
Espargo	Romariz (parte)
Fajões	Sanfins
Feira	Sanguedo
Fiães	Santiago Riba-Ul
Fornos	Silvalde
Geão	Souto
Guisande	S.João da Madeira
Lamas	S.João de Ver
Lever	S.Jorge
Lobão	S.Martinho da Gândara
Louredo	S.Vicente Pereira
Lourosa	Travanca
Maceda	Válega (parte)
M.Sarnes	Vale (parte)
M.Seixa	Vila Chá de S.Roque
Madaíl	Vila Maior
Mansores	

Fonte: Amorim, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no séc.XVIII (1690-1814) - Estudo Económico de um espaço histórico*, pp.707-708

Anexo 2

Freguesias do concelho da Feira, meeiras de outros concelhos e freguesias que passaram para Oliveira de Azeméis em 1799

Freguesias do concelho da Feira Meeiras de outros concelhos	
Freguesias	Lugares
Avanca	2/3 pertenciam ao concelho de Estarreja
Couto Esteves	os lugares que não pertencessem ao termo do couto seriam do termo da Feira e de Cambra
Escariz	pertenciam a Fermedo os lug. De Ver, Vila Chã e Val Quente
Mansores	pertenciam a Fermedo três casais desta Freguesia
Olival	pertenciam à Feira Gondezende e Lavadorinhos
Romariz	pertenciam ao concelho de Fermedo os lug. De Oliveira, Carvalhal, Nogueira, Arilhe e Reguenga
Válega	os lug. A Sul do Rio da Igreja pertenciam à Feira
Vale	pertenciam ao concelho de Fermedo os lug. De Cedofeita, Ponte, Torre, Quinta e Paradela

Fonte: Amorim, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no séc.XVIII (1690-1814) - Estudo Económico de um espaço histórico*, pp.707-708

Freguesias do concelho da Feira que em 1799 passaram a fazer parte do concelho de Oliveira de Azeméis
Arrifana
Avanca (parte)
Carregosa
Cesar
Escariz (parte)
Fajões
M.Sarnes
M.Seixa
Madaíl
Mansores
Nogueira do Cravo
Oliveira de Azeméis
Ossela
Pindelo
Santiago Riba-Ul
S.João da Madeira
S.Martinho da Gândara
S.Vicente Pereira (parte)
Válega (parte)
Vila Chá de S.Roque

Fonte: Amorim, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no séc.XVIII (1690-1814) - Estudo Económico de um espaço histórico*, pp.707-708

ANEXO 3

Quadro da População Activa (1801) das Vilas da Feira, Oliv. Azemeis, Cortegaça, Sandim, Crestuma e Cucujães, que formavam o concelho da Feira até 1799

Sect. Primário			Sector Secundário																			
Lavradores	Jornaleiros	Total	Alf	Sap	Carp	Pedr	Fer	Ourives	Padeiros	Oleir	Serr	Tamq	Serrlh	Tanoeiros	can	cord	somb	mineiros	tecelões	Seleiros	fiteiros	Barbeiros	Total
2382	172		175	51	157	23	31		23		89	47	2	99	220	13	5	1	6	2	3	6	
19	4		9	3	11	8	3				2	5	4	93	5	27	52				3	5	
100	26		15	5	6	13	1					1		3	121		607						
44	25		5	1	5	3	1					19		2	117								
126	36		9	1	6	2	16																
948	144		82	42	72	57																	
3619	407	4026	295	103	257	106	52	0	23	0	91	72	6	197	463	40	664	1	6	2	6	11	2395
Fonte: Mapa Geral de Toda a Comarca da Feira, in Descrição da Comarca da Feira.. 1801																							

Sector Terciário													
Eclesiásticos	marinh	almocrev	barqueiros	Moleiros	Fragatei	Ferradore	Trolhas	Boticários	negociantes	Pessoas	Cirurgiões	Criados	Criadas	Total
108	49	27		33		4	3	4	31	10	21	236	230	
8	2	28		3			1	1	3	3	1	4	4	
14		32		8		2		1	3		1	9	3	
2				22		5		1	31		2	8	5	
4											8	2	4	
79												160	126	
215	51	87	0	66	0	11	4	7	68	13	33	419	372	1346

Fonte: Mapa Geral de Toda a Comarca da Feira, in Descrição da Comarca da Feira.. 1801

ANEXOS

Cap. II (1)

Anexo 1

Regimento dos ofícios de Pedreiro, Alvenaria, Canastreiro e Ferreiro

Regimento de Pedreiro

De um portal de esquadria oito palmos de altura e cinco de largo, dando o dono da obra as achegas, quatro mil reis.

De um portal de dez palmos de alto e seis em vão de largo de boa esquadria quatro mil e oitocentos reis, chegando o dono da obra a pedra e o mestre quebrá-la e lavrá-la e o assentar por conta do dono da obra.

De um portal para portas fronhas de carro ou liteira e o mais necessário de onze palmos de altura e de largo nove palmos em vão de boa esquadria, dando o dono da obra as achegas e o mestre quebrá-la e lavrá-la, sete mil reis e o assentar por conta do dono da obra. E sendo o mesmo com quartões, cruz e pirâmides, catorze mil reis, dando o seu dono as achegas e por sua conta o assentar e lavrá-la e quebrá-la o mestre.

De uma janela de esquadria de cinco palmos de altura do peitoril para cima e quatro palmos e meio de largo, dois mil e quatrocentos reis, dando o dono as achegas na forma acima.

De uma janela de sacada de nove palmos de altura e de quatro palmos e meio de largo em vão, oito mil reis, dando o seu dono as achegas na forma acima.

De uma cantareira de esquadria com seu repartimento de três palmos de altura cada repartimento e de largo quatro palmos e meio levarão dois mil reis, tudo na forma acima.

De fazer uma escada de oito palmos de largo de boa esquadria , levarão por cada degrau trezentos reis e, quanto ao corrimão levarão conforme a moda que o mandarem fazer.
De um cruzeiro de treze até quinze palmos de altura com três vias de degraus fora a peanha, de boa esquadria, dando o dono da obra as achegas na forma acima, levarão vinte mil reis. E terá a travessa sete palmos e às vezes menos conforme pedir a altura.

De cruzes para via-sacra de oito palmos de altura e a travessa de quatro palmos ou quatro palmos e meio, tendo só a peanha e não tenha degraus, dois mil e quinhentos reis, dando-se-lhe as achegas na forma acima.

E sendo de degraus de oito palmos em quadra o primeiro e o segundo de seis, dando-se-lhe as achegas, levarão cinco mil reis.

E nas mais obras que toca ao dito ofício levarão conforme os apontamentos com que se mandam fazer em razão..... levando mais lavores.

Fonte: AMSMF, "livro de Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com a gente da Governança e povo desta Vila, Concelho, e Couttos na Camera della- Anno de 1713", fls.75v-77

Regimento dos Canastreiros

De cada cesto para esterco, sendo bem afouto, levarão sessenta reis. E não sendo tal, levarão cincoenta reis.

De uma cesta para estrume de dois aros afouta que leve alqueire e meio de milho, levarão sessenta reis.

De uma canastra para a eira que leve cinco alqueires de milho e de boas latas (?) e bem afouta levarão cento e cinquenta reis e terá um aro.

De canastras para jumentos abertas, levarão a cinquenta reis.

E sendo cobertas as dos jumentos levarão a setenta reis. E sendo as das bestas maiores cobertas, levarão a noventa reis.

De canastras grandes para carro.....?....., levarão a duzentos reis; e sendo cobertas, a duzentos e quarenta reis.

De uns cofinhos para bois levarão a trinta reis.

De canastras para curar meadas e para a roupa, levarão a sessenta reis

Obra de correa miúda

De um maço de canastras de correa miúda muito brochada para fechar com cadeado e para incourar que são três canastras, e terá de levar a primeira seis alqueires de pão , levarão pelo dito maço novecentos reis e hão-de ser cobertas.

De uma canastra fechada de correa mais grossa que leve cinco alqueires de pão, levarão a duzentos reis.

De uma canastra da mesma sorte que leve três alqueires, levarão cento e vinte reis.

De um maço de cestos redondos de correia miúda que são três cestos metidos uns nos outros e o primeiro há-de levar alqueire e meio de milho, levarão pelo primeiro cem reis e pelo segundo oitenta reis e pelo terceiro sessenta reis.

De um canistrelque leve um alqueire de corra mais grossa, levarão cinquenta reis e de meio alqueire, levarão trinta reis e de quarta, vinte reis.

De um berço de meninos de correia miúda, levarão duzentos e quarenta reis; e sendo de correia grossa, levarão a cento e vinte reis.

Balaios de mesa, de correia grossa, de meio alqueire, a vinte reis cada um.

E acordarão que todos os canastreiros tirassem carta de examinação e este regimento e se governassem por ele, pena de mil reis, aplicados para a Terça de sua majestade que Deus guarde e para o concelho e acusador, e assinaram com o mestre do dito ofício, André Pinto de Sanfins, do termo desta Vila, e mandaram apregoá-lo, que o foi pelo porteiro Manuel Carvalho. Eu, João de Oliveira Magalhães escrivão da camara o escrevi. Aguiar. Carvalho. Bastos. Tavares. André Pinto.

Fonte: AMSMF, "livro de Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com a gente da Governança e povo desta Vila, Concelho, e Couttos na Camera della- Anno de 1713", fls 77v78

Regimento de Ferreiro

De fazer uma enxada nova de cinco arráteis de ferro, calçada de aço, quinhentos reis.... 500
De temperar uma enxada, vinte reis..... 20
De a calçar 120
De chapear uma enchada e calçá-la, trezentos reis 300
E sendo meia chapa e calçada, duzentos reis 200
E sendo meias enxadas na forma acima, duzentos e cinquenta reis..... 250
De um machado novo de cinco arráteis bem calçado, quinhentos reis..... 500
E tendo seis arráteis, seiscentos..... 600
De uma fouce ruçadoura bem calçada, duzentos e quarenta reis 240
E sendo de poda, cento e sessenta reis..... 160
E sendo de cortar devesas, quatrocentos e oitenta reis. 480
De uma poda bem feita e calçada, cento e oitenta reis 180
De um sacho por calçar, sessenta reis..... 60
E sendo calçado, oitenta reis..... 80
De um arado de seis arráteis, quatrocentos reis para charrua 400
De um arado de mão sendo bom, duzentos reis..... 200
De um assuco, cento e sessenta reis 160
De uma certã de doze arráteis, novecentos e sessenta reis..... 960
E sendo de metade do dito peso, quatrocentos e oitenta reis 480
De espeto de quatro arráteis, trezentos reis..... 300
E sendo de mais ou de menos, a respeito do peso acima declarados, assim levará....
De um alvião calçado, levará o arrátel a cem reis..... 100
De uma foucinha sendo calçada, a sessenta reis 60
De umas trempes levarão pelo arrátel a oitenta reis..... 80
De um cento de pregos caibrares , duzentos e quarenta reis..... 240
De um cento de pregos tabuares a cento e cincoenta reis 150
De um cento de pregos ripares, a cem reis..... 100
De um cento de taxas de cabeça a sessenta reis, do forro 60
E sendo de arquitrave a oitenta reis 80
De engonços para caixas, a vinte reis 20
De colheres de ferro, a setenta reis cada arrátel que pesar..... 70
De testos de ferro o arrátel, a setenta reis 70
De um gancho (?), a oitenta reis o arrátel 80
De uma sega a setenta reis o arrátel..... 70

Acordarão com o mestre, juiz de ofício, João Ferreira, morador em Travanca, que todos os ferreiros tivessem este regimento e se governassem por ele, pena de dois mil reis, aplicados para a Terça e concelho e acusador e o mandaram apregoar e o apregoou o porteiro, Manuel Carvalho e assinaram. Eu João de Oliveira Magalhães escrivão da camara o escrevi. Bastos. Tavares. Teixeira. João Ferreira.

Fonte: AMSMF, "livro de Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com a gente da Governança e povo desta Vila, Concelho, e Couttos na Camera della- Anno de 1713" fls 78

Regimento de Alvenaria

De uma braça de parede de dez palmos de comprimento e outros dez de altura e três palmos e meio de largo até o sobrado, levarão a seiscentos reis, e das traves para cima a oitocentos reis, dando o dono da obra a cal e saibro ou barro preparado e quem o acarrete à parede.

De braça de parede para casa térrea de três palmos em largura, dando o dono da obra o barro ou a cal e saibro posto na parede, levarão a quatrocentos e oitenta reis.

De jornal por dia e de comer, assim em obra de esquadria como de alvenaria, a cem reis; e sendo a seco, a duzentos reis.

De jornal por dia de quebrar pedra na pedreira, sendo a comer, cento e cinquenta reis; e sendo a seco a duzentos e quarenta reis.

E acordaram que todos os pedreiros tenham este regimento e se governem por ele, pena de dois mil reis, aplicados para a terçadesua majestade e concelho e acusador, e mandaram apregoer e o foi pelo porteiro, manuel Carvalho, e assinaram com os mestres, Manuel Dias, de Picalhos, de Sanfins e Sebastião Gonçalves, da Velha, desta Vila, mestres do dito ofício. Eu, João de Oliveira Magalhães, escrivão da Camara o escrevi. Tavares de+ Sebastião Gonçalves. Aguiar. Carvalho. Bastos. De + Manuel Dias.

Fonte: AMSMF, "livro de Acórdãos novos e de outros reformados dos antigos ordenados com a gente da Governança e povo desta Vila, Concelho, e Couttos na Camera della- Anno de 1713", fls.75v-77

ANEXOS

Cap. III (1 a 7)

Anexo 1- Distribuição dos ofícios por sector e freguesia – 1755-1771

	Apoio ao vestuário						Apoio à construção				Apoio à agricultura						Perc/sect/freguesia			
freguesia	alf	tec	sap	somb	tama	Vest	carp	fer	pedr	Const	serr	tanoe	canas	Agric		out	tot	Vest	Const	Agric
Anta						0	1		1	2	1%	9			9	6%		11	0%	18%	82%
Arada	2					2	2			2	1%				0	0%		4	50%	50%	0%
Argoncilhe	2	3				5	1		7	8	5%		4	4	4	3%		17	29%	47%	24%
Arrifana	7	3	2	9		21	2			2	1%				0	0%		23	91%	9%	0%
Avanca	3	2	1			6	2			2	1%				0	0%		8	75%	25%	0%
Canedo	3	8	2			13	10	1		11	6%		14	14	14	9%		38	34%	29%	37%
Carregosa	1			7		8	2			2	1%				0	0%		10	80%	20%	0%
Cesar	2	2		18		22	1			1	1%				0	0%		23	96%	4%	0%
Cucujães				2		2	0%			0	0%		1	1	1	1%		3	67%	0%	33%
Duas igr		1	1			2	0%		2	2	1%		6	6	6	4%		10	20%	20%	60%
Escapães	1	2		2		5	1%			0	0%				0	0%		5	100%	0%	0%
Escariz		3		6		9	2%		2	2	1%				0	0%		11	82%	18%	0%
Esmoriz						0	0%	2		1	3	2%			0	0%		3	0%	100%	0%
Espargo	2	2	1			5	1%	1		1	2	1%		1	1	1%		8	63%	25%	13%
Fajões	1	2		18		21	4%	1		1	2	1%			0	0%		23	91%	9%	0%
Feira	6	5	3			14	3%	5			5	3%			0	0%		19	74%	26%	0%
Fiães	4	4	1		10	19	4%	2	1	1	4	2%		3	3	2%		26	73%	15%	12%
Fornos	3	3				6	1%	1			1	1%		9	9	6%		16	38%	6%	56%
Geão						0	0%	3			3	2%		4	4	3%		7	0%	43%	57%
Guisande		1				1	0%				0	0%		10	10	7%		11	9%	0%	91%
Lamas	2	3				5	1%	2		1	3	2%			0	0%		8	63%	38%	0%
Lever						0	0%	1			1	1%			0	0%		1	0%	100%	0%
Lobão	3	7				10	2%	5		2	7	4%			4	3%	1	22	45%	32%	18%
Lourosa	5	12				17	4%	5		2	7	4%			0	0%		24	71%	29%	0%
Mac.Sarn	1			5	1	7	1%	5			5	3%			0	0%		12	58%	42%	0%
Maceda						0	0%	1			1	1%			0	0%		1	0%	100%	0%
Macinhata		1				1	0%				0	0%		1	1	1%		2	50%	0%	50%
Madail	3	7				10	2%				0	0%			0	0%		10	100%	0%	0%
Mansores		4		3		7	1%			1	1	1%			0	0%		8	88%	13%	0%

Moselos	1	4	1			6	1%	1		2	3	2%	1		4	5	3%		14	43%	21%	36%
Mosteiro		9		1		10	2%	1		1	2	1%			1	1	1%		13	77%	15%	8%
N.Cravo	1	2		5		8	2%				0	0%			1	1	1%		9	89%	0%	11%
N.Reged		2				2	0%	2	1	16	19	11%	1			1	1%		22	9%	86%	5%
Ol.Azem		1		11		12	3%	1		1	2	1%			2	2	1%		16	75%	13%	13%
Oleiros	1	2				3	1%	1	1		2	1%	5			5	3%		10	30%	20%	50%
Olival		5				5	1%				0	0%				0	0%		5	100%	0%	0%
Ossela		1		10		11	2%		1	1	2	1%				0	0%		13	85%	15%	0%
P.Brand		1			1	2	0%	2			2	1%				0	0%		4	50%	50%	0%
Paramos	6	9				15	3%				0	0%				0	0%		15	100%	0%	0%
Pigeiros	1	3	7	1		12	3%			1	1	1%			1	1	1%		14	86%	7%	7%
Pindelo				29		29	6%	1	1		2	1%				0	0%		31	94%	6%	0%
Riomeão	1	2				3	1%	2			2	1%				0	0%		5	60%	40%	0%
Romariz	4	7			2	13	3%	5	1	1	7	4%			8	8	5%		28	46%	25%	29%
S Jorge						0	0%	2			2	1%			1	1	1%		3	0%	67%	33%
S.J.Vêr	2	3				5	1%	1			1	1%				0	0%		6	83%	17%	0%
S. Roque					1	1	0%	2			2	1%			3	3	2%		6	17%	33%	50%
S.J.Mad	2	1	2	29		34	7%	1	1		2	1%			2	2	1%		38	89%	5%	5%
S.M.Gan		3				3	1%	3			3	2%			6	6	4%		12	25%	25%	50%
S.T.R.Ul					2	2	0%	2	1		3	2%			1	1	1%		6	33%	50%	17%
S.V.Lour.	1	11				12	3%	1			1	1%			12	12	8%		25	48%	4%	48%
S.V.Per		2	1			3	1%	1			1	1%			3	3	2%		7	43%	14%	43%
Sandim						0	0%	2			2	1%				0	0%		2	0%	100%	0%
Sanfins		2				2	0%				0	0%				0	0%		2	100%	0%	0%
Sanguedo		6	1		1	8	2%	4	2		6	3%			6	6	4%		20	40%	30%	30%
Silvalde	2	1			1	4	1%	3		2	5	3%				0	0%		9	44%	56%	0%
Souto	2	19	1	1	1	24	5%	5	2		7	4%		2		2	1%		33	73%	21%	6%
Travanca	2	6				8	2%	3			3	2%				0	0%	1	12	67%	25%	0%
V.Maior						0	0%	6		1	7	4%			7	7	5%		14	0%	50%	50%
Vale		4		3		7	1%	2		1	3	2%			11	11	7%		21	33%	14%	52%
Valga		9	1			10	2%	3			3	2%	1		5	6	4%		19	53%	16%	32%
totais	77	190	25	160	20	472	100 %	112	15	47	174	100 %	17	2	131	150	100 %	2	798	59%	22%	19%

Fonte: AMSMF" livros dos registos das cartas de oficios

Anexo 2- Distribuição dos ofícios por sector e freguesia – 1783-1799

	Apoio ao vestuário						Apoio à construção				Apoio à agricultura						Perc.c/a sector /freg			
Freguesia	alf	tec	sap	som	tam	Ves		carp	fer	pedr	Construçã	ser	Ta	can	Agri		outro	tot	Vest	Const	Agricult
Anta		6	1			7	1%	3	1		4	1%	15	1	16	5%		27	26%	15%	59%
Arada	1	8				9	1%	14			14	3%			0	0%		23	39%	61%	0%
Argoncilh	6	7	4			17	2%	6	2	26	34	7%	8	4	12	24	7%	2	77	22%	44%	31%
Arrifana	2	2		33	1	38	4%			2	2	0%				0	0%		40	95%	5%	0%
Avanca			1			1	0%	6			6	1%				0	0%		7	14%	86%	0%
Canedo	2	27	2			31	3%	10	2		12	3%			22	22	6%		65	48%	18%	34%
Carregos		15	1	65		81	8%	3	3	1	7	2%			2	2	1%		90	90%	8%	2%
Cesar		8		6	1	15	2%	11		5	16	4%				0	0%		31	48%	52%	0%
Cortegaç						0	0%				0	0%		2	1	3	1%		3	0%	0%	100%
Crestuma		7				7	1%				0	0%				0	0%		7	100%	0%	0%
Cucujães				1		1	0%				0	0%			2	2	1%		3	33%	0%	67%
Duas Ig.	1					1	0%			2	2	0%			2	2	1%		5	20%	40%	40%
Escapães	1	2	2	2	1	8	1%				0	0%			7	7	2%		15	53%	0%	47%
Escariz	4	5		4	2	15	2%	1	2	3	6	1%			1	1	0%		22	68%	27%	5%
Esmoriz	5	21			1	27	3%	4	1	2	7	2%	4			4	1%	2	40	68%	18%	10%
Espargo	1					1	0%	7		3	10	2%	2			2	1%		13	8%	77%	15%
Fajões	2			13		15	2%	1		1	2	0%				0	0%		17	88%	12%	0%
Feira	6	2	2	1	1	12	1%	8		1	9	2%	2		1	3	1%	1	25	48%	36%	12%
Fiães	4	8	1	1	11	25	3%	3	3		6	1%			9	9	3%		40	63%	15%	23%
Fornos	1	4	1			6	1%	2		1	3	1%			14	14	4%		23	26%	13%	61%
Geão	1	4				5	1%	2			2	0%			1	1	0%		8	63%	25%	13%
Guisande	4	2				6	1%	5		3	8	2%			10	10	3%		24	25%	33%	42%
Lamas	3	2				5	1%	3		3	6	1%	1			1	0%		12	42%	50%	8%
Lever			1			1	0%				0	0%				0	0%		1	100%	0%	0%
Lobão	5	1	1		1	8	1%	4	1	6	11	2%			14	14	4%		33	24%	33%	42%
Lourosa	5	10			2	17	2%	9	1	7	17	4%			2	2	1%	2	38	45%	45%	5%
M.Poiare	6	9	4	2		21	2%	5	1		6	1%			3	3	1%		30	70%	20%	10%
M.Sarne		3		1		4	0%	5		2	7	2%			2	2	1%		13	31%	54%	15%
M.Seixa	1	3	2	1	1	8	1%	4	1	3	8	2%		2	6	8	2%		24	33%	33%	33%
Maceda		2				2	0%			1	1	0%				0	0%		3	67%	33%	0%
Madail	2	6				8	1%	5			5	1%	1		11	12	3%		25	32%	20%	48%
Mansore	5	11			2	18	2%	4	4	3	11	2%		2	1	3	1%		32	56%	34%	9%
Moselos	2	2	2			6	1%	8	1	17	26	6%	1		1	2	1%		34	18%	76%	6%

Mosteiro	1	9				10	1%	2	1	11	14	3%			9	9	3%		33	30%	42%	27%
N.Cravo	3	8	1	22		34	3%			3	3	1%			2	2	1%		39	87%	8%	5%
N.Reged	3	4	1			8	1%	5	2	5	12	3%	7			7	2%		27	30%	44%	26%
O.Azem	12	14	3	11	3	43	4%	5	3	7	15	3%	4		3	7	2%	1	66	65%	23%	11%
Oleiros	1	11			1	13	1%	4			4	1%	5			5	1%		22	59%	18%	23%
Olival	1	2				3	0%	2		2	4	1%	2		1	3	1%		10	30%	40%	30%
Ossela	5	11		61		77	8%	2		1	3	1%				0	0%		80	96%	4%	0%
Paços B.	1					1	0%	1			1	0%	2			2	1%		4	25%	25%	50%
Paramos	8	5				13	1%	2	1	1	4	1%	2			2	1%		19	68%	21%	11%
Pigeiros			2			2	0%	3		2	5	1%			3	3	1%		10	20%	50%	30%
Pindelo	2	7	1	63		73	7%	4	1		5	1%			2	2	1%		80	91%	6%	3%
Riomeão		3			1	4	0%	1	1	1	3	1%	3			3	1%		10	40%	30%	30%
Romariz	8	7	1	1		17	2%	7	2	6	15	3%			2	2	1%		34	50%	44%	6%
S Jorge	1		2			3	0%	2		1	3	1%			9	9	3%		15	20%	20%	60%
S.J.Mad		15	1	54	1	71	7%	1		2	3	1%				0	0%		74	96%	4%	0%
S.J.Ver	2	6			1	9	1%	8		1	9	2%				0	0%		18	50%	50%	0%
S.M.Gan	3	33	2		1	39	4%	17			17	4%			33	33	10%		89	44%	19%	37%
S.R Ul	1	6			11	18	2%	5	2	3	10	2%		2	6	8	2%		36	50%	28%	22%
S.Roque		7				7	1%	3			3	1%			19	19	6%		29	24%	10%	66%
S.V.Lour	1	8			2	11	1%	1		1	2	0%			10	10	3%		23	48%	9%	43%
S.V.Per	1	11				12	1%	8			8	2%			3	3	1%		23	52%	35%	13%
Sandim						0	0%			1	1	0%			1	1	0%	1	3	0%	33%	33%
Sanfins		1			1	2	0%	3			3	1%			1	1	0%		6	33%	50%	17%
Sanguedo	4	14	2		7	27	3%	4	1	4	9	2%			10	10	3%		46	59%	20%	22%
Silvalde	6	3			1	10	1%	1	1	5	7	2%	1			1	0%		18	56%	39%	6%
Souto	5	12	1		2	20	2%	14	4	4	22	5%		2	2	4	1%		46	43%	48%	9%
Travanca	4	10		1	1	16	2%	3		3	6	1%	1		1	2	1%		24	67%	25%	8%
V.Maior	1	2	1		1	5	1%	3		2	5	1%			10	10	3%		20	25%	25%	50%
Vale		6				6	1%	5		1	6	1%			12	12	3%		24	25%	25%	50%
Valga	2	5	1			8	1%	4	1	1	6	1%		3	3	6	2%		20	40%	30%	30%
totais	146	397	44	343	58	988	100%	253	43	160	456	100%	61	18	266	345	100%	9	1798	54,9%	25,4%	19,2%

Fonte: AMSMF" livros dos registos das cartas de ofícios "

Anexo 3
Tabela de totais anuais acumulados de ofícios

1755-71			1783-99		
ano	**nºofic**	**val.acum.**	**ano**	**nºofic**	**val.acum.**
1755	22	22	1783	128	128
1756	21	43	1784	343	471
1757	14	57	1785	154	625
1758	0	57	1786	97	722
1759	62	119	1787	214	936
1760	16	135	1788	82	1018
1761	44	179	1789	148	1166
1762	30	209	1790	184	1350
1763	30	239	1791	60	1410
1764	72	311	1792	62	1472
1765	103	414	1793	49	1521
1766	70	484	1794	33	1554
1767	38	522	1795	70	1624
1768	96	618	1796	74	1698
1769	54	672	1797	18	1716
1770	38	710	1798	36	1752
1771	88	798	1799	46	1798
total	798		total	1798	

Fonte: AMSMF, Registos de Ofícios

Anexo 4
Totais anuais de ofícios por sector de actividade 1755-1771 e 1783-1799

Totais anuais de ofícios por sector de actividade 1755-1771

ano	alf	tec	sap	somb	tamanq	tot vest	carp	fer	pedr	tot com	serr	tanoe	canast	tot ag	outros	tot	tavest	tacons	taagri
1755	1	13	0	1	2	17	1	1	2	4	0	0	1	1		22	17	4	1
1756	1	7	1	0	1	10	3	0	0	3	1	1	6	8		21	27	7	9
1757	4	5	0	4	0	13	0	0	1	1	0	0	0	0		14	40	8	9
1759	2	10	0	6	3	21	10	1	4	15	1	0	25	26		62	61	23	35
1760	0	4	0	6	1	11	1	0	0	1	1	0	3	4		16	72	24	39
1761	8	7	1	18	0	34	2	1	1	4	2	0	4	6		44	106	28	45
1762	5	8	0	7	0	20	6	0	0	6	0	1	3	4		30	126	34	49
1763	4	10	0	8	0	22	3	1	1	5	0	0	3	3		30	148	39	52
1764	11	12	2	15	3	43	4	2	4	10	1	0	18	19		72	191	49	71
1765	15	19	2	16	4	56	17	4	5	26	6	0	15	21		103	247	75	92
1766	4	8	10	7	3	32	8	1	11	20	4	0	14	18		70	279	95	110
1767	2	12	2	13	0	29	2	0	3	5	0	0	4	4		38	308	100	114
1768	4	10	2	27	0	43	34	1	8	43	0	0	10	10		96	351	143	124
1769	4	15	3	12	1	35	6	0	4	10	1	0	8	9		54	386	153	133
1770	4	11	2	4	0	21	8	2	3	13	0	0	4	4		38	407	166	137
1771	8	39	0	16	2	65	7	1	0	8	0	0	13	13	2	88	472	174	150
						472				174				150	2	798			

Totais anuais de ofícios por sector 1783-1799

ano	alf	tec	sap	somb	tamanq		carp	fer	pedr		serr	tanoe	canast		outros	tot	tavest	tacons	taagric
1783	17	37	1	30	3	88	15	1	6	22	0	0	18	18	0	128	88	22	18
1784	22	103	9	76	12	222	32	3	13	48	27	3	42	72	1	343	310	70	90
1785	19	28	4	15	5	71	15	2	14	31	12	3	38	53	0	155	381	101	143
1786	8	21	6	12	3	50	12	1	11	24	5	2	16	23	0	97	431	125	166
1787	17	63	4	31	4	119	22	7	20	49	4	5	34	43	1	212	550	174	209
1788	1	17	4	20	4	46	15	1	2	18	1	2	15	18	0	82	596	192	227
1789	13	25	1	38	1	78	34	5	19	58	1	0	11	12	0	148	674	250	239
1790	14	4	7	28	5	58	48	7	27	82	4	0	40	44	1	185	732	332	283
1791	6	2	2	14	6	30	8	2	5	15	3	1	10	14	1	60	762	347	297
1792	7	28	0	8	3	46	6	1	3	10	0	0	5	5	1	62	808	357	302
1793	2	7	1	11	2	23	7	2	11	20	0	0	6	6	0	49	831	377	308
1794	2	9	0	6	0	17	5	0	3	8	0	0	8	8	0	33	848	385	316
1795	5	22	1	8	6	42	7	2	9	18	0	0	10	10	0	70	890	403	326
1796	5	9	3	25	2	44	11	3	9	23	0	0	7	7	0	74	934	426	333
1797	1	2	0	4	0	7	2	3	0	5	3	0	2	5	1	18	941	431	338
1798	4	13	0	1	2	20	8	3	4	15	1	0	0	1	0	36	961	446	339
1799	3	7	2	16	0	28	6	0	4	10	0	2	5	7	1	46	989	456	346
						989				456				346		1798			

Fonte: AMSMF, Registos de Ofícios

Anexo 5

Variação, em valores absolutos do nº de inscrições de ofícios nas diversas freguesias, entre ambos os períodos.

Variação ofícios			
freguesia	Inscrições 1783-99	Inscrições 1755-71	Variação absoluta
Anta	27	11	16
Arada	23	4	19
Argoncilhe	77	17	60
Arrifana	40	23	17
Avanca	7	8	-1
Canedo	65	38	27
Carregosa	90	10	80
Cesar	31	23	8
Cortegaça	3		3
Crestuma	7		7
Cucujães	3	3	0
D.Igrejas	5	10	-5
Escapães	15	5	10
Escariz	22	11	11
Esmoriz	40	3	37
Espargo	13	8	5
Fajões	17	23	-6
Feira	25	19	6
Fiães	40	26	14
Fornos	23	16	7
Geão	8	7	1
Guisande	24	11	13
Lamas	12	8	4
Lever	1	1	0
Lobão	33	21	12
Lourosa	38	25	13
M.Poiares	30		30
M.Sarnes	13	12	1
M.Seixa	24	2	22
Maceda	3	1	2
Madaíl	25	10	15
Mansores	32	8	24
Moselos	34	14	20
Mosteiro	33	13	20
N.Cravo	39	9	30
N.Reged	27	22	5
Ol.Azem	66	16	50
Oleiros	22	10	12
Olival	10	5	5
Ossela	80	13	67
P.Brandão	4	4	0
Paramos	19	15	4

Pigeiros	10	14	-4
Pindelo	80	31	49
Riomeão	10	5	5
Romariz	34	28	6
S.Jorge	15	3	12
S.J.Ver	18	6	12
S.J.Lourei	3	1	2
S.J.Mad	74	38	36
S.Roque	29	6	23
S.M.Gan	89	12	77
S.V.Lour	23	25	-2
S.V.Pereir	23	7	16
S.T.R.Ul	36	6	30
Sandim	3	2	1
Sanfins	6	2	4
Sanguedo	46	20	26
Silvalde	18	9	9
Souto	46	33	13
Travanca	24	12	12
V. Maior	20	14	6
Vale	24	21	3
Valga	20	19	1
total	1801	799	1002

Fonte: AMSMF, Registos de Ofícios

Anexo 6
Crescimento Médio Anual do nº de fogos no concelho da Feira entre 1758 e 1801

Freguesias	fogos 1758	fogos 1801	taxa cresc.médio anual fogos	ofic.1755-71	ofic.1783-99	taxa crescim ofícios
Anta	121	304	2,14%	11	27	3,21%
Arada	185	233	0,54%	4	23	6,25%
Argoncilhe	377	349	-0,18%	17	77	5,39%
Arrifana	180	235	0,62%	23	40	1,98%
Avanca	937	987	0,12%	8	7	-0,48%
Canedo	522	520	-0,01%	38	65	1,92%
Carregosa	265	321	0,45%	10	90	7,85%
Cesar	132	150	0,30%	23	31	1,07%
Cortegaça	167	241	0,85%			
Crestuma	84	138	1,15%			
Cucujães	450	529	0,38%	3	3	0,00%
D.Igrejas				10	5	-2,48%
Escapães	100	89	-0,27%	5	15	3,92%
Escariz	200	180	-0,25%	11	22	2,48%
Esmoriz	223	266	0,41%	3	40	9,25%
Espargo	96	97	0,02%	8	13	1,73%
Fajões	171	204	0,41%	23	17	-1,08%
Feira	297	294	-0,02%	19	25	0,98%
Fiães	216	265	0,48%	26	40	1,54%
Fornos	84	96	0,31%	16	23	1,30%
Geão	108	104	-0,09%	7	8	0,48%
Guisande	126	112	-0,27%	11	24	2,79%
Lamas	70	80	0,31%	8	12	1,45%
Lever	97	129	0,66%	1	1	0,00%
Lobão	325	287	-0,29%	21	33	1,61%
Lourosa	184	112	-1,15%	25	38	1,50%
M.Poiares	116	148	0,57%			
M.Sarnes	71	73	0,06%	12	13	0,29%
M.Seixa	120	127	0,13%	2	24	8,87%
Maceda	211	240	0,30%	1	3	3,92%
Madaíl	95	95	0,00%	10	25	3,27%
Mansores	123	150	0,46%	8	32	4,95%
Moselos	146	180	0,49%	14	34	3,17%
Mosteiro	73	224	2,61%	13	33	3,33%
N.Cravo	73	87	0,41%	9	39	5,24%
N.Reged	120	150	0,52%	22	27	0,73%
Ol.Azem	334	371	0,24%	16	66	5,06%
Oleiros	98	108	0,23%	10	22	2,82%
Olival				5	10	2,48%
Ossela	260	311	0,42%	13	80	6,49%
P.Brandão	69	135	1,56%	4	4	0,00%
Paramos	175	90	-1,55%	15	19	0,84%

Pigeiros	96	104	0,19%	14	10	-1,20%
Pindelo	124	149	0,43%	31	80	3,39%
Riomeão	109	123	0,28%	5	10	2,48%
Romariz	232	196	-0,39%	28	34	0,69%
S.J.Mad	279	254	-0,22%	3	15	5,75%
S.J.Ver	229	250	0,20%	6	18	3,92%
S.Jorge	112	96	-0,36%	38	74	2,38%
S.M.Gan	262	273	0,10%	6	29	5,63%
S.Roque	134	135	0,02%	12	89	7,16%
S.T.R.Ul	200	392	1,56%	25	23	-0,30%
S.V.Lour	162	192	0,40%	7	23	4,25%
S.V.Pereir	232	183	-0,55%	6	36	6,40%
Sandim	300	360	0,42%	2	3	1,45%
Sanfins	160	98	-1,14%	2	6	3,92%
Sanguedo	152	174	0,31%	20	46	2,97%
Silvalde	141	169	0,42%	9	18	2,48%
Souto	252	230	-0,21%	33	46	1,19%
Travanca	124	132	0,15%	12	24	2,48%
V. Maior	113	130	0,33%	14	20	1,27%
Vale	179	231	0,59%	21	24	0,48%
Valega	907	970	0,16%	19	20	0,18%

Fonte: Amorim, Inês, Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814)- Estudo de um Espaço Económico, pp. 748-750; AMSMF, Livros de Registo dos Ofícios

Anexo 7
Nº máximo de profissionais inscritos por dia e freguesia

dia	mês	ano	freguesia	nºoficios
30	11	1759	N.Regedoura	5
23	12	1759	V.Maior	8
24	8	1759	Vale	5
7	4	1761	Cesar	5
3	1	1762	Paramos	5
25	12	1764	Fiães	5
16	5	1766	Argoncilhe	7
25	3	1771	Louredo	10
30	12	1771	Sanguedo	6
28	4	1783	Arrifana	10
10	6	1784	Mansores	10
28	4	1784	N.Cravo	5
18	5	1784	Ol.Azemeis	7
21	4	1784	S.J.Madeira	6
28	4	1785	Argoncilhe	13
29	4	1785	Olival	5
16	11	1785	Gandara	17
6	2	1786	Gandara	6
12	5	1786	Sanguedo	5
19	6	1786	Silvalde	5
9	6	1787	Carregosa	22
23	10	1787	M.Sarnes	5
9	5	1787	Riba Ul	5
7	5	1788	S.J.Madeira	6
10	3	1789	Ossela	8
10	11	1789	Canedo	7
14	5	1790	Madaíl	5
8	11	1790	S.J.Madeira	7
20	5	1795	Sanguedo	14
18	5	1796	Gandara	7
13	7	1798	Mansores	7
9	3	1799	Mansores	6
16	10	1799	Pindelo	13
19	2	1800	S.V.Pereira	8
14	5	1801	Fiães	13
23	5	1801	S.J.Madeira	6
20	5	1802	Fiães	6
2	6	1802	Lourosa	6
10	6	1805	Lobão	5
18	5	1808	Guisande	9
25	8	1813	V.Maior	7
14	8	1813	V.Maior	7

Fonte: AMSMF, Livros de Registos de ofícios

ANEXOS

Cap. IV (1 a 9)

Anexo 1

Variação, em valores absolutos do nº de sombreireiros por freguesia entre ambos os períodos

Variação dos sombreireiros por freguesia			
	1783-99	1755-71	
freguesias	nºsomb	nºsomb	Variação
Arrifana	33	9	24
Carregosa	65	7	58
Cesar	6	18	-12
Cucujães	1	2	-1
Escapães	2	2	0
Escariz	4	6	-2
Fajões	13	18	-5
Feira	1		1
Fiães	1		1
Mac.Sarnes	1	5	-4
Mac.Seixa	1		1
Mansores		3	-3
Mosteiro		1	-1
M.Poiares	2		2
N.Cravo	22	5	17
O.Azeméis	11	11	0
Ossela	61	10	51
Pigeiros		1	-1
Pindelo	63	29	34
Romariz	1		1
S.J.Madeira	54	29	25
Souto		1	-1
Travanca	1		1
Vale		3	-3
	343	160	183
Fonte: AMSMF, "Registo dos Ofícios"			

Anexo 2
Identificação de Laços Familiares em S.João da Madeira

nome	lugar	ano	filhos/irmãos	lugar	ano
José Moutinho	Quintã	1761	José Solteiro	Quintã	1789
António da Costa Lima	Quintã	1762 *	Manuel	Quintã	1769
José Gomes Leite		1767	António Gomes Leite	?	1787
José Gomes Leite			José Gomes Leite	?	1788
José Gomes Leite			Manuel Solteiro	?	1789
António Leite de Pinho	Laranjeiro	1762 *	João Leite de Pinho	Laranjeiro	1790
António Leite de Pinho	Laranjeiro		Caetano Solteiro	Laranjeiro	1791
?			Luís Dias	Fontaínhas	1762 *
?			Joaquim Dias	Fontaínhas	1762 *
?			Bento Gomes Fonseca	Tapado	1762 *
?			Luís Gomes Fonseca	Tapado	1762 *
?			António José Rodrigues	Lousa	1762 *
?			Domingos José Rodrigues	Lousa	1762 *
José Dias **			José Solteiro	Fontaínhas	1785
José Dias **			Manuel Solteiro	Casaldelo	1790
José Dias **			António Solteiro	Casaldelo	1790
Pedro Francisco **			Manuel Solteiro	Casaldelo	1790
Pedro Francisco **			Domingos Solteiro	Casaldelo	1790
?			António da Costa Lima	F.Vila	1789
?			Caetano José Teixeira	?	1783
?			João Teixeira	?	1783
António da Costa Lima **			Francisco Costa Lima	?	1796
?			José da Costa Lima	Vendas	1797
?			José da Costa Lima	?	1801
Manuel Gomes de Pinho	Lousa		Manuel Gomes Pinho Novo	?	1801

Fonte: AMSMF, Livros de Registos de Ofícios; ANTT, Décimas, Feira 1762

* - Nomes que constam da lista das décimas

** - não sabemos se são sombreireiros

Anexo 3
Sombreireiros que emigraram do concelho da Feira para trabalhar nas fábricas de chapéus do Porto

Relação dos trabalhadores da Feira que foram trabalhar para o Porto no início do séc. XIX						
Data:1813	Fábrica:Chapéus finos		Loc: Largo das Freirinhas	Proprietário:Manuel Ant. Alves		
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Mestre	Bento José Vieira	40	Pais incógnitos	Casado	V. Feira	16 anos
Of.de fulha	José Pereira	43	Man. José Pereira/Mª Angélica	Casado	N. Cravo	18 anos

Data:	Fábrica:Chapéus finos		Loc: R. N. Stº António	Proprietário: Rita Ana Guimarães		
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Of. de Fulha	José Francisco	40	Pais incógnitos	Soltei	Cesar	20
Of. de Fulha	Manuel Nunes	35	João Nunes Oliv./Quitéria da Silva		S.J da Madeira	4
Of. de Fulha	Manuel José Oliveira	30	Domingos JoséOliveira /Rosa Mª Pereira		M.Poiares	8
Of. de Fulha	Joaquim Gomes da Cruz	30	Joaquim Gomes da Cruz/Antónia Mª		Fermedo	6
Of. de Fulha	António Ferreira	40	Domingos Ferreira /Joana Francisca		Cesar	3
Of. de Fulha	António José Fernandes	41	Manuel José Fernandes/Custódia Fer.		Cesar	6
Of. de Fulha	António José Leite	38	Fernando Leite/Joana Jesus		Fajões	16
Of.Engomador	José Francisco da Silva	60	Jacinto Ferreira Silva/Teresa Maria		S.Pº de Cesar	20
Of.de Acabad	José Francisco	44	José Francisco/Ana Francisca		S.Pº Cesar	20
Card de pêlo	Manuel Gomes	46	Domingos Ferreira Gomes/Mª Gomes	Casad	S.Martº Fajões	4
Aprendiz Ac. Chap.	António josé de Almeida	20	António josé de Almeida/Mariana Joaquina		Arrifana	2

Data:	Fábrica:Chapéus finos		Loc:R.N.Stº António	Proprietário:Domingos José		
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Of. De Fulha	Jacinto Araújo	36	Francisco António Almeida/Mª Rosa	Casad	S.J.Madeira	18
Of. De Fulha	Francisco Correia	36	Manuel João da Cunha/Mª Correia	Casad	S.Mº Fajões	14
Of. De Fulha	Caetano de Oliveira	30	Domingos José Ferreira/Josefa Teresa Jesus		N.Cravo	14
Of. De Fulha	João Lopes	42	António Lopes/Mariana Araújo		S.Pº Cesar	20
Cardador	José Rodrigues	60	Pais incógnitos	Casad	Arrifana	20

Data:	Fábrica:Chapéus finos		Loc: R.N.Stº António	Proprietário:Joquim Marques		
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Of.Acabador	Salvador Martins dos Reis	36	José Martins/Ana Francisca	Casad	S.Mº Fajões	5
Of. De Fulha	Vicente Vaz de Oliveira	23	Manuel Vaz/Isabel Francisca	Casad	S.Salv. Carrego	5
Of. De Fulha	Manue Vaz de Oliveira	56	Manuel Vaz/Francisca GomesOlivei.	Casad	S.Salv. Carrego	5
Of.De Fulha	Domingos José da Silva	35	Salvador da Silva/Mª Francisca	Casad	S.Pº de Cesar	5
Of.de Fulha	José Correia	40	Urbano José Correia/Mª Francisca	Casad	S.Pº de Cesar	5

Data: 1801	Fábrica:Chapéus finos		Loc: R. das Flores	Proprietário:Anselmo Ferrei		
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Oficial	José Gomes da Cruz	40	Manuel Gomes da Cruz/Mariana Araújo	casad	S.J.Madeira	18 meses
Aprendiz	Custódio de Sousa	25	Manuel de Sousa/ Ana Victória	casad	Carregosa	3 meses
Aprendiz	José António	18	José António/Rosa Maria	Solt.	Arrifana	3meses

Data:	Fábrica:Chapéus finos entrefinos		Loc: Rua Chã	Proprietário:	José Lourenço	
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Oficial	José de Freitas	36	Manuel da Rocha/Mª de Freitas	casad	S.André/Escariz	de Fev1811
Oficial	Francisco José	32	Jacinto José da Cruz/Mª Martins	casad	S.MºFajões	Julho1811

Data:	Fábrica:Chapéus finos		Loc: Póvoa de Baixo	Proprietário:	ManuelAntónio Vidal	
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Of. De Fulha	Custódio José	36	João Ferreira/Lourença Marques	casad	Carregosa	30meses
Of.de Fulha	Caetano Fernandes	35	João Fernandes/Mª Antónia	casad	Carregosa	24meses

Data:	Fáb:Chapéus barretinos finos		Loc: R. Nova Sto António	Proprietário:	JoséPedroCardoso	
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Oficial	João Lopes	42	António Lopes/ Mª Lopes	casad	S.PºCesar	18anos
Cardador	José Francisco Viúvo	75	Manuel Franc. De Sá/Antónia Francisca	viúvo	S.PºCesar	50anos

Data:	Fábrica:Chapéus finos		Loc:S.Crispim	Proprietário:	JoãoPedroOliv.	
	entrefinos e grossos					
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Aprendiz	António Almeida	35	Manuel Jo. Figueiredo/Mª Oliveira		Vila Chã	1810
Aprendiz	Salvador de Oliveira	30	Salvador de Oliveira/Mª de Sousa	casad	Fajões	Dez/1810
Nota:aprendizes que desertaram da fábrica ou foram recrutados para o exército:						
	João António(30/06/1802)entra		José Francisco		Cesar	
	José Duarte Queirós(entra em 2/07/1806)				Olv.Azeméis	

1811	Fábrica:Chapéus finos		Loc: R.Formosa	Proprietário:	João Aguiar Silva	
Empregados	Nome	Idade	Filiação	E.civil	Naturalidade	T. serviço
Mestre	Manuel José Vaz	40	António José Vaz/Aurora Gomes		Quintã/S.João	12
Aprendiz	Manuel Custódio	34	Custódio José Silva/ Feliciana Mª		Carregosa	3
Aprendiz	Manuel Gomes da Fonse17	17	Inácio Gomes/Mª Dias		S.J.Madeira	6 meses

Data:	Fábrica:Chapéus finos		Loc:R. Formosa	Propri	João P.Salabert	
Empregados	Nome	Idade	Filiação:	E.Civil	Naturalidade	T.Serviço
Sombreireiro	Manuel Sousa	50	António Sousa/Mª Angélica		Carregosa	18 meses
Sombreireiro	Caetano Correia	40	Manuel Correia/Maria Correia		Fajões	2
Sombreireiro	Gabriel Oliveira	60	José de Oliveira/Teresa Soares		Fajões	2
Sombreireiro	José da Silva Cambra	46	Manuel Silva Cambra/Maria Francisca		Fajões	20
Sombreireiro	Salvador Silva Cambra	45	Manuel Silva Cambra/Maria Francisca		Fajões	2
Forradeira	Maria de Sousa	19	Manuel de Sousa /Ana Victória		Fajões	12 meses
Forradeira	Maria Bernardina	32	Francisco Leite/Bernardina Angélica		Arrifana	3 meses
Peleira	Teodora Muda	35	Caetano Cruz/Maria de Jesus		Cesar	2

Anexo 4
Categorias profissionais por Fábrica - Porto 1813

Fábrica: Manuel António Alves	Lugar: Largo das Freirinhas	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Mestres	1	1
Of. Fulha	2	1
Acabador	1	
Servente	1	
Total	5	2

Fábrica: Rita Ana Guimarães	Lugar:R. Nova Stº António	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Administrador	1	
Caixeiro	1	
Mestre	2	
Of.fulha	14	7
Tiradores de pêlo	9	
Oficial de acabador	1	1
Oficial de engomador	1	1
Oficiais de acabar chapéus	2	
Aprendiz.a acab. chapéus	3	1
Cardadores de pêlo	2	1
Aprendiz de fulha	8	
Total	44	11

Fábrica: Domingos José Alves Nobre	Lugar:R. Nova Stº António	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Mestres	1	
Of. Fulha	9	4
Of. Acabador	2	
Empregado de pêlo	4	
Cardador	1	1
Caixeiro	1	
Total	18	5

Fábrica: Joaquim Marques de Oliveira	Lugar:R. Nova Stº António	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Mestres	1	
Of. Acabador	3	1
Of. Fulha	5	4
Of. Cardador	1	
Of. Tintureiro	1	
Aprendiz de tintureiro	1	
Total	12	5

Fábrica: Anselmo Ferreira	Lugar:R. das Flores	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Oficiais	4	1
Aprendizes	6	2
Total	10	3

Fábrica: José Lourenço	Lugar:R.Chã	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Mestres	1	
Oficiais	4	2
Aprendizes	2	
Serventes	3	
Total	10	2

Fábrica: Manuel António Vidal	Lugar: Póvoa de Baixo	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Mestres	1	
Caixeiro	1	
Of. Fulha	6	2
Cardador	2	
Propriedor	2	
Moços	2	
Total	14	2

Fábrica: José Pedro Cardoso	Lugar:R. Nova Stº António	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Mestres	1	
Caixeiro	1	
Oficiais	2	1
Cardadores	1	1
Aprendiz	1	
Total	6	2

Fábrica: João Pedro Oliveira Lopes	Lugar:S.Crispim	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Caixeiro	1	
Admin. Tinturaria	1	
Mestre geral	1	
Mestre propriage	1	
Contra mestre	1	
Oficiais	4	
Aprendizes	5	2
Moços	3	
Total	17	2

Fábrica: João Aguiar da Silva	Lugar:R.Formosa	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Caixeiro	1	
Mestre	1	1
Of. Acabador	1	
Aprendizes	3	2
Total	6	3

Fábrica: João Pedro Salabert	Lugar:R.Formosa	
categoria profissional	total empreg	nºemp do Concelho da Feira
Sombreireiros	7	5
Forradeiras	2	2
Peleira	1	1
Serventes	1	
Caixeiro	1	
Administrador	1	
Total	13	8

Fonte: ANTT, Mappa das Fábricas de toda a natureza que existem na comarca do Porto, 1813.

Anexo 5
Média de idades dos trabalhadores saídos para as Fábricas do Porto-1813

Nº	Idade Actual	Temp.Serv. até 10 anos	Idade Saída
1	35	4	31
2	40	3	37
3	46	4	42
4	20	2	18
5	40	1,5	38
6	25	0,25	25
7	18	0,25	18
8	36	2	34
9	32	2	30
10	36	2,5	34
11	35	2	33
12	35	3	32
13	30	3	27
14	34	3	31
15	17	0,5	17
16	50	1,5	48
17	40	2	38
18	60	2	58
19	45	2	43
20	19	1	18
21	32	0,25	32
22	35	2	33
23	30	8	22
24	30	6	24
25	41	6	35
26	36	5	31
27	23	5	18
28	60	5	51
29	35	5	30
30	40	5	35
		Média Id. Saída	32,1

Nº	Idade	Temp.Serv.entre 10 e 20 anos	Idade Saída
1	36	14	22
2	30	14	16
3	40	12	28
4	40	16	24
5	43	18	25
6	40	20	20
7	36	16	22
8	60	20	40
9	44	20	24
10	36	18	18
11	42	20	22
12	60	20	40
13	42	18	24
14	46	20	26
		Média Id. Saída	25,1

Nº	Idade	Temp.Serv. mais 20 anos	Idade Saída
1	75	50	25

Fonte: ANTT, Mappa das Fábricas de toda a natureza que existem na comarca do Porto, 1813.

Anexo 6
Totais acumulados de tecedeiras 1755-1771 e 1783-1799

ano	nºtec	val.acum.	nºdesist	ano	nºtec	val.acum.	nºdesist
1755	13	13	5	1783	37	37	0
1756	7	20	7	1784	103	140	2
1757	5	25	5	1785	28	168	6
1758	0	25		1786	21	189	5
1759	10	35	1	1787	63	252	3
1760	4	39	2	1788	17	269	1
1761	7	46	6	1789	25	294	12
1762	8	54	3	1790	4	298	1
1763	10	64	9	1791	2	300	0
1764	12	76	5	1792	28	328	3
1765	19	95	7	1793	7	335	5
1766	8	103	5	1794	9	344	1
1767	12	115	3	1795	22	366	1
1768	10	125	5	1796	9	375	1
1769	15	140	6	1797	2	377	2
1770	11	151	7	1798	13	390	2
1771	39	190	11	1799	7	397	1
	190		87		397		46

Fonte: AMSMF, "Registo dos Ofícios"

Anexo 7

Variação, em valores absolutos do nº de tecedeiras por freguesia entre ambos os períodos.

freguesias	inscrições 1783-99	inscrições 1755-71	variação
Anta	6		6
Arada	8		8
Argoncilhe	7	3	4
Arrifana	2	3	-1
Avanca		2	-2
Canedo	27	8	19
Carregosa	15		15
Cesar	8	2	6
Crestuma	7		7
Cucujães			
D.Igrejas		1	-1
Escapães	2	2	0
Escariz	5	3	2
Esmoriz	21		21
Espargo		2	-2
Fajões		2	-2
Feira	2	5	-3
Fiães	8	4	4
Fornos	4	3	1
Geão	4		4
Guisande	2	1	1
Lamas	2	3	-1
Lever			
Lobão	1	7	-6
Lourosa	10	12	-2
M.Poiares	9		9
M.Sarnes	3		3
M.Seixa	3	1	2
Maceda	2		2
Madaíl	6	7	-1
Mansores	11	4	7
Moselos	2	4	-2
Mosteiro	9	9	0
N.Cravo	8	2	6
N.Reged	4	2	2
Ol.Azem	14	1	13
Oleiros	11	2	9
Olival	2	5	-3
Ossela	11	1	10
P.Brandão		1	-1
Paramos	5	9	-4
Pigeiros		3	-3
Pindelo	7		7
Riomeão	3	2	1
Romariz	7	7	0
S.Jorge			

S.J.Ver	6	3	3
S.J.Mad	15	1	14
S.Roque	7		7
S.M.Gan	33	3	30
S.V.Lour	8	11	-3
S.V.Pereir	11	2	9
S.T.R.Ul	6		6
Sandim			
Sanfins	1	2	-1
Sanguedo	14	6	8
Silvalde	3	1	2
Souto	12	19	-7
Travanca	10	6	4
V. Maior	2		2
Vale	6	4	2
Valga	5	9	-4
	397	190	

Fonte: AMSMF, Registo de Ofícios

Anexo 8
Desistências de tecedeiras por freguesia

freguesias	1755-71	1783-99	freguesias	1755-71	1783-99
Anta			Moselos		
Arada	4	1	Mosteiro		3
Argoncilhe	1		N.Cravo		
Arrifana	1		N.Reged	1	2
Avanca	2		Ol.Azem	5	
Canedo	5	3	Oleiros		
Carregosa		3	Olival		
Cesar	2	1	Ossela		5
Crestuma			P.Brandão		1
Cucujães			Paramos	8	
D.Igrejas			Pigeiros	6	1
Escapães		2	Pindelo		
Escariz	1		Riomeão		2
Esmoriz	5	2	Romariz	2	1
Espargo	1		S.Jorge	1	
Fajões	3		S.J.Ver		
Feira			S.J.Mad	4	
Fiães	1		S.Roque		1
Fornos	1		S.M.Gan	4	1
Geão		1	S.V.Lour	4	
Guisande			S.V.Pereir		
Lamas	1	1	S.T.R.Ul		
Lever			Sandim		
Lobão	3	1	Sanfins		
Lourosa	4	1	Sanguedo	1	1
M.Poiares	1	1	Silvalde	1	3
M.Sarnes			Souto	4	4
M.Seixa	1		Travanca	4	1
Maceda		1	V. Maior	2	
Madaíl	1		Vale		2
Mansores	1		Valga	3	1

Fonte:A.MSMF, Livro de Registos de Ofícios

Anexo 9
Distribuição de sombreireiros e tecedeiras, por freguesia 1755-1771 e 1783-1799

freguesias	Tec	nºsomb	oficios	%tec	%somb	tec	nºsomb	oficios	%tec	%somb
	1755-71	1755-71	1755-71	1755-71	1755-71	1783-99	1783-99	1783-99	1783-99	1783-99
Anta			11	0%	0%	6		27	22%	0%
Arada			4	0%	0%	8		23	35%	0%
Argoncilhe	3		17	18%	0%	7		77	9%	0%
Arrifana	3	9	23	13%	39%	2	33	40	5%	83%
Avanca	2		8	25%	0%			7	0%	0%
Canedo	8		38	21%	0%	27		65	42%	0%
Carregosa		7	10	0%	70%	15	65	90	17%	72%
Cesar	2	18	23	9%	78%	8	6	31	26%	19%
Cortegaça								3	0%	0%
Crestuma						7		7	100%	0%
Cucujães			3	0%	0%			3	0%	0%
D.Igrejas	1		10	10%	0%			5	0%	0%
Escapães	2	2	5	40%	40%	2	2	15	13%	13%
Escariz	3	6	11	27%	55%	5	4	22	23%	18%
Esmoriz			3	0%	0%	21		40	53%	0%
Espargo	2		8	25%	0%			13	0%	0%
Fajões	2	18	23	9%	78%		13	17	0%	76%
Feira	5		19	26%	0%	2	1	25	8%	4%
Fiães	4		26	15%	0%	8	1	40	20%	3%
Fornos	3		16	19%	0%	4		23	17%	0%
Geão			7	0%	0%	4		8	50%	0%
Guisande	1		11	9%	0%	2		24	8%	0%
Lamas	3		8	38%	0%	2		12	17%	0%
Lever			1	0%	0%			1	0%	0%
Lobão	7		21	33%	0%	1		33	3%	0%
Lourosa	12		25	48%	0%	10		38	26%	0%
M.Poiares						9	2	30	30%	7%
M.Sarnes		5	12	0%	42%	3	1	13	23%	8%
M.Seixa	1		2	50%	0%	3	1	24	13%	4%
Maceda			1	0%	0%	2		3	67%	0%
Madaíl	7		10	70%	0%	6		25	24%	0%
Mansores	4	3	8	50%	38%	11		32	34%	0%
Moselos	4		14	29%	0%	2		34	6%	0%
Mosteiro	9	1	13	69%	8%	9		33	27%	0%
N.Cravo	2	5	9	22%	56%	8	22	39	21%	56%
N.Reged	2		22	9%	0%	4		27	15%	0%
Ol.Azem	1	11	16	6%	69%	14	11	66	21%	17%
Oleiros	2		10	20%	0%	11		22	50%	0%
Olival	5		5	100%	0%	2		10	20%	0%
Ossela	1	10	13	8%	77%	11	61	80	14%	76%
P.Brandão	1		4	25%	0%			4	0%	0%
Paramos	9		15	60%	0%	5		19	26%	0%
Pigeiros	3	1	14	21%	7%			10	0%	0%
Pindelo		29	31	0%	94%	7	63	80	9%	79%
Riomeão	2		5	40%	0%	3		10	30%	0%
Romariz	7		28	25%	0%	7	1	34	21%	3%
S.Jorge			3	0%	0%			15	0%	0%

S.J.Ver	3		6	50%	0%	6		18	33%	0%
S.J.Mad	1	29	38	3%	76%	15	54	74	20%	73%
S.Roque			6	0%	0%	7		29	24%	0%
S.M.Gan	3		12	25%	0%	33		89	37%	0%
S.V.Lour	11		25	44%	0%	8		23	35%	0%
S.V.Pereir	2		7	29%	0%	11		23	48%	0%
S.T.R.Ul			6	0%	0%	6		36	17%	0%
Sandim			2	0%	0%			3	0%	0%
Sanfins	2		2	100%	0%	1		6	17%	0%
Sanguedo	6		20	30%	0%	14		46	30%	0%
Silvalde	1		9	11%	0%	3		18	17%	0%
Souto	19	1	33	58%	3%	12		46	26%	0%
Travanca	6		12	50%	0%	10	1	24	42%	4%
V. Maior			14	0%	0%	2		20	10%	0%
Vale	4	3	21	19%	14%	6		24	25%	0%
Valga	9		19	47%	0%	5		20	25%	0%
	190		798			397		1798		

Fonte: AMSMF, Registo de Ofícios

ANEXOS

Cap. V (1 a 2)

Anexo 1
Décimas sobre prédios pagas pelos sombreireiros da Arrifana, Oliveira de Azemeis e S. João da Madeira (1762)

Décimas sobre prédios pagas pelos sombreireiros da Arrifana (1762)								
Nome	Lugar	Décima maneio	Habitação Valor (em reis)	casa aluguer valor renda	Propriedade agrícola	décima bens de raiz casa+terra	total decimas das rendas	Total décima
Teotónio Nunes Reis	Rua	800	1600		3leiras	348	231	1379
Dionisio Pais Coelho 1	Rua	1200	300		1 leira	81		1281
João Leite de Pinho	Azenha	400	200		5 leiras	327	190	917
Estevão Gomes Leite	Guilhadães	300		2880			259	559
Grácio Azevedo	Rua	300	400		2 leiras	162	83	545
José António de Azevedo	Rua	300	200		1 leira	234		534
Agostinho de Oliveira	Rua	300	1600		1 campo	180		480
João Soares	F. Rua	300	150		1 campo	175		475
João de Azevedo	Rua	300		1300			108	408
José Ferreira dos Santos	Lousa	300		1200			108	408
Domingos Francisco dos Santos	Sto Estevão	300	200		1 leira+devesa	106		406
Domingos Francisco	Sto Estevão	300	200		1leira	99		399
Domingos Leite Ferreira	Rua	300	100		1 leira	99		399
José 2 (filh Domingos Leite)	Azenha	300			1 leira	59	34	393
Manuel Vaz da Silva	Laceiras	300		1800			90	390
Francisco José	Laceiras	300	100		2 leiras	40	28	368
Francisco Oliveira	F. Rua	300		1000			50	350
José de Matos 3	Rua	120		2400			216	336
Manuel Coelho Pinho	Rua	300	300			27		327
José Caetano Pinho	Manhouce	300	200			18		318
Manuel José Leite	Manhouce	300	200			18		318
Manuel Leite Ferreira	Rua	300	200			18		318
Manuel Sousa	Out. Manhouce	300	200			18		318
Caetano Marques	Out. Manhouce	300	120			10		310
João Dias de Freitas	Rua	300	100			9		309
Manuel José Fernandes	Rua	300	60			5	3	308
António José	Rua	300						300
Manuel Soares 4	Rua	300	150					300

Fonte:
1-Tem filho que contrata em chapéus - paga 200 reis
2- Vive c/ o pai, n/ paga maneio e sustenta-se do ofício
3- É mercador de chapéus
4- vive por mercê

Décimas sobre prédios pagas pelos sombreireiros de Oliveira de Azemeis (1762)								
Nome	Lugar	Décima	Habitação Valor (em reis)	Casa aluguer valor renda	Propried agricola	decima b. raiz casa+terra	total déc das rendas.	Total décima
Matias de Almeida	Vilar	300	400		4 leiras	711	282	1293
Francisco Santos	Vilar	300	600		3 leiras	841	126	1267
João Oliveira	Vilar	300	500		6 leiras	393	534	1227
Francisco Bastos	Vilar	300	500		3 leiras	412	478	1190
Eugénio Ferreira [1]	Vilar	300	400		5 leiras	597	267	1164
Francisco Al. Leite [3]	Vilar	200	300		4 leiras	300	587	1087
Manuel Ferreira	Lações	300	120		5 leiras	302	372	974
Francisco Costa	Vilar	300	600		4 leiras	429	70	799
Manuel Correia		300	400		1 leira	486	12	798
Manuel da Silva [3]	Vilar	200	600		10 leiras	456	117	773
Frutuoso Almeida	Vilar	300	300		2 leiras	304	84	688
Diogo Duarte	Vilar	300	300		1 leira	103	210	613
Luís da Costa	Vilar	300	600		3 leiras	129	171	600
Bernardo Almeida [1]	Vilar	300	200		3 leiras	180	118	598
Manuel José	Vilar	300	200		1 leira (arrend)	18	261	579
Paulo Oliveira	Vilar	300	200		4 leiras	198	261	759
António Costa	Vilar	300	200		1 leira	27	198	525
António Francisco	Rua	300		2400			216	516
José da Silva	Vilar	300	400		1 quintal	168	24	492
Manuel Costa	Vilar	300		1300	1 leira		159	459
Domingos Oliveira	Vilar	300	200		3 leiras	45	46	391
Filipe Ferreira	Sidacos	300			1 leira	58	9	367
André de Bastos 3	Vilar	300			1 leira		48	348
Luís da Costa	F. Rua	300	120		1 leira+ 1 quintal	37		337
Manuel Alves Novo	Rua	300		20			4	304
Luís Dias 3	Vilar	300						300
Manuel Almeida	Rua	300						300
Manuel Almeida	Vilar	300						300
Salvador José 3	Rua	300						300
Marçalo Bastos [1]	Vilar	180	120			10		190
José de Pinho	Vilar	150						150
Félix Correia								0

1- Tem filho sombreireiro
2- Usa pouco o ofício
3- Vive em habitação por favor

Décimas sobre prédios pagas pelos sombreireiros de S. João da Madeira (1762)								
Nome	Lugar	Décima maneio	Habitação Valor (em reis)	Casa aluguer valor renda	Propried agricola	decima b. Raiz casa+terra	total déc das rendas	Total décima
António da Fonseca	Quintã	300			5 campos		910	1210
Manuel de Freitas	Laranjeira	300	240		15 campos	490	399	1189
Manuel José Nunes	Quintã	300		6800	1 campo arren.		698	998
Ricardo Silva	F.Vila	300		4000	1 campo		625	925
Bento Gomes Fonseca	Tapado	800	240		1 ped. terra	93	15	908
António Nunes Costa	Vale	300	160		4 leiras	287	251	838
Luís Gomes Moreira	Quintã	300	200		3 campos	343	140	783
José Moutinho	Quintã	300	200		3 campos	231	156	687
Caetano Gomes	Quintã	300	200		3 leiras	165	139	604
Domingos Francisco	Vendas	300		2800			252	552
José filh António Fernandes	Carcagido	300	120		1 leira	28	190	518
António Gomes Pinho	Fontainhas	300		2400			216	516
Manuel Caetano Costa	Vendas	300	164		4 leiras	159	41	500
Luís Gomes Fonseca	Tapado	400	120		2 boc. Terra	63		463
António Fernandes	Quintã	300		1600			144	444
João Freitas	Muro	300	200		1 quintal	138		438
João Araújo	Vendas	300		1500			135	435
João Franc. Santos	F.Vila	300	120		1 campo arren.	10	120	430
Joaquim Dias	Fontainhas	300	160		2 leiras	32	84	416
João Silva Solteiro	Padaço	300	200			18	95	413
Cristovão José	Vendas	300	240			21	85	406
António José Rodrigues	Lousa	300		1000			100	400
António Costa Lima	Quintã	300	200		1 quintal	49	48	397
Manuel Franc. Bastos	Muro	300	200		1 quintal	18	70	388
António José Vaz	Quintã	300		2000			80	380
Manuel Luís	Fontainhas	300	120			10	36	346
Manuel Nunes	F.Vila	300	120		1leira	46		346
Salvador Pereira	Quintã	300	200			18	4	322
Luís Dias	Fontainhas	300	200			18	3	321
António Leite Ferreira	Fontainhas	300	200			18		318
João Ramos	Fontainhas	300	200			18		318
Manuel Caetano José	Fontainhas	300	200			18		318
Manuel de Pinho	Fontainhas	300	200			18		318
Manuel Gomes Cruz	Espadanal	300	200			18		318
António Leite Pinho	Laranjeira	300	160			14		314
Domingos José Rodrigues	Lousa	300	160			14		314
Manuel Gomes	Fontainhas	300	120			10	3	313
Manuel de Bastos	Padaço	300	120			10	2	312
António José Bento	Padaço	300	120			10		310
António José Silva	Padaço	300	120			10		310
João Dias Leite	Carcagido	300	120			10		310
Manuel de Freitas	Carcagido	300	120			10		310
Manuel Gomes Novo	Corgas	300	120			10		310
António José Figueiredo[1]	Vendas	300						300

1- vive em casa por esmola

Fonte: ANTT, Impostos Feira, 1762. Décimas de Maneio (lv. N.º 2270) e décimas dos prédios (lv. N.º 2264)

Anexo 2
Dinamismo económico dos sombreireiros da Arrifana, Oliveira de Azemeis e S. João da Madeira (1762)

Nome	Fregusia	Lugar	data	objecto	valor	receptor	Fregusia	Lugar
Luís Gomes Fonseca	S.João M.	Tapado	09-12-1797	Vende 6 medidas de milho grosso	33000	Joaquim António	Arrifana	
Luís Gomes Fonseca	S.João M.	Tapado	24-06-1798	confissão de dívida pela compra de lãs	97700	António Silva	Arrifana	Guilhadães
Teotónio Nunes dos Reis	Arrifana	Rua	24-01-1756	compra de 12 alqueires de milho grosso	57600	António Pinho	Arrifana	
Teotónio Nunes dos Reis	Arrifana	Rua	31-05-1758	recebe distrate	57600	Vª de António Pinho	Arrifana	
Teotónio Nunes dos Reis	Arrifana	Rua	11-9-1758	compra campos	132000	Ventura Leite	Arrifana	Guilhadães
Teotónio Nunes dos Reis	Arrifana	Rua	12-05-1763	compra campo	24000	Mª Costa Vª	S.João	Lousa
V.ª de Teotónio N. Reis	Arrifana	Rua	8-3-1768	procuração contra Marçalo Gomes		Marçalo Gomes	Fundeiro	
Manuel Leite Ferreira	Arrifana	Rua	16-10-1762	compra casa térrea	9000	Tia	Arrifana	Rua
Manuel de Sousa	Arrifana	Outeiro	4-8-1765	procuração contra João Leite	5700	João Leite Pinho	Arrifana	Azenha
Manuel Gomes Novo/ António Dias Jorge	S.João M.	Corgas	5-1-1769	Sociedade de contrato em chapéus e lã	100			
Manuel Leite Ferreira	Arrifana	Rua	2-3-1769	compra casa e quintal	20000	José Gomes de Pinho	Arrifana	
José Alves Almeida	Pindelo	Pinhão	17-3-1791	compra campo	60000	José Alves	Pindelo	Pinhão
José Henriques de Bastos	Carregosa	Silvares	31-1-1791	confissão de dívida pela compra de lã	40000	Manuel Soares Santos		
Manuel Freitas e filhos	S.João Mad.	Laran.	22-3-1791	vendem casas campos e mato	305000	Inácio Castro		Covo
Manuel Leite	Arrifana	Outeiro	1-6-1791	vende censo de 2 alq. de milho grosso	12000	José da Costa	Feira	
Manuel Leite	Arrifana	Outeiro	15-11-1793	Confissão de dívida por lã e aprestos para chapéus	63000	José Dias Leite	Arrifana	B. Rua
José Ferreira Almeida	S.João M..	Espada	22-5-1793	contrai empréstimo	28800	Luís António Andrade		
António José Gonçalves	Pindelo	Pinhão	30-1-1795	vende 2 pedaços de terra	30000	António José Oliveira	Pindelo	
Anacleto José Soares	Pindelo	Pinhão	24-10-1797	vende casa e pertenças	50000	Fernando José Soares	Pindelo	Pinhão
Manuel Dias Leite	S.João M.	Lousa	27-3-1800	escritura de dinheiro e hipoteca	50000	Padre	Arrifana	
Manuel Dias Leite	S.João M..	Lousa	27-3-1800	quitação de dívida	46400	António Silva	Arrifana	Guilhadães
José Luís da Costa	S.João M..	Vendas	18-4-1800	venda	80000	Reverendo	S.João	
José Luís da Costa	S.João Mad.	Vendas	18-4-1800	hipoteca	90000	Reverendo	S.João	
Manuel Dias Leite	S.João M.	Lousa	14-5-1800	vende leiras campos e casas	58000	José Dias Leite	Arrifana	B. Rua
Joaquim Marques	S.João M.	Quintã	3-6-1801	confissão de dívida e hipoteca	40000	Valentim José Soares	Arrifana	

Fonte:ADA, Registos notariais, Vila da Feira

ANEXOS

Cap. VI (1 a 2)

Anexo 1
Regimentos de Sombreireiro da Vila da Feira e outras Localidades

Regimento de sombreireiros de Porto 1545

Sombreireiro grande com grande copa de boa lã e bem tinto e bem feito valha oitenta reais se tiver qualquer falta valerá setenta reais.

Sombreireiro meão, marca honesta boa lã e boa tinta e bem feito valerá setenta reais e o que não for tal valerá sessenta reias.

Chapéu Termez do maior e muito boa lã com copa aguda ou quadrada e boa tinta valerá setenta reias e o que não for deste tamanho valerá sessenta reais.

Chapéu Termez pequeno para homem e de boa lã e boa tinta bem feito valerá sessenta reais e não sendo tal valerá cinquoenta reais.

Chapéu de Moços pequenos de qualquer feição e de boa lã e boos e bem feitos valerá corenta e cinco reais e não sendo tão boos corenta reais.

Fonte: Cruz, António, Os Mesteres do Porto, vol. I p.116

Regimento de sombreireiros de Guimarães 1719

Chapéus de menino de cinco de seis anos bem feitos e de boa lam .... 240 reis

E sendo pera rapazes de dez de doze anos na mesma forma 300 reis

Chapéu de pêlo Comuns, de feira na dita forma 380 reis.

Chapéus lisos de feira e de boa lam 450 reis

Chapéus de Clérigos de encomenda na mesma forma 550 reis.

Chapéus de encomenda de seculares na mesma forma 600 reis.

Chapéus pretos pera frades na mesma forma 700 reis.

Chapéus de frade brancos de bordar 800 reis.

As mais obras que não vão neste regimento se abiarão com quem lhas comprar e mandar fazer.

E não passarão esta taxa com pena de mil reis pera acusador e concelho por cada bes que forem compreendidos.

Fonte: Carvalho, A, L, "Os mesteres de Guimarães", Braga, 1944, p. 161

Regimento do ofício de sombreireiro da Vila da Feira

De um Chapéu que tinha um arrátel de lã de seis dedos de altura e sete palmos digo dedos de aba, forrado de Holandilha preta, levarão por ele seiscentos reis.

De um Chapéu que tinha meio arrátel de lã que terá quatro dedos de altura e cinco dedos de aba, forrado de holandilha, levarão por ele quatrocentos reis.

De um Chapéu que tinha três quartas de lã de seis dedos de altura e outros seis de aba, forrado de holandilha preta, levarão por ele quinhentos reis.

De um Chapéu que tinha seis onças de lã, de três dedos de altura e quatro de aba, forrado de holandilha, levarão por ele trezentos reis.

E sendo pardos levarão o mesmo preço e serão forrados de holandilha. De tingir um Chapéu fino, levarão cincoenta reis. De tingir um Chapéu de lã ordinária, levarão sessenta reis.

De um Chapéu para Frade Bento ou Lóio que tenha arrátel e Quarta de lã, levarão oitocentos reis, levando o seu forro de carneira, como também sendo branco ou pardo, para frade Franciscano ou Carmelita.

De tingir um Chapéu ordinário e o forrar de holandilha, levarão cento e vinte reis.

De tingir e forrar Chapéu fino, sendo o forro de holandilha fina, levarão duzentos e quarenta reis.

E acordaram que todos os sombreireiros tenham este regimento e se governem por ele, sob pena de dois mil reis para acusador, concelho e Terça de sua majestade. E assinaram com o mestre examinador do dito ofício, João Álvares de Matos, desta Vila e se apregoou o dito regimento e acórdão pelo porteiro Manuel Carvalho. Eu, João de Oliveira Magalhães, escrivão da camara o escrevi, juiz de fora, Tavares. De Bastos, Carvalho, João Álvares de Matos.

Fonte: A. M. S. M. F., Regimento dos Sombreireiros in Livro dos Acórdãos...f.74 v.-75

Regimento de sombreireiros de Lisboa 1611

Um Chapeo de Clérigo de lã de Segovia, muito bem acabado, não valerá mais que novecentos réis.

Um Chapeo da dita lã para Frades, o melhor e maior, valerá mil réis.

Um Chapeo de lã de Segovia para Pessoa Secular o melhor, que tenha até cinco dedos

d' aba, não valerá mais que quatrocentos réis, e daí para baixo à avença das partes.

Um Chapeo grande de Mulher da dita lã de Segovia não valerá mais que oitocentos reis.

Um Chapeo de lã preta de cinco dedos de aba, bem acabado, não valerá mais de duzentos e cincoenta reis e daí para baixo à avença das partes.

Um Chapeo da dita lã para Mulher, não valerá mais do que quatrocentos e cincoenta reis.

E sendo Chapeo da dita lã preta, para Clérigo não valerá mais que seicentos reis.

Um Chapeo da dita lã para Moço, não valerá mais que cento e sessenta reis.

Um Feltro para forrar, de Seda, valerá cento e sessenta reis sómente.

Fonte: Oliveira, Eduardo Freire, "Elementos para a História do Município de Lisboa" Vol. V, p.235 Lisboa 1987.

Regimento de sombreireiros de Lisboa 1802

Não levarão mais de um Chapeo de Clérigo, de lã de Segovia, bem acabado, que novecentos reis 900.

E sendo o dito Chapeo da dita lã para Frades o maior e melhor preço, delle ficará na avença das partes. Hum Chapeo de lã de Segovia de quatro até cinco dedos de aba, não valerá mais que quatrocentos réis 400.

E sendo de menos, ou mais aba, ficará na avença das partes.

Hum Chapeo grande De Mulher, da dita lã de Segovia, não valerá mais que novecentos reis. 900

Obra de Lã Preta

Hum Chapeo de lã preta, de cinco dedos de aba, Bem acabado, não valerá mais de duzentos e cincoenta reis. 250

E sendo de maior, ou menor aba, ficará na avença das partes.

Hum Chapeo da dita lã para Moços, não valerá mais que cento e sessenta réis 160

Hum Feltro Para forrar de Seda, não valerá mais que cento e sessenta réis. 160

E terá este regimento aonde o povo o veja, e possa ler, sob pena de dois mil reis para a cidade e acusador.

Fonte: AHMOP, JC8 Processo de licenciamento de José António da Cunha Sotto Mayor (1802)

Anexo 2
Tipos e preços de chapéus na Vila da Feira e outras localidades

Tipos e preços de chapéus, Porto meados do séc.XVI					
Tipo	Copa	Mat.Prima	Tingimento	Qualidade	Preço
Sombeireiro	grande	boa	bem tinto	bem feito	80 reais
Grande	copa	lã			
Sombeireiro		boa	bem tinto	bem feito	70 reais
Meão		lã			
Chapéu Termez	copa aguda	muito boa	boa tinta		70 reais
do Maior	ou quadrada	lã			
Chapéu Termez		boa	bem tinto	bem feito	60 reais
Pequeno Homem		lã			
Chapéu de		boa		bôs e	45 reais
Moços Pequenos		lã		bem feitos	
Fonte: M, Cruz, António, "Os melhores do Porto, vol I p.116					

Tipos e preços de chapéus, Guimarães 1719			
Tipo	Mat. Prima	Qualidade	Preço
Chapéu de	lã boa	bem feito	240 reais
menino 5/6 anos			
Chapéu de	lã boa	bem feito	300 reais
rapaz 10/12 anos			
Chapéu de pêlo	lã boa	bem feito	380 reais
Comum de feira			
Chapéu liso	lã boa	bem feito	450 reais
de feira			
Chapéu de Clérigos	lã boa	bem feito	550 reais
de encomenda			
Chapéu de encomenda	lã boa	bem feito	600 reais
de seculares			
Chapéu preto	lã boa	bem feito	700 reais
para frades			
Chapéu para frade	lã boa	bem feito	800 reais
brancos de bordas			
Carvalho, A, L, "Os mesteres de Guimarães", Braga, 1944			

Tipos e preços de Chapéus - Feira 1723						
Chapéu	Peso/Qualidade	Mat. Prima	Altura	Aba	Forro	Preço
Chapéu	1 arrátel	Lã	6 dedos	7 dedos	Holandilha preta	600 reis
Chapéu	½ arrátel	Lã	4 dedos	5 dedos	Holandilha	400 reis
Chapéu	3 quartas	Lã	6 dedos	6 dedos	Holandilha preta	500 reis
Chapéu	6 onças	Lã	3 dedos	4 dedos	Holandilha	300 reis
Chapéu de Frade Bento ou Loio	1 arrátel e Quarta	Lã			Carneira	800 reis
Chapéu Branco ou Pardo para Frade Fran-Ciscano ou Carmelita	1 arrátel e Quarta	Lã			Carneira	800 reis

Chapéu	Tingimento	Forro	Preço
Chapéu Fino	Tingido		150 reis
Chapéu de lã ordinária	Tingido		60 reis
Chapéu Ordinário	Tingido	Holandilha	120 reis
Chapéu Fino	Tingido	Holandilha Fina	240 reis

Fonte: A. M. S. M. F., Regimento dos Sombreireiros in Livro dos Acordãos...f.74 v.-75

Tipos e preços de chapéus em Lisboa, 1611 e 1802

Tipo	Mat.Prima	Acabamento	Qualidade	Aba	Preço 1611	Preço 1802
Chapéu de Clérigo	Lã de Segovia	Bem acabado			900 reais	900 reais
Chapéu de Frade	Lã de Segovia		O maior e melhor		1000 reais	Avença das partes
Chapéu para Pessoa Secular	Lã de Segovia		O melhor	5 dedos de aba	400 reais	b)
Chapéu	Lã de Segovia			4-5 dedos	a)	400 reais
Chapéu grande De Mulher	Lã de Segovia				800 reais	900 reais
Chapéu	Lã de Segovia			De menos ou mais aba	a)	Avença das partes
Chapéu	Lã preta	Bem acabado		5 dedos de aba	250 reais	250 reais
Chapéu de Mulher	Lã preta				450 reais	b)
Chapéu	Lã preta			Maior ou menor aba	a)	Avença das partes
Chapéu de Clérigo	Lã preta				600 reais	b)
Chapéu de Moço	Lã preta				160 reais	160 reais
Feltro	Seda				160 reais	160 reais

Fonte: Oliveira, Eduardo Freire, "Elementos para a História do Município de Lisboa" Vol. V, p.235 Lisboa 1987.

a) tipo de Chapéu que não consta do regimento de 1611.

b) tipo de Chapéu que não consta do regimento de 1802.

Índice de Ilustrações e Extratextos

Introdução

C- Quadros

1. Distribuição dos valores de tributação por grupos profissionais: freguesias de Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira 32
2. Tipologia de escrituras notariais dos sombreireiros 43

D- Anexos

1. Carta de examinação tiradas fora do concelho 237
2. Estrutura de registo de inscrição e desistência de ofício 239
3. Estrutura de registos paroquiais (baptismo, casamento e óbito)..... 240

Capitulo I

A- Mapas

1. O Concelho da Feira em 1799 (enquadramento administrativo) 51
2. Evolução do Quadro Administrativo do Concelho da Feira na 2ª metade do séc. XVIII..... 52
3. O Concelho da Feira em 1799 (enquadramento natural) 57
4. Infra-estruturas viárias, mercados e feiras no concelho da Feira e arredores na 2ª metade do séc. XVIII..... 59

C- Quadros

1. Distribuição da população activa por sectores no concelho da Feira em 1801 60
2. Feiras existentes na comarca da Feira, em 1801..... 63

D- Anexos

1. Freguesias que formavam o concelho da Feira na 2ª metade do séc. XVIII..... 242
2. Freguesias do concelho da Feira, meeiras de outros concelhos e Freguesias que passaram para Oliveira de Azeméis em 1799 243

3. População Activa (1801) das Vilas da Feira, Oliveira de Azeméis, Cortegaça, Sandim, Crestuma e Cucujães, que formavam o concelho da Feira até 1799.....244

Capitulo II

C- Quadros

1. Obra de pedreiro 67
2. Obra de alvenaria.....68
3. Obra de canastreiro.....69
4. Obra de ferreiro 70
5. Tempo de estágio para aprendiz e oficial no Porto, séc. XVIII.....72
6. Preços de exame na cidade do Porto 73
7. Oficiais do Porto examinados na Vila da Feira.....73
8. Oficiais da Vila da Feira examinados no Porto 73

D- Anexos

1. Regimento dos ofícios de pedreiro, alvenaria, canastreiro e ferreiro do concelho da Feira em 1723 246

Capitulo III

A- Mapas

1. Variação percentual do número de inscrições nos ofícios no concelho da Feira entre 1755-71 e 1783-99.....90
2. Variação em valores absolutos do número de inscrições nos ofícios no concelho da Feira entre 1755-71 e 1783-99. 91
3. As inscrições nos ofícios do concelho da Feira entre 1755 e 1771 100
4. As inscrições nos ofícios do concelho da Feira entre 1783 e 1799 101
5. Crescimento anual do número de fogos, no concelho da Feira entre 1758 e 1801. 103

B- Gráficos

1. Totais anuais de ofícios 85

2. Totais de ofícios por período 86
3. Totais acumulados de ofícios 1755-71 e 1783-99 87
4. Acumulados de ofícios por sector 1755-71 e 1783-99 88
5. Distribuição dos ofícios por freguesia 95
6. Movimento sazonal das inscrições de ofícios 106
7. Movimento sazonal das inscrições de tecedeiras 110
8. Movimento sazonal das desistências de tecedeiras 111

C- Quadros

1. Estrutura sócio-profissional do concelho da Feira relativa às freguesias de Arrifana, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, em 1762 79
2. Estrutura sócio-profissional do concelho da Feira relativa às freguesias de Arrifana, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira em 1755/1771 79
3. Estrutura sócio-profissional do concelho da Feira relativa às freguesias de Arrifana, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira em 1783/1799 79
4. Estrutura sócio-profissional do concelho da Feira em 1801 79
5. Estrutura sócio-profissional do concelho da Feira em 1755/1771 80
6. Estrutura sócio-profissional do concelho da Feira em 1783/1799 80
7. Totais por ofício e sector com as respectivas percentagens (população activa e sectores determinados – 1801) 82
8. Totais de ofício por período 86
9. Freguesias com mais de 50% de inscrições no sector do vestuário em 1755/1771 86
10. Freguesias com mais de 50% de inscrições no sector do vestuário em 1783/1799 97
11. Contributo das freguesias Arrifana, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, para cada sector em 1762 98
12. Crescimento médio anual do número de fogos e taxas de crescimento de ofícios e sombreireiros nas freguesias Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira 104
13. Movimento sazonal das inscrições de ofícios 105
14. Inscrições por "sector" no mês de Maio no período de 1783/99 107
15. Número de profissionais inscritos por dia freguesia e ofício. 108
16. Número de profissionais inscritos por dia e lugar 109
17. Número de profissionais inscritos por dia e lugar e ofício 109
18. Movimento sazonal das desistências das tecedeiras 110

19. Oficiais de fora examinados no concelho da Feira 112
20. Oficiais de fora examinados e residentes no concelho da Feira 112
21. Mobilidade Geográfica Profissional dentro do concelho da Feira 1755/1771 e 1783/1815 113
22. Mobilidade profissional / ocupacional no concelho da Feira em 1755/1771 e 1783/1815 114

D- Anexos
1. Distribuição dos ofícios por sector e freguesia 1755-1771 251
2. Distribuição dos ofícios por sector e freguesia 1783-1799 253
3. Tabela de totais anuais acumulados de ofícios. 255
4. Totais anuais de ofícios por sector de actividade 1755-71 e 1783-99 256
5. Variação em valores absolutos do número de inscrições de ofícios nas diversas freguesias entre ambos os períodos. 257
6. Crescimento médio anual do nº de fogos no concelho da Feira entre 1758-1801. 259
7. Número máximo de profissionais inscritos por dia e freguesia 261

Capitulo IV

A- Mapas
1. Variação percentual do número de sombreireiros no concelho da Feira entre 1755-71 e 1783-99. 124
2. Variação, em números absolutos, do número de sombreireiros no concelho da Feira entre 1755-71 e 1783-99. 125
3. Tecedeiras e sombreireiros no concelho da Feira entre 1755 e 1771. 130
4. Tecedeiras e sombreireiros no concelho da Feira entre 1783 e 1799. 131
5. Variação percentual do número de tecedeiras no concelho da Feira entre 1755-1771 e 1783-1799. 154
6. Variação, em números absolutos, do número de tecedeiras no concelho da Feira entre 1755- 1771 e 1783-1799. 155

B- Gráficos
1. Peso percentual dos sombreireiros 1755-1771 e 1783-1799. 118

2. Totais anuais de sombreireiros 1755-1771 e 1783-1799 121
3. Totais acumulados de sombreireiros 1755-1771 e 1783-1799 122
4. Distribuição dos sombreireiros por freguesia 1755-1771 e 1783-1799 129
5. Inscirções e desistências anuais das tecedeiras 1755-1771 e 1783-1799 152
6. Totais acumulados de tecedeiras 1755-1771 e 1783-1799 153
7. Desistências das tecedeiras por freguesia 1755-1771 e 1783-1799 159
8. Distribuição geográfica das tecedeiras 160
9. Relação de sombreireiros - tecedeiras no espaço geográfico dos sombreireiros 161

C- Quadros

1. Peso dos sombreireiros nas freguesias onde se estabelecem 1755-1771 e 1783-1799 117
2. Estrutura profissional em 1762 120
3. Valores anuais acumulados de sombreireiros 123
4. Distribuição dos sombreireiros por lugar -S. João da Madeira 133
5. Distribuição dos sombreireiros por lugar - Oliveira de Azemeis 134
6. Distribuição dos sombreireiros por lugar – Carregosa 134
7. Distribuição dos sombreireiros por lugar – Pindelo 134
8. Dinâmica demográfica-profissional dos sombreireiros 136
9. Ocupação complementar dos sombreireiros na agricultura em 1762 137
10. Transmissão de ofício pai/filho em S. João da Madeira 139
11. Identificação de Laços Familiares – Pindelo 140
12. Identificação de Laços Familiares – Carregosa 141
13. Identificação de Laços Familiares – Ossela 141
14. Categorias profissionais e freguesias de origem dos trabalhadores emigrados para o Porto ano - 1813. 143
15. Relação do número de trabalhadores por tempo de serviço 1813 144
16. Saída para as fábricas do Porto – 1813. Nº de sombreireiros por tempo de serviço e grupo etário. 145
17. Distribuição das tecedeiras por freguesia 1762 149
18. As tecedeiras de Oliveira de Azemeis em 1762: Habitação e Agricultura 149
19. Oliveira de Azeméis: Habitação das tecedeiras, 1762 149
20. Oliveira de Azeméis: Trabalho agrícola complementar das tecedeiras, 1762 150

21. Mercadores em Oliveira de Azeméis, 1762 151
22. Relação percentual das desistências 156
23. Relação sombreireiros / tecedeiras 1755-1771 161
24. Relação sombreireiros / tecedeiras 1783-1799 161
25. Relação sombreireiros / tecedeiras – Pindelo 163
26. Relação sombreireiros / tecedeiras - S.João da Madeira 164
27. Relação sombreireiros / tecedeiras – Ossela 164
28. Relação sombreireiros / tecedeiras – Carregosa 164
29. Relação entre inscrições de sombreireiros e desistências de tecedeiras 165
30. Distribuição de sombreireiros e tecedeiras por lugar 1755-71 e 1783-99 165

D- Anexos

1. Variação, em valores absolutos, do de sombreireiros por freguesia entre ambos os períodos 263
2. Identificação de Laços Familiares em S.João da Madeira 264
3. Sombreireiros que emigraram do concelho da Feira para trabalhar nas Fábricas do Porto 265
4. Categorias profissionais por Fábrica – 1813 268
5. Média de idades dos trabalhadores saídos para as fábricas do Porto 1813 271
6. Totais acumulados de tecedeiras em ambos os períodos 272
7. Variação, em valores absolutos do número de tecedeiras por freguesia entre ambos os períodos 273
8. Desistências de tecedeiras por freguesia em 1755-71 e 1783-99 275
9. Distribuição de sombreireiros e tecedeiras por freguesia 276

Capitulo V

A- Mapas

1. Rota da lã do Alentejo e da Moita na 2ª metade do séc. XVIII 172
2. Rota da lã de Pinhel na 2ª metade do séc. XVIII 174

C- Quadros

1. Preços das lãs 176
2. Idade de registo como oficial de sombreireiro freguesia de Carregosa 184

3. Distribuição dos valores de tributação por grupos profissionais, freguesias: Arrifana, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira 1762. 186
4. Habitação dos sombreireiros 1762 187
5. Utilização do dinheiro a juro pelos sombreireiros, 1762....190
6. Utilização do dinheiro a juro pelos sombreireiros da Arrifana 191
7. Utilização do dinheiro a juro pelos sombreireiros de Oliveira de Azemeis 192
8. Utilização do dinheiro a juro pelos sombreireiros S.João da Madeira....193
9. Mestres sombreireiros – décimas pagas sobre os prédios 195
10. Dinamismo económico dos mestres sombreireiros 195
11. Fábricas de chapéus grossos existentes em 1867, pertencentes a famílias com tradição na produção de chapéus (S. João da Madeira)....196

D- Anexos
1. Décimas pagas sobre prédios pelos sombreireiros 279
2. Dinamismo económico dos sombreireiros 282

Capitulo VI

A- Mapas
1. Locais de venda de chapéus do concelho da Feira na 2ª metade do séc.XVIII 203

C- Quadros
1. Quantidade de chapéus produzida por arroba de lã -1723....199
2. Mapa dos comerciantes da comarca da Feira e de Aveiro, 1810 (comissários de chapéus)....211
3. Actividade económica dos comissários de chapéus 212

D- Anexos
1. Regimentos de sombreireiro da Vila da Feira e outras localidades....284
2. Tipos e preços de chapéus na Vila da Feira e outras localidades 286

Índice Geral

Introdução.....10
1. Objectivos 10
2. As Fontes.....16
2.1 Livros de Registo dos Ofícios 16
2. 2 Livros de Registo de Provisões 24
2. 3 Livros dos Acórdãos 25
2.4 Livros dos Impostos 29
2.5 Contribuição de defesa.....36
2.6 Providências gerais acerca das fábricas.....37
2.7 Processos de licenciamento das fábricas.....38
2.8 Mapa das fábricas.....39
2.9 Balanças de Comércio.....39
2.10 Registos paroquiais 39
2. 11 Registos Notariais 41
3. Metodologia 43

I PARTE.....47
Capítulo I 48
Delimitação do Espaço.....48
1. Enquadramento Político-Administrativo.....48
2. As Freguesias da Vila e termo da Feira.....49
3. Caracterização geo-morfológica 53
3.1 Relevo, clima e vegetação.....53
3.2 Vias Fluviais 55
3.3 Eixos terrestres.....58
4. Sectores de actividade 60

Capítulo II.....64
O poder municipal e a organização dos ofícios mecânicos.....64
1. A intervenção Municipal.....64

2. O regimento 66
3. O juiz de ofício 74

Capítulo III 78
O Panorama profissional do concelho 78
1. Estrutura e situação profissional do concelho 78
2. A Evolução Profissional 84
3. Distribuição geográfica dos ofícios 94
4. Dinâmica demográfica e profissional 102
5. Sazonalidade das inscrições nos ofícios 105
6. Mobilidade Profissional 111

II PARTE 116
Capitulo IV 117
Sombreireiros e Tecedeiras na Feira 117
1. O peso dos sombreireiros no contexto profissional do concelho 117
2. Evolução dos sombreireiros 120
3. Distribuição e concentração geográfica 129
4. Dinâmica profissional e demográfica 135
5. Mobilidade profissional 137
6. O trabalho feminino: as tecedeiras 147
6.1 Actividades 178
6.2 A evolução 151
6.3 A distribuição geográfica 158
7. Relação sombreireiros / tecedeiras 158

Capítulo V 167
O Processo produtivo dos sombreireiros 167
1. As matérias-primas 167
1.1 A lã 168
1.1.1. O abastecimento da lã 169
1.1.2 As rotas 171
1.1.3 O preço da lã 175

2. As unidades de produção 177
2.1 Instalações, equipamento técnico e fabrico 178
2.2 Divisão de tarefas 181
2.3 Capitais e rendimentos 185

Capítulo VI 198
A comercialização dos chapéus 198
1. Tipos e preços dos chapéus 198
2. Comércio interno: Mercados e Feiras 202
3. Comércio externo: O mercado Brasileiro. 206
4. Agentes de comercialização 208
4.1 O produtor - mercador 208
4.2 O mercador 209
4.3 O Comissário 210

Conclusão 214
Fontes Manuscritas e Impressas 220
Bibliografia 227
Anexos 235
Índice de Ilustrações e Extratextos 289
Índice Geral 296